UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

BRUNO SANCHES RANZANI DA SILVA

Descobrindo a Chácara e a Charqueada, pela arqueologia pública

São Paulo

2017

BRUNO SANCHES RANZANI DA SILVA

Descobrimos a Chácara e a Charqueada, pela arqueologia pública

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arqueologia.

Linha de Pesquisa: Arqueologia e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação integral deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação do

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

S586 Silva, Bruno Sanches Ranzani da

Descobrimdo a Chácara e a Charqueada, pela arqueologia pública / Bruno Sanches Ranzani da Silva ; orientador Camilo de Mello Vasconcellos -- São Paulo, 2017.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, 2017.

1. Patrimônio arqueológico. 2. Arqueologia pública.
3. História da mulher. 4. Arqueologia contemporânea.
5. Etnografia arqueológica. 6. Arqueologia – teoria e método.
I. Vasconcellos, Camilo de Mello. II. Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa de Pós-Graduação Arqueologia. III. Título.

SILVA, B. S. R. DA. **Descobrimos a Chácara e a Charqueada, pela arqueologia pública.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Julgamento: _____ Assinatura:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

Assinatura: _____

A mi Abuelito (in memoriam)

Aos meus três. Pa, Ma e Thi.

Agradecimentos

À minha família, Mario, Telma e Thiago. À direita, à esquerda, ao norte, e ao sul. E, mais importante, *arriba, abajo, al centro e adentro!* Não é o sangue, os genes, o casamento, as certidões de nascimento, o nome, o sexo, o gênero, a genitália, a gentilha ou a nobreza. É tudo o que fizemos e vivemos uns pelos outros. E continuaremos vivendo. Não há quem nos desfaça. A vocês, todo meu amor, carinho, respeito e admiração.

À Tiagua...corre...corre...cachoeira,

.
.
eu já sabia
nadar
mas não sabia
que era bom
respirar
.
.
...dentro d' água....

À MaDinha. Minha morada campineira, confessora de prima, tia descolada e jovial, o espírito de Dona Bruna quando se trata de produtos de limpeza. Grato por todo carinho, auxílio, amor e paciência. E ao Hugão, rapaiz de força e fé, grato por cuidar tão bem da nossa menina. Muito carinho, amor e afeto pr'ocês.

Aos meus Di Tollas, Sanches, Pedrosas, Ranzanis, Ribeiros, Morenos, Nunes, Silvas. Meus troncos de árvore e minhas raízes. As vidas e histórias, vem e vão por nós. Grato por tudo.

Aos Radatz Kickhöfel, por me aceitarem tão confortavelmente entre os seus. O café colonial completo, o chimarrão sempre a espera, o fogão a lenha, as mil histórias, alegrias, dificuldades, soluções, sagacidades e carinho. Muuuuuuito carinho. Provas e fatos consumados de que não há preconceito que sobreviva ao amor, respeito e parceria. Toda minha gratidão e afeto.

Ao Camilo, meu paciente orientador. Entre entendimentos e confusões, o que é a construção do conhecimento sem a dúvida, o questionamento e as (leves) incertezas? Grato pela confiança, pela atenção, pela paciência (especialmente com meus devaneios teóricos e falácias ortográficas), pelo companheirismo. É isso, terminamos! Meu primeiro [e único] doutorado, sua primeira orientação de doutorado. Espero ter feito valer o esforço.

À Aline Carvalho. Igualmente agradecido pela orientação, mesmo que breve, em meu período de doutorado na Unicamp. E mais grato ainda pela compreensão do que me levou a abandonar o Programa de História da Unicamp pelo Programa de Arqueologia da USP. Foste inestimável para o amadurecimento da minha pesquisa.

À Laurinha Fraccaro. Minha musa, minha diva, meu amor não consumado, minha instrutora em teoria sexual, em combate ao machismo e capitalismo selvagem desde meus tempos mais ignóbeis. Enfim, minha irmãzinha de história. Sorte minha e do mundo, pois nunca antes na história desse país, houve ruiva mais porreta! E sua magenêfeca sister, Galu. Igualmente grato por todo carinho, paciência e didática com esse homi, branco, burguês e, ainda por cima, lerdo como os programas da *Microsoft*TM. Muito amor, força, saúde e comida boa pra vocês!

Aos bichanos. Jack, Gorda, Nega Véia, Anis (*in memoriam*), Orlando (*in memoriam*), Gunther (*in memoriam*), Palomita, Gaspar, AGata, Vanda, Samba, Empadinha, Nutella, Grandão, Dinossaura (a gata), Wolly, Yoda, Mosquito, Urso, Branco, Docinho, Pretinha (*in memoriam*), Belinha, Zaguí (*in memoriam*), Mariquita, Dinossaura (a vaca) e seus tourinhos, Bob, Preto (*in memoriam*), Chopp, Bibico (*in memoriam*), Zizinho, Pequeninha, Mia, Ivy, Satanás (*in memoriam*), Amora. Não tem segredo - Em caso de sintomas depressivos, basta apertar.

Ao Lalito dos Santos. Futebolista, Professor (de “P” maiúsculo mesmo), escritor, um ser composto de Nelson Rodrigues, Adoniran Barbosa, Cartola, Juca Kfoury e Louis Armstrong e Bob Marley (diria, também, um cadim de Cláudio Batalha, mas não vi tua aula ainda pra confirmar). Meu irmãozinho de história. Bora, meu véio!

Ao Fernando Soltys. Meu... Defendi uma tese... Tu é pai e Coordenador-Chefe... Pra onde foi nossa juventude? Acho que a única coisa que nos resta imperecível são as promoções de supermercado. Mas vamo que vamo, banana!

Ao Gimili, mestre do discurso, da narrativa, da memória, da literatura, das artes marciais nipo-descendentes e do RPG. Ainda estamos por dominar o mundo das ideias com nosso próximo artigo (quando eu parar de te enrolar). Valeu demais!

Ao Má e à Dó. Padrinhos de casamento com funções estendidas para os pequenos que viram nascer, crescer, se desenvolver, chorar, espanar os neurônios, comer freneticamente, beber, fumar, namorar, ir, vir, sentar, conversar, até não ter mais dúvida de que é tudo afilhado e pronto, resolvido. Enfim, toda uma vida agrupada em família expandida. Porque nem só de carne e osso, estômago e fígado, é feita a pessoa: também de muito amor e carinho. E dou-lhe

uma bifa em quem discordar! Imensamente grato por todo o afeto de todos esses anos, e dos que ainda virão.

À Má, minha Flor. Tantos anos de amizade. E como pode? Achei que o tempo derrubava as pétalas. Mas as tuas, quem diria, só ficam mais belas. Força e Fé nessa vida, que tamo junto!

Aos veios de guerra: Carlos, Caio, Adriano e Gustavo. Como a gente ainda se aguenta depois de tanto tempo? Acho que só a distância mesmo. Hahaha, zueira. Grato pelos debates e amizade. E vamos mantendo o choque de diferenças e realidades, pois só assim se faz uma sociedade consciente.

À Camira, Rui e Dani. Que nossa viadagem nunca se esmoreça, especialmente nesse mundo *boring* e jurídico-processual em que vivemos. Amo vocês do momento em que comemos nosso primeiro pão-de-queijo, nosso primeiro tempura, nossa primeira breja no boteco mais próximo (onde eu ousei sair deixando meio copo cheio). Seguimos no nosso amor colorido, porque o recalque não termina. Beijinho no ombro prazininiga!

Ao Igór, companheiro e confessor dessa vida de migrantes. Vamos na cara e na coragem, querido, que cachaça e fumo (e fininho) não há de faltar, sideusquiser!

À Sarita, Jardel, Lara, Amandinha, Marcony, Ciro e Dudu. Gentes, não sou pai d'ocês mas sou veterano, e o mais orgulhoso da face do veteranismo de guerra acadêmico! Sigam, por favor. Pois o mundo é nosso, mesmo que não queiram os invejosos e invejosas. Colar de beijos!

Aos meus queridos e queridas Discentes do MAE. Laurinha, Gui Mongeló, Pitoco, Isa, Lets Ferreira, Lets Correa, Eli Chim, Erê, Dervs, Kazuo, Marjorie, Carol Caromano, Ceará, Mau, Taubaté, Breno, Rafa Almeida, Rafa Stabile, Mari Di Giusto, Mari Cristante, Emerson, Paty Marinho, Lorena Rodriguez. Obrigado pela amizade, parceria institucional, de luta, de cerveja, de arqueologia, de carinho, de debate, de marxismo, de feminismo, de simetrias, de discência. S2.

Um xêro especial à Vivi Lo Monaco, Vini Melquíades, Mel Viganó, Jaq Belletti. Imensamente grato pelo aconchego dos milhares de tetos e camas que me deram. Venham, que vos dou casa, comida, roupa lavada e carinho.

Aos meus professores e colegas técnicos do MAE/USP. Pelo aprendizado teórico, empírico, acadêmico, institucional, social, pessoal. Especialmente, àqueles com quem estive mais próximo no dia-a-dia da Instituição. Bia Florenzano, Camilo Vasconcellos, Cristina Kormikiari, Vagner Porto, Marisa Coutinho, Fabíola Silva, Astolfo Araújo, Mabel Fleming, Verônica Wesoloski, Paulé De Blasis, Cristina Bruno, Jimena Villagran, Kleber Bianchi, Fábio Batista, Alexandra Simões, Ader Gotardo, Sandra Ribeiro, Osiris Peixoto, Cleberson de Moura, Karen Ribeiro, Aline Garcia, Cristina Demartini, Hélio de Miranda, Geraldo Miranda, Carlinha

Gibertone, Eliana Rotolo, Regina Leopoldo. Espero ter cumprido bem meu papel de estudante, RD, pesquisador e cidadão.

À Loredana Ribeiro. Nos tinham por casal enrustido. Mal sabem eles, que tem relações que são muito mais legais e divertidas que a de um casal. É ou não é? Muito obrigado pelo amor, carinho, ensinamentos, paciência e impaciência com este lerdo rapaz com baixa capacidade de processamento de informação por segundo. E, claro, ao Fran. Bicho, eu tinha que agachar para receber seus abraços. Agora, eles vêm de pé mesmo... Para de crescer, menino (mentira, para não)! Cleci Bederode, sua fofa, sua linda, dando conta de nois tudo. Como tu faz, eu não sei. Mas sempre o fazes maravilhosamente, e sou muito grato por todo afeto e amizade.

Ao Lucio Menezes. Cara, TERMINEEEEEIIII!!! Dia 13 de abril de 2011, no meu primeiro dia em campo, estavas lá comigo pra levarmos bucha por conta da Universidade. E agora, estas de novo comigo na finaleira desses 7 anos de trabalho. Grato por aceitar-me, caído de paraquedas, em tua pesquisa. Grato pela amizade, pelo carinho, pelos vinhos, pelos conhecimentos e por sempre me explicar a diferença entre cinismo, ironia e sarcasmo (que nunca consigo guardar, aliás). E, claro, à Di, ao Diniz e ao Iago. Pois excentricidade, sagacidade e carinho não são nada senão essa família (isso, e o Iago sempre me olhando desconfiado à primeira vista).

Ao quarteto, André, Josi e Marcelíneo. Divamos e Louqueamos nessa vida. Ainda bem, porque só assim pra aguentar essa cinzenta cidade. Amores, beijos mil!

À Daiane e ao Luís. Meus confessores e orientadores de vida. Mestres na arte de escavar as várias camadas que colocamos sobre nosso coração. Não há medo pior que o medo de encarar nossos próprios medos. Me tomaram pela mão e fomos trabalhando todos eles. E continuemos que ainda o sítio é amplo e ainda há várias áreas a serem escavadas. \o/

À Bruna e Maria Oliveira. Meninas, esse jeito de vocês, de quem veio de algum outro lugar da galáxia, muito faz parecer que de fato vocês vieram de algum outro lugar da galáxia. O mundo raramente produz seres tão únicos e belos como vocês. Grato pela atenção, carinho e galhos quebrados em todos esses anos de convívio. Beijos bem doces pra vocês, formiguinhas!

Às Lordas, Nath e Yndi. Que dizer? Muito, mas há coisas que é melhor não serem divulgadas, né manas? Morenas raios-de-sol desse tempo chuvoso e nebuloso. Consultoria médica e internacional, receitas veganas e qualidades de café. Muito obrigado pelo acolhimento nos momentos difíceis, e pelas risadas nos momentos fáceis (porque é muito fácil e suave estar com vocês). Trio do amor, bjs eternos!

À Bia e Yuri. Um faz pizza (que, aliás, não comi ATÉ AGORA) e a outra passa *asanas* pra digestão depois. Doçura assim, nem na Fenadoce. Querides, grato pela paciência, mil

caronas, carinho, simpatia, aconchego, consciência corporal e humana. E continuem ajeitando esse meu corpitcho, por favor.

Às Divas do 205, Carol e Julinha. RuPaul não brilha tanto quanto essas meninas, seu carisma, sua força, seu lousho. A prova mais cabal e irrefutável de que uma carioca e uma paulistana podem viver sustentavelmente sob o mesmo teto. Vejam, “sustentavelmente”, pois *Lapa x Augusta* já rolou umas quantas. Brinks, suas fofas. Obrigado por brotarem na minha vida, e curtirem comigo a umidade pelotense.

À Mari Neumann. Quer coisa melhor que escavar e comer? Não, não quero. Obrigado pelos acolhimentos no seu cantinho, pelos longos diálogos terapêuticos, pelas receitas M-A-R-A-V-I-L-H-O-S-A-S, pelo carinho e amizade. Juro que quando terminar esse meu embuste de tese, te visito mais.

À Cintia. Meu amorzinho gaúcho, trabalhadora (e faladora) compulsiva, sempre com um tempo extra pra dar uns apertos n’eu, quando nos vemos. Obrigado por ficar comigo esses anos todos, e por me ensinar que é possível sim conhecer mundos com n dimensões.

Ao PaCo e ao Marvin. Não teria feito a tese sem vocês (literalmente).

Ao CNPq pela concessão da bolsa de doutorado parcialmente na Unicamp

À Fapesp pela concessão da bolsa de doutorado na USP.

Close errado dura pouco
Esquece fácil, não se mexe
Close certo tem memória
Carne viva e fortalece
Por quê? Aham

[...]

Se o close é pose, drink, jogo de aparência
Pra mim, estar no game é questão de sobrevivência
Mexeu com as manas
Cê tá mexendo comigo
Eu não sou de confusão
Mas, se for pra brigar
Eu brigo

Boss in Drama [feat. Linn da Quebrada], “Close Certo”.

RESUMO

SILVA, B. S. R. DA. **Descobrimos a Chácara e a Charqueada, pela arqueologia pública.** 2017. 377f. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O objetivo desta tese é analisar a relação entre saberes locais e arqueológicos na construção do conhecimento sobre o passado, usando da metodologia etnográfica, e com base nos conceitos de arqueologia pública e patrimônio arqueológico. Como estudo de caso, escolhi o sítio arqueológico “Charqueada Santa Bárbara”, fragmento de uma antiga estância de produção de charque (carne seca) de mesmo nome, em Pelotas/RS. Com isso, minha pesquisa esteve associada ao projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da escravidão na região meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*, coordenado por Lucio Menezes Ferreira. Como ferramentas de análise, tomei como guia cinco conceitos específicos: representação social, memória, paisagem, narrativa e agência. Como resultado, defendo três pontos essenciais. Primeiro, que a arqueologia pública não se deixe fagocitar pelas estratégias de mercado, e permaneça como um veio da disciplina preocupado com produção de conhecimento crítico sobre o passado, e com uma postura engajada no presente. Segundo, que patrimônio é uma categoria Estatal de gestão do espaço e memória social. Como tal, ela não é análoga às relações de afeto desenvolvidas entre pessoas e coisas. Mas concede à arqueologia um poder, mesmo que pequeno, sobre as condições sociais e histórias que serão representadas no patrimônio arqueológico, e devemos usar esse poder pelo viés da arqueologia pública como defendo. Por fim, em consonância com os demais resultados, busquei produzir uma narrativa de história recente sobre os moradores que ainda vivem sobre o sítio arqueológico. Para isso, analisei suas materialidades cotidianas, que se mostraram mais representativas de suas histórias, e também de histórias mais críticas sobre o passado de Pelotas. Entre tantos temas identificados pela etnografia, escolhi falar sobre história das mulheres na Chácara.

ABSTRACT

SILVA, B. S. R. DA. **Uncovering the *Chácara* and the *Charqueada*, through public archaeology** 2017. 377f. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The aim of this thesis is to analyze the relationship between local and archaeological expertise in the construction of knowledge about the past, using an ethnographic method, and based on the concepts of public archeology and archaeological heritage. As a case study, I chose the archaeological site of "Charqueada Santa Bárbara", a fragment of an old plantation of *charque* production (jerked beef) of the same name, in Pelotas/RS/Brazil. My research was associated to the project *The Pampa Negro: Archeology of slavery in the southern region of Rio Grande do Sul (1780-1888)*, coordinated by Lucio Menezes Ferreira. Among so many themes identified by ethnography, I chose to talk about the history of women in Chácara Santa Bárbara. As tools of analysis, I followed the path of five particular concepts: social representation, memory, landscape, narrative, and agency. As a result, I advocate three essential points. First, public archeology must remain a branch of discipline concerned with producing critical knowledge about the past and an engaged political stance in the present while disallowing itself to be absorbed by marketing strategies. Second, heritage is a State category for space and social memory management. As such, it is not analogous to the affective relations developed between persons and things. Nonetheless, it gives archeology the power to help define social conditions and stories that will be represented in the archaeological heritage, and we must use that power to show critical and socially responsible versions of the past. Finally, according to these premises, I tried to produce a recent historical narrative about the residents who still live at Charqueada Santa Bárbara. For that, I analyzed their daily material culture, which were more representative of their life stories, and of more critical pictures of Pelotas' past.

Lista de Imagens

Figura 1 – Gráfico com o número de menções por grupo de palavra-chave	59
Figura 2 - Gráfico com número de menções por palavra-chave	65
Figura 3 - Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPC). O ponto vermelho na ZPPC 4 indica o local da Chácara/Charqueada. Fonte: Manual do Usuário de Imóveis Inventariados (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008b, p. 33).	138
Figura 4 - Amassilho. Data: 21/09/2015. Foto: Acervo do autor.....	170
Figura 5 - Secção vertical do cone com medidas em metros. Eixo interno H (1,65m), raio da base (0,51m), do topo (0,115m), comprimento da lateral (1,70m).....	170
Figura 6 - Amassilho na sua estrutura original. Na foto, figura uma amiga da Mãe de Dona Angélica. Data: 22/08/1948. Foto: Acervo pessoal de Dona Angélica.	171
Figura 7 - Reprodução do Amassilho em sua estrutura original. Créditos: Maria Oliveira.	171
Figura 8 - Amassilho chega à Chácara da Avó Alemã. S/d. Foto: Acervo pessoa Dona Angélica	178
Figura 9 - Trabalhadores com cebolas. S/d. Tratamento da imagem: Tiago Kickhöfel. Foto: Acervo pessoal Dona Angélica.	181
Figura 10 - Primas sentam sobre o junco batido. Data: 17/03/1949. Foto: Acervo pessoal de Dona Angélica.....	182
Figura 11 - Mãe (centro) e amigas sentadas sobre o Amassilho. Data: 22/08/1948. Foto: Acervo pessoal Dona Angélica.....	184
Figura 12 - Mãe, ao remo, e amigas no arroio Santa Bárbara. Data: 22/08/1948. Foto: Acervo pessoa de Dona Angélica.	185
Figura 13 - Disposição das bruxinhas, gnomos e pedras. Data: 17/05/2017. Foto: Acervo do autor.....	192
Figura 14 - Desenho esquemático da distribuição das Bruxinhas, gnomos e pedras. A legenda segue as numerações infracitadas. Desenho: Thiago S. Ranzani da Silva.....	193
Figura 15 - Imagem da região occipital da Boneca, com a inscrição "K-14 Made in Germany". Data:14/02/2013. Foto: Acervo pessoal do autor.	205
Figura 16 - Boneca J.D.Kestner, modelo 146, tamanho M-16. Foto: Live Auctioneers.	206

Figura 17 - Visão geral da boneca e seus membros antes da restauração. Data: 20/01/2016. Foto: Keli Scolari.	208
Figura 18- Imagem da Boneca desmembrada antes do restauro. Data: 20/01/2016. Foto: Keli Scolari.....	209
Figura 19 - Local da fratura na região parieto-frontal. Data: 25/01/2016. Foto: Keli Scolari	210
Figura 20 - Paralelismo das fraturas na região occipito-cervical. Data: 22/09/2015. Foto: Acervo pessoal do autor.	211
Figura 21 - Gesso aplicado para sutura interna das fissuras e acoplagem do pêndulo ocular. Data: 20/01/2016. Foto: Keli Scolari	211
Figura 22 - Pêndulo ocular. Data: 20/01/2016. Foto: Keli Scolari.....	212
Figura 23 - Olhos posicionados na órbita de gesso. Ao fundo, cortiça que protege o queixo do impacto com o pêndulo de chumbo. Data: 28/03/2016. Foto: Keli Scolari.....	213
Figura 24 - Composição mostrando desgaste da mão, coxa, articulação coxo-femural, joelho direitos e perfuração sobre a omoplata direita. Data: 25/01/2016. Foto: Keli Scolari.	214
Figura 25 - Composição mostrando perfuração no peito direito e desgaste dos pés, também após remoção da camada de tinta aplicada pelo médico de bonecas. Data: 25/01/2016. Foto: Keli Scolari.....	215
Figura 26 - Cabelo em tratamento para recomposição de cachos. Data: 28/03/2016. Foto: Keli Scolari.....	216
Figura 27 - Boneca em plena recuperação pós-cirúrgica, pronta para alta. Data: 31/03/2016. Foto: Keli Scolari.	217
Figura 28 – Patrimônio edificado tombado nos três níveis, na cidade de Pelotas/RS.	251
Figura 29 - Paisagem dos moradores da Chácara vs. Paisagem patrimonial de Pelotas/RS.	252

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Súmula dos três conceitos de arqueologia pública desenvolvidos em meu mestrado (SILVA, 2011).....	54
--	----

Sumário

Agradecimentos.....	6
RESUMO	12
ABSTRACT	13
Lista de Imagens.....	14
Lista de Tabelas.....	16
Sumário.....	17
1. INTRODUÇÃO.....	19
1. CAPÍTULO 1- NAS TERRAS SALGADAS: Sobre o projeto “O Pampa Negro” 34	
2.1. Uma indústria sangrenta.....	35
2.2. Os Pampas Negros	37
2.3. Descobrindo a Chácara e a Charqueada às margens do Santa Bárbara	45
2.4. O pedaço que me cabe nesse latifúndio.....	48
2. CAPÍTULO 2 – ARQUEOLOGIA PÚBLICA EM PERSPECTIVA.....	53
2.1. Variações de um conceito. Arqueologia pública em dois periódicos.	55
2.2. Arqueologias públicas em debate	68
2.3. O outro mora ao lado. Públicos, Chácaras e Charqueadas.	75
2.4. Arqueologia Pública pelos olhos desta pesquisa	97
3. CAPÍTULO 3 – UMA CORTE PATRIMONIAL	100
3.1. Introdução.....	100
3.2. Fazendo a Coroa para a Princesa	101
3.3. Lugares em comum	118
3.4. Coroando a Princesa do Sul.....	128
3.4.1. Os modos da corte	128
3.4.2. O II Plano Diretor	131
3.4.3. A Lei nº 2708/82.....	134
3.4.4. A Lei nº 3128/88.....	137

3.4.5. A Lei nº 4568/00 e as isenções fiscais	137
3.4.6. O III Plano Diretor.....	139
3.4.7. O Manual do Usuário de Imóveis Inventariados.....	149
3.5. Da realeza às assembleias populares.....	151
4. CAPÍTULO 4 – MENINAS DE LOUÇA, MOÇAS DE CARNE, MULHERES DE PEDRA	155
4.1. Introdução – Saia Justa.....	155
4.2. As Coisas da Chácara/Charqueada	157
4.3. A beleza está nos detalhes	164
4.4. Elas, que amassam junco, “resteam” cebolas e remam o barco	167
4.5. A Mãe-Preta das Bruxas.....	186
4.6. Vidas em dupla jornada.....	203
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	234
ANEXO A – Mapa do município de Pelotas/RS	247
ANEXO B – Charqueadas remanescentes em Pelotas/RS	248
ANEXO C – Sesmaria Santa Bárbara, de Theodósio Pereira Jacomé	249
ANEXO D – Charqueada Santa Bárbara, de José Ferreira Vianna.....	250
ANEXO E – Patrimônio edificado tombado nos três níveis, na cidade de Pelotas/RS	251
ANEXO E.1 – Paisagem dos moradores da Chácara vs. Paisagem patrimonial de Pelotas/RS	252
ANEXO F – Autorizações das entrevistas e filmagens.....	253
ANEXO G – Relatório de restauro da Boneca.....	275
ANEXO H – Vídeo-documentário “As Paredes ainda suam sal”	281
1.1. Introdução.....	281
1.2. Justificativa.....	281
1.3. Súmula do Roteiro	285

1.4. Equipe.....	286
1.5. Orçamento	287
1.5.1. Equipe	287
1.5.2. Equipamento.....	288
1.5.3. Outros gastos	288
1.5.4. Gasto total	288
1.6. Cronograma	288
1.7. Roteiro original	289
1.8. Resultados e roteiro final.....	295
1.8.1. Primeira parte: Localização / contextualização do espaço	297
1.8.2. Segunda parte: Seu Hector / memórias sensoriais	298
1.8.3. Terceira parte – Dona Rosângela – memórias de um objeto	298
1.8.4. Quarta parte - Seu Gilberto e Dona Miriam – memórias dos lugares.....	299
1.8.5. Quinta parte - encerramento	299
ANEXO I – Fichas de cadastro de bens arqueológicos móveis, adaptada da Portaria IPHAN nº 196, 18 de maio de 2016	301

1. INTRODUÇÃO

A partir de 2011, com o final do meu mestrado defendido na UFMG, em abril daquele ano, estive atento a oportunidade de colocar em prática a proposta da arqueologia pública que tanto influenciou minha pesquisa. Nessa busca, fiz contato com o Prof. Dr. Lucio Menezes Ferreira, professor do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) sobre seus projetos em desenvolvimento e meu possível ingresso com um projeto de doutorado. Nesse contato, ele me apresentou o projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da escravidão na região meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*, cujos detalhes e objetivos serão discutidos no Capítulo 1. A situação do sítio arqueológico em 2011 fez-me interessar muito pelo projeto: o embate entre a equipe de arqueologia, moradores do local, proprietários do terreno e a UFPel, em torno dos usos e posse da área, criavam um cenário com o qual a arqueologia pública, a meu ver, poderia contribuir. Fui aprovado como professor temporário de arqueologia na UFPel em setembro do mesmo ano, e, em janeiro de 2012, como doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob orientação da Prof^a Dr^a Aline Vieira Carvalho. A partir disso, comecei a desenvolver meu projeto de doutorado associado ao “Pampa Negro”, trabalho que continuo mesmo com minha saída da Pós-Graduação da Unicamp e ingresso no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE/USP, sob orientação do Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos.

Foi nesse contexto que redigi, apresentei e dei início ao desenvolvimento do projeto “Descobrimos a Chácara e a Charqueada pela da Arqueologia Pública” (SILVA, 2013), cujos objetivos foram: a) analisar a interação entre arqueólogos e comunidade local em suas negociações pelo uso do espaço presente e da narrativa do passado, visando a discussão do papel social da arqueologia e o uso do patrimônio como categoria de pensamento e representação cultural e política. b) Identificar os conflitos e interesses que caracterizam o relacionamento entre os arqueólogos e os moradores do terreno onde o sítio está localizado. Consequentemente, verificar os pontos focais de interação entre pesquisadores e moradores onde observam-se conflitos e soluções. Avaliar de que maneira o conhecimento arqueológico resultante do desenvolvimento do projeto “O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do RS (1780-1888)” (FERREIRA, 2009), afeta a comunidade envolvente.

Esta tese constitui o primeiro trabalho de doutorado associado ao projeto “Pampa Negro”, aplicando a proposta da arqueologia pública, combinando etnografia arqueológica à

reflexão crítica sobre o patrimônio cultural da cidade e usando o caso da Charqueada Santa Bárbara, situado no município de Pelotas/RS.

Antes de sumarizar o conteúdo dos capítulos, cabe apresentar a metodologia etnográfica utilizada para a coleta de dados e os cinco conceitos importantes que aparecem ao longo da tese: representação, memória, narrativa, agência e paisagem.

O método escolhido para esta pesquisa foi baseado na etnografia aplicada aos estudos de caso arqueológicos, o que tem permitido o acesso e atenção à relação desenvolvida por moradores locais aos sítios. Siân Jones (JONES, 2010a; 2010b) atenta para o fato de que os significados e narrativas que os diferentes públicos desenvolvem com o patrimônio arqueológico não são óbvias e geralmente são perdidas por olhares desatentos. A observação participante e entrevistas têm se tornado uma prática recorrente para ajudar a entender os valores locais e memórias não oficiais que são construídas sobre o patrimônio histórico (JONES, 2010a; 2010b). A realização de etnografias em projetos de arqueologia não só tem permitido um olhar mais atento ao outro, mas também à prática do(a) arqueólogo(a) na relação com os diversos públicos e com a construção de conhecimento sobre o passado no presente (HAMILAKIS & ANAGNOSTOPOLOS, 2009) no momento em que a ciência em reflexão mostra-se mais ambígua e frágil (BHABHA, 2000)¹.

Como parte da etnografia arqueológica, realizei entrevistas (JONES, 2010a; 2010b) e observação participante (MALINOWSKI, 2005[1922]) com foco na descrição densa (GEERTZ, 2000). Quanto às entrevistas, usei alguns conceitos da história oral de José Carlos Meihy, como *colônia*² e *rede*³, que me auxiliaram a mapear com maior precisão as entrevistas a serem realizadas. As questões-guia foram: *a) Já ouviste falar algo sobre essa casa ter sido uma charqueada? b) Qual sua relação com a casa? c) Consideras a casa como um patrimônio? d) Como os trabalhos de arqueologia estão alterando seu cotidiano?* Essas questões, no entanto, não tinham função restritiva, permitindo que o diálogo fosse sendo construído pelos meus interesses e dos entrevistados. Todas foram realizadas com agendamento prévio, em locais previamente combinados – de conforto para os entrevistados – e o seu uso foi consentido por eles e elas (atestados seguem no Anexo F).

¹ O que Yannis Hamilakis e Aris Anagnostopoulos chamam de “etnografia arqueológica” é definida como um “espaço politicamente carregado”, um espaço para o engajamento e diálogo crítico sobre as formas de apropriação de vestígios materiais por diversos participantes em diversos tempos. (HAMILAKIS & ANAGNOSTOPOLOS, 2009, pp. 69, 73)

² *Colônia*: “são os elementos amplos que marcam a identidade geral dos segmentos dispostos à análise. Classe social, gênero e etnia são os pontos básicos do conceito de colônia” (MEIHY, 2005, p. 177).

³ *Rede*: “Rede é uma subdivisão da colônia que visa estabelecer parâmetros para decidir sobre quem se deve e quem não se deve entrevistar” (MEIHY, 2005, p. 177)

Para melhor orientar os leitores, vale observar que citações feitas a partir do conteúdo de entrevistas, aparecem como “(Entrevista com Fulano, data)”, enquanto que citações de colaboradores fora das entrevistas, de registro etnográfico, aparecem apenas “(Ciclano, data)”. Trechos retirados diretamente do Diário de Campo, que incluem anotações próprias deste autor, serão referenciadas em rodapé, como “Trecho do Diário de Campo, data”.

A etnografia foi direcionada por diretrizes similares às da entrevista: *a) Quais os momentos e lugares de interação entre a equipe de arqueologia e os moradores da casa? b) Há permeabilidade nos discursos (as informações sobre o passado da equipe são usadas pelos moradores e vice-versa)? c) Quais materialidades são usadas pelos moradores e equipe na argumentação sobre os acontecimentos do passado?*

Em minha execução dos métodos propostos, buscando realizar os objetivos vislumbrados, naveguei pelos mares do trabalho cotidiano com alguns instrumentos que muito me auxiliaram a manter o rumo. Esses instrumentos, cinco conceitos-chave para a compreensão desta tese, estão abaixo resumidos. Seu encaminhamento é resultado de leituras e debates mais extensos, mas que são aqui elaborados em brevidade, uma vez que não são nem meus objetivos nem lastro do navio. Cabe a menção explícita aos artesãos desses instrumentos, além de suas citações devidas, para marcar aqueles que me ajudaram a entender melhor termos que me surgiam da empiria: Roger Chartier, Paul Ricoeur, Wendy Ashmore, Bernard Knapp, Maria Zedeño, Brenda Bowser, Tim Ingold, Barbara Smith, Ian Hodder, Marcia-Anne Dobres, John Robb e Donna Haraway.

O primeiro conceito é o de representação, que veio de uma herança da história cultural em minha formação, associado ao crescimento da arqueologia interpretativa no Brasil do começo do século, que me legou uma preponderância ao questionamento do *como* as relações históricas eram construídas discursivamente e de quais maneiras esses discursos eram apreendidos, compreendidos, aceitos, recusados, vividos. Ao longo de meus anos de pesquisa e trabalho, entendi o patrimônio como um desses campos de representações múltiplas: saberes tradicionais, políticas de Estado, disputas territoriais, choques identitários.

Não só a materialidade e os documentos escritos mas também a oralidade expressa múltiplas formas de pensar o mesmo evento e as pessoas (a si mesmo e os outros). Aqui reside um detalhe importante: antes dessa diversidade ser sinônimo de falsificação, ela é um solo fértil para o questionamento das particularidades que envolveram cada uma das diferentes narrativas. Em poucas palavras, “por quê fulano disse o que disse?” é uma demanda central do entendimento histórico que se abre de modo mais frutífero pela representação.

Roger Chartier define representação como “relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este, por lhe estar conforme” (CHARTIER, 2002, p. 21). No campo patrimonial, o conceito de representação nos permite evidenciar as narrativas sobre o passado que se sedimentam pela materialidade tangível no cotidiano urbano. Consequentemente, qualquer ação sobre o patrimônio não é vista apenas como um ataque estrutural a sua matéria, mas sim aquela entidade, coletivo ou ideia que está ali representada (muitas vezes, de modo inconsciente).

Essa sensibilidade à representação no patrimônio é, certamente, de duas vias. Além de permitir vislumbrar o que está em jogo no ato sobre o patrimônio constituído, coloca o questionamento do que está sendo representado enquanto se constitui o patrimônio.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre a representação supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representação têm tanta importância quanto as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, o seu domínio (CHARTIER, 2002, p. 21).

Em suma, este conceito me auxiliou a entender *quais valores sociais e processos históricos são intencionados nas políticas públicas para o patrimônio em Pelotas e como as narrativas arqueológicas e locais da Chácara/Charqueada podem subvertê-la, buscando formas de representação sociais que sejam menos opressivas e mais inclusivas.*

O segundo conceito é o de memória, cuja aparição muitas vezes é coerente, mas poucas vezes crítica e me chamou a atenção ao longo do tempo. Minha formação de historiador também vê familiaridade na memória e sua relevância para a história oral é inestimável. Além do mais, a ideia de que a memória individual e/ou social pode ser resgatada e usada como mediadora entre o passado e o presente associada ao patrimônio histórico tem se tornado comum no cenário político contemporâneo, institucionalizando-se nas instâncias públicas de atenção à história e cultura (ICAHM, 1990; MERRIMAN, 2004; FUNARI & PELEGRINI, 2006; JONES, 2010a; 2010b). Especialmente, a ideia de “resgate”⁴ parece estar no cerne do que as políticas públicas para populações tradicionais exigem como “comprovação de ancestralidade”. Somadas a tudo isso estão as narrativas de meus interlocutores que são recheadas de “lembros” e “não lembros”,

⁴ Concorro com Ulpiano Bezerra de Meneses quando afirma que não existe um resgate da memória, no sentido de uma verdade sobre o passado que tenha sido congelada na memória. Ela é, pelo contrário, uma construção feita no presente, um olhar atual sobre as experiências vividas e guardadas. Cf. MENESSES, 1992.

“me esqueci”, “mais ou menos assim” e “de cabeça não me lembro, mas tenho anotado em algum lugar, depois procuro para ti”. Por essas razões, me pareceu inevitável percorrer algumas reflexões sobre memória e tecer considerações sobre sua importância para a história, arqueologia e políticas públicas.

Paul Ricoeur (RICOEUR, 2007) faz uma indagação central no debate sobre a memória como fonte de narrativas históricas; a saber, a diferença entre aquilo que se lembra e aquilo que se imagina. Ricoeur identifica a problemática da busca pela marca primeira, *do que se lembra*, naquela dificuldade própria das ciências humanas de trabalhar com os “rastros” – “rastro escrito num suporte material, impressão-afecção ‘na alma’, impressão corporal, cerebral, cortical” (RICOEUR, 2007, p. 34). Dificuldade que calça a estrutura da pesquisa arqueológica, por sinal⁵.

Antes dos meandros de significação e significado, Paul Ricoeur visualiza a memória como a presença da coisa ausente. O que ele chama a atenção aqui é que se, por um lado, a memória tem caráter inevitavelmente presentificado, por outro ela não deve ser confundida com sua evocação presente – ela é uma representação *da* coisa ausente *no* presente. Ou seja, a memória é construída no presente, mas não é do presente, da experiência que se efetiva, a informação estocada na massa cinzenta, mas antes ela é o que foi vivido no passado, mesmo que manifesto no presente. A memória enquanto evocação narrativa do “ter-sido”, representação daquilo que “não-é-mais” (RICOEUR, 2007, p. 263), pertence ao passado.

Essa dupla constatação é importante para entender a memória como a vi entre meus colaboradores e colaboradoras. Como fonte própria de conhecimento sobre o passado e, consequentemente, importante veículo de protagonismo histórico de quem narra. Quando digo “fonte própria”, me refiro às narrativas do Seu Rocha, de Dona Angélica, de todos os moradores e moradoras que precisam ser ouvidos como reais personagens históricos que estão contando suas perspectivas sobre o passado e, ao mesmo tempo, se colocando como agentes sociais e políticos, enquanto testemunhas que falam hoje de suas experiências de vida, com os valores que adquiriram ao longo do tempo. A importância da memória reside especialmente em percebê-la como “fonte de protagonismo de si”⁶, de modo a equipará-la à operação

⁵ Gosto muito da definição de Pedro Paulo Funari sobre arqueologia, que a define como o estudo sobre “a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (FUNARI, 2003, p. 15), ainda que com ressalva pessoal à mencionada “cultura total”, de uso não claro na obra. Colin Renfrew e Paul Bahn dão uma definição mais próxima do que vemos aqui como “trabalhar com os rastros”: “Arqueologia é parte o descobrimento de tesouros do passado, parte o trabalho meticuloso de análise científica, parte o exercício de imaginação criativa” (BAHN & RENFREW, 1996, p. 11. Tradução livre).

⁶ E aqui, agradeço aos colegas orientandos do Prof. Camilo de Mello Vasconcellos, especialmente Patrícia Hackbart, que nos apresentou, durante uma reunião coletiva de orientação, este argumento sobre a memória, com base nas leituras de Eduardo Viveiros de Castro e João Dal Poz (VIVEIROS DE CASTRO, 2013; DAL POZ, 1995)

historiográfica/ etnográfica/ arqueológica no quesito “validade de conhecimento”. Estes, suas memórias relatadas, têm propriedade para falar sobre o passado, no presente, como qualquer pesquisador.

Além da celebração e respeito, a manipulação da memória individual e coletiva, por outro lado, é uma problemática que também justifica esse trajeto conceitual entre o “ter-sido” do passado e a evocação no presente. Refletir sobre a “instabilidade da memória”, sobre as incompatibilidades entre depoimentos de um mesmo evento, não é questionar o acontecimento dos eventos (RICOEUR, 2007). No caso da Chácara/Charqueada, o acidente da fábrica que cegou Seu Victor, o período escravista, a indústria do charque, a restrição jurídica e social às mulheres, são todos fatos reais do passado com sérias consequências no presente. Mas como não deixar que as memórias de vida de diferentes agentes se anulem? Como fazer para que a história de opulência de Pelotas não apague as narrativas, muitas vezes sofridas dos moradores?⁷ Trabalhar com a subjetividade das experiências pessoais nos coloca nessa posição delicada de ponderar sobre as “mentiras” da memória (MEIHY, 2005), sabendo que não há “verdades históricas”, e que ambas não devem se esquecer dos crimes contra a humanidade (POLLAK, 1989; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008).

Assim, para os propósitos desta tese, entendo a memória como registro presente do passado ausente, pensando que o modo como vemos jamais mudará o que foi feito, mas muda o que fazemos e o que está por fazer.

O terceiro conceito é uma combinação entre paisagem e lugar. Para falar sobre a Chácara/Charqueada como espaço de importância na vivência história e social dos moradores, recorri ao conceito de “paisagem”, termo que já utilizei anteriormente para pensar o cenário submerso, seus deslumbres e terrores (SILVA, 2010, 2011). Aqui, complemento a ideia de paisagem com o conceito de “lugar”, que me ajuda a pensar não somente a Chácara/Charqueada, mas também suas relações com o entorno e com o contexto mais amplo

⁷ Para breve exemplo, duas letras distintas sobre o Bicentenário da “Princesa do Sul”. A primeira, divulgada no site da Prefeitura de Pelotas, de autoria de Lucas Lange Pacheco, e a segunda, trecho da música de Gagui IDV, rapper pelotense, intitulada “Pelotas 200 anos”, em seu Álbum “Alforria”. “Pois se veio do Nordeste//A semente deste rincão dos pampas//Encilhando sobre o agreste//Não há mais guapo que um herói sem mantra!//Gaúcho de bravura e tato//Colhedor das dádivas do São Gonçalo//Sal que aos patrícios choca!//E a andança da barca próspera//Mais a beleza da prenda chinoca//Fez: Uma terra rica de nome Pelotas!” (Disponível em: < <http://www.pelotas.rs.gov.br/cidade/200-anos.php> >, Acessado em: 10 de maio de 2015). “Passa o tempo e o descendente do escravo da charqueada, habita o mais fodido barraco da quebrada. No Dunas, BGV, no Pestano, Navega, faz do rap o griô protesta e não se entrega. Me responde aí tiozão, simbora quero saber, tudo bem 200 anos, mas comemorar o quê? As empresa que faliu, o descaso e o abandono? Pelotas regrediu e não despertou do sono.” (Disponível em: < <https://soundcloud.com/gaguiidv/gagui-idv-pelotas-200-anos> >, Acessado em: 10 de maio de 2015).

da cidade de Pelotas. Não à toa, pois a ideia de “lugares” e “paisagens” está intrinsecamente ligada com a ideia de vivência e memória do mundo, como veremos por todo o trabalho.

A transição da memória corporal para a memória dos lugares é assegurada por atos tão importantes como orientar-se, deslocar-se, e, acima de tudo, habitar. É na superfície habitável da terra que nos lembramos de ter viajado e visitado locais memoráveis. Assim, as coisas “lembradas” são intrinsecamente associadas aos lugares. E não é por acaso que dizemos, sobre uma coisa que aconteceu, que ela teve lugar. É de fato, nesse nível primordial que se constitui o fenômeno dos “lugares da memória”, antes que eles se tornem uma referência para o conhecimento histórico (RICOEUR, 2007, pp. 57-58).

O primeiro contato que tive com o conceito de paisagem foi no texto de Wendy Ashmore e Bernard Knapp (KNAPP & ASHMORE, 1999), que a definem como “essencialmente todas essas coisas ao mesmo tempo: é a arena na qual e através da qual memória, identidade, ordem social e transformação são construídos, jogados, reinventados e alterados” (p. 10). O termo “essas coisas” ao qual os autores se referem são uma série de definições (acadêmicas e legais), que mostram o amadurecimento de um termo que parece ter sido cunhado no século XVI. E o amadurecimento ao qual se endereçam é a contraposição à dicotomia estabelecida pelo iluminismo – natureza *versus* humanidade.

De modo que a concepção de paisagem não passa apenas pelo enquadramento que o ser humano dá para uma composição geofísica, mas sim, uma relação mútua entre a experiência humana com o entorno e a reformulação fisiológica e anatômica do ser humano pelo mundo em que vive. O que Tim Ingold (INGOLD, 2000) chama de “perspectiva de habitação” (*dwelling perspective*) entende a paisagem como registro e testemunho das atividades humanas daqueles que nela viveram - lembrar não é mais uma atividade de trazer à tona uma imagem interna, que engajar-se perceptivamente com o entorno.

A proposta de “lugar” de Maria Zedeño e Branda Bowser (ZEDENO & BOWSER, 2009), vai ao encontro dessa concepção de paisagem. O conceito não remete necessariamente à uma alteração física do entorno (como é o caso dos ninhos de águia entre os Hopi, etnia indígena norte-americana) para serem significativos. De acordo com elas, o lugar seria “um *locus* discreto de comportamento, materiais e memória – um local significativo, produto da interação das pessoas com a natureza e o sobrenatural, assim como consigo mesmas” (ZEDENO & BOWSER, 2009, p. 6). Definição que abrange desde locais palpáveis (roças, afloramentos rochosos) até os impalpáveis (céu, fundo do oceano).

Considero, finalmente, paisagem nos termos propostos do entorno habitado pelos humanos e não-humanos em relação temporal, embora não necessariamente linear, cruzando

palpável e intangível. O lugar, do mesmo modo, seria um ponto na paisagem e no tempo, nó, físico ou metafísico, de relações.

O quarto conceito é o de agência que ficou ainda mais marcado após a realização deste trabalho. A possibilidade de uma pesquisa arqueológica que não esteja preocupada com o modo como pessoas agem cotidianamente soa como uma incongruência metodológica. Como pensar sobre coisas e práticas humanas fora de seu próprio poder de atuação sobre elas? Fora de suas capacidades, habilidades, opressões, exercícios de poder? Entre o estruturalismo straussiano na antropologia e o positivismo hankiano na história, a proposta do conceito de agência foi importante para recolocar a figura humana no cerne de panoramas sociais complexos que incidem sobre sua vida, mas também são transformados por esse agente.

O conceito de agência tem sido uma das novidades das correntes interpretativas dos anos 1980, preocupadas em encontrar os indivíduos que movem e modificam os sistemas sociais. A ideia do poder do indivíduo sobre a dinâmica social não é própria deste momento da arqueologia, mas pode ser recuada a alguns filósofos do século XVIII – John Locke, David Hume, Jean Jacques Rousseau, Adam Smith e o teórico do XIX John Stuart Mill (DOBRES; ROBB, 2000, p. 4). No entanto, Marcia-Anne Dobres e John Robb defendem que a raiz da teoria contemporânea de agência e sua relevância para a arqueologia já estava presente em Marx, observando dois fatores: 1. Ao dizer que os “homens fazem sua própria história, mas em condições não definidas por eles”; 2. Os indivíduos expressam suas vidas também no modo de produção (entre técnicas e produtos) (DOBRES; ROBB, 2000, p. 5), ganhando mais visibilidade com os conceitos de *práxis* e do *habitus* em Giddens e Bourdieu.

Na arqueologia dos anos 1980, temas como gênero, dialética entre superestrutura e agência, variabilidade na cultura material, desigualdade social e fenomenologia começaram a permear esse novo campo de possibilidades analíticas (DOBRES & ROBB, 2000). Para Ian Hodder (HODDER, 2000), o termo “comportamento” (*Behaviour*), cunhado pela nova arqueologia norte-americana para pensar as práticas de populações pretéritas e seus rastros materiais, acabou sendo usado como uma referência ao estado semipassivo dos indivíduos, cuja atuação acabava reduzida a uma resposta quase instintiva aos estímulos ambientais. “Seus braços estavam erguidos” em vez de “ela ergueu seus braços” (HODDER, 2000, posição 758)⁸. Por outro lado, a intenção de suplantar essa passividade, com a crítica interpretativa dos anos 1980, acabou deixando os holofotes novamente longe da atuação dos indivíduos, uma vez que

⁸ A modo de complemento, o trabalho de José Alberione dos Reis, “Não pensa muito que dói”, apresenta uma interessante reflexão sobre o paradigma científico na arqueologia brasileira através da linguagem aplicada à narrativa acadêmica na produção de artigos e teses voltadas para o público de cientistas (REIS, 2003, 2004).

agência passou a ser vista através dos recursos disponíveis para atuação, mesmo que falando em “poder de atuação” (HODDER, 2000)

Donna Haraway advoga claramente nesse sentido. Discordante da rebeldia marxista e da inconcretude discursivista da pós-modernidade, ela propõe uma forma de apropriação da crítica como mecanismo de libertação do real, não de sua desconstrução.

Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpo são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro (HARAWAY, 1995, p. 16).

Assim, entendo agência como uma recorporificação dos agentes atuantes, sejam eles humanos ou não humanos. Ao tirar o poder em exercício somente do discurso e das representações, recolocando-o em personagens reais e atuantes (a equipe de arqueologia, os moradores da Chácara/Charqueada, a própria Chácara/Charqueada, a boneca de louça de Dona Angélica⁹, etc), fica mais claro quem está fazendo o quê. Fica posta a necessidade de atenção para o modo como moradores que recorrem às suas lembranças, suas experiências e informações recém-adquiridas de modo a buscar representações de si. Imprescindível, também, é a compreensão do papel que os não-humanos (coisas e lugares) possuem nessas relações sociais e de poder. Por fim, a necessária atenção que devemos ter para a origem de nossas ideias e como elas afetam a realidade em que vivemos e trabalhamos. Tiramos o véu neutralizador da ciência e mostramos nossa face como profissionais engajados no presente.

O último conceito refere-se ao de narrativas. O trabalho com memórias de vida e o enfoque na atuação individual exige, para usar novamente as palavras de Ian Hodder, “uma retórica um tanto diferente daquela associada com curvas em log-normal e gráficos de entradas-saídas” (HODDER, 2000, p. 30). Buscar entender as narrativas nesta pesquisa visa dois caminhos entrelaçados. Primeiro, ver as narrativas sobre a Chácara/Charqueada como instâncias próprias da constituição de conhecimento sobre o passado, enunciados com legitimidade aquém da necessária comprovação experimental, garantindo a palavra aos moradores e suas memórias. Segundo, apostar numa discursividade científica que se permita mais aberta, flexível, mais prazerosa e menos autoritária.

⁹ Dona Angélica é vizinha da Chácara dos portugueses, e possui uma relação antiga com eles. Sua avó alemã também arrendava a propriedade dos Simões Lopes, mas terminou com comprá-la. A propriedade foi dividida entre herdeiros e parte dela é hoje a moradia de Dona Angélica. A boneca em questão é uma personagem muito importante de sua narrativa, como veremos.

Barbara Herrnstein Smith (SMITH, 1980) aponta para dois elementos que considera centrais na análise das narrativas – as diferentes versões de uma mesma história e o fato de toda narrativa passar por uma percepção particular.

Na entrevista de Seu Alberto¹⁰, ele e Cássia, sua amiga e cuidadora, falam sobre o acidente de Seu Victor:

Alberto(A) - O Victor é meu sobrinho. Ele trabalhava na fábrica de óleo, na Casper. Houve um desastre, princípio de incêndio, e para salvar cinco, ele se atirou de cima para baixo. Mas não adiantou, ele se queimou todo e queimou os outros também. Para salvar cinco, ele ficou assim, daquele jeito.

Cássia(C) - Na época era uma fábrica de óleo, deu um baita incêndio e tiveram que pedir socorro de carro de Porto Alegre, de São Paulo para apagar, e ele se queimou para salvar cinco pessoas (entrevista com Seu Alberto e Cássia, 11/12/2014).

Quando perguntei ao Seu Victor sobre seu heroísmo, ele me respondeu, entre risadas: “É mentira, muita história foi contada em cima do meu acidente. Chegaram a dar condolências à mãe da Lisa, pensando que eu tinha morrido” (Seu Victor, 12/02/2015).

As duas versões sobre o acidente de Seu Victor são exemplos de como os eventos e situações passam pela percepção de cada indivíduo, constituem memórias diferentes e são transformados em narrativas singulares, usadas de modos distintos nos mecanismos de representação de si e dos outros. Certamente, ter um sobrevivente na família de um evento tão grave é motivo de orgulho em si e o engrandecimento do sobrevivente pode fazer parte de um processo de valoração familiar.

Ainda tendo a percepção como condição existencial da narrativa, Barbara Smith (1980) menciona outro ímpeto condicionante – a motivação do contador da história. Seguindo com o mesmo exemplo, temos diferentes motivações para falar sobre o acidente. Seu Alberto, em nossa primeira conversa, fala com orgulho do sobrinho que se sacrificou para salvar cinco. Seu Victor, com quem tenho contato mais próximo e com quem já havia feito duas entrevistas, preferiu me narrar seu acidente fora do gravador, muito tempo depois de termos nos conhecido. Certamente, para ele, discorrer sobre os detalhes do acidente não é seu tema favorito. No entanto, assume que, apesar do trauma, narrar o faz muito bem: “Eu gosto de conversar, gosto de narrar, de contar” (Entrevista com Seu Victor, 06/10/2012).

As narrativas dos moradores da Chácara/Charqueada são momentos particulares de atuação histórica, de veiculação de memórias e de construção de lugares. O conceito de “viajar/caminhar” (*wayfaring*), de Tim Ingold (INGOLD, 2011), se refere “à experiência

¹⁰ Morador mais antigo da Chácara, único filho ainda vivo dos avós portugueses. Hoje mora com Cássia, amiga de longa data que vivera a infância nas proximidades da Chácara e hoje o cuida. Ambos habitam no bairro Simões Lopes.

incorporada desse movimento perambulatório” (INGOLD, 2011, p. 148). O caminho do “viajante” (*wayfarer*) possui um início, uma direção e um objetivo. Mas isso é secundário para o caminho que vai se definindo à medida que é caminhado, não impede que o viajante vire um caçador, ou um coletor, ou mude de direção caso o momento ou passagem prevista não sejam considerados aptos (ou outros sejam considerados mais interessantes). Os caminhantes podem estar sozinhos ou em grupo, sendo que cada encontro constitui um lugar próprio de compartilhamento de conhecimentos e caminhadas. Um nó entre muitas narrativas. A exemplo de lembrança coletiva, a história de que o Avô Português, patriarca da família, teria encontrado ossos de canelas de gente, atribuídos aos escravos, enquanto aravam a terra é compartilhada por seus descendentes (entrevistas com Dona Zena e Seu Antônio, 03/06/2014; entrevista com Seu Alberto e Cássia 11/12/2014; entrevista com Seu Victor 06/10/2012 e 17/12/2010). O compartilhamento de narrativas é tanto um momento de aproximação entre familiares, como um modo de transmissão e interpretação de eventos históricos cuja marca social atravessa os tempos (no caso, o horror do cativo).

Por esses parâmetros, entendo o conceito de narrativa como uma instância particular de construção de conhecimento, que tem por base as experiências corporificadas (individuais ou coletivas). Momento de tecer a relação entre as memórias, esquecimentos, coisas, pessoas, lugares, eventos, de modo a construir um conhecimento de si próprio e sobre os outros. Narrar é tomar posse do mundo em seus próprios termos (HARAWAY, 2010).

Esses conceitos, brevemente apresentados, foram essenciais na condução do método etnográfico e no exercício de aplicar uma proposta de arqueologia pública pelo patrimônio cultural. Eles aparecerão ao longo da tese, no tecido de seus capítulos e espero ter esclarecido sua relevância enquanto pontos nas redes narrativas e cognitivas aqui apontadas.

O Capítulo 1 trata da histórica indústria saladeril pelotense, do projeto “Pampa Negro” e o espaço que a Charqueada Santa Bárbara nele ocupa. Ele é dividido em quatro partes. A primeira, *Uma indústria sangrenta*, faz uma contextualização histórica da produção charqueadora pelotense e sua relação com a fundação da cidade. A segunda parte, *Os Pampas Negros*, trata do desenvolvimento do projeto em sua amplitude e, em *Descobrimos a Chácara e a Charqueada às margens do Santa Bárbara*, como veio a dar com a Charqueada Santa Bárbara, então à margem do parque saladeril de maior visibilidade patrimonial. Finalmente, *o pedaço que me cabe neste latifúndio*, aponto como minha pesquisa pode contribuir com o projeto em seu todo e o meu ponto de partida para seu desenvolvimento.

Uma das propostas do projeto Pampa Negro sempre foi a criação de um núcleo de pesquisa sobre arqueologia da escravidão, tema, até então, trabalhado apenas pela historiografia da cidade. Essa história, no entanto, tem se preocupado em pequeno grau com o impacto que o sistema escravista legou ao cotidiano atual da cidade, e envolve, grande parte de seus pesquisadores, de modo mais descritivo/narrativo de um momento “claramente cruel”, do que de fato com o escrutínio suficiente para colocar em xeque a “herança opulenta” de sua elite escravocrata. Enquanto a memória da riqueza do período charqueador ainda flutua nos principais espaços públicos da cidade de Pelotas, fomentada pelos herdeiros de sua elite falida, a Chácara/Charqueada é um nexo exemplar de narrativa paralela que vem, desde o período escravista, tentando viver e superar o peso da violência que foi a indústria do charque. Para isso, a incursão em duas áreas foi fundamental: arqueologia pública e patrimônio.

Sobre a primeira, elaborei o Capítulo 2, onde procurei atualizar o debate que desenvolvera em 2011. Logo no começo, realizei uma retomada da discussão em meu mestrado. Na sequência, no item 2.1, *Variações de um conceito. Arqueologia pública em dois periódicos*, analisei as associações temáticas feitas com o tema da arqueologia pública, no periódico britânico “*Public Archaeology*” e seu homônimo nacional, “Arqueologia Pública”. Busquei as associações nos últimos 5 anos de cada periódico, pelas palavras-chave usadas e resumos. No segundo item, *Arqueologias públicas em debate*, procuro opiniões de diferentes autores sobre os usos da arqueologia pública no Brasil, de modo a refletir sobre as associações encontradas nos periódicos e pensar uma renovação da minha própria postura. Finalmente, no item *O outro mora ao lado. Públicos, Chácaras e Charqueadas*, tento aplicar essas reflexões para entender a perspectiva dos outros, meus colaboradores e colaboradoras, sobre o lugar que consideramos sítio arqueológico.

Nesse capítulo, foi possível averiguar que o conceito de arqueologia pública foi, em parte, absorvido pelas demandas do capitalismo global. De uma fonte de diálogo e negociação entre os conhecimentos locais e científicos, tornou-se, especialmente no âmbito do licenciamento ambiental, uma gestão de patrimônio e recursos humanos associados a projetos de desenvolvimento econômico. O turismo e a educação patrimonial são as principais formas de atuação e, muitas vezes, nada tem de dialógica. Para os propósitos desta tese, defendi uma arqueologia pública que retomasse seu caminho socialmente engajado, através da construção de um conhecimento crítico do passado que nos ajudasse a subverter mecanismos de opressão no presente.

O terceiro capítulo é estruturado em torno do campo patrimonial. Ele tem igualmente acompanhado minha pesquisa desde a graduação, e seu uso é de extrema importância às

políticas públicas de proteção à materialidade (e, mais recentemente, a certas práticas imateriais) representativa e referencial para diferentes grupos sociais. Assim, foi necessário trazer novamente ao debate o conceito de patrimônio, seus diferentes significados, aplicações e experiências, de modo a pensar como representar as histórias de vidas na Chácara/Charqueada. Este capítulo é dividido em cinco partes. A primeira, breve *Introdução*, faz referência à datação e história do conceito, chegando aos nossos dias. No segmento, *Fazendo a coroa para a Princesa*, me dedico a delimitar juridicamente o escopo do patrimônio cultural e arqueológico, para abordá-lo a partir de cinco autores, de diferentes áreas das humanidades, e debater suas experiências. No subcapítulo *Lugares em comum*, coloco em questão o próprio uso dessa categoria com base na etnografia da Chácara/Charqueada, onde é possível identificar o que os moradores e moradoras entendem por patrimônio e, como difere daquilo que nós, arqueólogos e gestores públicos, entendemos. Em *Coroando a Princesa do Sul*, busco o aparato legal da cidade de Pelotas sobre o patrimônio cultural, de modo a verificar como se constituem, via esfera política, os modos de representação social pela nossa categoria de interesse. Que histórias esse patrimônio expressa? Que experiências ele condensa? Como o poder público as manipula e gere? Finalmente, retomo as questões iniciais em *Da realeza às assembleias populares*, onde faço avaliação final do sistema público de representação social pelo patrimônio e questiono sua real viabilidade para representar coletivos historicamente marginalizados.

Assim, partindo da premissa que patrimônio é uma categoria estatal de gestão do espaço e da memória coletiva, e não uma categoria de pensamento ou de resguardo afetivo, assumo a posição de que uma arqueologia engajada com a causa social faça uso de seu poder (e sua responsabilidade) como agente patrimonial e construa-o de modo a, também, representar modos de vida que tenham sido historicamente suplantados por políticas públicas elitistas.

Desse modo, a descoberta da Chácara e da Charqueada através da arqueologia pública revelou muito mais do que eu previa inicialmente. Para dar conta de tantos elementos, separei as narrativas, dados etnográficos e materialidade contemporânea em três eixos temáticos: trabalho e acessibilidade, preconceitos sociais e história das mulheres. Ao final, a banca de qualificação recomendou que selecionasse um dos eixos para que pudesse abordá-lo de maneira mais profunda e com o respeito devido.

Considerando que 50% de meus colaboradores são colaboradoras, e que suas narrativas evidenciam um eixo de representação social comum e coeso (cotidiano de enfrentamento de uma sociedade patriarcal), selecionei o eixo “história das mulheres”. Entendo e discorro sobre os problemas de ser um homem produzindo conhecimento socialmente engajado sobre um grupo ao qual não pertenço (e que minha própria categoria social tem oprimido e ocupado seus

lugares de direito). No entanto, possuo uma conexão parcial com as colaboradoras por sofrermos ambos, mesmo que de modos distintos, com a opressão do heteropatriarcado. Durante o percurso da pesquisa, a ideia de apenas analisar a relação entre equipe de arqueologia e comunidade local e avaliar o impacto causado por nossa pesquisa, transformou-se num interesse mais profundo em produzir um conhecimento que pudesse, dentro dos modelos de arqueologia pública e patrimônio acima explicitados, ser mais subversivo ao elitismo das representações locais. Deste intento, surgiu o Capítulo 4.

Seu primeiro item, *Introdução - Saia justa*, fala da carência de pesquisas de gênero e debates feministas dentro da arqueologia brasileira. Esta lacuna tem deixado de lado formas de representação social que perpetuam mecanismos de opressão, bem como lutas históricas contra eles. No segundo item, *Coisas da Chácara e da Charqueada*, faço uma breve apresentação do material arqueológico do sítio Charqueada Santa Bárbara e seus limites interpretativos para o tema aqui elencado. Em seguida, em *A Beleza está nos detalhes*, apresento brevemente o campo da arqueologia histórica e sua vertente contemporânea, localizando teoricamente minha abordagem sobre as coleções pessoais das colaboradoras. No quarto item, *Elas, que amassam junco, “resteam” cebolas e remam o barco*, discorro sobre o primeiro personagem a evidenciar a falácia de uma narrativa androcêntrica – O Amassilho. Artefato fundamental de um batalhão de trabalhadoras e trabalhadores, encabeçados pela Avó de Dona Angélica, sua origem foi atribuída, pela narrativa de uma cronista da elite pelotense, ao Avô. O segundo item, *A Mãe-Preta das bruxas*, segue o trajeto de Dona Maria e suas relações com pessoas e coisas, encontrando, em sua coleção de bruxinhas de resina e pedras de energia, uma baliza importante para perceber quais atributos sociais constituem um ser humano de respeito. Finalmente vamos à Boneca. Adotada na família desde a Avó alemã, passando pela Mãe e entregue à Dona Angélica, o pequeno ser de papel machê e porcelana, guarda no corpo as mesmas marcas que as mulheres que a adotam geração após geração.

Ao longo de todo este trabalho, a preocupação de retornar o conhecimento produzido arqueologicamente aos moradores, além das entrevistas transcritas, esteve sempre presente. No entanto, as fórmulas recorrentes em projetos de arqueologia públicas (que veremos melhor no capítulo 2) não atendiam aos meus propósitos. Ao longo de todo nosso convívio, como parte dos objetivos propostos, busquei sempre manter os moradores a par dos avanços do projeto, dos resultados obtidos, das interpretações criadas. No entanto, senti necessidade de um retorno mais palpável.

Em meu projeto de pesquisa enviado para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), para pedido de bolsa, constava a possibilidade de elaboração de uma

maquete tátil voltada para o público deficiente visual, a fim de contemplar a acessibilidade ao público cego, representado na figura de Seu Victor, e que permitisse criar uma materialidade patrimonializada com as narrativas dos colaboradores e colaboradoras. No entanto, ao final de 2014, o pedido de uso da Reserva Técnica para confecção da maquete foi negado pela Fundação devido ao alto valor para um único produto (orçado em R\$24.000,00). De fato, explorar seu potencial de representação patrimonial demandaria, além do gasto com sua produção, a coordenação de todo um aparato museológico que fugiria ao escopo desta tese. Parti, então, à procura de outra forma de efetivar essa proposta de retorno social. Foi então que surgiu a possibilidade de gravar um vídeo-documentário, igualmente preocupado com os recursos de acessibilidade e, mais importante, com protagonismo direto de moradores e moradores, atores na produção.

Esta possibilidade deu-se ainda em 2015, quando colegas profissionais de artes visuais (sobretudo ex-alunos do curso de cinema e audiovisual da UFPel) mostraram interesse no contexto de minha pesquisa e propuseram a realização de um vídeo-documentário como forma de valorização do patrimônio e retorno social aos moradores, evidenciado pelo interesse artístico dos cineastas. O projeto elaborado e aprovado pela Fapesp (que segue no Anexo H desta tese), conta com a justificativa técnico-científica, o roteiro, equipe técnica responsável (bem como referências profissionais) e o cronograma das atividades realizadas.

Com isso, caros e caras, mãos à obra!

1. CAPÍTULO 1- NAS TERRAS SALGADAS: Sobre o projeto “O Pampa Negro”

*“Gentil Damaceno.
Um tipo boa pinta com um belo sorriso esculpido a laser...
Vestir-se impecavelmente é um pré-requisito para ele. Já que é o cliente quem paga
por isso...
Boa praça, Gentil não é do tipo violento. Embora suas mãos estejam manchadas com
o sangue daqueles que matam para ter e consumir seu produto!”*
Jonas Santos, “Espírito Livre: Dias Rubros”, HQ pelotense.

Como foi apontado anteriormente na introdução dessa tese, busquei, ao final do mestrado, colocar em práticas as reflexões sobre arqueologia pública. Em meados de 2011, Prof. Dr. Lucio Menezes Ferreira, da UFPel, me apresentou o projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da escravidão na região meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*, ativo desde 2010, cujos objetivos eram:

- a) Lançar os primeiros trabalhos arqueológicos sobre a escravidão em Pelotas, visando a entender os contextos sociais e culturais das ações dos escravos;
- b) A partir de fontes documentais e bibliográficas, mapear arqueologicamente a distribuição espacial das redes de propriedades em Pelotas, visando a entender a organização cultural e política da paisagem do mundo escravista local;
- c) Iniciar, a partir dos primeiros resultados da pesquisa, diálogos com as historiografias nacional, local e platina sobre a escravidão, e, ademais, com as discussões internacionais em Arqueologia da escravidão (FERREIRA, 2009a, p. 12).

Assim, a proposta geral do projeto era estabelecer um diálogo entre as charqueadas pelotenses com o cenário brasileiro de pesquisas sobre o tema da arqueologia da escravidão. Embora o projeto não contemplasse a arqueologia pública em seu cerne¹¹, Lucio Ferreira, coordenador “d’O Pampa Negro”, era familiar com a temática e buscava o engajamento profissional com arqueologia da escravidão já em 2009 (C.f. FERREIRA, 2009b).

Neste capítulo apresento uma breve contextualização da indústria charqueadora, eixo das políticas de patrimonialização de Pelotas. Também, descrevo o projeto “O Pampa Negro”, seus desdobramentos acadêmicos e sociais, terminando com minha inserção no contexto da pesquisa mais ampla, coordenada por Lucio Menezes Ferreira.

¹¹ Numa entrevista concedida por Lucio Menezes Ferreira, em 20 de março de 2012, ele esclarece que o tema da arqueologia pública não entrou no projeto por limitações da equipe, que até o momento da submissão do projeto não contava com participantes interessados nessa problemática.

2.1.Uma indústria sangrenta

A cidade de Pelotas se encontra na região meridional do Rio Grande do Sul, próximo à fronteira com o Uruguai, fazendo beira ao arroio Pelotas, canal São Gonçalo (que liga a Lagoa Mirim à Laguna dos Patos) e Laguna dos Patos (Anexo A).

O período de relativa estabilidade, advindo do Tratado de Santo Idelfonso (1777), delimitando fronteiras entre o território português e espanhol ao sul, foi seguido da distribuição de sesmarias em nossa área de interesse. A historiografia local ancora a formação de Pelotas em 7 sesmarias: Feitoria, Pelotas, Monte Bonito, Santa Bárbara, São Tomé, Santana e Pavão, sendo que a de Monte Bonito abrigaria o maior número de charqueadas (cerca de 30) (ROSA, 2012).

A Sesmaria de Monte Bonito abrigou, também, os dois primeiros loteamentos urbanos da cidade, região ao redor do qual Pelotas se desenvolveu. O povoado de São Francisco de Paula era inicialmente um distrito de Rio Grande, cidade na boca da Laguna dos Patos com o Atlântico, cuja fundação insere o Rio Grande do Sul como polo escravista (FERREIRA, 2009a), e se torna freguesia em 1812. Em 1832 São Francisco de Paula é elevada à vila e três anos depois à cidade com o nome de “Pelotas” (ROSA, 2012).

A produção de charque já era uma prática econômica no século XVIII, na região meridional do Brasil, antes mesmo do surgimento do povoado de São Francisco de Paula. O que Pelotas inaugura no século XIX é sua produção em escala industrial (SANTANA, 2015). O charque nada mais é do que a carne bovina salgada e seca, própria para sua preservação, permitindo sua estocagem e comercialização a longas distâncias (veremos, ainda nesse capítulo, como a Pelotas charqueadora se inseriu no mercado global). Como devia ser seca ao sol, a matança dos animais e a produção do charque eram feitas durante o verão, de dezembro a maio (ROSA, 2012; ROCHA, 2014). Durante o restante do ano, os escravos eram realocados em outras atividades ou mesmo em outras propriedades de seus senhores.

São raras as fontes contemporâneas à indústria charqueadora que a descrevem com minúcia. As bases para a historiografia vêm, principalmente, dos relatos de Nicolau Dreys (1839) e Louis Conty (1880) (GUTIERREZ, 2001; SANTANA, 2015). Abaixo, faço referência ao resumo de Anelize Santana (SANTANA, 2015) da cadeia produtiva descrita por esses cronistas; os grifos são de minha autoria e os comentários explicativos entre chaves foram retirados de Esther Gutierrez (GUTIERREZ, 2001, pp. 270-280):

1) Na **Tablada** [campo público ao norte do perímetro urbano, e ao fundo das charqueadas da margem esquerda do arroio Pelotas] os charqueadores

efetuavam as negociações relativas à compra do gado, da tablada os animais eram conduzidos às mangueiras das charqueadas;

2) Na **mangueira** [curral de abate], o gado passava um a um para o **brete** [corredor fechado, permitindo a passagem de apenas um animal por vez], este tinha o piso inclinado de tijolos ou madeira que deixavam o boi na posição para o abate;

3) Localizado na extremidade do brete, o laçador laçava o animal, que era levantado por uma roldana e colocado em uma **zorra** [vagonete de transporte do boi morto] e depois era desnucado, e abatido;

4) Ainda sobre a zorra, o animal era levado até a **cancha** [área ampla, muitas vezes coberta e de piso inclinado, contígua à mangueira], segundo Maestri (1984) o “coração da charqueada”, pois era o local onde as etapas se subdividiam;

5) Na cancha o animal abatido era sangrado, e logo após era carneado. A manta e os membros são retirados e suspensos em um **galpão** vizinho. Separados dos ossos, os membros viravam, junto com a manta, a matéria-prima para o charque;

6) A cabeça, os ossos, as vísceras e todo o restante eram utilizados na produção de cinza, sebo e graxa;

7) Depois de cortadas uniformemente, as carnes eram passadas para o processo de salgação e empilhamento;

8) Dois dias após o processo de empilhamento as carnes eram expostas ao sol nos varais de secagem durante 5 ou 6 dias. (SANTANA, 2015, pp. 28-29, grifos meus).

Praticamente toda a mão-de-obra era africana ou crioula¹² escravizada. Segundo Denise Ognibeni, algumas poucas funções, nas charqueadas, eram desempenhadas por trabalhadores livres: “peão, capataz, patrão de iate (caso o charqueador possuísse embarcação), professores e caixeiros” (OGNIBENI, 2005, p. 14). Cada indústria saladeril possuiu, a depender do tamanho e riqueza de seu proprietário, de 50 a 120 cativos (GUTIERREZ, 2001). O censo realizado em 1833 contabiliza a população servil como 51,7 % do total para Pelotas, tendo rareado no censo de 1854 (4.788 escravos contra 7.763 livres e 342 libertos) (GUTIERREZ, 2001, p. 268). Segundo dados disponíveis no site da Prefeitura, a maioria de sua população hoje é auto-declarada branca (269.097), seguido pela preta (31.172) e parda (20.395)¹³. O censo do IBGE de 2010 registra o número total de 328.275, sendo a maioria branca (263.443), seguido pela preta (35.049) e parda (28.245). A razão dessa disparidade entre as fontes não fica clara, uma vez que não há referências no site da Prefeitura ao ano do censo. Ainda segundo o censo de 2010 do IBGE, do total da população negra, apenas 72 ganham acima de 10 salários mínimos (0,2% de negros e negras), enquanto que da maioria branca, 4.852 pessoas ganham acima de 10 salários mínimos (1,84% de brancos e brancas). Fruto da política imperial e republicana de

¹² Nos documentos pelotenses para o período da escravidão, o termo “crioulo/a” aparece como alusão à escravos nascidos no Brasil e/ou miscigenados (branco com negros).

¹³ Site da Prefeitura de Pelotas. Dados Gerais. Disponível em: < <http://www.pelotas.rs.gov.br/cidade/dados-gerais.php> >. Acessado em: 21 mar. 2016.

branqueamento da população pós-abolição, muitos desses brancos e brancas de hoje são oriundos de famílias de imigrantes europeus pobres, vivendo na zona rural e, que ainda hoje se encontram em condições precárias. Ou seja, mesmo considerando o setor branco e pobre da população, o efeito da sociedade escravista ainda pode ser visto no cotidiano pelotense, através da concentração de renda nas mãos de uma elite branca. A maioria histórica negra não pode ser reduzida aos fatos e feitos da elite charqueadora enriquecida às custas da mão-de-obra escravizada. Nesse contexto, não ficam dúvidas de que o Projeto “O Pampa Negro” vem atender uma demanda social histórica vibrante e essencial.

2.2. Os Pampas Negros

Para “lançar os primeiros trabalhos arqueológicos sobre o tema da escravidão em Pelotas”, Lucio Menezes Ferreira embasa seu projeto de pesquisa em duas linhas conceituais – história da escravidão e arqueologia da escravidão.

Da primeira, faz um apanhado breve sobre a produção historiográfica brasileira de modo a contextualizar a produção gaúcha sobre o tema. Dos temas abordados pela historiografia pelotense, assinala que a escravidão fora, desde os anos 1980, foco de pesquisas – a escravidão por seu viés político, econômico e social, memórias locais de afro-descendentes, trabalho escravo nas zonas rurais e na construção civil, a resistência à escravidão nas charqueadas e espaços urbanos e, finalmente, estudos sobre quilombagem (FERREIRA, 2009a, p. 4). Os autores citados por Ferreira são Eduardo Arriada, Euzébio Assumpção, Mario Maestri, Mario Dalla Vecchia, Caiuá Al-Alam, Ana Regina Simão, Denise Ognibeni, Róger da Silva, Helga Piccolo, Neusa Regina Recondo, Esther Gutierrez e Dilson Marsico.

Da segunda linha, Ferreira toma prumo na arqueologia histórica e na arqueologia da escravidão norte-americana e seus reflexos no Novo Mundo (FERREIRA, 2009a). De acordo com o coordenador do “Pampa Negro”,

(...) um dos principais tópicos da Arqueologia da escravidão é a diáspora africana, ou seja, a análise e mapeamento da rede triangular do tráfico de escravos que enlaçou a História dos povos da África, Europa e América (Posnansky 1984; Orser 1990, 1998). (FERREIRA, 2009a, pp. 5-6).

No Brasil, Ferreira reconhece que “a temática dileta é o estudo sobre a resistência escrava” (FERREIRA, 2009a, p. 7). Como pesquisadores da cultura material de populações de origem africana em contextos de escravidão (rural e urbana), cita Camilla Agostini, Luis Claudio Symanski, Marcos Torres de Souza. Dos trabalhos voltados à arqueologia e etnoarqueologia em terras quilombolas, cita o pioneirismo de Carlos Magno Guimarães e Anna

Lucia Lanna, em Minas Gerais nos anos 1970, e de Pedro Paulo Funari, Charles Orser Jr. e Joseph Scott Allen em Palmares nos anos 1990 (FERREIRA, 2009a, p. 7); bem como os trabalhos de Symanski e Souza no Centro-Oeste e Claudio Batista Carle no Rio Grande do Sul, estes na primeira década do século XXI (FERREIRA, 2009a, p. 7).

Com isso, Lucio Ferreira insere o Projeto “O Pampa Negro” dentro de um cenário transnacional, no qual Pelotas se conecta com a rede ampla do capitalismo global dos séculos XVIII e XIX, de conformação do mundo moderno, nos moldes de Charles Orser Jr. (ORSER JR., 1994; 2002) e seu impacto na constituição de identidades multiétnicas.

De modo a concretizar, ainda, sua proposta de criar uma linha de pesquisa em arqueologia da escravidão e da diáspora africana, Lucio Ferreira tem se preocupado em discutir o próprio conceito de diáspora africana (FERREIRA, 2009b; 2010), arqueologia da escravidão e simbologia (FERREIRA & CORZO, 2013) e, arqueologia de quilombos (FERREIRA, 2014). O debate com a bibliografia tem levado a cabo o encontro internacional com expoentes da arqueologia da escravidão nos Estados Unidos da América (Charles Orser), Cuba (Gabino La Rosa Corzo), Uruguai (José Lopez Mazz), Portugal (Miguel Almeida e Maria João Neves), Argentina e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), (Marisa Pineau). Além, claro, dos contatos nacionais (Luis Claudio Symanski, Carlos Magno Guimarães – Universidade Federal de Minas Gerais – Camila Agostini – Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Marcos Torres de Souza – MN/Universidade Federal Fluminense) (FERREIRA, 2009a).

Aqui, dois trabalhos orientados por Lucio Ferreira, sob o escopo do projeto “O Pampa Negro”, evidenciam o esforço no sentido de fazer brotar a arqueologia da diáspora africana em Pelotas.

O trabalho de conclusão de curso de Aneliza Moreira Santana, bacharel em arqueologia, se debruça sobre os anúncios de importação e exportação da cidade de Pelotas, presentes no jornal *Diário de Pelotas*, entre 1876 e 1888 (SANTANA, 2015). Seu trabalho evidencia que Pelotas, no auge da indústria saladeril, estabeleceu relações comerciais com diversos estados do Brasil (Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Espírito Santo) e com países estrangeiros (França, Bélgica, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos da América) (SANTANA, 2015, pp. 46-48). Ou seja, embora o Rio de Janeiro fosse o principal porto imperial, detendo o monopólio de comércio sobre uma série de produtos, Pelotas estava inserida diretamente na rota transatlântica do charque, couro, escravos e bens manufaturados, indo ao encontro à proposta do projeto de uma arqueologia transatlântica do mundo moderno.

Um segundo trabalho, mais focado nos meios de resistência das populações escravizadas em Pelotas, é a monografia de bacharelado de Victor Gomes Monteiro (MONTEIRO, 2012; 2014). O autor se dedicou a pensar em uma tipologia do medo da elite pelotense na primeira metade do século XIX. Com base nos conceitos de *representação* de Roger Chartier e *medo* de Jean Delumeau, Victor se debruçou sobre as Atas da Câmara de Pelotas, entre 1832 e 1850, e encontrou quatro tipos de “medos manifestos” para o período – medo dos quilombos, medo do contingente de escravos, medo dos malês e medo dos estrangeiros uruguaios - e fez alguns breves apontamentos sobre “medos latentes” – mais associados ao contingente de escravos (MONTEIRO, 2012). Seu trabalho oferece um caminho interessante de investigação à equipe do Pampa Negro, pois aborda, na linha explícita de Caiuá Al-Alam (AL-ALAM, 2008), os cotidianos ativos das populações escravizadas, modos de combate ao regime escravista (para além da simples resistência) e o real medo das elites escravocratas de desestabilização de seu sistema (MONTEIRO, 2012; 2014). Além de, mais uma vez, caminhar em paralelo com a proposta do Projeto de costurar Pelotas à rede do mundo moderno pelo tráfico transatlântico – expresso nesse trabalho pelo temor dos revoltosos malês na Bahia, da situação frágil da fronteira com o Estado Oriental, e das posturas da câmara contra o tráfico negreiro já tornado ilegal pela Lei Feijó de 1831.

No mesmo projeto, Ferreira evidencia o impacto dos movimentos sociais na própria gênese da arqueologia da escravidão (LEONE, 1995) e a relação que já foi estabelecida entre, por exemplo, sítios arqueológicos quilombolas e o Movimento Negro no Brasil (FUNARI & CARVALHO, 2005; FUNARI, OLIVEIRA, & TAMANINI, 2008). Assim, mesmo não tendo arqueologia pública entre seus objetivos, Lucio Ferreira também procura debater esse tema, como possibilidade para a arqueologia da escravidão (FERREIRA, 2009b; FERREIRA, FUNARI, & CARVALHO, 2011), como uma interface entre políticas públicas, capitalismo contemporâneo e diversidade social (FERREIRA, 2010a, 2011b, 2015; FERREIRA & SALLÉS, 2012). Além de publicações individuais e coletivas, Ferreira também orientou Giullia Caldas dos Anjos nessa esfera (ANJOS, 2012). Dedicarei mais atenção à atuação e discussões levantadas pelo Projeto “O Pampa Negro” sobre arqueologia pública no segundo capítulo.

É possível ver uma proximidade grande entre a arqueologia da diáspora africana e movimentos sociais no trabalho de Marta Bonow Rodrigues, dissertação orientada por Lucio Ferreira, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPel (RODRIGUES, 2015). Marta analisou anúncios de compra, venda, aluguel, ofertas e procura de mulheres escravas entre 1875 e 1888, disponíveis em jornais da Bibliotheca Pública Pelotense. O objetivo era cruzar essas informações com os mesmos tipos de anúncios referentes s mulheres libertas,

no intuito de “entender a atuação das cativas na sociedade oitocentista pelotense, a partir das relações que se davam pelo trabalho doméstico feminino colocado nos anúncios de jornal” (RODRIGUES, 2015, p. 20). Ao analisá-los, a autora problematiza a condição da mulher negra na Pelotas do século XIX, nos meandros de formas muito mais sutis de dominação, resistência e vivência. A reflexão é então trazida ao presente, com a experiência da autora junto ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos e do Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPel. O contato com amas de leite aposentadas e trabalhadoras domésticas em atividade, fez da pesquisa de Marta Rodrigues, um panorama histórico deste trabalho predominantemente feminino em Pelotas, oferecendo novas ferramentas de luta para as trabalhadoras.

Para realizar seu segundo objetivo, “mapear arqueologicamente a distribuição espacial das redes de propriedades em Pelotas, visando a entender a organização cultural e política da paisagem do mundo escravista local” (FERREIRA, 2009a, p. 12), a equipe do “Pampa Negro” realiza prospecções às margens do Arroio Pelotas e Canal São Gonçalo, identificando vestígios edificados e cultura material de 14 das mais de 30 Charqueadas que existiram no município de Pelotas (FERREIRA, 2011a) (Anexo B).

Podemos observar com maior detalhe as atividades arqueológicas do projeto através dos três relatórios ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), que apresentam de modo prático e direto seus resultados ao longo dos anos. O primeiro, datado de 15 de março de 2011, traz os resultados do primeiro trimestre de atividades desde a publicação da portaria do IPHAN, autorizando as pesquisas. As primeiras etapas pautaram-se na constituição de um banco de dados geográfico (registro e mapeamento dos sítios em Sistema de Informação Geográfica – SIG) e documental. Essa premissa se baseia em metodologias atuais da chamada arqueologia histórica, e Ferreira evoca importantes referências como Barbara Little e Barbara Voss (C.f. FERREIRA 2011a, p. 34).

O relatório apresenta, então, o resultado da prospecção em campo dos remanescentes arquitetônicos das principais charqueadas ao longo do Canal São Gonçalo e Arroio Pelotas. Pontua geograficamente os resultados (14 remanescentes de charqueadas mapeados), mas atém-se à descrição detalhada daquelas que dispõe de documentação escrita - Charqueada São João, de Boaventura Rodrigues Barcellos, do Barão de Butuí e do Barão de Jaraú. “O objetivo geral é discutir, com base na documentação escrita e nos trabalhos de campo, as estruturas e funcionamento das charqueadas, bem como as ações sociais e culturais dos escravos.” (FERREIRA, 2011a)

Os dados são retirados, basicamente, das observações de prospecção, leituras de obras sobre as charqueadas encontradas e de inventários dos falecidos proprietários das “ilustres” indústrias. Foi possível observar, das 4 charqueadas mencionadas, a composição dos plantéis (entre 60 e 120 escravos), perfil demográfico dos escravos – suas ocupações, sexo, idades, origens, práticas e atuações sociais (FERREIRA, 2011a; ROSA, 2012).

A dissertação de Estefânia Jaekel da Rosa, primeira orientação de mestrado no âmbito do “Pampa Negro”, foi defendida em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, sob orientação de Lucio Menezes Ferreira. O trabalho de Estefânia é de bastante fôlego, uma vez que tenta abarcar dois dos objetivos gerais do Projeto “O Pampa Negro”: a) revisão da literatura norte-americana, caribenha e gaúcha, como subsídio das pesquisas de arqueologia da diáspora em Pelotas; b) atentar aos resultados das prospecções dos remanescentes das Charqueadas ao longo do Arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo. Junto com a análise arqueológica da etapa prospectiva, Estefânia visitou arquivos em Pelotas e Porto Alegre, para buscar o histórico das indústrias saladeris e seus plantéis através dos inventários de seus proprietários (ROSA, 2012). Os dados são bastante relevantes para o estudo de uma arqueologia da diáspora africana e do sistema escravista, e as futuras escavações nas quatro Charqueadas descritas beneficiarão muito as fontes levantadas. Mesmo com a rarefação (ou incoerência) de algumas informações como origem e idade de escravos e escravas, Rosa consegue traçar um perfil demográfico das populações escravizadas nas charqueadas, sugerindo, inclusive, interpretações sobre seus modos de vida cotidianos (ROSA, 2012). Voltarei à dissertação de Rosa mais adiante, quando discorrer sobre a Charqueada Santa Bárbara.

O segundo relatório, de 20 de março de 2012, apresenta os resultados das atividades do segundo trimestre de pesquisas, entre outubro de 2011 e janeiro de 2012. Seu conteúdo versa sobre a experiência no sítio do “Passo dos Negros”, também conhecido como “Chácara da Brigada”. O relatório possui um teor bastante político, uma vez que o sítio arqueológico se encontrava, e ainda se encontra, ameaçado pela construção de um polo de indústria naval (FERREIRA, 2012; ROCHA, 2014). O sítio está localizado no encontro entre o arroio Pelotas e o Canal São Gonçalo. Sua localização estratégica, entre o sul de Rio Grande e o escoamento de dois eflúvios importantes, fora já reconhecida em 1803, quando a Coroa Portuguesa instalara ali o “Passo dos Neves”, depois “Registro do Passo Rico”, para taxar o gado. O Passo tornou-se o primeiro porto e povoado da região, local de comércio de bens e escravos que chegavam de Rio Grande, pela costa Atlântica. Daí o nome “Passo dos Negros”. Por questões higiênicas (escoamento das sobras do abate), de segurança (quantidade muito grande de escravos) e

políticas, o pequeno povoado não se efetivou como primeiro núcleo urbano de Pelotas (FERREIRA, 2012; ROCHA, 2014).

Além do Passo, a área abrigou três charqueadas que foram, com o passar dos anos, desmembradas com o fim da indústria e tragadas pela expansão urbana. O terreno conhecido hoje como “Chácara da Brigada”, local onde fora instalado o antigo “Registro do Passo Rico”, passara à Cia. de Obras da Barra Geral, entre 1909 e 1910, e tornou-se propriedade da Brigada Militar em 1963, abrigando o Centro de Treinamento “Ninho da Águia” (FERREIRA, 2012; ROCHA, 2014).

Lucio Ferreira argumenta que o histórico da atual Chácara da Brigada, com vestígios de duas Charqueadas além de casa de passagem de escravos, torna-o de suma importância para pesquisas sobre a diáspora africana no Rio Grande do Sul. Em 2003, é sancionada a lei municipal 4.977 que instaura o “Roteiro das Charqueadas”, “como referência histórica, social e cultural de Pelotas, cuja preservação propicia o conhecimento e a valorização histórica do ciclo econômico do charque” (FERREIRA, 2012, p. 10). Em 2009, uma parceria entre a UFPel e o Comando Regional de Policiamento Ostensivo (CRPO/Sul) enviam pedido de tombamento da Chácara ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Finalmente, a Chácara da Brigada consta no III Plano Diretor de Pelotas como área de interesse arqueológico (FERREIRA, 2012; ROCHA, 2014).

Não obstante, a área continua a sofrer o impacto dos interesses de empreendedores navais, levando a prefeitura a tomar ações contraditórias com suas próprias políticas públicas de gestão patrimonial, tomando para si a propriedade do terreno ora estadual, e deixando claro seu interesse de instalar ali um polo industrial (FERREIRA, 2012; MARSILLI, 2014; ROCHA, 2014).

O Passo dos Negros foi tema da dissertação de Marcelo Garcia da Rocha, apresentado em 2014 ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da UFPel. Seu intuito é pensar

(...) a relação entre Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural. Através de vestígios arqueológicos e fontes escritas, procurou-se relacionar o Passo dos Negros e a cidade de Pelotas a uma esfera global de comércio no século XIX, pela perspectiva da escravidão, e observar parte da trajetória de leis municipais de proteção do Patrimônio Cultural, como ferramenta de representação desigual entre os grupos sociais do passado. (ROCHA, 2014, p. 22).

Para tanto, Rocha se debruça sobre os dados da prospecção arqueológica, dos inventários dos proprietários no Passo dos Negros, das Atas da Câmara Municipal e Código de Posturas da cidade, bem como relatos de viajantes dos séculos XVIII e XIX. Com isso, Rocha

lança mão de um excelente trabalho sobre os processos de representação social ancorados no patrimônio cultural, e como diferentes agentes – profissionais de ciências humanas, cidadãos urbanos, comunidade do entorno e poder público – mobilizam esses processos de representação. Voltarei a essa dissertação, juntamente com a dissertação de Marcelo, posteriormente, especialmente no que tange à sua crítica sobre o patrimônio pelotense, no capítulo 3.

O terceiro relatório apresenta de modo conclusivo uma súmula das produções e atividades acadêmicas do coordenador do Projeto, Lucio Ferreira, bem como daquelas associadas diretamente (sob sua orientação) ou indiretamente (sem sua orientação formal). Apresenta, também, os resultados preliminares das prospecções e escavações no Sítio Santa Bárbara, uma das Charqueadas

Os resultados acadêmicos do Projeto já foram citados acima. Ater-me-ei, então, ao resultado das prospecções e escavações.

Neste relatório consta que, além das 14 Charqueadas encontradas, o Projeto mapeou 12 comunidades quilombolas na Serra dos Tapes (formação montanhosa próxima à Pelotas, que teria abrigado escravos refugiados desde a escravatura), espalhadas na zona rural de Pelotas e os municípios vizinhos de Canguçu, Turuçu, Arroio do Padre e Morro Redondo (FERREIRA, 2013). Desses, restringe-se aos detalhes do trabalho com a comunidade do Quilombo Moçambique, em Canguçu (município vizinho de Pelotas). A comunidade possui um território de 3506.133 ha, mas ainda não reconhecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por falta de um laudo antropológico (FERREIRA, 2013). Além da prospecção por vestígios arqueológicos na área, Lucio Ferreira realizou, concomitantemente, um trabalho etno-arqueológico com a comunidade. Seus principais colaboradores foram Dona Maria Vitorino (Dona Fiinha, 84 anos) e seu filho, Santo Vitornio (Seu Santo, 52 anos). Seu Santo acompanhou a equipe do Projeto a uma área antiga de habitação, que pertencera aos seus bisavôs – a Tapera da Avó Florícia. A Tapera se encontra nas imediações do Serro do Quilombo, a 233 metros acima do nível do mar: “a partir dele se podia visualizar toda a área de cultivo, a tapera propriamente dita, bem como o vale do Rio Camaquã e do Arroio Santo Antônio.” (FERREIRA, 2013, p. 12). A equipe identificou, na tapera, quatro unidades arqueológicas: duas áreas de cultivo, a “estrada real” e, uma área de habitação. Embora essas categorias não fossem êmicas, foram construídas conforme os lugares visitados e descritos por Seu Santo.

As áreas eram cultivadas por coivara (queima do terreno prévio ao plantio), abrindo-se as covas do plantio com enxada, sem arado. As principais culturas eram as de milho, batata-doce, mandioca, amendoim, feijão preto, feijão miúdo, trigo e centeio. Segundo Seu Santo, a

pedra de bater e secar o milho é um marco fundamental dessa área de cultivo. Uma rocha de granito, depositada ali por erosão das encostas do Serro do Quilombo. Ela lembrava Seu Santo “dos tempos de dificuldades”, de sofrimento de seus antepassados (FERREIRA, 2013). Na segunda área de cultivo, Seu Santo identifica a “eira”, uma estrutura circular, previamente cercada por bambus que, embora não mais existentes, deixaram marco elevado que também se evidencia pela cobertura de vegetação rasteira. Seu Santo conta que ali faziam a “trilhagem”, debulhar as favas de feijão, por dois métodos: pisando as favas com um cavalo ou “batendo o feijão” com um porrete de dois tocos atados por corda (*manguá*) (FERREIRA, 2013). Ainda associado à produção agrícola, Seu Santo fala do *jacá*, balaio de fibras de taquara que, sobre o lombo do cavalo, levava a colheita até o galpão da habitação. O *jacá* também carrega lembranças lúdicas, pois Seu Santo era carregado no *jacá* na infância. Quando adolescente, passara ele, então, a conduzir o cavalo com o cesto. Sua mãe, Dona Fiinha, disse que ainda sabe fazê-lo, e ficara pendente uma proposta da equipe do projeto de filmá-la na tarefa de tecer um *jacá* (FERREIRA, 2013).

A Estrada Real, ou Estrada do Cercado, era o caminho entre as áreas de cultivo e a área de habitação, sem maiores detalhes no relatório (FERREIRA, 2013).

Da área de habitação, ficavam claros vestígios na topografia, com um platô elevado coberto por vegetação de pequeno porte. A área limpa da vegetação evidencia as estruturas da habitação. Segundo Dona Fiinha, a casa possuía seis cômodos mais um galpão adjacente, onde se estocava o milho. Próximo à casa, via-se um forno de pedras de granito com argamassa, em bom estado de conservação. Seu Santo relatou seu uso na cocção de pão de trigo e de centeio, batata doce, milho e carne de cria e caça (FERREIRA, 2013).

Com isso, a equipe identifica um modelo ocupacional, composto por duas áreas de cultivo e uma de habitação, sendo elas separadas por uma sanga (pequeno córrego). Certamente a relevância do modelo observado para a identificação e entendimento de áreas de ocupação de comunidades quilombolas somente será verificado com a escavação de outras taperas (FERREIRA, 2013).

Com essas informações, Lucio Ferreira propõe alguns planos de ação futuros. a) pedir a Dona Fiinha a fabricação de um *jacá*, filmando, fotografando e documentando todo o processo; b) pedir para a comunidade que desenhe antigos artefatos que estão presentes em suas narrativas, acompanhando o processo de entrevistas gravadas sobre os usos e significados desses artefatos; c) com esses dados, contextualizar a formação do território em arquivos de Sistema de Informação Global (SIG), como forma de subsidiar o laudo antropológico para a

legalização de suas terras; d) Que esse seja acompanhado de um projeto de proteção dos sítios arqueológico, através de um plano de gestão comunitária (FERREIRA, 2013).

2.3.Descobrimos a Chácara e a Charqueada às margens do Santa Bárbara

Durante prospecção nas margens do arroio Santa Bárbara, que fora também beirada de charqueadas, mas estranhamente ausente na historiografia local, Claudio Carle¹⁴ encontrou uma casa de arquitetura colonial típica do período charqueador (ROSA, 2012). Tendo milagrosamente sobrevivido ao avanço da urbanização da cidade, essa casa foi motivo dos primeiros estudos do projeto, incluindo escavação e história oral.

Inventários de famílias charqueadoras permitiram traçar o paralelo entre o terreno desta casa, a Charqueada Santa Bárbara, que falira já no final do século XIX (ROSA, 2012). Enquanto o inventário descrevia a sede como um sobrado, a casa encontrada pelo projeto era de um único pavimento, podendo ser apenas uma subsede, galpão de atividades ou residência de trabalhadores livres.

O trabalho de Estefânia Jaekel da Rosa e os relatórios de pesquisa da equipe visualizam o trajeto do terreno em que hoje se encontra o sítio: de Sesmaria requerida por Theodósio Pereira Jacomé, em 1790, à falência da Charqueda em 1851, nas mãos da viúva Rosália Alves Vianna, à posse da família Simões Lopes, hoje proprietária da Chácara em estudo (ROSA, 2012; FERREIRA, 2013).

A Chácara que encontramos hoje é resultado, pensando a partir de sua história colonial, do desmembramento da Sesmaria Santa Bárbara, inicialmente sob posse de Theodósio Pereira Jacomé. Pelo trabalho de Estefânia da Rosa e relatório de Lucio Ferreira, é interessante pensar que a Charqueada Santa Bárbara fora encoberta mais de uma vez. A primeira, descobrimos-la por um litígio de partilha. Quando morre o proprietário Manoel Alves de Moraes, a herança é repartida conforme desejo por testamento e por partilha amigável entre os familiares (ROSA, 2012, pp. 146-147). No entanto, um dos genros, sentindo-se injustiçado, recorre à divisão, exigindo uma fatia maior das posses do falecido sogro. Nisso, faz menção a uma charqueada cuja nomeação na partilha teria sido reduzida a “terras com benfeitorias”, de modo a subvalorizar sua importância e diminuir, assim, o valor final a ser partilhado entre os genros.

P.P ainda os mesmos embargadores que a fazenda da Boa Vista adjudicada à cabeça de casal embargada em 23:333/333, a casa e pomar por 12:000/000, o potreiro da mesma fazenda por 11:009/622 e a data da serra por 3:000/000 farão acreditados por

¹⁴ Professor do Departamento de Arqueologia e Antropologia da UFPel, pesquisador do Pampa Negro.

mais diminutos preço, quando a primeira vale mais de 40:000/000 e a segunda mais de 20:000/000 e a terceira mais de 40:000/000 **por ter charqueada que maliciosamente se omitiu, com porto de embarque e próximo a cidade** e a 4º finalmente vale muito mais de 6:000/000 por ter casas de moradia, galpões e outros estabelecimentos, que lhe dão muito valor havendo uma diminuição de 56:657/045 a que mais deverão subir as quatro propriedades (ROSA, 2012, grifo no original)¹⁵.

Assim, a área chamada na partilha do “Potreiro Santa Bárbara”, era mais que um potreiro. Ao sul da “fazenda da Boa Vista”, também de propriedade do falecido, teria sido uma charqueada que funcionara até 1851, quando falira ainda sob gestão do genro de Manoel Alves de Moraes, José Vieira Vianna (ROSA, 2012). O sobrado sede da Charqueada teria sido demolido pela expansão urbana, e o edifício que encontramos hoje teria sido construído por José Vieira Vianna, uma vez que não consta no inventário de Manoel de Moraes nem de sua esposa, mas aparece no de José Vianna (ROSA, 2012).

A segunda descoberta, pelo menos no que tange à sua história, teria sido a do próprio projeto “O Pampa Negro”, uma vez que

A charqueada Santa Bárbara foi descoberta no início de 2010. Curiosamente, a população da cidade a desconhecia, excetuando-se as duas famílias que, hoje, vivem na sede da antiga charqueada [...]. A historiografia local não a estudou; tampouco ela, situando-se na periferia da cidade, figura no roteiro oficial de turismo de Pelotas, com seu opulento centro histórico e imponentes charqueadas às margens do Arroio Pelotas (FERREIRA, 2013, p. 17).

Esse processo foi reproduzido pela equipe do projeto nos mapas dos Anexos C e D. No decorrer da pesquisa, surge um estranhamento em falar de “descobrimento”, uma vez que percebemos que para os moradores da Chácara e da vizinhança, a presença de uma Charqueada nas margens do arroio Santa Bárbara existe, mesmo que sutil, em histórias passadas no “boca-a-boca”. No entanto, trata-se do que colocou Lucio Ferreira com bastante clareza: esta Charqueada e sua história não figuram na historiografia local, no circuito turístico, nem nas listas de bens tombados, uma vez que não se compara com “seu opulento centro histórico e imponentes charqueadas às margens do Arroio Pelotas”. No entanto, talvez por isso mesmo essa Charqueada pode virar Chácara, como uma pessoa que se permite viver novas experiências e repensar seu próprio passado. À medida que eu e a equipe de arqueologia vamos descobrindo a Chácara pelos vestígios arqueológicos, documentação e narrativas dos moradores, vê-se que ela relata a indústria do charque de outro modo – menos opulento, mais sangrento; menos doce e mais salgado. Além de, certamente, surgirem outras narrativas sobre a própria cidade de

¹⁵ APERS [Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul]. Inventário de Manoel Alves de Moraes. A. 231; M. 16; E 25 (140ª). Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, 1844. *Apud* ROSA, 2012, p. 148.

Pelotas, partindo da perspectiva dos seus moradores: menos elitista, mais operária; menos urbana, mais rural; menos masculina, mais feminina; menos branca, mais negra.

Para tanto, encontrar as senzalas era essencial para a proposta do projeto, que buscava entender melhor o cotidiano da vida dos grupos escravizados (FERREIRA, 2013). Em sua obra, Ester Gutierrez (2001) nos apresenta uma série de inventários das principais famílias charqueadoras pelotenses, que mencionam tipos diferentes de senzalas: de estruturas de pau-a-pique à pedra e telha de barro. A proximidade com a sede também variava entre as diferentes estâncias e as diferentes funções (doméstica ou charqueadora) dentro do processo produtivo (GUTIERREZ, 2001).

A comparação entre as estruturas descritas nos inventários e as encontradas em campo nos levou a explorar a possibilidade tipológica sugerida pela documentação em uma das unidades encontradas no sítio. As primeiras escavações, buscando relações entre o ambiente doméstico da possível subsede (que, apesar de não ser a sede, era uma estrutura robusta e bem construída, sugerindo uma hierarquia superior à senzala, considerando o sistema produtivo) abriu unidades de escavação no entorno da casa, incluindo num galpão que poderia ter sido senzala doméstica, por seu tipo construtivo. Além desta, um argumento institucional ampara a escolha por uma escavação ampla. O recém-aberto curso de graduação em antropologia e arqueologia estava com necessidade de atividades de campo didáticas, que permitissem cumprir os requisitos de disciplinas de treinamento de campo. Naquele momento, só dois professores do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPel tinham portaria do IPHAN para realizar escavações em Pelotas, sendo Ferreira um deles¹⁶.

Posteriormente, nos dedicamos a prospectar mais amplamente, dentro dos critérios propostos por Symanski e Torres (SYMANSKI; SOUZA, 2007), a área mais afastada da casa, não tendo encontrado áreas de maior potencial que as já escavadas. Todo material recolhido e os registros das atividades foram primeiro analisados e arquivados no Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA). Hoje, encontram-se nas dependências do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Cultura Material (LEICMA).

Como resultado das prospecções e escavações no sítio, compõe-se a coleção arqueológica do Santa Bárbara, da qual voltarei a tratar com maior detalhe no capítulo 4. No momento, vale ressaltar mais dois trabalhos que evidenciam o fôlego e multidisciplinaridade do projeto “O Pampa Negro”. Ana Paula Leal e Mara Vasconcellos, estudantes do curso de Conservação e Restauro da UFPel, realizaram suas pesquisas de mestrado com o acervo do

¹⁶ Informação pessoal, 22 de abril 2015.

Santa Bárbara, buscando coadunar três áreas de interesse do projeto – museologia, conservação e arqueologia.

Mara Lucia Carrett Vasconcellos defendeu sua dissertação em 2014, no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe. A autora apresenta uma proposta para estabilização e conservação de materiais ferrosos de origem terrestre. Para formar uma coleção didática sobre os efeitos de diferentes processos de conservação em artefatos com ditas especificações, Mara escolhe 4 peças da coleção do Santa Bárbara, coletados em superfície e fora do contexto delimitado pelo projeto. Seu trabalho é muito bem sucedido, não apenas por estabilizar o material em decomposição, mas também pelo exercício crítico sobre o ato e ideologia que perpassam a conservação de qualquer coleção arqueológica e museológica (VASCONCELOS, 2014).

O trabalho de Ana Paula Leal, defendido em 2014 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (concentração em arqueologia) da UFPel, propõe a criação de um Banco de Dados que seja capaz de abarcar informações arqueológicas, museológicas e de conservação. Ana levou sua pesquisa para além da informatização dos dados, formulando métodos de análise e coleta de dados que integrassem essas três esferas desde o início das etapas de campo (LEAL, 2014).

2.4.O pedaço que me cabe nesse latifúndio.

Tendo apresentado o projeto “O Pampa Negro”, seus resultados e desdobramentos, procurei elucidar o contexto acadêmico no qual minha pesquisa se insere e como ela pode contribuir com o projeto citado. Com isso, vejo panoramas de proximidade entre minha pesquisa de doutorado e o escopo do projeto.

Primeiro, no que tange à questão patrimonial. Mesmo sem o viés explícito da preocupação patrimonial e da arqueologia pública, o projeto “Pampa Negro” tem, repetidas vezes, tomado frente na relação entre arqueologia, público e políticas de estado na gestão da memória social e do território. Em diversas publicações e atuações da equipe, fica clara a intenção de refletir e defender a diversidade no patrimônio cultural.

Em segundo lugar, o viés global que amarra todas as pesquisas sob orientação direta ou indireta de Lucio Ferreira. O esforço bem-sucedido de conectar Pelotas a uma rede mais ampla de comércio, intercâmbio de ideias, ao capitalismo industrial e a barbárie do tráfico transatlântico, também se estende ao presente, procurando os efeitos do sistema escravista e charqueador na cidade, na América e na Europa. Nessa procura, fica evidente que a arqueologia

e a história estão conectadas transnacionalmente por metodologias comuns, questões semelhantes e políticas internacionais de gestão patrimonial.

Finalmente, a abordagem multidisciplinar da equipe fica clara desde sua concepção. Arqueologia, história, conservação, antropologia, biologia, arquitetura, diversas áreas dialogam entre si, por meio de pesquisadores com diferentes formações ou através de leituras temáticas, para alcançar os objetivos almejados. Mais próximo de minha própria pesquisa, vejo, em diversos trabalhos, que a combinação entre arqueologia, história, etnografia e patrimônio não são novidades.

Ao mesmo tempo, vejo aberturas pelas quais esta tese pode acrescentar ao projeto “Pampa Negro”.

Embora a arqueologia pública, patrimônio e metodologias de campo tenham já sido fruto de reflexão em Ferreira e colegas, minha pesquisa é o primeiro trabalho de doutorado centrado na combinação dessas etapas, visando uma proposta de ação social vinculada ao projeto. Em outras palavras, abordo arqueologia pública, etnografia arqueológica e políticas públicas sobre o patrimônio a fim de propor uma narrativa diversificada sobre o passado e presente de Pelotas pelo patrimônio arqueológico. Ao propor essa inovação, lembro que ela só foi possível devido ao trabalho intenso de Lucio Ferreira e colegas durante esses cinco anos de pesquisa.

Como já esclareci na introdução, *O objetivo central deste projeto é partir da interação entre arqueólogos (as) e comunidade local em suas negociações pelo uso do espaço presente e da narrativa do passado, visando à diversificação das representações do passado e do presente pelo patrimônio arqueológico.* Adotando, para tal, a etnografia arqueológica (HAMILAKIS & ANAGNOSTOPOLOS, 2009; JONES, 2010a; JONES, 2010b) e trabalho arqueológico (FERREIRA, 2009a).

A abordagem etnográfica contribuiu com a aproximação entre as narrativas da equipe de arqueologia e da comunidade que vive nas proximidades do sítio arqueológico. A etnografia aplicada a estudos de caso arqueológicos tem permitido o acesso e atenção à relação desenvolvida por moradores locais aos sítios. Siân Jones (JONES, 2010a; 2010b) atenta para o fato de que os significados e narrativas que os diferentes públicos desenvolvem com o patrimônio arqueológico não são óbvias e geralmente são perdidas por olhares desatentos. A observação participante e entrevistas têm se tornado uma prática recorrente para ajudar a entender os valores locais e as memórias não oficiais que são construídas sobre o patrimônio histórico (JONES, 2010a; 2010b). A realização de etnografias em projetos de arqueologia não só tem permitido um olhar mais atento ao outro, mas também à prática do (a) arqueólogo (a) e

sua relação com os diversos públicos e com a construção de conhecimento sobre o passado (HAMILAKIS & ANAGNOSTOPOLOS, 2009) no momento em que a ciência em reflexão mostra-se mais ambígua e frágil (BHABHA, 2000)¹⁷.

Para ancorar essa metodologia, busco refletir sobre dois conceitos que são centrais a essa pesquisa: arqueologia pública e patrimônio.

Na minha dissertação de mestrado (RANZANI DA SILVA, 2011), já havia trabalhado com o conceito de arqueologia pública e, desenvolvi uma reflexão sobre sua origem e seus principais usos. Tendo surgido nos anos 1972, como em obra de Charles McGimsey, tinha o objetivo de sensibilizar legisladores e o poder público para a necessidade de proteger o patrimônio arqueológico da destruição (SCHADLA-HALL, 1999; MERRIMAN, 2004). Com o tempo, o conceito acompanhou os debates teóricos e metodológicos da arqueologia, e alcançou o século XXI com uma multiplicidade de variantes envolvidas na relação entre comunidade arqueológica o público geral (RANZANI DA SILVA, 2011). No segundo capítulo faço a primeira revisão sistemática sobre o conceito de arqueologia pública, em âmbito internacional e nacional, do projeto “O Pampa Negro”. Além da revisão, será a primeira proposta de aplicação do conceito de arqueologia pública diferente da educação patrimonial. Pretendo, com isso, contribuir com as reflexões e debates já levantados por Ferreira e colegas.

Também em minha dissertação de mestrado busquei apresentar um panorama geral do patrimônio, do princípio etimológico às cartas internacionais (RANZANI DA SILVA, 2011). A relação entre patrimônio e Estado Nacional surge com a própria formação dos Estados Nacionais europeus no século XIX (DÍAZ-ANDREU, 2002), e as obras de Margarita Díaz-Andreu, Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini me ajudaram a entender como a concepção de patrimônio e seu papel público foram mudando ao longo dos séculos e hoje possuem papel essencial nas políticas estatais para a cultura e território. Assim, chamei de “patrimônio cívico” essa parafernália jurídica contemporânea pela qual o Estado gere memória coletiva e espaço nacional (RANZANI DA SILVA, 2011, p. 20).

Em meu projeto de pesquisa, já coloco uma preocupação reflexiva sobre o entendimento do patrimônio enquanto categoria de pensamento (GONÇALVES, 2009) e representação social (CHARTIER, 1991; VASCONCELLOS, 2005; 2007). A etnografia da Chácara/Charqueada tem revelado o patrimônio como um termo que surge em momentos de negociação com a

¹⁷ O que Yannis Hamilakis e Aris Anagnostopoulos chamam de “etnografia arqueológica” é definida como um “espaço politicamente carregado”, um espaço para o engajamento e diálogo crítico sobre as formas de apropriação de vestígios materiais por diversos participantes em diversos tempos. **Fonte bibliográfica inválida especificada.**

Universidade, equipe de arqueologia e demandas por políticas públicas. Ele não aparece enquanto instância de resguardo afetivo do passado ou do presente.

Com esses panoramas em mente, pretendo rever a discussão sobre patrimônio arqueológico na bibliografia atual, de modo a pensar como as reflexões sobre o patrimônio arqueológico na contemporaneidade têm alçado a diversificação de significados e a necessidade de visões críticas sobre mecanismos de Estado para controle da memória e do território. Regina Abreu, José Reginaldo dos Santos Gonçalves, Marcia Bezerra de Almeida e Camilo de Mello Vasconcellos são referências importantes no debate atual, trazendo a diversidade de abordagens – entre antropologia, arqueologia, história, museologia e sociologia.

Essa abordagem conceitual aliada à metodologia proposta me levaram a identificar alguns eixos temáticos a partir das narrativas dos moradores sobre a Chácara/Charqueada e Pelotas: trabalho e acessibilidade, preconceitos sociais e histórias das mulheres. Esses eixos temáticos surgem como lentes pelos quais observar a biografia de meu principal agente de pesquisa: a Chácara/Charqueada. A complexidade e dimensão de cada um desses temas me levou, como sugestão da banca de qualificação, a selecionar apenas um para a continuidade da tese.

As colaboradoras do projeto representam 50% dos membros da comunidade que aceitaram participar da minha pesquisa. É também o grupo que apresenta elementos narrativos, histórias e vivências sobre a Chácara/Charqueada com um cerne bastante coeso – as dificuldades de mulheres (imigrantes livres ou filhas de escravas, cristãs ou de nação) num mundo machista. A história das mulheres foi pauta de apenas uma dentre todas as pesquisas do projeto o Pampa Negro, enquanto que questões trabalhistas e raciais estão incorporadas em diversos deles, especialmente pela arqueologia e história da escravidão. Assim, pensando em termos de representatividade, dentro do coletivo colaborador, e de sua ainda pouca presença nas pesquisas realizadas, optei por traçar a biografia da Chácara/Charqueada a partir de suas moradoras. Procuro, assim, construir uma biografia patrimonial que represente uma visão sobre o cotidiano feminino numa sociedade extremamente machista.

Eis a preocupação e indagação central da minha pesquisa: *Como podemos pensar sobre a diversidade de representações do patrimônio arqueológico, a partir do exemplo da Chácara/Charqueada Santa Bárbara?* Minha proposta de parceria com o projeto “O Pampa Negro” foi realizar uma etnografia do desenvolvimento dos processos de construção de conhecimento entre a equipe de arqueologia e a comunidade, visando contribuir com a diversidade de visões sobre o patrimônio cultural local, especialmente o arqueológico. Nessa esteira, contribuir também com a diversificação das representações sociais que figuram pelo

patrimônio cultural pelotense. Fazendo referência a Tim Ingold, entendo a Chácara/Charqueada como um *nó* onde os caminhos percorridos pelas narrativas dos moradores se encontram – caminhos esses que passam por outros pontos e traçam outras narrativas sobre Pelotas (INGOLD, 2011).

Para tanto, me debruço, nos capítulos seguintes sobre arqueologia pública e patrimônio, essenciais no esforço de construir uma disciplina mais democrática e socialmente engajada.

2. CAPÍTULO 2 – ARQUEOLOGIA PÚBLICA EM PERSPECTIVA

*Nenhum deles [acadêmicos de Magia de Magnostadt] é superior em comparação com os outros. Não importa se ele é um mago ou não...
Não importa se ele tem 10 vezes ou 100 vezes mais energia do que qualquer outra pessoa...*

*Não importa se ele é tão deslumbrante...
Não se abandonem a ele, porque nunca existiu alguém que viveu sem estar errado uma vez na vida.*

Matar Mogamett, “Magi: Labirinto da Magia”, cap. 197.

Em minha dissertação de mestrado (RANZANI DA SILVA, 2011), já havia trabalhado com o conceito de arqueologia pública, e desenvolvi uma reflexão sobre a origem do conceito e seus principais usos. Sua primeira menção foi em 1972, na obra de Charles McGimsey *Public archaeology*, publicado nos EUA pela Seminar Press, com o objetivo de sensibilizar legisladores e o poder público para a necessidade de proteger o patrimônio arqueológico de sua destruição (SCHADLA-HALL, 1999; MERRIMAN, 2004). Nesse período, a arqueologia norte-americana começa a sentir os fortes impactos sobre o patrimônio arqueológico, da quantidade e dimensão de obras de engenharia de grande porte em todo o país (DAVIS, 1972). Esse contexto levou ao debate sobre o papel da arqueologia enquanto categoria de gestão estatal de bens culturais, do qual nasce o termo “arqueologia pública”.

Com o tempo, o conceito acompanhou os debates teóricos e metodológicos da arqueologia, e alcançou o século XXI com uma multiplicidade de variantes envolvidas na relação entre comunidade arqueológica o público geral (RANZANI DA SILVA, 2011).

Imagens e expressões da arqueologia	“O público não-arqueológico irá reinterpretar e se apropriar do conhecimento arqueológico. Abordar o público através das visões criadas pela mídia, sem fugir da crítica que a ética profissional nos encarga, pode ser uma maneira muito mais efetiva (justamente porque é afetiva) de conectar-se ao público” (RANZANI DA SILVA, 2011, p. 81).
Alcance e Educação	“Seja qual for a proposta de alcance público, enxergar os não-arqueólogos como culturalmente diferentes, ao invés de culturalmente deficitários, é a única maneira de criar uma educação libertária e produzir uma experiência do passado e presente que responda às necessidades

	do(a) arqueólogo(a) e do público” (RANZANI DA SILVA, 2011, p. 91).
Antropofagia arqueológica	“Parte da negociação entre a arqueologia e os demais públicos pode terminar na deglutição da ‘cosmologia arqueológica’ pelas outras partes envolvidas” (RANZANI DA SILVA, 2011, p. 105).

Tabela 1 - Súmula dos três conceitos de arqueologia pública desenvolvidos em meu mestrado (RANZANI DA SILVA, 2011).

Em 2011, o conceito ainda era recente no Brasil e um levantamento bibliográfico da produção nacional e internacional me levou a dividir as apreensões que pude notar da arqueologia pública em três panoramas: arqueologia e mídia; arqueologia e educação; e, arqueologia “consumida” pelo público. Sobre arqueologia e mídia, minhas principais leituras de referência foram: Timothy Clack, Marcus Brittain, Julie Schablitsky e Cornelius Holtorf. Acompanhado por uma reflexão proposta por Umberto Eco em *Apocalípticos e Integrados* (2001), entendi que a relação entre arqueologia e público através da mídia deve ser pautada com crítica e parcimônia, buscando uma aproximação que pode ser mais efetiva e afetiva (Holtorf 2005 *apud* RANZANI DA SILVA, 2011).

Outro eixo foi “alcance e educação”, agrupando propostas voltadas para a comunicação do conhecimento arqueológico por meio de experiências educativas. Usando como referências artigos de Tim Copeland, Brian Fagan, Ana Maria Gomes, Neil Faulkner e Nick Merriman, pude perceber que a melhor maneira de gerar conhecimento democrático pela educação seria uma aproximação junto ao público, este visto como agente possuidor de conhecimentos distintos sobre o passado, e não deficitário de conhecimento arqueológico (RANZANI DA SILVA, 2011).

Finalmente, a arqueologia consumida pelo público que deixa de ser “não especializado” e ingressa pela formação arqueológica. Experiências como as de Sara Colley, Mike Pearson, Ramilisonia e Leigh Kuwanwisiwama foram algumas que encontrei de povos indígenas que tomaram a pesquisa arqueológica, não sem modificações, como ferramenta de conhecimento do próprio passado e diálogo com o poder público sobre demandas próprias (RANZANI DA SILVA, 2011).

Tendo me aliado ao conceito de arqueologia pública de Nick Merriman (MERRIMAN, 2004), é necessário, cinco anos depois, rever a produção contemporânea sobre o tema, especialmente no Brasil, onde seu crescimento é exponencial (e.g. Revista de Arqueologia Pública, do LAP/Unicamp, publica seu primeiro número em 2006. E.g. BEZERRA DE

ALMEIDA, 2002; FUNARI P. P., 2002; FUNARI, OLIVEIRA, & TAMANINI, 2008; FERNANDES, 2008).

No XVIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizado em Goiânia, entre 27 de setembro e 02 de outubro de 2015, Alfredo González-Ruibal criticou o modelo de arqueologia pública anglo-saxão, que se tornou referência para a arqueologia mundial. Em sua conferência, argumentou que o conceito de comunidades anglo-americanas não pode ser usado como modelo de comunidade para nações latino-americanas. Argumentou ainda que a arqueologia pública tem se tornado uma arqueologia em busca de um “novo amo” – o público. González-Ruibal aponta para diversos problemas de uma arqueologia pública mais preocupada em agradar ao público que em produzir conhecimento crítico. Isso resulta, por um lado, numa perspectiva homogênea do passado, transformando pesquisadores em gestores, distantes da reflexão científica (lembrando que o conhecimento aplicado foi uma política científica de governos fascistas). Por outro lado, na redução dos conflitos à multivocalidade, sendo nossa disciplina apenas mediadora em vez de politicamente ativa. Finalmente, o que nos caberia para gerar uma arqueologia efetivamente pública é oferecer uma visão crítica do passado, calcada no presente.

A conferência de Alfredo González-Ruibal, já referida anteriormente, coloca pontos fundamentais para pensarmos novos rumos para a arqueologia pública. Com essa proposta em mente, farei uma revisão de dois periódicos de referência sobre o tema: o periódico *Public Archaeology*, que conta com números anuais desde 2001, e seu homônimo nacional, *Arqueologia Pública*, editado pelo Laboratório de Arqueologia Pública (LAP/Unicamp). Essa análise será interpelada pelo debate com Alfredo González-Ruibal, com experiências educativas de Carla Gilbertone Carneiro, Camilo de Mello Vasconcellos e Marcia Lika Hattori, e com os trabalhos de colegas do “Pampa Negro” sobre o tema.

Tomando como base essa revisão crítica, partirei para a análise do meu próprio estudo de caso, olhando para a heterogeneidade do público que vive na Chácara/Charqueada e suas diferentes vivências do mesmo lugar.

2.1. Variações de um conceito. Arqueologia pública em dois periódicos.

Acredito que é necessária uma revisão de como o termo “arqueologia pública” tem sido utilizado no estrangeiro, contexto de sua origem, e também no Brasil. Voltei-me ao periódico internacional *Public Archaeology* para observar o primeiro contexto. Editado por Tim Scadla-Hall e Jamie Larkin (ambos do University College of London), A Revista possui um conselho

editorial que abrange Reino Unido, Austrália, África do Sul, Índia, Suécia, Finlândia e Brasil. Seu objetivo se define abaixo:

Public Archaeology é o único periódico internacional revisado por especialistas, que proporciona uma arena para o crescente debate sobre questões de arqueologia e patrimônio, e o modo como se relacionam com o mundo mais amplo de política, ética, governabilidade, demandas sociais, educação, gestão, economia e filosofia. Como resultado, o periódico inclui pesquisas inovadoras e análises perspicazes de tópicos que abrangem desde etnicidade, arqueologia indígena e turismo cultural até políticas públicas, envolvimento público e comércio de antiguidades¹⁸.

De fato, o periódico foi escolhido por ser a única publicação seriada especializada em temas de arqueologia pública, e que se propõe de alcance internacional. Assim, considero-o como uma fonte importante para visualizar os temas recorrentes desse conceito. Como recorte temporal, selecionei as publicações a partir de 2011, data de defesa do meu mestrado. Ao total foram contabilizados 106 textos, entre editoriais artigos, diários e resenhas. Infelizmente, a grande quantidade de textos impede, para os propósitos desta pesquisa, revisar cada um dos artigos. Uma leitura dos resumos e palavras-chave, no entanto, me permitiu avaliar a diversidade de abordagens que o conceito de “arqueologia pública” comporta e, relacioná-las com os interesses de minha pesquisa.

Dos 106 textos selecionados, 47 são editoriais, diários e resenhas, que não possuem palavras-chave nem resumos, apenas seu conteúdo de acesso pago. Assim, ficamos com 59 artigos que possuem palavras-chave e cujos resumos são de acesso gratuito.

Aparentemente não há, ou são amplos, os critérios para a atribuição das palavras-chave dos artigos, visto sua variedade. Para facilitar a análise, optei por enquadrar as palavras-chave em “grupos” associados por temas, tomando como base o conteúdo dos trabalhos expressos nos resumos.

Seguem os grupos criados e as palavras agrupadas:

- Paisagem – referências ao estudo da arqueologia da paisagem, preocupação com a relação entre arqueologia, espaço e métodos de prospecção em escala regional: paisagem, fotografia aérea, mapas, prospecção, geografia imaginativa, posse;
- Turismo – referência ao turismo como atividade associada à arqueologia e ao patrimônio cultural: turismo, rede turística, turismo e desenvolvimento econômico, turismo cultural, turismo do patrimônio cultural, turismo patrimonial, encenação, tendências;

¹⁸ Tradução livre de “Aims & Scopes” do periódico. Disponível em: < <http://www.tandfonline.com/action/journalInformation?show=aimsScope&journalCode=ypua20> > Acessado em: 30 de março de 2016.

- Patrimônio – referências ao patrimônio cultural, seu valor social, políticas públicas de proteção e manejo: patrimônio, patrimônio cultural, patrimônio vernacular, cadeia patrimonial, conservação patrimonial, proteção patrimonial, manejo patrimonial, manejo do patrimônio cultural, manejo do patrimônio arqueológico, manejo, patrimonialização, crime contra o patrimônio, valor, valorização, bens compartilhados, destruição, plano de preservação, preservação arqueológica, conservação, antiguidades portáteis, Conselho para Arqueologia Britânica, política, Convenção de Malta, performance, respostas de parcerias;
- Arqueologia subaquática – referências à arqueologia subaquática: arqueologia subaquática, preservação subaquática;
- Problemas sociais – referências às pessoas em situação de vulnerabilidade social: sem-teto;
- Etnografia e etnologia – referências à etnografia aplicada à arqueologia e aos estudos etnológicos associados à pesquisa arqueológica: etnosimbolismo, etnografia da arqueologia, etnografia arqueológica, métodos etnográficos;
- Repatriação – referências ao repatriamento do patrimônio arqueológico às comunidades locais (indígenas ou não): reenterramento;
- Comunidades – referências à arqueologia como instância de trabalho comunitário, ou que demonstrem preocupação na condição de comunidades específicas e sua relação com sítios arqueológicos: comunidade, manejo comunitário, arqueologia de base comunitária, envolvimento comunitário, comunidades na prática, arqueologia comunitária, consulta, respeito, participação, imigrantes, Inuit, veteranos, arqueologia amadora, pesquisa de ação participativa, arqueologia colaborativa;
- Memória – referências à memória social ou individual, em contraponto com a disciplina histórica: rememoração, memória cultural, memória social;
- Descolonização – referências à tentativa de subverter o mecanismo colonizador imbuído na prática arqueológica: políticas do conhecimento, políticas, políticas da arqueologia, ética, arqueologia indígena, pensamento descolonizador, pós-colonial, não colonial, descolonial, identidade indígena, direitos culturais;
- Nacionalismo – referências diretas ao uso da arqueologia na promoção de nações: nacionalismo, arqueologia e nacionalismo, identidade, sionismo;
- Política – referências à arqueologia associada à política, na promoção de políticas públicas ou como ferramentas de poder do Estado: políticas, Organizações Não Governamentais (ONG's), pós-comunismo, arqueologia soviética, governo da lei, democracia,

manejo público, governo de instituições, Loteria Britânica¹⁹, filantropia, arqueologia municipal, ordenança;

- História – referências à parceria entre as disciplinas arqueologia e história, bem como ao estudo da história da arqueologia: história, história da arqueologia, história científica, colonial.
- Conflito – referências ao conflito com arqueologia e à arqueologia do conflito: Inteligência militar, Primeira Guerra Mundial, Guerra de Inverno, pós-genocídio, prevenção de crime situacional, roubo, redução de crime, pilhagem, rebelião, capitalismo do desastre;
- Teoria e método – referências à reflexão teórica e metodológica em arqueologia: arqueologia, controvérsia arqueológica, escrita arqueológica, prática arqueológica, representação arqueológica, ética arqueológica, política arqueológica, escolas arqueológicas de campo, arte rupestre, escavação, material, cultural material, Congresso Mundial de Arqueologia, pragmatismo situacional, alternativa, especialista/conhecimento técnico, epistemologia, reflexividade, profissionalismo, associações profissionais, métrica;
- Colonialismo – referências à arqueologia associada a práticas coloniais e ao estudo arqueo-histórico de instituições colonizadoras: Fundo de Exploração da Palestina, exploração, Mandato Britânico na Palestina, Mandato Britânico na Transjordânia, Mandato Palestino, maçonaria, despolitização, exclusão;
- Mídia – referências à visibilidade da arqueologia através dos meios de comunicação: escavação como espetáculo, história do filme na arqueologia, arqueologia digital, propaganda, comunicação, *Time Team*, vídeo, mídia social;
- Religiosidade – referências à arqueologia e cultos religiosos, especialmente à prática arqueológica em locais sagrados: pagãos, arqueologia do oculto;
- Arqueologia pública – referências expressas ao uso do termo "arqueologia pública" e algumas variantes genéricas que implicam formas de alcance ao público não-arqueológico: arqueologia pública, engajamento público, experiências arqueológicas;
- Musealização – referências aos museus, museologia e musealização do patrimônio arqueológico: museu, museus, exposições;
- Educação – referências à arqueologia como ferramenta para a educação patrimonial, como tema de ensino em estudos sociais ou na capacitação para atuação arqueológica: educação, educação patrimonial, aprendizado, lições, escolas, livros didáticos,

¹⁹ A Loteria Britânica é uma instituição similar às Casas Lotéricas brasileiras, com forma de controle de jogos de azar, e arrecadação estatal. Na Inglaterra, ela financia uma grande quantidade de projetos culturais. Acessar: < <https://www.national-lottery.co.uk/> >.

ferramentas educativas alternativas, públicos, alcance, currículo de graduação, vocacional, habilidades para trabalho, experiências arqueológicas, estudos sociais, ampla participação, *aimhigher*; e,

- Licenciamento e desenvolvimento – referências à arqueologia como ferramenta para o desenvolvimento social e econômico, e nos processos de licenciamento ambiental: globalização, capital, economia, impacto econômico, desenvolvimento econômico, desenvolvimento da economia, valor econômico, economia cultural, economia da cultura, ativos culturais, recursos culturais, comodificação, partes interessadas, desenvolvimento, desenvolvimento social, desenvolvimento internacional, turismo e desenvolvimento econômico, arqueologia e desenvolvimento de infraestrutura, valor da arqueologia, consultores e agências nacionais do patrimônio, melhoria, Banco Mundial, Corporação Internacional de Finanças (IFC), Rio Tinto Ltda., arqueologia Ltda., avaliação de impacto ambiental, recursos de bem comum, bens públicos globais, sustentabilidade, desenvolvimento econômico sustentável, emprego²⁰.

Nomes de sítios arqueológicos e de lugares não foram considerados no agrupamento. Vale observar, também, que o total de menções não corresponde ao total de artigos uma vez que há mais de uma palavra-chave por texto, correspondendo a mais de um grupo em cada texto. Assim, a porcentagem faz referências à quantidade de menções de cada grupo no total de artigos. Abaixo, segue um gráfico ilustrativo do resultado.

Figura 1 – Gráfico com o número de menções por grupo de palavra-chave

²⁰ Traduções, livres, de minha autoria.

De todas as categorias, quatro se destacam como mais representativas, aparecendo em mais de 25% dos artigos: licenciamento e desenvolvimento (16, 27,12%); teoria e método (21, 35,59%); comunidades (17, 28,81%); e, a de maior presença, patrimônio (29, 49,15%). Os temas de menor representatividade, com apenas uma menção entre todos os artigos, foram: arqueologia subaquática; problemas sociais; e, repatriação. É possível notar a completa ausência de alguns temas como arqueologia de gênero e feminismo, arqueologia *queer*, arqueologia indígena e de populações tradicionais.

Por esses dados, o tema da arqueologia pública aparece como um espaço para reflexões sobre a prática arqueológica e sua atuação junto ao patrimônio. Nesse meandro, revela-se, por um lado, a preocupação massiva com as comunidades que se relacionam, direta ou indiretamente, com aquilo que denominamos de patrimônio arqueológico (conceito que será melhor debatido no capítulo 3). Por outro, vem em peso o debate sobre o papel da arqueologia no desenvolvimento social e econômico das populações locais aos sítios arqueológicos, como formação de mão-de-obra especializada e produção de “recursos culturais”.

Dos 16 artigos agrupados em “licenciamento e desenvolvimento”, nove defendem meios de tornar a arqueologia uma atividade produtora de rendimento para as comunidades locais e/ou contribuindo com o desenvolvimento do capitalismo global através da valorização econômica de recursos culturais. Desses mesmos 16 artigos, apenas três se colocam em posição claramente contrária a capitalização do patrimônio (e não recurso) arqueológico, apontando os problemas decorrentes desse processo sobre comunidades locais. Dos nove textos que argumentam pela capitalização dos recursos culturais, oito são norte-americanos e um holandês. Dos três que fazem crítica ao processo, um é brasileiro, o segundo norte-americano e o terceiro uma publicação conjunta de um arqueólogo argentino e um sul-africano. Das 16 menções de licenciamento e desenvolvimento, 10 estavam associadas com patrimônio, cinco com teoria e método, quatro com turismo e quatro com política.

A grande quantidade de menções sobre patrimônio, que aparece em 29 dos 59 textos (49,15% das menções) deve ser observada. Essas menções aparecem combinadas com as de turismo 10 vezes, com licenciamento e desenvolvimento também 10, com teoria e método seis, com política cinco e as demais, quando aparecem, são abaixo desse valor. Como se vê na lista acima, a palavra “manejo” aparece com diversas variantes, indicando uma busca pelo alcance das possibilidades de gerir o patrimônio cultural, atendendo à diversidade de demandas.

Teoria e método é o segundo grupo mais mencionado, aparecendo 21 vezes (35,59%). Ele apresenta-se combinado com comunidades oito vezes, seguido pela combinação com

patrimônio (seis) e licenciamento e desenvolvimento (cinco), estando as demais abaixo desse valor.

As menções a comunidades aparecem 17 vezes nos 59 artigos analisados (28,81%). Essas menções se combinam à teoria e método oito vezes, seis com patrimônio e cinco com política, sendo as demais abaixo desse número.

As combinações vão ao encontro da análise primeira, sugerindo uma preocupação com a discussão teórica em arqueologia, pensando, assim o destino da disciplina e sua relação com a sociedade. É clara a preocupação com o contexto local e comunitário onde se encontram os sítios arqueológicos. A preocupação com o manejo do patrimônio cultural é, como sabemos, uma “faca de dois gumes”. A ideia de patrimônio, que discutirei com mais afinco no capítulo seguinte, é um conceito que advém do Estado, ligada aos interesses de gestão do espaço, da representação social e das práticas culturais. Assim, sua aplicação para as realidades locais deve ser feita com cuidado e parcimônia, ou incorremos no velho erro de impor interesses alheios, em nome do “bem nacional”, ao cotidiano das comunidades cujo bem-estar deveria também ser o “bem nacional”. Por essa razão a combinação entre “manejo de patrimônio cultural” e o “desenvolvimento da economia através do recurso cultural”, muito recorrente no levantamento apresentado, deve ser problematizada. A qual interesse a ideia de patrimônio pretende defender, o das comunidades locais ou do capital global? Também, incômodo, é o afastamento que a arqueologia pública, por essa revisão sistemática, toma de questões que, em tese, deveriam ser-lhe centrais como a repatriação e os problemas sociais.

Esse levantamento nos sugere, assim, que a arqueologia pública em contexto estrangeiro tem se associado mais a estratégias de mobilização de culturas como recursos econômicos que o engajamento social. Não à toa, uma vez que a maioria esmagadora dos artigos trabalhados são de autoria britânica e norte-americana (respectivamente 33,3% e 29,6%), sendo que todos os demais países (África do Sul, Argentina, Alemanha, Austrália, Holanda, México, Brasil, Chile, Espanha, Etiópia, Finlândia, Canadá, Índia, Israel, Itália, Quênia, Rússia, Turquia e Suécia) representam menos de 5% cada um. O que nos leva a duas conclusões. Primeira, que o periódico não é tão internacional quanto se pretende. Segundo, que a arqueologia pública tem servido, nos países ricos (e onde o próprio termo se originou) como ciência aplicada ao desenvolvimento social sustentável propugnado pelo capital privado e estatal. Veremos mais adiante como essa lógica não se aplica ao caso da Chácara/Charqueada, e, seguindo argumentação de Alfredo González-Ruibal, como ela pode ser perversa em contextos Latino-americanos.

A arqueologia brasileira já está alerta para os impactos negativos e irreversíveis, ao meio ambiente, as comunidades tradicionais e populações pobres, em contextos rurais e urbanos, do desenvolvimento econômico. Ainda de modo bastante tosco e colonialista, e mesmo depois de 15 anos de um governo considerado centro-esquerda, o desenvolvimento econômico ainda é sinônimo de destruição de ecossistemas nativos, deslocamento compulsório da população indígena e rural, quando não seu extermínio.

No contexto de minha pesquisa, Pelotas, as dificuldades são as mesmas. Em 2012, quando trabalhava como professor temporário na UFPel, pude acompanhar de perto o esforço da comunidade científica e local do distrito do Laranjal, contra o empreendimento imobiliário que destruiria a paisagem natural do pontal da barra, onde o canal São Gonçalo se encontra com a Laguna dos Patos. Numa passeata em 03 de outubro de 2012, pude conversar com profissionais do meio ambiente, especialmente com biólogos da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e arqueólogos da UFPel. Os principais argumentos eram que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), feito em 1990, referente a uma parte diminuta de todo o pontal para uma construção de um hotel na época, estava sendo usado como referência para todo o Pontal. Não obstante, as técnicas usadas nos anos 1990, argumentavam os especialistas, foram ultrapassadas e desconsideravam os sítios arqueológicos identificados nos anos 2010. Em suma, eram necessários novos estudos. O IPHAN e Ministério Público fizeram embargo à obra ainda em 2012. Em cinco de agosto de 2016, Juiz da 2ª Vara Federal de Pelotas acatou a ação civil pública de autoria do Ministério Público Federal, revogando a Licença de Instalação nº 1390/2010-DL, proibindo a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) de emitir nova licença para a área do Pontal da Barra (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça, 2016).

Como vimos no Capítulo 1, o projeto Pampa Negro também se encontra nos mesmo litígios na Chácara da Brigada. No caso da Chácara/Charqueada, também vimos como a propriedade do terreno é o elemento central do debate e, além disso, a relação com sua casa não é medida pelos laços de desenvolvimento social e econômico, mas sim por laços de pertence familiar e história pessoal.

Sendo assim, porque o desenvolvimento social tem que ser associado ao desenvolvimento econômico? Por que insistimos em querer transformar o lugar cultural, o patrimônio arqueológico em recurso cultural? Por que não transformar o lugar em espaço de combate ao avanço do capitalismo industrial, que tanto nos suprime o ambiente e a diversidade de modos de vida?

Com essa análise, vamos ao encontro da observação que fez González-Ruibal, na conferência da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), em Goiânia, entre 27 de setembro

e 02 de outubro de 2015, sobre a diferença entre a arqueologia pública feita nos países denominados de capitalismo desenvolvido e nos países à margem do capitalismo global. A experiência da arqueologia brasileira com a expansão das fronteiras do capitalismo global também denuncia a falácia de suas promessas de melhoria social.

Para verificar como a arqueologia pública no Brasil tem abordado esses problemas, farei a mesma revisão sistemática no periódico *Arqueologia Pública*, editado pelo Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP), da Universidade Estadual de Campinas. Sendo o único periódico nacional dedicado ao tema, acredito que ele poderá nos dar uma perspectiva do que tem sido debatido sobre arqueologia pública em nosso país.

Foram analisados 103 títulos do periódico, entre 2011 e 2015 (com exceção dos números três e quatro de 2015, que foram dedicados aos Anais da Segunda Semana de Arqueologia do LAP). Do total, 28 não possuíam palavras-chave (as resenhas, entrevistas e editoriais), em contraposição aos 75 que as possuíam. Diferente de seu homônimo estrangeiro, o periódico *Arqueologia Pública* parecia possuir prerrogativas para o uso de palavras-chave, pois o número de variantes era menor. Não obstante, criei grupos de palavras-chave pelas mesmas razões descritas anteriormente: facilitar a avaliação das temáticas trabalhadas e indagar os interesses dos artigos. Foram criados os seguintes grupos:

- Museologia – museu de arqueologia, musealização da arqueologia, Museu Paraense Emilio Goeldi, sociomuseologia, musealização;
- Educação – estágio em história, educação patrimonial, educação museal, escolas arqueológicas, oficina lítica;
- Comunidades – comunidades, arqueologia comunitária, quilombolas, quilombos, ascendência africana, história local;
- Arqueologia participativa – arqueologia participativa, colaboração intercultural;
- Indígenas – índios guarani, civilização maia, Quilmes, Hupd'ãh, Maku, "neotaino", construção étnica, ancestralidade, arqueologia amazônica;
- Nacionalismo – nacionalismo, Espanha franquista;
- Imperialismo – império Britânico;
- Feminismo e gênero – feminismo, Boudica, infância, moda;
- Teoria e método – arqueologia, arqueologia brasileira, arqueologia mexicana, arqueologia sensorial, estratigrafia vertical, sítios arqueológicos, cultura material, epigrafia, metodologia, método comparativo, Geografia, *Google Earth*, GPS, diagnóstico, teoria, teoria

arqueológica, categorização, marxismo, antropologia, cultura, interpretações, sentidos, multiculturalismo, imaginário, toque, narrativa, ciência, perspectiva comparada;

- Patrimônio – patrimônio, patrimônio histórico, patrimônio cultural, patrimônio cultural subaquático, patrimônio rupestre, patrimônio arqueológico, patrimônio arqueológico irlandês, legislação arqueológica, tráfico de bens arqueológicos, organizações formais, IPHAN, IBRAM, preservação arqueológica, preservação;

- Memória – memória, memória social, memórias materiais, memórias coletivas, esquecimento, morte, família e dor;

- Discurso – análise do discurso, discursividades;

- Mídia – jornalismo, divulgação científica, arqueologia e comunicação, documentário arqueológico, entretenimento, difusão;

- Arqueologia pública – arqueologia pública, participação;

- Etnografia e etnologia – etnografia em arqueologia, etnoarqueologia;

- Licenciamento e desenvolvimento – avaliação de impacto ambiental, arqueologia preventiva, estruturação, desenvolvimento sustentável, impacto arqueológico, história ambiental, progresso;

- *Queer* – teoria *queer*, LGBT;

- Arqueologia da repressão – arqueologia da repressão, arqueologia da repressão e resistência, repressão, resistência, Guerra Fria, campo de concentração, barracão, guerrilha do Araguaia, ditadura, ditadura civil-militar brasileira, abusos policiais nos regimes de exceção, colonial penal de Dois Unidos, comissões da verdade, justiça de transição;

- Arqueologia subaquática – arqueologia subaquática, meio aquático, patrimônio cultural subaquático;

- Política – propaganda política, usos políticos, poder, anticomunismo, redemocratização, Estado Novo;

- Arqueologia do Velho mundo – Roma, moeda, moedas, Alexandre o Grande, período islâmico, portos medievais;

- Arqueologia histórica - arqueologia do capitalismo, arqueologia urbana, arqueologia histórica, arqueologia parietal, arqueologia da arquitetura, arqueologia do passado contemporâneo, estudos do tempo presente, pichações, estações ferroviárias, República velha, Era Vargas, escravidão, missões jesuítico-guarani;

- Conflito – conflito, posseiros, contatos interculturais, colonizações, violência;

- Turismo – turismo, turismo cultural, turismo arqueológico, produtos turísticos;

- Arqueologia pré-colonial - sítio pré-colonial, polidores, ocupações humanas pré-históricas, sambaqui da Panacoatira; e,
- Religiosidade – divindades, cultuantes.

Não foram registrados nomes de cidades, e apenas registrados nomes de alguns sítios arqueológicos como referências de temas de pesquisa. O gráfico abaixo mostra o resultado dos agrupamentos de palavras-chave.

Figura 2 - Gráfico com número de menções por palavra-chave

Quatro categorias se destacaram como mais mencionadas – teoria e método (32, 42,67%); patrimônio (15, 20%); arqueologia da repressão (12, 16%); e, arqueologia pública (10, 13,33%). Em comparação com o inglês *Public Archaeology*, foram mencionados, mesmo que brevemente, temas feministas e de gênero (2, 2,67%); *queer* (1, 1,33%); questões indígenas (6, 8%); e, populações tradicionais (sob categoria “comunidades”, 7, 9,33%). No entanto, problemas sociais, especialmente os urbanos (acessibilidade, sem-teto, moradores de rua) não

foram mencionados. Sobre essa última ausência, acredito que uma justificativa plausível seja a tradição brasileira de arqueologia afastada dos centros urbanos, herança de uma disciplina predominantemente sobre o “outro” indígena, partindo das universidades metropolitanas. Além, claro, do ambiente rural ser propício à preservação de sítios arqueológicos anteriores ao século XX, quando o rápido crescimento das cidades brasileiras engoliu (ou destruiu) inúmeros sítios com mais de cem anos.

No entanto, não se escusa a ausência de menções sobre o tema da repatriação. Não existe uma legislação vigente no Brasil sobre repatriação de coleções arqueológicas às comunidades originárias, apenas recomendações nacionais e internacionais, o que condiciona a devolução ao interesse dos Museus e Laboratórios de arqueologia. Assim, seria de suma importância que pesquisadores e pesquisadoras usassem da arqueologia pública para se debruçar sobre mais estratégias de retorno de coleções arqueológicas às comunidades originárias.

Ainda em comparação com o periódico inglês, os temas de turismo, licenciamento e desenvolvimento assumem uma participação bem menor. Talvez isso se explique por nossa experiência como países de capitalismo marginal, onde sentimos, cotidianamente, o impacto do livre-mercado, especialmente nas periferias urbanas, na zona rural, nas sociedades tradicionais e indígenas. Contrário ao que vemos em congressos da área, o termo “arqueológica pública”, neste periódico, é pouco associado ao licenciamento ambiental e a educação patrimonial (mencionado apenas quatro vezes nas palavras-chave). Acredito que isso se dê pelo esforço do corpo editorial em ampliar o escopo temático e lutar contra uma tendência homogeneizante na arqueologia pública nacional.

Sobre as mais mencionadas, vale observar que os editores da revista montaram dois dossiês especiais dedicados à teoria e método em arqueológica (2015) e arqueologia da repressão (2014)²¹. Isso indica também esforço do corpo editorial em contribuir com esses temas que acreditam ser de relevância para a arqueologia pública nacional e internacional.

A categoria teoria e método se combina com outros grupos. Com patrimônio (seis menções), comunidades (quatro), arqueologia pública (quatro) e arqueologia da repressão (quatro), sendo os demais abaixo desse valor. Com isso, abre-se o campo do pensamento teórico em arqueologia para o público não arqueológico e para pensar o patrimônio enquanto categoria crítica de representação de si e do outro.

A categoria patrimônio, segunda mais mencionada, associou-se, além das seis menções conjuntas com teoria e método, três vezes com arqueologia histórica, três com turismo e duas

²¹ Informação disponível em: < <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/issue/archive> >. Acessado em 17 de maio de 2016.

com arqueologia pública, sendo que as demais, quando ocorrem, abaixo desse número. Acredito que a alta combinação com teoria e método, por um lado, traga uma reflexão crítica sobre o que é patrimônio cultural e, especificamente, o arqueológico. Por outro, a quase ausência de outras combinações (especialmente com comunidades, indígenas, *queer*, feminismo e gênero, memória e política) possa ser interpretada como uma introversão - patrimônio como um campo preocupado com a legislação, gestão e preservação, mas nem tanto para os modos de representação social e do passado.

A arqueologia da repressão aparece combinada com a já mencionada categoria de teoria e método (quatro menções) e arqueologia histórica (quatro menções), sendo as demais, quando aparecem, com menos de duas menções. A proximidade com arqueologia histórica é própria do estudo da arqueologia da repressão e resistência no Brasil, cujo principal contexto dos trabalhos é a ditadura civil-militar brasileira entre 1964 e 1989. A forte presença do tema se deve, como já mencionado, ao dossiê temático dedicado ao tema.

Finalmente, o termo arqueologia pública aparece combinado com teoria e método (quatro menções), educação (três), museologia (duas) e arqueologia subaquática (duas). Todas as demais combinações são inferiores a uma, quando aparecem. Essas combinações, bem como a ausência de outras, sugerem que arqueologia pública está sendo usada expressamente para viabilizar um campo de discussão sobre a relação entre arqueologia e o público não-arqueológico. Diálogo que, no entanto, aparece institucionalizado e distante dos movimentos sociais e populações tradicionais.

A fraca presença de temas como arqueologia feminista, de gênero, *queer*, arqueologia indígena, quilombola, ribeirinha, rural, e a ausência total de arqueologia das periferias urbanas, discussões sobre repatriação, acessibilidade e minorias sociais nos leva a pensar que a arqueologia pública brasileira ainda tem que se esforçar muito para deixar o campo institucional e explorar novas temáticas. Como disciplina científica e central na valorização do patrimônio cultural, a arqueologia deveria buscar estudar não só passados “clássicos”, mas abrir seu escopo para uma diversidade de vivências, experiências e materialidade que contam diferentes visões sobre a história. Em outras palavras, acredito que a arqueologia brasileira precisa deixar suas zonas de conforto em estudos de caso remotos e adentrar campos temáticos mais diversos como arqueologia contemporânea, urbana, da sexualidade, cotidiano familiar, micro-histórica, indígena de longa-duração (ainda restrita ao contexto amazônico), migração forçada e desterritorialização, repressão e violência. Só assim, teremos subsídios para responder a problemas sociais candentes e explorar novos horizontes dos modos de vida pretéritos.

2.2. Arqueologias públicas em debate

Apesar da arqueologia pública não constar no projeto inicial do “Pampa Negro” como interesse de pesquisa, alguns de seus participantes dedicaram reflexões sobre este conceito e sua aplicação no Brasil.

Dos trabalhos publicados por Lucio Ferreira, cinco deles, a meu ver, tratam da arqueologia pública com mais profundidade.

Em todos eles Ferreira aborda o tema através de alguns elementos comuns. Primeiro, lembra que a arqueologia, mundial e nacional, é feita do imperialismo e nacionalismo do século XIX (FERREIRA, 2010a; 2011b; 2013; 2015; FERREIRA & SALLÉS, 2012). Ou seja, a arqueologia nasce como disciplina científica voltada para o conhecimento e dominação do outro, para definir as fronteiras nacionais e delimitar os lugares étnicos através da cultura material.

Parafraseando o antropólogo Victor Turner (2005), o patrimônio cultural surgiu como um momento de transição: ao desintegrar as comunidades tradicionais o Estado moderno inventou o patrimônio cultural, prescrevendo ou apossando-se dos símbolos antigos (FERREIRA, 2015, p. 39).

A arqueologia é, portanto, uma construtora de representações sobre o patrimônio cultural desde sua gênese. “Pelo menos desde os anos 1970, as investigações arqueológicas são consideradas indiscerníveis das políticas de representação do cultural” (FERREIRA, 2010a, p. 95.).

O segundo elemento comum nos textos de Ferreira sobre a arqueologia pública é o que se refere ao caminho a se tomar a partir das políticas de representação do patrimônio cultural. Em outras palavras: o que fazer com o poder da arqueologia em gerar representações sobre o passado?

Desse ponto, Lucio Ferreira reconhece que a arqueologia pública tem a contribuir, mas deve estar atenta, a que modelo de representação quer criar com o conhecimento arqueológico, e como ele se conecta com questões sociais do presente. Dois caminhos são possíveis: educação patrimonial e arqueologias participativas (comunitária e colaborativa).

A educação patrimonial, no Brasil, está associada ao licenciamento ambiental. Especialmente depois da publicação da Portaria nº 230/02, do IPHAN, que instituiu a obrigatoriedade dos trabalhos de educação patrimonial nos projetos de arqueologia atrelados ao licenciamento. O licenciamento é, segundo Lucio Ferreira, um dos resultados positivos do fim da ditadura civil-militar brasileira. Ele responde ao anseio de conhecimento e preservação do patrimônio ambiental e cultural brasileiro.

Carla Gilbertone Carneiro, em sua tese de doutorado, defende a educação patrimonial como um campo de conhecimento próprio (CARNEIRO, 2009, p. 122). Ela parte do conceito e metodologia de Maria de Lourdes Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro (HORTA, GRUNBERG, & MONTEIRO, 1999), que a entendem como um “processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo” (p. 06 *apud* CARNEIRO, 2009, p. 124). Uma crítica que Carla Gilbertoni faz a essa perspectiva é quanto à ideia de “alfabetização cultural” sugerida pelas autoras.

Quanto à metodologia, gostaria de apontar alguns comentários. Um dos aspectos que me incomoda é ser definida como um instrumento de alfabetização cultural; considerando o público algo como analfabeto para a leitura dos bens culturais. Mas de qual leitura estamos falando? Na verdade, esta alfabetização pode ser considerada como relativa a um tipo determinado de leitura, mas existem inúmeras possibilidades, muitas delas já parte do repertório deste indivíduo ou grupo que está em contato com o patrimônio cultural (CARNEIRO, 2009, p. 126).

Também em minha dissertação (RANZANI DA SILVA, 2011), critiquei a ideia ambígua da “alfabetização cultural”. Se por um lado ela pretende elencar o patrimônio cultural como vetor didático de políticas públicas sobre a memória para as comunidades, por outro, deixa de soslaio a possibilidade de existência de um “analfabetismo cultural”. De qualquer modo, concordo com a Carla Carneiro, Maria de Lourdes Horta e colegas sobre o potencial revelador e diversificador do patrimônio cultural. Carla Carneiro deixa, ainda, expresso seu interesse maior na possibilidade de diálogo que de “alfabetização”.

Neste processo a educação patrimonial mais que uma possibilidade de capacitação quanto às leituras específicas (conhecimento científico, histórico e artístico), proporcionando as ferramentas e códigos específicos desses campos do conhecimento é estabelecer uma possibilidade de diálogo, de conflito, onde possam vir à tona diferentes leituras e diferentes possibilidades de caminhos, tanto para quem é considerado público quanto para o profissional que está conduzindo a ação (CARNEIRO, 2009, p. 128).

Sobre esse esforço de tornar a educação patrimonial um momento de diálogo mais que uma didática sobre a história nacional, Camilo de Mello Vasconcellos e Marcia Lika Hattori propõem duas metodologias (VASCONCELLOS & HATTORI, 2014).

A primeira, o uso da história oral para “compreensão de conflitos, diferentes linguagens de valoração e identificação dos sujeitos envolvidos” (VASCONCELLOS & HATTORI, 2014, p. 82). Os autores lembram que os processos de licenciamento ambiental não são tranquilos, envolvendo agentes públicos, privados, comunidades locais e sociedade civil. Nesse contexto,

defendem que a educação patrimonial sirva como estratégia para o diálogo efetivo entre arqueologia e sociedade, averiguando como nossa disciplina pode contribuir com diferentes formas de interpretação do patrimônio local. “Conforme questiona Garcia Canclini (2008), qual o lugar das comunidades na lógica de mercado e da globalização? Quais as contribuições de fato desses empreendimentos para a diminuição das desigualdades? (VASCONCELLOS & HATTORI, 2014, p. 80)”.

A segunda, de modo similar, consiste na realização de um “Diagnóstico Patrimonial”, com as seguintes etapas:

- Levantamento das principais referências patrimoniais dos municípios (tangíveis e intangíveis) a partir das lideranças locais;
- Reuniões com o empreendedor, com a equipe de comunicação do projeto e com a equipe de Arqueologia, com a finalidade de discutir as ações de educação patrimonial desenvolvidas;
- Entrevistas com líderes comunitários;
- Registro fotográfico de referências patrimoniais materiais e imateriais nas diferentes comunidades envolvidas;
- Contatos com instituições dos municípios afetados pela construção dos gasodutos [o empreendimento, no caso] (VASCONCELLOS & HATTORI, 2014, p. 84).

O diagnóstico inicial criou subsídios para desenvolvimento do Programa de Educação Patrimonial, que compunha atividades com foco na elaboração de materiais didáticos, informativos, de divulgação dos valores e relações locais com o empreendimento e com o patrimônio arqueológico. Oficinas com agentes multiplicadores, professores do ensino médio e fundamental. Finalmente, a visita dos colégios envolvidos no Programa ao sítio arqueológico reconhecido pela comunidade local, fez com que os jovens adquirissem outro olhar sobre a prática oleira de suas famílias (VASCONCELLOS & HATTORI, 2014, p. 85).

Cada uma das metodologias possui suas especificidades e atendem diferentes contextos dentro do licenciamento. Ambas, no entanto, são excelentes exemplos de estratégias para fazer da educação patrimonial uma ferramenta de comprometimento social da arqueologia.

Isso não significa que o licenciamento, no entanto, seja um instrumento legal de todo envolvido na defesa do bem comum. Tê-lo como aspecto estruturante das políticas desenvolvimentistas do Estado, e como etapa condicional para o avanço de empreendimentos privados, coloca a arqueologia frente à outra demanda: a do capital global.

A arqueologia empresarial, aqui, tem um papel bastante marcado: é uma “realidade de transação” (Foucault 2008) entre as coisas e o mundo liberal, uma estratégia nos jogos de poder que permitem a neo-colonização das coisas por meio do mercado. Esta

arqueologia possibilita que o mercado, por sua vez, se justifique mediante a linguagem patrimonial (FERREIRA, 2010a, p. 39).

A situação se agrava quando constatamos que, em muitos casos, dentro do licenciamento ambiental, o arqueólogo e arqueóloga não atentam para seu lugar social (FERREIRA, 2010a). Com isso, estratégias educativas aplicadas pela equipe de arqueologia acabam acontecendo dentro do paradigma do “público deficitário”, como já apontei em minha dissertação (RANZANI DA SILVA, 2011).

A figura do arqueólogo como estrangeiro, como iluminador da consciência sobre o passado e gestor do presente, transforma as comunidades em meras coadjuvantes das investigações e, ainda pior, das políticas de representação do patrimônio (FERREIRA, 2010a, p. 99).

Durante uma das etapas de campo, em 2012, tivemos uma experiência de educação patrimonial na Charqueada Santa Bárbara, relacionada ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Giullia Caldas dos Anjos (ANJOS, 2012). Seu trabalho entende que o conceito de arqueologia pública também pode ser efetivado através da prática pedagógica. A autora realizou atividades com duas turmas de 4ª série (quinto ano) da Escola Estadual de Ensino Fundamental Incompleto Sagrado Coração de Jesus, próxima ao sítio Santa Bárbara. O estudo dividiu-se em três partes: aulas prévias sobre arqueologia; arqueologia da escravidão; e, sobre a charqueada Santa Bárbara, esta consistiu na visita à escavação e na avaliação final da experiência através de desenho dos alunos.

Pude participar dessa experiência com a autora em dois momentos: nas etapas de campo e na avaliação de seu TCC, como membro da banca. A experiência em campo foi bastante proveitosa, e dela tiramos um aprendizado essencial para pensar a educação patrimonial como ferramenta de publicização e construção conjunta do conhecimento arqueológico.

A visita da primeira turma (4ª A) foi considerada insatisfatória, a meu ver – avaliação que levei e debati com Giullia dos Anjos –, nossa abordagem foi intuitiva, sem cuidados prévios da equipe que receberia a turma. Quando chegaram os alunos, nós os levamos ao local da escavação e ao interior de um galpão com quatro paredes eretas, imperceptivelmente, os cercamos num dos cantos e começamos uma maratona de explicações sobre o que é arqueologia, a importância de preservar o patrimônio arqueológico e, como trabalhar em campo. Um dos arqueólogos da equipe, inclusive, fez um discurso malogrado: questionou os alunos se, encontrando indícios de um sítio arqueológico, não gostariam de escavar.

Claramente, a “gurizada” entendeu isso como um convite a escavação – era visível em suas expressões que vieram à campo na ânsia de colocar as aulas de Giullia em prática. Ao responderem que “sim”, o arqueólogo prontamente “cortou-lhes o barato” ao dizer que estavam errados! “Há sempre que chamar um arqueólogo quando acham um sítio arqueológico, pois escavar para preservar o patrimônio carece de experiência profissional”. Claro que é necessário estabelecer o limite entre experiência amadora e trabalho profissional, mas o modo de abordagem foi frustrante ao invés de didático. Nossa falta de traquejo e preparo com aspectos pedagógicos só ficou mais evidente com a ausência da professora – que acompanhara as crianças na visita, mas não sabia nada sobre arqueologia em campo (afinal, não era sua profissão) e fez apenas o papel de “monitoramento” das crianças, cuidando para que “não mexessem e nem quebrassem nada”, de acordo com a pressão da equipe de arqueologia.

Com isso, vimos que era necessário rever nossa abordagem pedagógica. Como ninguém da equipe tinha essa formação, propusemos um encontro com a professora da outra turma antes que essa viesse a campo com os alunos. Assim, pudemos nos preparar e capacitar a professora em arqueologia, para que ela, por sua vez, atuasse como agente multiplicadora com seus alunos, transformando o conhecimento arqueológico em experiência educativa infantil e de construção coletiva de conhecimento. A segunda visita, desse modo, foi bem mais interessante. A turma 4^aB foi melhor recebida, cuidamos para não atolarmos as crianças com infinitas falas sobre patrimônio e contávamos com a parceria da professora para transformar a visita numa real experiência de aprendizagem

Após as duas visitas iniciais, Giullia encomendou duas caixas de madeira de dois m² para simularmos uma escavação com ambas as turmas. Escondemos alguns materiais descartados sob a terra peneirada, improvisamos uma cobertura para o sol – avisamos aos alunos e professora que viessem com água, boné, protetor solar, calçado fechado e calça comprida – e partimos para a atuação. Deixamos os estudantes livres para participar ou não da escavação. Dividimos as turmas em duas tarefas: escavar e registrar. Como havíamos poucas ferramentas, fizemos revezamento entre os alunos para que todos participassem de todas as atividades. As simulações foram bem-sucedidas e mostraram a necessidade prática de alguns pontos importantes da arqueologia pública: conhecer o público e conhecer os próprios limites do conhecimento arqueológico.

Como já defendi em meu mestrado (RANZANI DA SILVA, 2011), o público não pode ser visto como um receptáculo vazio, pronto para ser preenchido pelo conhecimento arqueológico. Paulo Freire definiu essa perspectiva, já nos anos 1960, como “concepção bancária de educação”: “eis aí a concepção ‘bancária’ de educação, em que a única margem de

ação que se refere aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los” (FREIRE, 2013, posição 1062). Essa perspectiva dos educandos de nada serve para uma educação dialógica e, portanto, revolucionária. A experiência educativa deve ser construída na base do intercâmbio de práticas e saberes. Caso contrário, a informação se torna mais um elemento de diferenciação social e estabelecimento de hierarquias.

Lucio Ferreira é bastante crítico com a educação patrimonial em seus artigos, como já vimos acima. Para ele, a educação patrimonial no contexto do licenciamento ambiental brasileiro trata o público como deficitário de conhecimento sobre o patrimônio cultural, atuando na desvalorização dos saberes locais e relações comunitárias com os lugares e coisas do presente e passado. “É quase o *dom* do contato colonial: ‘dê-me suas coisas e paisagens, lhe dou em troca educação, cultura arqueológica, ressignificação de sua memória e desenvolvimento.’ ” (FERREIRA, 2015, p. 44)

Em contraponto à educação patrimonial brasileira, o autor coloca a arqueologia comunitária e colaborativa como estratégias efetivas de arqueologia pública (FERREIRA, 2010a; 2011b; 2015; FERREIRA & SALLÉS, 2012). Lucio Ferreira toma como base os conceitos de arqueologia colaborativa e comunitária de Stephanie Moser e colegas (MOSER, et al., 2002) e Yvonne Marshall (MARSHALL, 2002). Marshall define a arqueologia comunitária como aquela cujo princípio fundante é a confiança de parte da gestão do projeto (e seus produtos) à comunidade (MARSHALL, 2002, p. 212). Stephanie Moser e colegas caminham pelos mesmos trilhos.

O objetivo do projeto é envolver a comunidade local em todos os aspectos da empreitada arqueológica, culminando com a criação do centro patrimonial que apresente as descobertas das escavações para as pessoas de Quseir e turistas que visitam a área. (MOSER, et al., 2002, p. 221).

O trabalho, de Moser e colegas, propõe um guia metodológico para a prática da arqueologia colaborativa e comunitária, seguindo a premissa de que a arqueologia não pode mais permanecer sendo colonialista. O termo “colaborativo” aparece nos textos sem definição precisa, assumindo, assim, denotação literal – uma arqueologia que se faz em colaboração entre os envolvidos, o saber da equipe de arqueologia e comunidades locais. Ambas as autoras têm o cuidado de reconhecer a diversidade e heterogeneidade que compõem as comunidades com as quais nos relacionamos.

Com isso, Lucio Ferreira aponta sua perspectiva da arqueologia à descolonização: nossa disciplina surgiu do imperialismo e colonialismo europeu e, se queremos que ela continue viva,

precisamos rever nosso alinhamento político e social, e pensar sobre o conhecimento que produzimos. As experiências mencionadas acima veem no trabalho comunitário e colaborativo a saída para uma prática historicamente elitista.

No XVIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizado entre 27 de setembro e 02 de outubro de 2015, em Goiânia, Alfredo González-Ruibal (GONZÁLEZ-RUIBAL 2015)²² apresentou a conferência inaugural com o título “uma crítica à arqueologia pública”, já referida anteriormente. Em sua conferência, ele deixou claro seu incômodo com a falta de limites entre o público e a equipe de arqueologia como propugnado pela arqueologia comunitária e colaborativa. Em outras palavras, o autor se preocupa que a arqueologia esteja procurando um novo “amo” para servir: o povo.

O autor não defende uma arqueologia que se distancie de causas sociais e deixe de ter um cuidado com interesses locais. Mas teme pela relação acrítica com o público, o que transforma a arqueologia em mera gestora de interesses sociais sobre o patrimônio. Teme que passemos do autoritarismo científico para o populismo. Uma questão central que ele faz é: O que é uma ciência a favor da sociedade?

No entanto, o populismo cria inevitavelmente a imagem de um arqui-inimigo, material e tangível, que personifica (e simplifica) o mal absoluto (o judeu, o Kulak, os yankees) que é a frustração do puro prazer, da *jouissance* comunitária²³ (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012, p. 107)

González-Ruibal lembra que nem todas as forças que falam pela saída da Torre de Marfim (metáfora para o conforto da pesquisa e produção que não sai do circuito acadêmico) estão a favor de uma saída subversiva. O neoliberalismo preza pela ciência aplicada, e acredita que a arqueologia pública é uma demanda feita pelo próprio neoliberalismo sobre nossa disciplina. O sistema gosta de arqueólogos que cuidem apenas de comunidades e seus interesses locais enquanto ele age globalmente. Não apenas pelo viés econômico, mas também pelo político. O autor nos lembra que regimes totalitários e fascistas prezam pelo conhecimento puramente aplicado, que pare de refletir sobre o estado das coisas e passe apenas a atendê-las (GONZÁLEZ-RUIBAL 2015).

Acredito que a problemática fique muito clara quando Alfredo González-Ruibal menciona o multiculturalismo e multivocalidade, conceito que toma do arqueólogo colombiano Cristóbal Gnecco (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2014). A multivocalidade homogeneiza e reduz o

²² GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. *Uma crítica à arqueologia pública*. Conferência de Abertura do XVIII Congresso da SAB. Goiânia/GO. 2015.

²³ O termo em francês, *jouissance*, se encontrava nesse idioma no texto original. Optei por mantê-lo e apresentar uma tradução em nota: “prazer intenso, intelectual ou moral, que obtemos da posse de qualquer coisa ou do conhecimento” (Éditions Larousse, 2016).

conflito à vocalização. Afinal, todos têm direito de falar? Ruibal dá o exemplo da comunidade de Belchite, em Zaragoza, na Espanha, onde assassinos e torturadores a serviço do regime franquista convivem com suas vítimas e familiares desde a Guerra Civil Espanhola. Os assassinos têm o mesmo direito de voz e de atendimento que as vítimas? Podemos encontrar exemplo semelhante no Brasil, quando Gilson Martins defende, fazendo contraponto à pauta indigenista de Jorge Eremites de Oliveira, que a “justiça é para todos”, e que grandes latifundiários também devem ser representados em pesquisas arqueológicas em contextos de conflito fundiários (MARTINS, 2005). O multiculturalismo termina por produzir uma visão pacificada do passado.

O que carecemos é de uma arqueologia socialmente e politicamente engajada, mas que se mantenha cientificamente crítica e confiante em seu poder de atuação. A redução da pesquisa aos polos da ciência pura e aplicada é inocente, e desconsidera a diversidade (e diferença) de atores e sistemas em jogo: inclusive esquece-se da própria arqueologia e do/a arqueólogo/a. Precisamos de uma visão analítica sobre o passado e, ainda alerta Ruibal, cuidar para que a comunidade não se torne a nova Torre de Marfim (GONZÁLEZ-RUIBAL 2015).

Essas observações são essenciais para pensar o contexto do meu trabalho, e definir, assim, uma prática de arqueologia pública que atenda aos meus objetivos de pesquisa.

2.3. O outro mora ao lado. Públicos, Chácaras e Charqueadas.

Algumas das primeiras questões que levei comigo durante a etnografia realizada foram “como os moradores veem a Charqueada? Quais histórias estão relacionadas com seu passado? E como eles vivem hoje nesse lugar?” Com o tempo, fui descobrindo que, antes da Charqueada, passado distante, havia a Chácara, passado recente. As vivências dos moradores na Chácara, suas histórias familiares são tecidas em linhas narrativas que embrenham diferentes Chácaras/Charqueadas. Perceber a constituição dos lugares, e das relações entre nós, arqueólogos, e os outros, deve ser o cerne de um trabalho de arqueologia pública. É através dessas narrativas sobre o passado, ancoradas no presente, que os moradores, moradoras, comunidades e até pesquisadores constituem seu protagonismo histórico e defendem sua história.

Como parte da metodologia etnográfica, realizei entrevistas com os colaboradores do projeto. Elas foram gravadas em áudio, com a permissão por escrito dos entrevistados²⁴ e, o

²⁴ As permissões estão fotocopiadas no Anexo F, sendo que os originais constarão apenas na versão final da tese, a ser depositada na biblioteca do MAE/USP. Usei dois termos de concessão de voz e imagem. Um, padrão do projeto Pampa Negro. O segundo, uma adaptação própria, uma vez que o primeiro se mostrou demasiado técnico

local para as entrevistas foi selecionado de modo a deixar os colaboradores mais à vontade. Procurei desenvolver ao longo de todo o processo uma relação de confiança, esclarecendo sempre minhas intenções com as entrevistas, falando abertamente sobre os objetivos da pesquisa, comentando sobre os detalhes e descobertas da escavação. É importante observar também que estive sempre atento aos possíveis usos do conhecimento produzido pela equipe de arqueologia em suas próprias construções do passado.

Para guiar-me na organização das entrevistas, usei alguns conceitos e estratégias de José Carlos Sebe Bom Meihy e Suzana Salgado Ribeiro (MEIHY & RIBEIRO, 2011). A devolução das entrevistas aos colaboradores seguiu os três estágios de tratamento do texto (transcrição, textualização e transcrição), proposto pelos autores. No entanto, para os propósitos dessa tese, usei as transcrições absolutas como dados para análise das narrativas, mais próximo da descrição densa (GEERTZ, 2000).

Os indivíduos selecionados para entrevista seguiram uma *rede*²⁵ definida para esta pesquisa – indicação da comunidade de interesse central, os moradores e moradoras da Chácara. Essa restrição se explica pelo fato de que o sítio arqueológico está no pátio da casa, que ainda é habitada pelas famílias com as quais trabalhamos. Assim, optei por tentar respeitar sua privacidade ao máximo (já alterada pela nossa estada e subseqüentes atenções da mídia e comunidade). Durante as entrevistas e conversas, foi possível mapear as preocupações com segurança e bem-estar que os levaram a indicar “quem soubesse mais da história da Chácara”.

Ao total, foram doze colaboradores, todos associados à Chácara. De acordo com a proposta de Meihy, o uso de pseudônimos é facultativo e deve ser acordado com os colaboradores. Quando questionados sobre o uso de pseudônimos, os colaboradores se mostraram indiferentes e disseram que ficasse ao meu critério. Prefери, nessas circunstâncias, usar os pseudônimos para garantir-lhes o anonimato.

A rede estabelecida foi: Dona Portuguesa, Dona Maria, Seu Marcel, Seu Rocha, Seu Victor (moradores); Dona Zena, Seu Antônio, Seu Alberto (familiares, ex-moradores); Seu Flores, Dona Angélica, Cássia (moradores da comunidade); e, Lucio Menezes Ferreira (coordenador do Projeto “O Pampa Negro”).

Ao total, foram onze entrevistas usadas com esses colaboradores. Dessas, quatro foram retiradas do banco de dados do “Pampa Negro”, feitas por Estefânia Jaekel da Rosa e uma por Liza Bilhalva. Estefânia foi aluna de mestrado de Lucio Menezes, a primeira dissertação do

para entendimento dos moradores.

²⁵ ”Rede: “Rede é uma subdivisão da colônia que visa estabelecer parâmetros para decidir sobre quem se deve e quem não se deve entrevistar” (MEIHY, 2005, p. 177).

Projeto o “Pampa Negro”. Ela realizou entrevistas com todos os moradores: Dona Maria, Seu Marcel, Seu Rocha, Seu Victor, Dona Trança. Embora Estefânia não tenha usado a metodologia de Meihy, tive acesso aos áudios das entrevistas e pude averiguar como elas foram conduzidas. O propósito das entrevistas foi similar, assim como as questões, e fazem parte da documentação gerada desde o início do projeto. Por isso optei por usar as entrevistas feitas por Estefânia, que foram submetidas às etapas do método de Meihy, descritas abaixo, com autorização dela e do coordenador do projeto. Liza conduziu a entrevista com Seu Flores, mas participei do preparo e da entrevista. Vale observar que as citações das entrevistas apresentam sua descrição absoluta, com todos os detalhes da linguagem falada e sonoridade captada. Eventualmente, coloco entre chaves – [] – inserções textuais que podem ser: a) falas paralelas do entrevistador e/ou terceira pessoa durante a narrativa central do entrevistado; b) inserções pós-transcrição explicativas, para facilitar a leitura. Nos diálogos, “Bruno” é o entrevistador autor desta tese. As outras entrevistadoras e/ou terceiros serão identificados na citação através de nota.

Partindo do conceito de *colônia* proposto por José Meihy²⁶, as entrevistas revelaram uma gama muito ampla de pertencas étnicas, sociais, sexuais e de gênero, que me levaram às propostas que retomarei no capítulo 4. No momento, cabe averiguar como o trabalho com os colaboradores me permitiu pensar o conceito de arqueologia pública. Finalmente, noto que aqui valer-me-ei dos conceitos de “narrativa” e “lugar” que apresentei da Introdução da tese.

O lugar da Chácara começa bem depois da Charqueada, em princípios do século XX. O primeiro registro do aluguel do terreno em nome do avô, Constantino Marques, é de 1912²⁷. Antes disso, a família alugara uma Chácara perto de onde é o Colégio Pelotense (Anexo E. 1). Seu avô e sua avó vieram com uma promessa,

[...] Porque a estada desses portugueses era assim, né, a maioria deles são assim, eles vem com a intenção de fazer a vida aqui, depois pretendia voltar [B - Claro] todos eles fazem assim, mas muito poucos conseguem, né (Seu Victor, 10/06/2012).

De fato, Seu Constantino e Dona Emília, os avós, ficaram no Brasil até seus últimos dias. Mas essa expectativa da volta fez com que recusassem a oferta de compra da Chácara de seus proprietários – Dr. Augusto Simões Lopes (Seu Alberto, 11/12/2014). Essa opção terminou por deixar a família, atualmente, numa situação de instabilidade. Não que isso compromettesse seu sentimento de posse e pertencimento ao local. Como eles próprios narram, seu avô sempre

²⁶ *Colônia*: “são os elementos amplos que marcam a identidade geral dos segmentos dispostos à análise. Classe social, gênero e etnia são os pontos básicos do conceito de colônia (MEIHY, 2005, p. 177).

²⁷ Acervo pessoal de Seu Marcel.

foi visto como gestor, senão dono da Chácara. Quando a Rua Conde de Porto Alegre foi estendida sobre a propriedade, funcionários da Prefeitura foram pedir autorização ao Seu Constantino (Seu Victor, 10/06/2012). Como mostrei no primeiro capítulo, hoje esse sentimento ainda se mantém, especialmente quando face à ameaça de venda do terreno. Infelizmente, como pagam aluguel desde que chegaram, não tem direito a usucapião. Mas Seu Alberto, único filho sobrevivente de Seu Constantino e Dona Emília, não parece se importar com isso, afirmando que tudo aquilo é seu, “se forem vender, tem que vir falar comigo” (Seu Alberto, 11/12/2014).

As narrativas dos moradores e colaboradores constroem a biografia da Chácara. Essa biografia, vivência, experiência, revista durante a narrativa, cria e estabelece a Chácara como lugar de relevância para seus habitantes, ex-residentes e vizinhos. Estabelece, também, o espaço que a Charqueada ocupa nesse corpo histórico.

O lugar que passei a chamar de Chácara/Charqueada é descrito de diversas maneiras. Fundante é sua importância como lugar de provimento, plantação, abundância e sustento da família.

Bruno - A gent/ a gente entrevistou um outro senhor, que é o Seu Flores, que agora não sei exatamente onde que ele mora, é que ele disse que... Dizia isso, que o pessoal que conhecia a chácara e... vinha comprar legumes, vinha comprar peixe, vinha comprar leite, que era o lugar de vir comprar essas guloseimas.

Victor - Uma coisa também que...comprava muito aqui na época de finados era flores. [B - flores]. Porque bem atrás, ali naquele casarão que vocês tavam procurando ali, [B - Ahã] ali tinha um pedaço é que hoje tá tudo cheio de erva, arbustos, de ervas, ali, né. Ali era um jardim, assim. Coisa mais linda (Seu Victor 10/06/2012).

[...]

Victor - Essa tia... Essa tia que morou aqui é a Idalina. [B - Tia Idalina] Que era filha dos... Essa veio de Portugal... [B - Filha do seus avós, é] É. Ela e o tio Antônio, que vieram de Portugal. Esses... esses dois tios. Ela viveu toda a vida dela aqui nessa casa aqui também, com meus avós, [B - Ahã] e morreu nessa casa também. [Anelise - Ahã]²⁸ Então eles... er... ela que cuidava dessa parte das flores. Ela só vinha aqui na... na entrada, sabe aquele portão de ferro que tem ali? [B - Ahã] Entra assim, er... ti entra pra direita daquele caminho que te leva ao fundo, assim [B - Ahã]... Pra direita ali também era outro jardim dela. [B - Ah, que bonito] É, bonito sim, a entrada. Bom, aqui era, era comum as pessoas chegarem aqui o... Bruno, assim, e... pedirem licença pra entrar, só pra olhá... a Chácara. [B - Ah, que bonito (risos) que legal]. Vinha os vizinhos pra olhar, assim. E o meu avô, meu avô tinha, eles tinham animais, eles tinham cavalo, eles tinham carroça, naquele tempo as carroças, com aquelas rodas de chapa de aço, sabe. Não eram essas carroças de... de pneu de borracha, era de ferro mesmo. Então ele se... ele, ele saía de manhã com aquelas carroças cheias, cheias de legumes, [B - Ahã] pra levar pro mercado. Ele tinha uma, tinha uma banca, ele era dono de uma banca do mercado central. [B - Saquei] Então ele abastecia a... banca dele e a banca de outros também, né. [B - uhum] Então eles trabalhavam... era assim, né. E nós, éramos guris, né, passando por aqui a gente saía com um carrinho, desses

²⁸ Anelise era estudante de graduação do curso de antropologia. Seu interesse pela arqueologia pública levou-a a acompanhar-me nessa entrevista (com permissão do entrevistado).

carrinhos de mão, [B - Ahã] cheio de legume por aí também (risos) [A - (risos)] Era comum a gente sair a vender (Seu Victor 10/06/2012).

O passado produtivo da Chácara é uma referência constante em todos os entrevistados da rede. Plantação de hortaliças, frutas, flores, produção de leite, laticínios, ovos de galinha. Há também a criação de animais para consumo próprio e venda, como porcos, e auxílio nas atividades diárias, como cavalos e burros. Além do que produziam, trabalhavam com processamento de material primário para revenda. Dona Portuguesa conta que costumavam passar horas no galpão dos fundos, “estalando fumo” – limpando as folhas para depois juntá-las em fardos e vendê-las (Dona Portuguesa, 17/12/2010). Ela conta também que Seu Alberto costumava trazer lixo do Hotel Curi, no centro da cidade,

Não sei o horário certo, mas talvez depois de uma hora, mas acho que era diariamente. Trazia e despejava no chiqueiro dos porcos, que ficava ali nos fundos, junto do galpão. Chovia, ficava aquele barral, aquele lodo horrível. E era ali que eles criavam os porcos. Depois eles vendiam, muitas vezes eles matavam. E vinha louça, xícara, pires, talher. Vinha tudo misturado no resto de comida. Depois ia limpando ali. Até mesmo no chiqueiro a gente olhava os porcos comendo, e via uma colherinha, uma figa. Mas tudo em pedaços. Inteiro até vinham xícaras inteiras, mas sem a asa. Um pouquinho de pires, às vezes. Algumas coisas davam para aproveitar. Tanto é que as pessoas levavam tudo (Dona Portuguesa, 17/12/2010).

Infelizmente, ela disse que os cacos que ninguém levava eram recolhidos e jogados no lixo (recolhido pela Prefeitura). No capítulo final, falarei mais da cultura material da Chácara/Charqueada, e o que pode ter ficado desse processo.

Dona Angélica, vizinha da Chácara, igualmente evoca o passado produtivo das terras de sua avó, Dona Emma, que, contemporânea de Constantino e Emília, trabalhava com a terra.

Pra lá... Até só essa volta aqui, né, isso aqui, mais... pra lá, tudo era Chácara dela, onde ela plantava cebola, essas coisas né, plantava um monte de coisa. E... vendia, vendia pra Rio Grande, vendia pra esse lado todo aí. Essa história que eu sei. Que aqui também tinha uns portugueses que moravam aqui [B - uhum] que era também... Chácara. Junto com/ a minha vó tinha essa Chácara pra lá e eles eram pra cá. Issoae que eu sei (Dona Angélica, 24/01/2013).

Dona Angélica se lembra particularmente da cebola, apesar da menção de plantarem “um monte de coisa”. Não à toa, uma vez que as cebolas estão entremeadas em sua narrativa por uma série de eventos e coisas que lhe são muito caras. Elas conectam o “amassilho”, importante *datum* espacial sobre a Chácara de sua avó, e algumas fotografias que usa para contar sobre o trabalho na lavoura, gerido e praticado pelas mulheres. Falarei mais desses elementos no capítulo final, mas vale adiantar que o “amassilho” é um moinho de pedra, movido

a tração animal, usado para amassar (daí o nome) junco, transformando-o na palha usada para, entre outras coisas, fazer réstias de cebolas para venda.

A família mais próxima de Dona Angélica também seguiu trabalhando com abundância.

Angélica - Essa casa aqui foi construída... Que antes aqui, na verdade, essa parte que tu ta aqui era o bar do meu pai. O pai tinha padaria aqui no fundo, [B - ahã] e armazem na frente. [B - ahã] E da época tinha fábricas, a... Aqui a Ceval... funcionava, nem era esse o nome antes. E tinha a Leal Santos alí do outro lado, não sei se tu soube. [B - Seu Hector falou] Tá, então isso aqui era uma zona muito boa, muito movimento. Então a minha mãe fazia comida pra... comida pros caminhoneiros, né [B - Ah, que legal], então tinha filas e filas aqui de caminhoneiros, né. As vezes ia até lá na escola técnica tinha fila de caminhão. da serra e da... da colônia. Tinha o lado de lá que era colônia e o lado de cá que era serra, ou vice-versa, né. Então fazia filas enormes, imensas, de caminhão. E meu pai tinha o armazém aqui na frente, que tinha, tem o restaurante que era logo aqui atrás [B - uhum] que a minha mãe fazia comida caseira, né. E lá no fundo tinha padaria, mas na época do restaurando já não tinha mais a padaria. Meu pai começou com padaria. Nós amassava os barro com o pé pra fazer... er... o forno, né. [B - Ah, que legal! risos] Todo mundo participava, pra nós pode ir no carnaval a noite (risos) (Dona Angélica, 24/01/2013).

Entre outras atividades, Seu Victor diz que a pesca recreativa também rendia peixe para consumo próprio e venda do excedente.

Então assim, esse meu tio, tio Zé, ele pegava as coisas dele, pegava um amigo e saia no barco e passava 20 dias pra lá. La pro lado de cima, assim. [...] Então quando eles vinham de lá, eles vinham cheio de peixe. Eles vinham com aquelas caixas assim, já levava muito sal, trazia o peixe salgado, já. O peixe já pronto pra... pra consumo. E as pessoas compravam dele (Seu Victor, 10/06/2012).

Pensarmos o discurso da abundância como caráter fundante de um lugar de memória social tem um potencial bastante subversivo. Eduardo Góes Neves abraça essa proposta em sua tese de livre-docência (NEVES, 2012), por exemplo. O avanço nas pesquisas de arqueologia na Amazônia e sua associação com linguística e etno-história tem mostrado que a região nunca foi um “paraíso ilusório”, como defendia Betty Meggers e Clifford Evans entre os anos 1950 e 1960. Mas sim, uma região socialmente dinâmica, culturalmente rica, fértil e provável centro de domesticação de espécies vegetais chave para os povos indígenas (e não indígenas) até nossos dias (como a mandioca e a pupunha). A ideia de abundância, assim, contradiz a invisibilidade dos povos indígenas amazônicos, propugnada pela Missão Americana, com base nos vestígios de manejo dos recursos. Terra produzida pressupõe produtores, pressupõe tecnologia e constrói história.

Pelotas é uma cidade cuja pedra fundamental repousa na narrativa da produção de alimentos. Das Charqueadas, à agricultura familiar e as indústrias de conserva (BRITTO, 2011).

A Chácara ocupa, no entanto, um lugar oculto nessa narrativa. Sua proximidade ao centro da cidade não lhe garantiu o *status* de “colônia” (equivalente à zona rural em Pelotas e região), cujos principais terrenos estão ao longo da Serra dos Tapes (cerca de 15 Km do centro urbano). Não fornecia, tampouco, os insumos para as indústrias de conserva que se desenvolveram no entorno nos anos 1960. Forneceram-lhes, porém, mão-de-obra, uma vez que praticamente todos os moradores e moradoras trabalharam nas ditas. Seu edifício de arquitetura secular não participa do rol patrimonial evocativo da opulência da elite Charqueadora citadina (apesar de ser um edifício remanescente da Charqueada Santa Bárbara, não é sua sede). Mas evoca os frutos de uma economia baseada no trabalho familiar e produção de víveres para o mercado local. Esse nó que é a Chácara Santa Bárbara, ponto de passagem de narrativas públicas sobre o passado da cidade, é também o ponto de encontro de outras narrativas que, novamente, lembram-se da história da cidade por outro ângulo. A cidade que se orgulha da opulência do charque exportação, e das fábricas de alimentos que atendiam demanda nacional, esquece-se das chácaras que sustentavam os trabalhadores das fábricas. Esquece-se da fartura do arroio Santa Bárbara, hoje canalizado para expansão da malha urbana. Esquece-se que a zona rural e a periferia são logo ao lado. A história que os colaboradores contam é de abundância, *versus* a opulenta Princesa do Sul. Veremos no próximo capítulo como narrativas subsidiadas pelo poder público contam, hoje, sobre o passado da cidade.

E por esse veio apresenta-se o Santa Bárbara, arroio que banhava as duas propriedades e de importância central no referencial paisagístico dos moradores e da comunidade. Tanto a família de Seu Constantino, como a de Dona Emma possuíam um barco cada, que servia para recreação (pesca e caça), mas também para escoamento de parte da produção das Chácaras. No Anexo E. 1, podemos ver a expansão da geografia cotidiana proporcionada pela navegação do arroio. Expansão que abrange a distribuição de produtos, horizonte de pesca, caça e deslocamento recreativo.

Victor - É o... Supermercado, que tem ali, bem grande. [Bruno - Ahhh, tá] Tá. Ali na Manduca Rodrigues com a Pedro II ali. Então ali da Dom Pedro II ali, na chegada assim do Guanabara, ali, tinha uma ponte. Uma ponte de ferro, que passava em cima desse arroio. E o arroio passava aqui. Esse arroio que passava aqui [A - Ah tá], desembocava aqui na... aqui no... ele ia até o São Gonçalo. [B - Ahã] Ele ia, ele passava aqui no fundo da Chácara, e ele ia fazendo um... assim... um contorno, assim. Contornava a fábrica de papel que tinha ali na Uruguai também, [B - Ahã] e... tinha passarelas, assim, de madeira, né, pro... pro pedestres passarem [B - ah, tá, entendi]. E, e ele... o arroio seguia. Dizer assim, lá pelo, pela...atrás da fábrica de papel, ele caía um pouco pra esquerda, depois pegava a direção assim do...Digamos assim, lá do... Camelô, tá [B - Tá] do Camelódromo. Isso por dentro, né. Pela Saldanha Marinho, né. A Saldanha Marinho não sei se você sabe onde que é.
B - Ah, a Saldanha Marinho. Sei, sei, essa é a avenida que eu tava perguntando...

V - Então, pra direita da Saldanha Marinho assim, ali assim o arroio passava por ali. Passava lá do lado do Camelódromo, assim entre a Praça e o Camelódromo, sabe? [B - Sei] E ali, ele passava embaixo da, da Floriano ali. [B - Ahã] Ali tinha uma outra ponte, ali, de ferro. [B - Certo] Aí dobrou um pouco pra esquerda, desviava da Santa Casa, assim, e ia em direção ao Santa Barbara [atual barragem Santa Bárbara], lá. Então esse era o curso do arroio antigo que tinha aí. E também Santa Barbara que chamava, né. [B - Entendi] Então esse arroio era até bonito, sabe. Ele era todo com aqueles chorões na berada, sabe. [B - Que simpático] É. Era muito bonito... e era navegável. Passavam lanchas aí. Passavam embarcações, assim de, de... pescadores, caçadores, né. [Anelise - No meio da cidade] Então a [B - no meio da cidade, que bonito] Claro, a gente era menino, a gente ia pra ponte só pra ver passar as lanchas assim. Era uma atração. [B - Ah, que legal] E quando eles voltavam, também, os guris da mesma idade [B - Ahã], vinha de tardezinha assim, as lanchas vinhas assim na frente das lanchas vinha tapada de marrecão, eles iam pra caçada de marrecão, né. [B - Noh, que delícia] Vinha cheio de marrecão. Claro que hoje é proibido, né. Mas, naquele tempo era... tudo podia, né.

Seu Flores lembra que o comércio de barcos por toda a comunidade era bastante rico, e que, antes do estabelecimento das indústrias de beneficiamento no bairro, havia caieiras que recebiam as pedras de calcário que vinham pelo arroio (Seu Flores, 03/11/2011). Condizente com sua navegabilidade, o arroio era profundo e movimentado de embarcações. Não apropriado para brincadeiras de crianças sozinhas, como lembra Dona Angélica.

Angélica - Foi e tem até uma história interessante. Minha mãe, uma vez, pegou meu irmão ali, brincando no arroio, né, [...] [Bruno - ahã], e uma vez ele... A mãe foi lá, chamou ele, e ele disse que já vinha. Daqui a pouco, a mãe ficou nervosa, fico acho que nervosa, de ver que ele não... coiso, pegou ele... veio com uma varinha dando no meu irmão [B - risos], porque ele era uma criança, né, nesse arroio aí, que era perigoso, né. O Santa Barbara que passava aqui no fundo... E a mãe dando e dando nele e... er... Acho que ele ficou também nervoso e dizia "não doeu, não doeu", e minha mãe dava mais, e ele dizia "não tá doendo, não tá doendo". Acho que só pra... Não dar o braço a torcer. Isso aí e me lembro dessa vez. Do arroio lá no fundo. [B - que ótimo, risos] Tava um arroio enorme aí, depois eles fecharam, aí, agora passa uma canaleta que atravessa... Da rua atravessa todo nosso terreno aqui que tu tá vendo e vai até lá embaixo... Lá no junc/ junquinho, não sei se tu já foi aqui pro fundo? [B - Sim]. Tem um junquinho pro lado de cá, ali é nosso. E ali passava o arroio, esse Santa Barbara.

Com isso, Dona Angélica também traz o papel duplo dos cursos d'água – canal de escoamento e fronteira. Seu Marcel, bisneto do casal português, lembra que o limite das plantações de seus bisavós era a margem esquerda do Santa Bárbara (Seu Marcel, 17/12/2010), como também o era para Dona Emma (Dona Angélica, 24/01/2013). Seu Alberto, único filho vivo de Seu Constantino e Doma Emília, aponta o Santa Bárbara como corpo fundante e primordial da antiga Chácara.

Alberto - É... Foi nois que fizemo aquela Chácara, foi nois que fizemo, era tudo campo bruto. Desde ali da Manduca Rodrigues até lá, a Fábrica de óleo. Desde a Osório, ali da Osório até aquela Manduca Rodrigues ali... tudo era campo bruto. Tudo feito a arado. É que hoje tá tudo cheio de casa.

Compreendeu? Casas, ruas. Eu não tinha nada, era tudo campo bruto, tinha o arroio Santa Barbara, só. E o que [defendia?] ali na Osório. A/ O... o arroio e o trilho do trem. O resto era campo. É. É que hoje tá tudo apovoad, com casa, essas coisa, né. Mas aquilo tudo era campo. Tudo era campo.

A fala de Seu Alberto nos leva para outro contexto importante de constituição da Chácara, lugar de trabalho familiar.

Seu Alberto - Mas ainda, ainda... trabalhei com meu pai casado, né, muito tempo pra ajudar ele, né. Porque ele não me soltava porque eu era o pé direito dele. Porque nois tinha duas bancas no mercado. [B - Duas bancas?] Duas bancas no mercado, então ele ve/ ele vendia no mercado, eu era o chefe da Chácara, porque nois trabalhava com dois empregados. Eu é que dava tudo/ que deixava tudo pros empregados era eu. Eu que tomava conta dos empregado. Eu e a falecida minha mãe (Alberto 11/12/2014).

[...]

Bruno - E o que o Senhô gostava mais lá da Chácara? [Alberto - Cum'é?] O que o senhor gostava mais da chácara?

A - O que eu gostava mais [breve riso] era de trabalhar e ficar perto da minha família, sempre né [...] (Seu Alberto 11/12/2014).

Afinal, toda a produção da Chácara era fruto de agricultura familiar. Eles contavam com alguns funcionários contratados em tempo integral, outros em períodos de safra. Mas em todos os momentos, também ocupavam os postos na lavoura. O beneficiamento de alguns produtos vindos de fora, como o fumo citado acima, também mobilizavam a mão-de-obra da família. Seu Rocha e Seu Victor contaram, fora das entrevistas, que Dona Marta, vó do primeiro, trazia fardos de couro na cabeça para separar em casa, de acordo com diferentes tamanhos e qualidades, para serem revendidos em varejos.

Não só a Chácara do Seu Constantino, mas também a Chácara de Dona Angélica e sua família.

Angélica - Do lado aqui, depois, tem uma enorme d'uma pedra redonda, com um cone em cima. Aquilo ali foi a minha vó Emma que trouxe do Capão do Leão, pra fazer... pra bater junco. Naquela época se batia junco na mão, né. [B - ahã] E ela foi no Capão do Leão, comprou essa pedra, e instalou ali. E ela era puxada por bur/ por cavalo. [B - uhum] Era pela tração de cavalo. Né [B - uhum], então tinha aquela... Embaixo, a pedra, em cima aquele cone, que deitava o cone, e tinha uma armação de madeira, assim, não sei como que é, pro cavalo andar na volta. [B - Sim... Ah] E minha vó trabalhava também com junco, essa Santa Fé, não sei se tu conhece... palha Santa Fé. [B - palha Santa Fé] Pra colocar... em cima das casas, né? [B - uhum] Ela trabalhava com isso aí também.

[Uma criança pequena na rua grita, chamando o pai]

B - Sua vó trabalhava com junco, trabalhava com cebola...

A - Cebola, tudo que era verduras. Ah, couve... Todos esses tipos de coisa... Era uma chácara, uma chácara grande. Tudo isso aqui era chácara (Dona Angélica 24/01/2013).

Mais uma vez, é importante lembrar como a Chácara insere-se nesse meandro do trabalho agrícola familiar produtora de víveres, que foi reconfigurado pela expansão da malha urbana. Movimento que segue, indiretamente, o velho modelo de expropriação dos processos produtivos e consolidação da classe operária. Notemos que a Chácara Santa Bárbara não é de posse dos herdeiros do casal português, embora tivesse a vida toda tornado-a produtiva. E todos os moradores da vizinhança, incluindo os filhos e netos do casal português e Dona Emma, trabalharam nas fábricas de alimento das redondezas, desde os anos 1960 até a falência em massa nos anos 1990. Ou seja, à medida que as fábricas foram chegando e a cidade se expandindo, as gerações mais jovens dos antigos imigrantes foram abandonando o trabalho na terra, para ganhar a vida de outro modo, melhor adaptado ao urbanismo que se consolidava. A cidade foi tomando o lugar da Chácara, devorando-a pelas beiradas.

Esse processo, do qual a Chácara é um ótimo exemplo, acontece em toda a cidade de Pelotas, especialmente depois dos anos 1970. Natalia Britto (BRITTO, 2011) vê o processo de industrialização da cidade em três momentos. Primeiro, de acumulação inicial, entre 1860 e 1930, deu-se pela especialização da indústria charqueadora e derivados. A relativa independência entre os estados da federação garantiu o surgimento de indústrias de manufaturas variadas para atender a demanda regional, e a qualidade da infraestrutura portuária permitia Pelotas manter uma rede de exportação independente de outros centros industriais da nação. Em um segundo momento, com a Revolução de 1930 e posterior Plano de Metas de Kubitschek, novas políticas de Estado para a integração nacional, investimentos federais na infraestrutura e desonerações fiscais para circulação de mercadorias entre estados, abriu o Rio Grande do Sul à concorrência com a região sudeste. Nesse novo contexto, o eixo Caxias do Sul – Porto Alegre beneficiou-se com a expansão da malha viária federal, ganhando novos consumidores para seus produtos que não concorriam com os paulistas. A metade sul, no entanto, viu definhando suas indústrias pela entrada, a menor preço e maior diversidade, de mercadorias do Sudeste. Finalmente, o terceiro momento, este vivido pelos colaboradores, foi aquele do milagre econômico e subsequente desastre de metade ao fim da Ditadura Militar no Brasil. Segundo Natália Britto,

Esta retomada do crescimento da indústria em Pelotas relaciona-se com uma série de políticas estatais que acabaram facilitando o desenvolvimento do setor, como linhas de crédito e financiamento internacional, assim como a redução de impostos e

incentivos fiscais, decorrentes da reforma tributária de 1969 e do chamado “Milagre Econômico Brasileiro” (BRITTO, 2011, p. 74).

É nesse período que se estabelecem as empresas que aparecem nas narrativas dos colaboradores – Companhia Nacional de Óleos Vegetais S/A (Naoli), Companhia Carioca de Óleos Vegetais, Casper Alimentos, Ceval Alimentos S/A e Leal Santos Conservas. Ainda de acordo com Natália Britto, o fim do milagre econômico, a competição com os produtos do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1990 e, a ausência de inovações tecnológicas no processo produtivo, levou ao declínio econômico e fechamento de várias companhias alimentícias na cidade, incluindo as citadas (a única que permanece é a Leal Santos, com uma unidade em Rio Grande, município vizinho).

Foi em uma dessas fábricas que Seu Victor sofreu um acidente que quase lhe custou a vida, e o deixou cego. O acidente ocorreu dia sete de setembro de 1979, e Seu Victor nunca narrou os detalhes nas entrevistas. Apenas em fevereiro de 2015, depois de cinco anos de contato, ele contou-me os pormenores na mesa do café.

Estava trabalhando na fábrica, Ceval, e foi próximo da virada de turnos. Como o maquinário vai parando aos poucos, para que não ficasse produto incompleto entre o processo produtivo, ele já estava com sua etapa parada enquanto algumas adiante ainda terminavam o beneficiamento. Ele cuidava, pelo que entendi, de um tanque de lavagem do grão de soja com hexano, um derivado do petróleo, para limpar a massa processada do resto do óleo que ficava nela. Com o tanque desligado, ele fora ver como estava um colega em outra etapa, anterior, que também estava já desligada. Ao retornar para seu posto, a caminho de sair da fábrica, ele foi atingido pelo fogo que veio explodindo do tanque em que trabalhava. Parece que vazamento entre o tanque de armazenagem e o trajeto do hexano acabou levando à explosão. O operador do tanque de hexano não sobreviveu. Seu Hector conseguiu sair da fábrica, e se descrevia como sem dor e ainda enxergando até o caminho para o hospital. Quem o levou foi um jovem estudante de medicina, que passava de carro nos arredores com a namorada, quando viu a explosão e passou para ajudar. Foi internado na Santa Casa com 80% do corpo queimado em terceiro grau. Dalí, encaminhado a Porto Alegre para tratamento. Só depois, retornou a Pelotas²⁹.

Durante as gravações do vídeo documentário parte deste trabalho, entre oito e dez de setembro de 2016, Seu Victor e Dona Lisa recontaram as dificuldades daquele momento e dos demais que seguiram sua adaptação. Enquanto conversávamos do assunto, perguntamos se ele não havia acionado o sindicato para apuração do acidente e possível responsabilização da empresa. Ele disse que não, pois “foi um acidente, ninguém foi culpado, isso teria acontecido em qualquer empresa”. Pedro Esperança, trabalhador do setor alimentício e funcionário do

²⁹ Trecho retirado do Diário de Campo, 12/02/2015.

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentícias de Pelotas, conta que, ainda em nossos dias, o descaso com a qualidade dos trabalhadores e trabalhadoras no setor é enorme:

Quando os acidentes acontecem e a/o funcionária/o se torna impossibilitada/o de continuar trabalhando, as chefias as/os enviam para a previdência pública, que pode ou não aceitar o pedido de aposentadoria por invalidez. Alguns acidentados passam por stress e chegam à síndrome do pânico.

Há casos de demissão por inaptidão ao trabalho, cujos laudos da perícia médica são feitos por clínicas e/ou profissionais informalmente associados à empresa, certificando que a incapacidade é culpa do funcionário, e não do empresário.

Quando conseguem cirurgias [como tratamento do membro acidentado], geralmente é mutiladora³⁰.

Em suma, Pedro diz que a preocupação das empresas do setor, ainda hoje, é mínima. E muitas vezes o que o sindicato pode fazer para auxiliar os acidentados é pouco: exigir laudos médicos, lutar pela aprovação dos pedidos de aposentadoria, apoio psicológico às vítimas e familiares, e obrigar as empresas a se adequar à legislação nacional de segurança do trabalho. E mesmo assim, sua atuação só acontece perante efeito das denúncias, que muitas vezes não acontecem por medo de perda do emprego, retaliação e até por embaraço (especialmente nos casos de assédio moral) (Pedro Esperança, 21/07/2016).

Interessante observar, no entanto, que Seu Victor, familiares e amigos não deixam que suas biografias sejam diminuídas pelos percalços da vida. Seu Alberto e Cássia, amiga e cuidadora do ancião, recontam a tragédia de Seu Victor sob outro ponto de vista – o heroísmo.

Alberto - O Victor? O Victor é sobrinho. [Bruno - Ele te contou do trabalho lá?] Não, ele trabalhava na fábrica de óleo. Ele trabalhava na fábrica de óleo. [B - Que é a Ceval, né] Houve um, é, houve um desastre lá e ele pra salvar cinco, ele se atirou de cima pra baixo... Deu princípio de incêndio... E ele pra salvar quatro que tavam lá embaixo, ele se atirou embaixo e se queimou todo e queimou os outros também [B - Puuuxa vida] É! Pra salvar cinco, ele ficou assim, daquele jeito (Alberto 11/12/2014).

[...]

Cássia - [Voz à distância] É, na época era uma fábrica de óleo. [A - Era uma fábrica de óleo] Deu um baita incêndio que... teve que vir carro de Porto Alegre, de São Paulo pra apagar, e ele se queimou pra salvar cinco pessoas (Seu Alberto, Cássia, 11/12/2014).

Seu Victor desfez o mito, mas contou que muitos foram os boatos em torno do acidente, inclusive proclamando seu falecimento. Felizmente não faleceu, mas passou por muitas

³⁰ Trecho retirado do Diário de Campo, 21/07/2015.

dificuldades e superações (no qual o esporte teve um papel fundamental). No primeiro dia da gravação do vídeo-documentário, registrou que o dia anterior havia sido a data de seu segundo nascimento, seu segundo aniversário – o do acidente.

A Chácara constitui-se, na narrativa de seus moradores, ex-moradores e vizinhos, como um lugar de abundância, fruto do trabalho com a terra. Em sua biografia, o avanço do lugar urbano, asfaltado e industrial conduz, ao mesmo tempo, a expropriação da terra produtiva, substituição pelas fábricas de conserva de alimentos (que ironia!) e consumidora de pessoas, mão-de-obra das redondezas.

Aos poucos, a biografia da Chácara e seus viventes deflagram vieses soterrados sobre a história da cidade – o avanço do capitalismo urbano, o êxodo rural, o desemprego e recessão econômica deixada pelas lacunas das indústrias alimentícias e a precariedade das condições trabalhistas.

E não para aí.

Pelotas foi uma cidade escravocrata com mais de 1/5 de sua população autodeclarada negra ou parda³¹. A Chácara conserva, de acordo com seus moradores, vestígios de seu tempo de Charqueada.

O meu avô, quando ele veio morar nessa casa, [B - Ahã] claro que, isso aí é coisa que ele ouviu de outros que já tinham morado aqui. Que... quando ele mexia na terra ali, ele lavrava a terra, ele encontrava ossos de, de... [B - Ai Jesus, aonde?] na terra, na outra terra ali. [B - Mas aqui atrás da casa?] É, atrás mas naquela baixada que... já vai lá pro [B - Mais perto do arroio] Sim, pro lado de onde era o arroio. [B - Pra depois do arroio, não, pra esse lado do arroio] Não era assim também, dizia ele, porque a quantidade era (incompreensível) [B - (incompreensível)] Assim, mexendo na terra, né, que cavava mais fundo e surgiam... osso, e eu ouvia comentário, assim, que eles achavam ossos de... de canela, com umas pulseiras de ferro. [B & A - Uuuuu... será que era de escravo então?] com pedacinhos de corrente, né. [B - Caraca] (incompreensível) fazia muitos anos que tava ali, né.

Devemos atentar para o fato de que não são vestígios opulentos ou gloriosos. São estilhaços cruéis do sistema escravista e daqueles que com ele sofreram. São estilhaços daqueles que trabalhavam nas indústrias do charque, não remanescentes do *glamour* citadino de seus proprietários. Dona Maria, moradora e de Nação Cabinda³², com uma sensibilidade aguçada, vê pretas escravizadas caminhando para o trabalho. “Eu perguntei sobre o vulto das escravas,

³¹ Censo IBGE 2010. Disponível em: < <http://cod.ibge.gov.br/3D5> >.

³² Nação, no RS, é um equivalente ao Candomblé da Bahia, numa comparação estabelecida pelos próprios praticantes. Rosane Rupert e Isabel Campos (CAMPOS & RUPERT, Festa de Iemanjá e Área de Preservação Permanente no Balneário dos Prazeres: Uma aproximação etnográfica sob a perspectiva dos conflitos sociais, 2014a) inserem as religiões de Nação dentro de um movimento próprio do RS, o Batuque. Caracterizam seu cerne litúrgico em torno de 12 Orixás, com predominância da cultura Jêje-Nagô, e influência mínima do espiritismo kardecista e do cristianismo. Há mais de uma Nação, assumindo herança de etnias que vieram da África. Dona Maria é de Nação Cabinda, Seu Rocha de Nação Isè Sá.

que Dona Zena [sua ex-sogra] mencionou. Ela deu risada, ‘ela te contou isso? (risos)’. ‘Sim, eu vejo elas. Elas passam para os fundos, levando roupa na cabeça. Porque a senzala ficava lá atrás, e tinha o arroio onde lavar roupa.’³³’.

E, novamente, faz mister lembrar da célebre observação de Seu Victor em nossa primeira entrevista – as paredes da Chácara ainda suam sal.

A biografia da Chácara/Charqueada, e dos seus moradores, conta ainda com narrativas pós-abolicionistas, das permanências da cultura escravocrata que, ainda em nossos dias, dificulta a transição para um regime social em que a cor da pele é mero elemento visual. Seu Rocha, negro, traz histórias de seus antepassados e antepassadas em meio à hipocrisia das elites brancas até nossos dias.

Seu Rocha - Então, essa casa aqui, pelo que eu sei, vou repetir, ela foi fundada pelos escravos, né. Então, a minha avó veio pra cá em 1941, meus pais casaram, minha mãe casô, veio morar na casa ao lado, onde mora a minha vizinha aqui. Eu e a minha irmã, que já falecida, nascemos aqui. Tá, então... o meus avós, a minha, eu conheci a minha bisavó, por parte de mãe... Aliás, por parte de pai, que era natural também de Piratini, e que eu sei, pelo que a vó contava, ela foi filha de escravos (Seu Rocha 21/02/2012).

[...]

Não, a minha, não, a minha vó era racista. A minha vó que me criou era racista. [Bruno - Mas isso o senhor acha porquê?] Não, ela era racista, porque é o seguinte, ó. Porque foi assim, ó. Ela, a minha/ a história da minha bisavó, vou te falar pelo que ela e contava, né. A minha [bisa]vó era empregada de uma família em Piratini. [B - Uhum] E lá, o... pai da minha avó, na época, era um rapaz. Claro, (incompreensível) brancos, né. [B - uhum] Dizem que minha bisavó era muito bonita, né. E tu sabe, né (risos) aí que vinha as coisa e o meu [bisa]vó pegou aquela desgarrada/ aliás, meu [bisa]vó... o pai da minha avó, Aliás, o que era.... o... pegou a minha bisavó, ela era empregada, eu sei que eles... Transaram né. E, aí nasceu a minha, a minha vó. Só que, ele, na real, a minha bisavó. A que a vó me contava. Só que ele já era namorado de outra, de uma moça em Piratini. Tá, então nasceu, ela nasceu no meio da família dele. Ah, mas sabe como é que é, né. Ele acabou casando com essa outra moça que realmente era namorada. Então, a minha avó foi criada até uma certa altura, até uma certa idade com... a minha vó foi criada com essa família. [B - Entendi] Ai... tá, o seguinte, bom. E a minha bisavó, como ele não casou com ela, essa é a história que a vó contava, um dia ela queria se ver livre da minha vó. Então, disse que ela pegou um travesseiro, e tava tentando asfixiar o nenê, que era minha vó, e as tias dela chegaram na hora e disseram, "mas Conceição", Conceição era o nome da minha bisavó, "Que tu tá fazendo?" Então, aí... Ela foi mandada embora... tá, e elas criaram, ficaram com a vó. Com a minha, então a minha avó foi criada com as tias dela, com as irmãs do pai dela. [B - Entendi] Tá, então a minha vó tinha irmãos branco, por parte de pai, e as tias e/ e ele mesmo, nunca escondeu... (Seu Rocha 22/10/2012).

³³ Trecho do diário de campo. Conversa com Dona Maria, dia 19/08/2015.

Na contramão do (suposto) processo abolicionista, a violência se perpetua. Contra a mulher, negra, ex-escrava e trabalhadora doméstica. A avó, “resgatada” pela benevolência das irmãs brancas de seu pai branco, violador de sua mãe, perpetua o imaginário da preta inculta, violenta, incapaz de amar a própria filha. E assim, transformam uma mulher negra, filha de ex-escrava estuprada pelo patrão, em racista contra a própria mãe. Seu Rocha, fora das entrevistas, disse que Dona Conceição se casou com outro rapaz, negro, e teve filhas e filhos, dos quais Dona Marta, vó de Seu Rocha, nunca quis ter contato. E ainda conta Seu Rocha, negro militante, das dificuldades de lidar com o racismo da avó.

E ela disse “olha Rocha”, sabe, e eu digo “Mas vó, mas eu sou negro vó, sou descen...” “Não, não, tu não é negro, tu é mulato”. E tu sabe que o negro não gosta do mulato. Ela tinha, aí... quando eu fiquei moço, eu namorei uma bem pretinha... Na época eu namorei uma negrinha lá, era até do Chuí, ela tava trabalhando aqui em Pelotas... E quando ela soube, ela fez um barraco... Ela fez, disse pra mim “Bah, não me traz ela aqui, não quero... negro... (bufo) aí... não mesmo Rocha, não aceito” aquela coisa toda, tal. Fez com que eu... acabei brigando co’a, com essa menina que eu namorei. Ela se criou e morreu assim, com aquela... Inclusive, depois a minha vó, minha bisavó teve outros filhos... E quando ela soube, ela custou pra aceitar os irmãos dela por parte de... por parte de mãe. Que eram negros (Seu Rocha, 21/02/2012).

O pai de Seu Rocha, também negro, foi estivador no porto de Pelotas durante toda a vida adulta, o que lhe rendeu um sério problema de coluna. Seu Pai, filho de Dona Marta, faleceu cedo, e sua mãe voltou para Porto Alegre com ele, onde vivia a família dela. Aos 24 anos, Seu Rocha retorna à Pelotas para cuidar da avó. Nesse momento, já estava batizado na religião e abre na Chácara seu próprio terreiro.

Lúcio - E o senhor faz reunião, tudo...

Seu Rocha - Faço, faço. É que agora a gente já encerrou. Esses são meus orixás... Como vocês tão vendo, né. Eu cultuo a religião. Meu centro é registrado na federação sul-riograndense de umbanda e cultos afro. [L - Ah, tem um amigo meu que vai gostar] Dia 20 de/ eu inaugurei, eu comecei, eu inaugurei meu centro, eu registrei ele, em 13 de maio dia da [abolição da] escravatura, escolhi dia do, do... porque como eu sou... preto velho. Dia 13 de maio de 1984 (Seu Rocha 21/02/2012).

Sobre as religiões de matriz africana pesam, também, o histórico de preconceito e renegação. São as que mais sofrem com o que Givânia Maria da Silva, ex-Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais do extinto Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, chamou de “racismo religioso”, evocando, para além da intolerância, a carga dos problemas raciais sobre diversas formas de expressão da cultura de ascendência africana no Brasil.

As comunidades, povos de matriz africana e terreiros são grupos forjados a partir da resistência e luta pela sua ancestralidade e têm encontrado na sociedade, assim como outros grupos, uma resistência muito forte. Isso tem levado ao que algumas pessoas

chamam de intolerância religiosa, mas que prefiro trabalhar com o conceito de racismo religioso (PORTAL BRASIL, 2016, p. única).

Em Pelotas, a situação é igualmente grave. Isabel Campos e Rosane Rupert (CAMPOS & RUPERT, 2014a; 2014b), falam sobre as dificuldades e preconceitos que sofrem lideranças religiosas e fiéis de cultos de matriz africana em Pelotas e região. O embate se dá especialmente com coletivos religiosos neopentecostais, socioambientais e liberais conservadores³⁴, repercutindo na mídia em discursos progressistas. Em outras palavras, o que Givânia Silva chamou de racismo religioso verifica-se nas atitudes intolerantes às crenças de matriz africana. Os sacrifícios de animais são vistos, ainda, pelo viés da barbárie e não da sacralização, sem colocar em pauta a qualidade de vida de animais num país de economia agropecuária (CAMPOS & RUPERT, 2014b). A festa de Iemanjá, celebrada no Balneário dos Prazeres (praia às margens da Laguna dos Patos) é acusada de poluir a praia e uma APP adjacente, mas o poder público não se responsabiliza pela falta de fiscalização sobre o impacto de veranistas na mesma praia, sobre o camping municipal dentro da mesma APP e sobre o impacto da construção de um Alphaville nas adjacências da APP (CAMPOS & RUPERT, 2014a). Ou seja, há uma seletividade do que é considerado danoso para o meio-ambiente, e as práticas e matriz africana, em bairros pobres, são o alvo principal.

Felizmente, Seu Rocha relatou não ter vivido ataques diretos à prática religiosa na Chácara/Charqueada. Dos moradores e ex-moradores, apenas Dona Maria é de Nação. Mas mesmo os demais, de outros credos, relataram não ter problemas com os festejos e cultos conduzidos por Seu Rocha. Seu Victor já tocou tambor numa das celebrações ao Pai Manoel, Preto-Velho da Casa. Dona Lisa ajudava nas arrumações das celebrações. Dona Angélica já foi a mais de uma festa. A religiosidade e espiritualidade da família, desde os avós portugueses aos filhos e netos dos colaboradores, também é um elemento que destoa do ceticismo racionalista propugnado pelo patrimônio elitista pelotense. Novamente, das edificações tombadas e dos bens imateriais registrados no município, apenas a Catedral Metropolitana São Francisco de Paula é referência religiosa. Não há representação, material ou imaterial, aos cultos de matriz africana.

As narrativas e biografia de Seu Rocha, sua casa e seu terreiro, trazem movimentos de luta pessoal e social em mais de uma frente. Depois de terminada sua entrevista do dia 22 de outubro de 2012, Seu Rocha mostra mais de 20 certificados de participação como palestrante

³⁴ Certamente, é irônico como o liberalismo econômico e o conservadorismo político tem se alinhado na história republicana brasileira.

em seminários e congressos sobre saúde pública, falando da prevenção e vivência com HIV, causa com a qual lutava ativamente. Dona Maria e Dona Lisa contam das dificuldades que Seu Rocha enfrentou quando diagnosticado com HIV. “Dos 100 amigos que ele tinha, ficaram três. Pra tu ver a cabeça das pessoas”³⁵, relatou Dona Maria. O início do tratamento, como é comum, debilitou muito a saúde de Seu Rocha, que perdera momentaneamente a locomoção das pernas. Ambas cuidaram de sua recuperação, dando-lhe banho, lavando suas roupas, levando-o a passeio. “Ele perguntava se eu não ia usar luvas. Eu dizia ‘Mas pra que, Rocha, não tem nada a ver!’ Só usava quando eu estava machucada. E usava máscara quando eu estava doente, pra não contaminá-lo”³⁶, relatava ainda Dona Maria.

Superado esse estágio da doença, Seu Rocha partira, como comentei acima, à luta pela prevenção da doença e ensino do convívio do o HIV. E, em sua própria experiência, falava sobre o preconceito social que encontrava.

[Ao retornar da visita à nova casa do Seu Rocha, vamos juntos tomar o ônibus de volta ao centro] No ponto, havia umas 5 pessoas juntas, se escondendo do sol sob a cobertura da parada. Ele me contava sobre mais uma viagem que faria; outro congresso de saúde pública, para falar sobre o convívio com o HIV. Nesse momento, abaixa a voz e suspira seus planos de viagem – “as pessoas aqui são muito preconceituosas”, ele me esclarece³⁷.

E não à toa, uma vida de tanta luta cercada de tantos preconceitos, Seu Rocha fala de sua sexualidade de modo ambíguo. Se, por um lado, conquistara o orgulho de “ser quem se é”, por outro, podemos ver o peso de uma sociedade heteronormativa em seus planos frustrados de família.

Incrusive... é, eu namorei duas meninas. Só. [B - Ahã] Tá. Não, isso aí não, mas ela [Dona Marta] tinha muitos ciúmes de mim. [...] Eu fui um menino criado muito preso. Porque o meu avô não me deixava brincar com os outros meninos. Entendeu? Não deixava, eu queria brincar, eu queria correr, eu queria jogar bola... [...] Tá, eu era menino grande, ele me levava, me trazia, do colégio, eu servia de chacota dos outros meninos... porque eu estudei em colégio de padre na época. O colégio onde hoje é o Campus II da Universidade Católica. Naquela época era um Colégio do Sagrado Coração de Jesus. Era... Campus, é... Campus da Católica na Barroso ali. [B - Ah, tá, tá... sei] Campus II da Católica. Né, naquela época era o colégio que estudei, que era aquele prédio grande ali era um colégio de irmãos maristas. Ali que eu estudei. Então... isso aí me prejudicou muito a minha vida. Porque eu assumi uma personalidade que eu não gostaria de assumir, né. Eu sempre sonhei, se/ é, eu namorei, namorei... tá, tentei... Pra ver se eu conseguia, mas eu... pensei um dia que... olha, eu realmente não vai dar, porque se eu casar eu vou ser infeliz. Vou fazer a pessoa que tá comigo infeliz. [B - Uhum] Aí então me convenci que realmente não era a minha

³⁵ Trecho retirado do Diário de Campo, 19/08/2015.

³⁶ Trecho retirado do Diário de Campo, 19/08/2015.

³⁷ Trecho retirado do Diário de Campo, 10/07/2013.

praia, como se diz, né. Entende, então eu assumi a minha personalidade de ser o que eu sou (Seu Rocha, 22/10/2012).

A última entrevista que me concedera, em dezembro de 2013, Seu Rocha fala com mais pesar sobre sua saúde e sexualidade, e o papel importante que a religião, em fluxo entre Nação, Umbanda e Kardecismo, teve no lido com suas dificuldades.

Eles têm... o evangelho segundo o espiritismo, tá, e as vezes coincide com o problema que tu tá vivendo. Então tu sai dali, tu sai dali, com uma energia muito boa. Uma energia... positiva. Pra tu superar as pedras que tem no caminho. Que todo mundo, que as nossas... nossas alegrias, nossas situação de tristeza, nós temos nossas... as pedras que surgem no nosso caminho. Tem que saber caminhar sobre elas. Como eu tô fazendo. Tu vê, o que eu já enfrentei na minha vida... só essa doença [B - Pois é, Seu Rocha], só ser soropositivo. Eu achei que, quando eu descobri a doença, eu achei que eu ia morrer (???). O espiritismo, Kardek me ajudou muito nisso daí. Porque o Kardek é... é uma religião... Tudo aparece, ciências. De [escudos?], entende [o barulho das crianças é muito alto]. Então, eu penso assim, sabe em outras vidas, o que eu não fui. Ser homossexual, sabe Deus em outras vidas o que eu não fui, se eu não gostava dos homossexuais, que hoje to... Vim pra ser um homossexual, não era o que eu queria pra mim. Não era o que eu queria. Eu namorei, eu tinha namorada, entende. Mas aí o Kardek me ajudou a ver isso lá. Tanto o lado da minha vida particular, como o lado da minha doença. Então eu agradeço muito, no momento em que eu comecei a frequentar o Alan Kardek. A minha religião ajudou, mas o Kardek muito mais.

A vida de Seu Rocha, sua casa de religião, suas lutas, sua história e de sua família, se cruza com a Chácara/Charqueada. Um lugar à periferia do centro histórico, onde a dor do regime escravista não fica soterrada pela exuberância da arquitetura eclética, ela emerge no lido com a terra, nas narrativas sobre o passado, nas histórias de vida. Um lugar de acolhimento de espiritualidades, cristãs, africanas, ciganas. Um lugar de luta pela saúde pública, pela qualidade de vida, pelo respeito à diversidade.

E, finalmente, cabe mencionar aquelas narrativas “pingadas” entre contos dos e das colaboradoras. No dia em que retornei à casa de Dona Angélica, a vizinha da Chácara, para fazer a validação da entrevista transcrita, me sentei com ela e a filha mais nova na sala de jantar. Eu perguntei se ela queria que eu lesse em voz alta, ou se ela preferia fazê-lo. Ela tomou a palavra. Depois de ler a entrevista, corrigindo alguns erros de ortografia e acrescentando detalhes das histórias, terminamos ambos satisfeitos. Ao final, eu mencionei que uma coisa me chamara à atenção, tanto na entrevista quanto nas conversas que tivemos. Enquanto vizinhos, conhecidos e até livros mencionavam seu avô, ao falar da antiga Chácara, ela falava sobre sua avó, Dona Emma. Então, ela segurou a minha mão e falou sem pensar duas vezes: “E te conto

porque, Bruno. Meu vô sempre foi um mulherengo, quem cuidava mesmo da Chácara era minha vó. Minha mãe sempre falava isso pra gente”³⁸.

Essa experiência com Dona Angélica foi a “gota d’água” para fazer-me aproximar da história das mulheres nesta pesquisa. Todas as colaboradoras do projeto trazem questões candentes à pesquisa de gênero e feminismo.

Ao falar de trabalho, elas também estão presentes. Dona Lisa conta, numa das tardes em que fazia a validação das entrevistas com seu marido, sua experiência como esposa de um trabalhador acidentado, com duas crianças e um emprego. E como isso acarretou numa particular jornada dupla de trabalho. A narrativa de Dona Angélica e as mulheres de sua família percorre um trajeto eminentemente trabalhista. Sua vó gerenciava, lavrava e lidava com a Chácara dia-a-dia, além de ser das atribuições maternas e do lar – novamente, jornada dupla. “A tia materna de Dona Angélica diz que a vó ‘trabalhava igual homem. Tava com a criança num braço, e trabalhando com o outro’”³⁹. Sua mãe também trabalhou sempre entre a residência e estabelecimento comercial de família. Dona Angélica, por sua vez, enfrentou os mesmos problemas. Era funcionária da Olvebra Industrial S/A nos anos 1980, e foi demitida por ter engravidado.

Dona Angélica contou que trabalhou na Leal Santos até 1983, mais ou menos, quando fechou. Foram cinco anos de trabalho. Depois, ela foi para a Olvebra, onde trabalhava quando engravidou da [primeira filha]. Disse que, a princípio, queriam demiti-la pois não aceitavam mulher grávida. Mas ela conseguiu ficar e depois outra colega sua também ficou. No entanto, quando veio a [segunda filha], não conseguiu ficar. A empresa a demitiu. Eu perguntei se ela não tentou recorrer, se isso era possível pela lei trabalhista. Ela disse que não tentou nada disse. “Pensava com aquela cabeça desinformada, vai que eu preciso da empresa alguma hora”. Depois de cuidar das meninas pequenas, cuidou também dos pais que adoeceram. “Depois disso, me anulei e fiquei só por conta da casa”. Mas diz que não se arrepende de ter cuidado dos pais, que faria tudo novamente⁴⁰.

A questão do lugar e qualificação do trabalho feminino são temas candentes em Pelotas, uma vez que a indústria alimentícia empregou e ainda emprega parte considerável das mulheres da cidade, especialmente de classe baixa e da zona rural. E os problemas trabalhistas, especialmente o assédio, tampouco são eventos do passado (Pedro Esperança, 21/07/2015). No final dos anos 1990, as indústrias de conserva enfrentavam com dificuldades a concorrência com produtos importados. O setor, que contava com 100 empresas instaladas em 1950, caiu para 40 em 1980 e chegou ao século XXI com apenas doze (SENNA FERREIRA, 2011). No

³⁸ Trecho do Diário de Campo, 05/12/2014.

³⁹ Trecho do diário de campo, 19/05/2015.

⁴⁰ Trecho do diário de campo, 19/05/2015.

entanto, as indústrias que permaneceram representam, já na segunda década deste século, 98% da produção de compota de pêssego do Brasil. Segundo Laura Senna Ferreira, esse aumento da produtividade, demonstrativo de superação do setor frente à concorrência com as importações, foi o resultado da modernização na cadeia produtiva e precarização das relações de trabalho (SENNA FERREIRA, 2011).

No caso do setor conserveiro, não se pode falar de uma substituição nem de uma permanência exclusiva do fordismo-taylorismo. Nossa pesquisa constatou que ao mesmo tempo em que essas empresas mantêm certas características do modelo, tais como linha de produção com esteiras, sistema de estoques e decisões centralizadas, adotam também inovações. Observa-se o uso de tecnologias automatizadas, o sistema de gestão com ênfase na “qualidade total”, as Boas Práticas de Fabricação (BPF) [...], as pesquisas genéticas desenvolvidas pela EMBRAPA etc., “mesclando” (Antunes, 2006, p. 19), assim, velhas e novas formações (SENNA FERREIRA, 2011, p. 51).

[...]

O recente aumento do controle [...], e da produtividade não teve como contraponto maiores concessões aos empregados. Pelo contrário, elementos singelos, porém valorizados por eles, como as doações de frutas, compotas e cestas de final de ano, bem como as festas promovidas pelas empresas, foram reduzidos ou deixaram de existir. Sem contar que, em termos de direito, o auxílio-creche, por exemplo, foi uma das cláusulas perdidas no dissídio coletivo, assim como, em várias das empresas, o direito à insalubridade, mesmo quando, como indicaram sindicalistas e trabalhadores, as condições de trabalho não foram alteradas [...] (SENNA FERREIRA, 2011, p. 55).

E, como apontado anteriormente, a precarização trabalhista atinge especialmente as mulheres, que estão frequentemente empregas em cargos temporários, em nome da conciliação entre o trabalho doméstico e no chão-de-fábrica (SENNA FERREIRA, 2011).

Na concepção de Hirata (1998b), as diferenças entre os sexos acabam atravessando o espaço da empresa. Nesse sentido, tanto nas entrevistas, quanto nas consultas documentais, percebe-se a presença de assédio, “cantadas”, favorecimentos ou desfavorecimentos de algumas trabalhadoras em função das relações que mantêm com as chefias, chegando ao extremo de haver denúncia de estupro [...]. Na indústria conserveira, indo ao encontro desse componente extra-fábril, embora mais de 90% do setor seja constituído por mulheres, as chefias são predominantemente homens (SENNA FERREIRA, 2011, p. 57).

Ao falar de saúde pública e questões sociais, elas estão novamente presentes. A história de cuidados ao Seu Rocha por Dona Lisa e Dona Maria coloca-as também no cerne de uma vida no combate ao preconceito e ao respeito à diferença. À Dona Maria, fiel de Nação Cabinda, foram deixados os cuidados dos Orixás, Preto-Velho, Ciganos e da própria casa de Seu Rocha. Dona Angélica cuidou de seu pai e mãe, durante a doença que os levou ao óbito.

Dona Maria também relata em nossas conversas como lida com as dificuldades cotidianas. Desde que a vizinhança tem se tornado mais perigosa por conta da instalação de traficantes de drogas, Dona Maria conta diversos casos em que tomara para si mesma o papel

de protetora da família, uma vez que a polícia parecia inoperante. Faixa preta em jiu-jitsu, enfermeira e assistente social, já quebrou braço de um ladrão de sua filha, discutiu com a empresa que dera calote em sua contratação de emprego, ajuda a cuidar do neto pequeno, já brigou com “chefe de boca”⁴¹ e com o advogado dos herdeiros da Chácara, que se recusa a explicar os meandros do novo contrato⁴².

As histórias de minhas colaboradoras são distintas em suas particularidades. Se, por um lado, Dona Maria não perde tempo em “chamar para o braço” quem lhe ameaça, Dona Angélica e suas antecessoras parecem ser mais sutis. A relação delas com a materialidade hereditária, especialmente uma boneca de louça, é resultado dessa dedicação ao papel social que assumem, mas com a visão crítica das dificuldades e mazelas que circundam esse papel. A boneca foi passada da vó para a mãe, e depois para Dona Angélica. Assim como foi passado todo o trabalho, que se fazia apesar das infidelidades de outros membros da família.

O trabalho feminino e o patrimônio cultural ficam muito bem exemplificados, também, pelo caso do Amassilho, que será tratado com mais detalhes no capítulo 4. Dona Angélica me contou que fora entrevistada por Zênia de León, escritora bastante conhecida na cidade pelos livros que retomam a memória pelotense através da arquitetura e da materialidade suntuosa. À Zênia, Dona Angélica contou a história do Amassilho, questão de interesse da escritora. A autora, então, atribuiu a origem do moinho à “engenharia estudada na Grécia” (LEÓN, 2008, p. 175), do Avô Grego de Dona Angélica. Essa, por sua vez, mencionou a estranheza quando viu o livro pronto; afinal, contara para Zênia, como para mim, que a ideia, iniciativa e trabalho sempre foram da Avó, e que o Avô costumava estar afastado da Chácara, vendendo os produtos de barco.

As histórias contadas pelas minhas colaboradoras abordam questões trabalhistas particulares do sexo feminino, afetos distintos daqueles dos colaboradores, a materialidade como parente, e relações sociais de constituição de gênero. E, como ficou expresso também na redação deste subcapítulo, são histórias que aparecem entremeadas às narrativas que são destacadas pelo apelo histórico da Charqueada e pelo evidente interesse historiográfico dessa linha narrativa que vem da equipe de arqueologia. Em outras palavras, são vivências e experiências compartilhadas por metade da *colônia* selecionada para esta pesquisa, mas que foram sombreadas pelas demais. Não que isso tenha acontecido de modo consciente ou explícito pelos arqueólogos/as e pelos próprios moradores/as. Mas, novamente, o cerne deste trabalho

⁴¹ Trecho do diário de campo, 14/03/2015.

⁴² Trecho do diário de campo, 05/02/2015.

foi justamente buscar as relações, evidentes e não evidentes, que enredam a construção do conhecimento sobre o passado.

Todas essas histórias, aqui sumarizadas, deixam claro que a Chácara/Charqueada é um lugar com biografia própria, nó de encontro entre várias e diversas narrativas sobre presente e passado. Entre todas, compete-nos observar, como as narrativas arqueológicas e patrimoniais se emaranham a esses diversos fluxos históricos.

Este lugar aparece, ulteriormente, como morada, competindo com as políticas de valorização cultural propugnadas, especialmente, pelo gosto e memória da elite pelotense, herdeira da arquitetura colonial do XVIII e eclética do XIX. E, mais de uma vez, cobra-se a postura da Universidade frente esse conflito – que o lugar seja visto como Chácara/morada antes de Charqueada/histórica.

Seu Rocha - Incrusive a Dona Suely [falecida herdeira da Chácara], parece que é uma das senhoras, uma senhora bastante idosa, que ainda é da família [Simões Lopes], né. Então, ela sempre disse pra nós, que não nos tencionamos a tirar daqui, porque a gente procura conservar a casa, as casas como essa. Incrusive, eu sei que a minha casa tá um pouco diferente das demais, porque... é... Ela até, quando soube que eu modifiquei a porta e a janela, ela falou pro Victor, que é o meu vizinho encarregado das casas, que eu não deveria ter modificado, que ela gostaria que conservasse como eles conservaram a deles. Só que, também isso dependia, na época, de dinheiro, e eu sou, af... fazem 11 anos que sou aposentado, não ganho muito, não teria condições de manter conforme ela queria, né (Seu Rocha 21/02/2012).

[...]

Então a gente procura conservar conforme ela quer, né. No caso, até a gente gostaria, não sei se teria uma oportunidade, conforme a Universidade, se pudesse, a minha casa mesmo, é uma casa... As outras todas estão muito bem, estão em condições, eu já luto com muito sacrifício, então, não tenho condições de manter ela conforme eu gostaria, né. Incrusive, ali mesmo tem um telhado que tá cedendo... Já caiu, teve um ano que esse telhado... É, esse telhado... desabou (Seu Rocha 21/02/2012).

[...]

Nós pagamo 12 reais. Tanto eu, como os demais vizinhos... Tá. Claro que a água, assim, a água é por conta da gente, né. Água, luz, mas o aluguel da casa, é um aluguel, assim, digamos, inlusório. Só pra dizer que a gente não paga. Tá, e nós até já... hum... A gente já procurou a ver no... no... com pessoas, ah... De direito... De advogados... Se a gente teria... como... direito como uso de capião. Mas infelizmente, 2 advogados disseram que não... Porque seja como for, é 12 reais... Mas a gente (E - uhum, é um aluguel) paga o aluguel (Seu Rocha 21/02/2012).

No primeiro capítulo, falei sobre o projeto *O Pampa Negro* e sua contribuição para os estudos de arqueologia da escravidão do sul do Brasil, especialmente o uso de mão-de-obra escrava nas Charqueadas. O fato da Santa Bárbara não ingressar, como vimos, no rol das estâncias turísticas lhe confere, por outro lado, um significado bastante peculiar. A

Chácara/Charqueada Santa Bárbara atua como um lugar, também, de representação das narrativas sobre Pelotas e seu passado charqueador. Uma biografia microcósmica da cidade, entremeada por narrativas distintas e em conflito. Um embate entre o charque e a agricultura, mão-de-obra precarizada e opulência industrial, negros e brancos, cristãos e povos de religião, propriedade privada e terceirização da produção, homens e mulheres, sítio arqueológico e lar.

Acima vimos, pelos periódicos levantados, uma tendência a fazer da arqueologia pública um modelo de desenvolvimento sustentável. Ou seja, usar o patrimônio arqueológico como veículo de ganho econômico sem desgaste ao meio ambiente e à sociedade. O problema é que isso leva à necessária capitalização do mundo material e sua carga mnemônica. Há que transformar o conhecimento local e científico em *commodity*, determinar seu valor de mercado, torná-lo turisticamente atrativo, contabilizar suas variáveis especulativas. Entre os benefícios, está a apropriação do processo produtivo e dos ganhos oriundos do turismo, pela comunidade. Entre os malefícios, está a banalização de seus modos de vida e o aumento da desigualdade entre diferentes setores dentro da mesma comunidade ou comunidades vizinhas⁴³. O termo aqui não é a deslegitimação do turismo arqueológico ou demais estratégias de garantir um modo de sustento à grupos economicamente desfavorecidos. Muitas vezes, isso é uma demanda dos próprios coletivos. Mas não acredito que devemos considerar a mercantilização como a estratégia final do processo de produção de conhecimento sobre o passado pelo patrimônio arqueológico. Não acredito que vender o patrimônio arqueológico, mesmo que indiretamente e dentro da legalidade, seja a saída preponderante de nosso engajamento social (arqueologia pública).

Com tantos modos de significação e uso do espaço, com tantas frentes de constituição do lugar, por que a ânsia em tomar o patrimônio arqueológico por recurso econômico? Por que não lugar de alimento, de religião, de morada, de vida, de morte, de história, de conflito, de luta, de saúde? Quem ganha com a mercantilização do patrimônio arqueológico? E quem perde?

Mais do que nunca, ficou clara a necessidade de, para pensar a arqueologia pública, conhecer o público. Mas, primordialmente, conhecer-nos como pesquisadores que tomam partidos. A pergunta não é mais “se” tomamos partido. É “qual” partido tomamos.

2.4. Arqueologia Pública pelos olhos desta pesquisa

A experiência que tive na Chácara/Charqueada deixa muito claro que o espaço não é capitalizável. Ou seja, transformar um sítio arqueológico em produto de turismo cultural não é

⁴³ Em trabalho anterior, avaliei possíveis benefícios e malefícios do turismo arqueológico a comunidades locais (SILVA, 2011)

um processo natural do sítio arqueológico. Os moradores e moradoras expressam o desejo de manter-se na Chácara, ficam atentos às possibilidades que os oferece a equipe de arqueologia (pedindo ajuda com reforma, com corte de grama, com negociação pela posse da casa), mas seu uso para obtenção de benefícios econômicos (turismo arqueológico, por exemplo), não está em pauta. É possível que entre, mas a aquisição do terreno e garantia da casa é a preocupação primeira. Mesmo no caso de Dona Angélica, que já possui o terreno, não há apresentação qualquer de interesse em sua comercialização. Afinal, ali reside. Em suma, trata-se de uma comunidade que viveu, por muito tempo, no limiar entre o rural e o urbano, conservando várias práticas “como o povo faz pra fora”, mas que já estiveram inseridos, também por muito tempo, no comércio e na indústria. São comunidades que sabem – e vivem – com o fluxo de capital, mas cuja história com a casa é de fonte de sustento (plantações, criação de animais, comércio familiar). Quando o assunto é a Chácara/Charqueada, a preocupação é com o lar, e não com a exploração comercial de sua história. Com isso, sugiro que nós também nos preocupemos em pensar nos lugares arqueológicos antes como lugares sociais, políticos, históricos, de alimentação, de sustento, de morada, de respeito, de religião, de saúde, etc., que como lugar de exploração de recursos culturais renováveis.

Neste caso particular, e atento à crítica feita por Alfredo González-Ruibal, construir conhecimento crítico sobre o passado e o presente, é já um efeito de uma arqueologia politicamente engajada. As biografias dos colaboradores e da Chácara/Charqueada evidenciam narrativas subversivas do passado e presente da cidade de Pelotas. São histórias cujo potencial representativo no campo patrimonial é fortíssimo e traz a marginalização de modos de vida ao centro do debate. Não é necessário, para isso, tombar a Chácara e promover o turismo sustentável para que essas narrativas tenham valor. Possibilidades de renda são válidas, mas elas não incluem a mercantilização do espaço. Aliás, o problema central dos moradores vem desse impasse – o valor financeiro de um lugar vivido por eles há décadas, mas de posse de outrem.

Meu intuito de pesquisa é tanto produzir conhecimento crítico sobre o passado e o presente, quanto contribuir de algum modo com os colaboradores da pesquisa. A proposta de um vídeo-documentário que apresentei na introdução, e que está melhor descrita no último anexo, busca atender as duas concomitantemente, por ter sido um evento de valorização das biografias dos moradores e moradoras, como um mecanismo de representação e divulgação de histórias marginalizadas pelas políticas públicas de patrimonialização da cidade.

Ao considerar os conceitos de arqueologia comunitária e colaborativa definidos acima, não acredito que eles definam minha atuação junto à Chácara/Charqueada. Primeiro, porque

não há, ao final, um processo de patrimonialização do sítio arqueológico e, consequentemente, não há gestão compartilhada com a comunidade. O sítio arqueológico localiza-se no pátio de uma propriedade privada, e seus moradores são gestores do espaço *a priori*. Segundo, porque os moradores não participaram da elaboração e realização do projeto de arqueologia. No entanto, minha pesquisa não poderia ter se realizado sem a colaboração, interesse e confiança dos moradores, ex-moradores e vizinhos da Chácara. A estes tento retribuir com a realização do vídeo-documentário e valorização social de seus relatos. Por essas razões, acredito que realizo uma arqueologia pública seguindo premissas que mesclam minha experiência com as leituras realizadas.

Conhecimento. É de importância estrutural para qualquer arqueologia que se promete crítica, engajada e descolonizadora, conhecer os impactos sociais de sua pesquisa. E, logicamente, faz-se necessário conhecer as sociedades para saber os impactos causados;

Localização. O conhecimento do outro nos fala, muito, sobre nós mesmos. É preciso conhecer nosso local como interlocutores corporificados, a origem de nossas ideias, a intenção de nossas ações. Só assim podemos de fato saber como conduzir uma arqueologia pública. E quais causas defender;

Subversão. Tenho conduzido meu trabalho para a defesa da heterogeneidade de modos de vida, pela subversão daquele que é opressor e homogeneizador.

Para tanto, acredito que é necessário levantar a reflexão sobre outro conceito que é central para o debate de representação social por uma prática arqueológica pretensamente subversiva. O conceito de Patrimônio, que será explorado no próximo capítulo. Feita a discussão conceitual, poderemos analisar as representações do passado pelotense criadas por discursos patrimoniais e históricos. E assim, selecionar um dos temas levantados no item 2.3 deste capítulo, para aprofundamento no capítulo final, buscando a subversão de representações homogeneizadoras da história pelotense.

3. CAPÍTULO 3 – UMA CORTE PATRIMONIAL

“Eu queria que isso não tivesse acontecido no meu tempo”, disse Frodo.
 “Eu também não”, disse Gandalf. “Assim como todos os que vivem nesses tempos.
 Mas essa não é uma decisão nossa. Tudo o que temos que decidir é o que fazer com o tempo
 que nos é dado.”
 J. R. R. Tolkien. “O Senhor dos Anéis – A Sociedade do Anel” (Tradução livre)

3.1. Introdução

O conceito de patrimônio tem sua etimologia na palavra latina *patromonium*, uma aglutinação de *pater* (pai, chefe familiar) e *moneo* (fazer lembrar) (CHOAY, 2001; FUNARI & PELEGRINI, 2006). A palavra era referente do patrimônio patriarcal patricio, os espólios hereditários sob posse do chefe (homem) da família – aquilo que faz lembrar o pai. Como tudo aquilo submetido ao tempo, a semântica da palavra foi-se alterando, e, nas línguas de origem latina, ganhando verbetes que alçavam esferas mais coletivas, ao mesmo tempo em que mantinham o caráter de herança, algo que atravessa os períodos e nos faz lembrar daquilo e de quem o tempo já levou. A concepção contemporânea do patrimônio como bem representante de uma memória pública e coletiva surge com a França Revolucionária, quando a Nação deixa de ser um território real, e passa a constituir um território cívico.

Portanto, o Estado nacional francês surgiu a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território. Para tanto, se fizeram necessárias políticas educativas que difundiram, entre as próprias crianças, a ideia de pertencer a uma nação. Utilizando os ideais iluministas, sábios e eruditos se levantaram contra a destruição de bens da igreja e da nobreza, justificando que aqueles eram de interesse à instrução pública, pois pertenciam a toda a nação e não deviam ser destruídos. O que antes se consideravam bens da nobreza, agora se transformavam em bens do Estado nacional e a esse lhe correspondia sua preservação, contribuindo com a criação e invenção de uma memória nacional (VASCONCELLOS, 2013, p. 96).

Na esfera das ciências humanas, o termo ganha esfera conceitual e, como todo conceito, sujeito a diferentes evocações, desdobramentos reflexivos e reconfigurações.

Este capítulo procura sedimentar um modo de entender o conceito de patrimônio, com fins de averiguar sua viabilidade e, se confirmada, executá-lo como instância de representação da diversidade histórica, social e cultural. Fá-lo-ei em quatro partes: na primeira, definindo a base conceitual do patrimônio em sua constitucionalidade; na segunda, trazer esse conceito jurídico ao debate com pesquisadores da área, buscando erros e acertos em sua aplicação; na terceira, aplicá-lo em meu caso de pesquisa, no sítio arqueológico Charqueada Santa Bárbara,

procurando caminhos para expressar a diversidade de modos de vida em torno de um sítio patrimonial; e, por último, pretendo analisar as políticas públicas locais para o patrimônio histórico e cultural, e como elas têm permitido a representação de diferentes passados e presentes. Afinal, qual Princesa a corte pelotense julga digna da Coroa do Sul?

3.2. Fazendo a Coroa para a Princesa

Partindo do ponto em que o conceito de patrimônio possui sua origem, datada e localizada, devemos nos lembrar das limitações que o compreende. Um dos paradigmas mais centrais da historiografia contemporânea é o anacronismo, a atribuição de um valor contemporâneo para sociedades e períodos distintos, sem a devida crítica. Ou seja, pensar no patrimônio como categoria de relação entre humano e memória social para fora da sociedade ocidental, influenciada pelo iluminismo e da burguesia industrial, sem a devida crítica, seria anacrônico. Com isso, considero patrimônio, antes de tudo, como uma categoria estatal de gestão da memória social e do espaço, cujo breve histórico foi traçado acima. Sendo assim, procuro as bases jurídicas e constitucionais para entender as possibilidades desse conceito para a luta em prol da diversidade social e da construção de uma cidadania crítica.

Inês Virgínia Prado Soares é Procuradora da República em São Paulo e tem histórico de atuação nas áreas de gestão do meio ambiente e patrimônio público. Nesse horizonte de trabalho, publicou, em 2007, um livro sobre a proteção jurídica do patrimônio arqueológico no Brasil (SOARES, 2007). Quase 10 anos depois, sua obra encontra-se defasada em uma série de normas específicas de gestão de bens culturais. No entanto, alguns de seus apontamentos sobre as bases constitucionais de sua tutela continuam válidas.

As bases estruturais para a tutela do patrimônio arqueológico no Brasil estão, segundo a autora, nos artigos 215, 216 e 225 da Constituição de 1988.

Estas bases são: a) a concepção de direito ao patrimônio cultural como direito fundamental; b) a concepção unitária do meio-ambiente; c) a concepção dos bens culturais como bens de interesse público; d) a função social da propriedade; e) a concepção da referencialidade como forma de valorização e fortalecimento da identidade cultural dos grupos vulneráveis e das minorias étnicas; f) a consideração do patrimônio intangível como elemento do patrimônio cultural brasileiro; g) a concepção da diversidade cultural fundada na valorização dos grupos formadores da sociedade brasileira; h) a previsão do dever de atuação democrática do Poder Público na proteção e promoção do[s] bens culturais. I) o dever de participação da sociedade na tutela dos bens culturais; j) a previsão da equidade no acesso e na fruição dos bens culturais; e l) a submissão das atividades lesivas ao patrimônio ao controle do Estado. (SOARES, 2007, pp. 13-14)

Por esses apontamentos e pela leitura de Inês Soares, podemos nos atentar a alguns pontos de maior interesse em minha pesquisa.

A união entre bens culturais materiais, imateriais e bens naturais permite a articulação entre o conceito aqui proposto de lugar com o aparato legal protetivo. É viável, assim, combinar as múltiplas faces que garantem o valor de um lugar aos olhos da comunidade local. No caso da Chácara/Charqueada, é possível entendê-la, teoricamente e judicialmente, como lugar de moradia, de memória, de proteção ambiental, de cultivo, forrageio por ervas medicinais, de culto religioso, de relações entre grupos que ali habitam.

A autora ainda argumenta pela referencialidade como forma de valorização da identidade cultural, e lembra-nos que a Democracia, enquanto organização política com instâncias que deliberam pela vontade da maioria, não deve se imiscuir da vontade da minoria. O patrimônio pode e deve ser referente de minorias sociais, combatendo a hegemonia cultural dos grupos dominantes que detêm o poder.

Nesse caminho, ergue-se a importante bandeira da cidadania.

Além da tutela desses bens como bens ambientais, abrangidos no conceito de macrobem, pode-se ressaltar especificamente a cidadania cultural: a ampliação de legitimados ativos para a gestão e o manejo dos bens culturais; a valorização dos bens culturais a partir do significado que tenham e de sua referência para a comunidade; a indicação da necessidade de consideração da diversidade cultural na elaboração e implementação de políticas públicas culturais com relação a todos os grupos formadores da sociedade brasileira; e a afirmação da gestão participativa da sociedade nos assuntos relativos ao patrimônio cultural (SOARES, 2007, pp. 21-22).

Finalmente, é necessário lembrarmos que tendo em conta a proteção do patrimônio cultural, ele não é uma instância morta, de sentido estanque no tempo e intangível em seu próprio contexto de origem.

A responsabilidade intergeracional em relação aos bens culturais não significa que o patrimônio cultural deve permanecer intocável pela geração presente, mas que todas as manifestações da sociedade em relação ao bem devem considerar também a possibilidade de acesso e fruição num lapso de tempo maior do que a existência atual. Por isso, Paulo Affonso Leme Machado [Direito Ambiental Brasileiro, São Paulo: Malheiros, 2006, p. 903] destaca que “o patrimônio cultural representa o trabalho, a criatividade, a espiritualidade e as crenças, o cotidiano e o extraordinário de gerações anteriores, diante do qual a geração presente terá que emitir um juízo de valor, dizendo que querará conservar, modificar ou até demolir”. (SOARES, 2007, p. 22)

Com essas três premissas em mente⁴⁴, cito alguns autores que têm contribuído muito no debate sobre patrimônio cultural, arqueologia, políticas públicas, cidadania e diversidade. Selecionei alguns artigos dos últimos 5 anos, de modo a atualizar as reflexões sobre patrimônio desde minha última investida no mestrado.

A começar com Márcia Bezerra, arqueóloga, trabalha com a interação entre arqueologia, educação, público e patrimônio. Seus textos apresentam propostas bem críticas sobre o papel social da/o arqueóloga/o, e as diferentes possibilidades de fruição do patrimônio arqueológico.

A autora traz um entendimento do patrimônio, nos textos estudados, bastante reflexivo, claramente interessada em não o aplicar como tábula rasa. Sua extensa pesquisa e convívio com os moradores da Vila de Joanes, na Ilha de Marajó, evidencia conflitos em torno das concepções de patrimônio. Em especial, seu caráter protetivo e sua categoria oficial são motivos de desentendimento sobre o proceder com as ruínas missioneiras da Vila, por exemplo, que são um elemento presente no cotidiano dos joanenses, mas também dos turistas.

Os conflitos têm sua gênese na própria ideia de patrimônio – uma categoria inventada pelo Estado – e que é, por essência, contrária aos processos de autorreconhecimento e de atribuição de identidades. O discurso do ‘patrimônio’ indica o que é patrimônio e elege os seus ‘herdeiros’. (BEZERRA, 2011, p. 67)

Por melhor que seja a base legal que a Constituição nos oferece para o patrimônio, como vimos, ela é, enfim, uma base jurídica sedimentada na Carta Magna de regulamentação de um Estado de Direito. O patrimônio não existe fora da lei e de sua aplicação por normativas reguladoras e executoras do dever constitucional, enfrenta realidades em descompasso com sua visão projetada de sociedade, como observado por Marcia Bezerra. Entre os mecanismos de aplicação desses regramentos, está o parecer técnico, condicional à aprovação do Estado, que coloca a responsabilidade da valoração cultural e do espaço alheios, sobre profissionais habilitados (ou pelo menos licenciados) pelos Estado⁴⁵.

No entanto, a autora assume a postura da pesquisadora engajada, e preza pelo proveito da chave política de nosso conhecimento técnico para construir o patrimônio como referencial de minorias sociais. Ela também reconhece na arqueologia pública uma maneira de experimentar as diversas fruições do patrimônio arqueológico.

Assim, entendo que a Arqueologia Pública é uma forma de praticar a Arqueologia e que compreende o fazer arqueológico dentro de uma perspectiva circular (Bezerra,

⁴⁴ A pontuar: 1) Integração entre atividades humanas materiais, imateriais e seu entorno; 2) Referência a identidades culturais e 3) Patrimônio como categoria viva.

⁴⁵ Um dos motes da minha dissertação de mestrado é justamente traçar os caminhos legais e jurídicos que garantem o poder valorador aos técnicos em arqueologia (SILVA B. S., 2011).

2009b), na qual as narrativas locais sobre o passado são consideradas na construção e na reorientação das pesquisas acadêmicas; e não como um conjunto de ações para o público, entendido de maneira genérica. (BEZERRA, 2011, p. 61)

No artigo de Marcia Bezerra que tenho citado até o momento, seu uso da arqueologia pública, e também da etnografia arqueológica, busca entender as formas de fruição do patrimônio arqueológico entre comunidade local, equipe de arqueologia e outros coletivos. Em especial, relata o *modus operandi* de valoração e preservação do patrimônio local entre os “filhos de Joanes” e os “estrangeiros”, propondo conceitos e aplicações legais que garantam a adequada salvaguarda de um bem público sem desmerecer sua importância para a vida comunitária.

O turismo⁴⁶ é uma das atividades que mais traz “estrangeiros” a Joanes (nacionais e internacionais), e esses têm ocupado um espaço cada vez maior no cotidiano da Vila, não apenas sazonalmente, mas firmando morada. Esse contato entre local e global⁴⁷ provoca conflitos pelos direitos sobre o território, a história e a cultura, que são também protagonizados no patrimônio arqueológico. Por um lado,

[...] um dos principais grupos responsáveis pela destruição do patrimônio é o dos turistas. Europeus, em sua maioria, e brasileiros, de diversas partes do país, protagonizam atitudes de descaso e/ou destruição do sítio. Frequentemente se observa grupos de turistas ‘escalando’ a torre da igreja para tirar fotografias ou estacionando carros sobre o sítio. Os guias de turismo, vindos de outras localidades, dão informações descontextualizadas, sem fundamento, levando, em muitos casos, a interpretações de natureza fantástica, tais como a existência de um vulcão escondido, de onde teriam sido retiradas as pedras para a construção da igreja, e até a presença Maia na ilha. (BEZERRA, 2011, p. 64)

Muitos dos turistas, oriundos de “lugares mais desenvolvidos”, se colocam como portadores de conhecimentos superiores, gabaritados pelo seu ensino formal urbano. E assim, também se apresentam como melhores conhecedores do passado local.

[...] ao se discutir a gestão do museu, “filhos de Joanes” e “forasteiros” se dividem novamente. Os primeiros teriam direito sobre a gestão por “herança”; os últimos, pela suposta competência para “cuidar” do patrimônio. (BEZERRA, 2014, p. 425)

⁴⁶ Interessante lembrarmos, aqui, que o turismo é uma das estratégias mais debatidas nos periódicos dedicados pela arqueologia pública, como vimos no capítulo anterior. Em minha dissertação, trabalhei também com os problemas causados a comunidades não-urbanas e tradicionais pelo turismo como estratégia de uso do patrimônio arqueológico (SILVA B. S., 2011).

⁴⁷ O modelo de interação entre o local e o global de Charles Orser Jr (e.g. ORSER JR., 1994). me parece bastante interessante para pensar o desenvolvimento e impacto do capitalismo mundial em contextos regionais, considerando o turismo como indústria capitalista de escala global.

Em seu trabalho na Vila de Joanes, Marcia Bezerra propõe uma série de formas de vivências do patrimônio pelos moradores, que por si já desenvolvem estratégias de ocupação do espaço e de expressão ao mundo. Ela defende que o colecionismo de pequeno porte feito pelos moradores e moradoras não configura depredação do patrimônio arqueológico. Primeiro, porque os artefatos encontrados pelos moradores não são extraviados para outros lugares do país e do mundo, como no caso do comércio ilegal sustentado pela elite estrangeira e nacional (BEZERRA, 2011). Eles ficam na vila e interagem com os moradores, particularmente quando da concepção de um museu municipal com doações, legando a vida do patrimônio no presente (BEZERRA, 2011; 2014).

A arte, em sua capacidade única de reformulação da realidade, também aparece como estratégia das moradoras Joanenses. A experiência da autora foi com a Associação Educativa Rural e Artesanal da Vila de Joanes (AERAJ), cujas participantes se apropriaram de imagens da fase marajoara em seu artesanato, problematizaram o uso da imagem do Sítio Arqueológico de Joanes como logo de sua associação, e se apossaram de benefícios do turismo em sua Vila (BEZERRA, 2014).

Outra experiência de Marcia Bezerra que gostaria de abordar aqui é em Serra Pelada, contexto fortemente impactado pela exploração aurífera nos anos 1980 e 1990. Nesse artigo, a autora toca no ponto mais problemático das políticas do patrimônio no Brasil: a educação patrimonial dentro do licenciamento ambiental.

O poder das coisas em nossas vidas fica amplificado no caso do ouro. O eixo centrípeto da exploração em Serra Pelada deixou impactos gigantescos na sociedade e meio-ambiente. A autora usa três dimensões, propostas por Gustavo Lins Ribeiro em 1987⁴⁸, para mensurar a potência de empreendimentos em larga escala que tanto marcaram as políticas nacionais de infraestrutura: a) *gigantismo*, referindo-se a amplitude geográfica de área e recursos explorados e à mobilização de corporações multinacionais, multidões de trabalhadores e de cifras monetárias; b) *Isolamento*, uma vez que esses projetos visam locais ainda não capitalizados do território e trazem mão-de-obra de todo o país, ilhando multidões (locais e estrangeiras) às necessidades do empreendimento; c) *temporalidade*, uma vez que tudo, inclusive o tempo de tudo, passa a girar em torno do calendário de obras (BEZERRA, 2015, pp. 824-825).

E nesse contexto a atuação mandatária da educação patrimonial, prevista pela legislação, ganha força para atuar em prol da sociedade e dos bens públicos, mas deve ter

⁴⁸ Ver Ribeiro, G. L. (1987). ¿Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos. *Desarrollo Económico* 27(105): 3–27

clareza dos agentes envolvidos e suas responsabilidades. A autora argumenta que a educação patrimonial no licenciamento ambiental usa, constantemente, a referência de Paulo Freire e sua pedagogia libertadora. No entanto, a atuação educativa nesses contextos vem padronizada nos moldes das instituições oficiais de ensino, sem espaço para o conhecimento local. Ou seja, a educação patrimonial traz uma perspectiva vertical sobre o passado, esclarecendo os locais sobre sua própria história, como um dom *maussiano*, esperando, em troca, nada menos que a preservação inquestionável do patrimônio nacional (BEZERRA, 2015). “A gramática estruturante do patrimônio viola os direitos locais porque se refere à língua oficial mais do que a questões envolvendo injustiças sociais e morais [...]” (BEZERRA, 2015, p. 826).

A história de Serra Pelada é conturbada e deixou vestígios indelévels nas pessoas que ainda vivem lá, mesmo com o fechamento da mina em 1992. Para Marcia Bezerra, falar apenas da preservação do patrimônio arqueológico pré-colonial, como geralmente se faz em projetos de educação patrimonial, é produzir um vácuo semiótico, uma vez que as narrativas e lutas políticas, passam por outras referências históricas. O ouro é a coisa em torno do qual giram essas narrativas. Então, porque não tomar essa coisa, essa materialidade, e todo significado que carrega em seu contexto, como referência patrimonial local?

As narrativas dos mineradores constituem um corpus histórico rico ao qual eles se agarram fortemente, já a atual exploração mineral [cujo licenciamento participou a autora] pode resultar em seu deslocamento e, eventualmente, no completo desaparecimento de seus lugares de memória.

[...]

Portanto, partindo do pressuposto que discursos patrimoniais devem considerar direitos humanos e que o patrimônio, ou o que essa categoria significa localmente, vive nas narrativas dos mineradores, organizei com Luis Ravagnani um pequeno livreto que conta a história de Serra Pelada através das narrativas de seus interlocutores [...]. (BEZERRA, 2015, p. 827)

O papel dos livretos como produto final em projetos de educação patrimonial é um tema de debate em si. Mas vale notar que a saída da autora foi muito mais próxima à prerrogativa freiriana de uma pedagogia de mão-dupla e libertadora, do que simples palestras sobre a importância de proteger a pré-história nacional enquanto sua própria está a ponto de ser demolida.

Fabíola Andrea Silva, arqueóloga e antropóloga, possui um artigo de relevância para o debate em questão, trazendo o papel da museologia na salvaguarda de “coisas de memória”, com uma interlocução entre os parâmetros ocidentais de patrimonialização e interesses indígenas pela manutenção de sua história (SILVA, 2016).

Ela relata como, ao longo de dois projetos foi percebendo uma relação de diálogo possível entre a concepção mnemônica dos Assurini e a proposta institucional do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. O primeiro projeto, “Cultural material e dinâmica cultural: Um estudo etnoarqueológico sobre os processos de manutenção e transformação de conjuntos tecnológicos entre os Assurini do Xingú”, em 2005, tinha por objetivo

[...] a realização de um estudo sobre os processos de produção e uso de determinados conjuntos tecnológicos dos Asurini (por exemplo: cerâmica, trançados, tecelagem, adornos corporais, armas e objetos em osso e madeira) e, ao mesmo tempo, do processo de transmissão desses conhecimentos em termos intergeracionais (SILVA, 2016, p. 71).

A proposta era, com isso, refletir sobre as transformações nos modos de fazer e usar a materialidade entre os Assurini, dado seu atual contexto de contato e consumo de bens industrializados. Como parte desse projeto, vislumbrou a curadoria participativa de uma coleção etnográfica composta pela antropóloga Regina Porto Müller, durante seus 30 anos de presença na aldeia, e atualmente sob guarda do MAE/USP. Pela parte colaborativa, convidou ao MAE, em 2007, Assurini mais velhos e jovem, justamente para contemplar as diferenças geracionais entre os saberes e fazeres. Por um lado, os mais velhos ficaram satisfeitos ao ver seus objetos preservados, especialmente aqueles que não mais viam sendo feitos na aldeia, lembrando-se, muitas vezes, de quem os fez e de eventos que os envolvia. Por outro, os jovens participantes se admiraram com a maestria da confecção de alguns objetos, e o desconhecimento de outros que já não eram feitos entre os seus. A ambos os grupos, agradou a qualidade da guarda dos acervos e, de acordo com Fabíola Silva, os jovens observaram que “não havia objetos Assurini no acervo do MAE-USP” (SILVA, 2016, p. 72).

Ao retornar à aldeia em 2008, uma das ceramistas que visitara o MAE em 2007, pediu que ela levasse e guardasse no Museu um cesto *arakuryna*,

Segundo ela, tratava-se do último cesto desse tipo existente em sua casa, e seu marido e filhos não sabiam como reproduzir um cesto como esse. “Se ele continuar na aldeia vai se estragar”, disse ela (Silva, 2016, p. 73).

Em 2010, um pedido similar foi feito para a guarda de uma vasilha *yava*, que servira para armazenar e transportar água, hoje em desuso. “Disseram que eu deveria levá-la para o museu e guardá-la, pois era de grande perfeição, como não se via mais na aldeia. Segundo eles, se ela ficasse na aldeia poderia quebrar” (SILVA, 2016, p. 73).

No desenrolar de outro projeto, “Território e história dos Assurini do Xingú”, em 2010, a visita da equipe de arqueologia e de parte da comunidade Assurini pela T. I. *Koatinemu*, com propósito de entender seu histórico de ocupação, resultou no reconhecimento de diversas aldeias antigas e na recuperação de uma série de artefatos usados pelos mais velhos, e que foram trazidos à aldeia como forma de rememoração para os mais jovens.

Num primeiro momento, não entendi a razão de resolverem reter consigo essas antigas vasilhas, mas na volta da viagem a resposta surgiu nas palavras de Kwain, uma jovem liderança. Ele disse: “Fabiola, a gente pode ver esse projeto como um tipo de resgate. Eu vou levar esta panela e guardar para a minha filha e, quando ela crescer, ela vai poder aprender a fazer esta panela do modo como faziam os antigos” (SILVA, 2016, 74).

A autora sumariza, ao final, duas linhas reflexivas que lhe vieram com essa experiência: a primeira, “sobre o significado dos objetos a partir das experiências vivenciadas junto aos Assurini”, onde coloca 1) Objetos como materialização das relações sociais e, por isso mesmo, dotados de agência sobre nós; 2) Eles estão, ainda, associados aos processos de transmissão e aprendizagem, e por isso são “fundamentais nas dinâmicas de continuidade e transformação cultural” (p. 74); 3) São constituintes de processos mnemônicos, ao fazerem lembrar pessoas e eventos; 4) São fundamentais para auto-identificação e fruição da alteridade, justamente por pertencerem às dinâmicas das relações entre si e os outros (Silva, 2016, p. 74).

Essas reflexões são fundamentais para minha argumentação do patrimônio arqueológico como instância de rememoração social e do potencial agentivo das coisas sobre nossos cotidianos. É importante observar que, no entanto, a relação entre memória, história, dinâmica social e objetos não pertence, necessariamente, à mesma conduta do patrimônio enquanto normativa pública sobre lugares de memória. Se podemos conectar essas duas instâncias, com base no tenho argumentado até agora, é que o primeiro exercício, de identificação das dinâmicas envolvidas entre as coisas e pessoas, antevê ao da “sacralização” da materialidade em patrimônio público.

De certo modo com essa preocupação de “o quê e o por quê guardar”, vemos a segunda linha de reflexão de Fabiola Silva: “O que podemos apreender sobre o significado da instituição museológica a partir destas experiências vivenciadas junto aos Asurini?” (SILVA, 2016, p. 74). 1) No museu, os objetos ficam “bem guardados”, permitindo que sejam conhecidos por gerações futuras; 2) Por serem a materialização de relações sociais, os objetos guardados preservam histórias e acontecimentos; 3) Enquanto exterioridade, o museu pode ser inserido

em redes interiores de “transmissão de saberes e produção de memória” (p. 75); 4) Assim, o Museu é um lugar potencial de autorrepresentação (SILVA, 2016, pp. 74-75).

Justamente sobre essa esteira da informação pública, referencialidade social e instituições de guarda, Cristina Bruno, no mesmo volume, aponta três vetores pelos quais podemos ver a museologia contemporânea e questões indígenas. O primeiro, “surge a valorização da preservação da memória em relação aos processos que constituíram os acervos indígenas” (BRUNO, 2016, p. 31). Conhecer em retrospecto a formação da coleção, de modo que seu contexto nos leve à reflexão das relações institucionais e étnicas (muitas vezes colonialistas) que alçam a valorização cultural por meio do patrimônio musealizado. No segundo vetor, “é preciso potencializar os estudos que são compartilhados com os indígenas, apoiados na premissa da alteridade e na perspectiva da negociação cultural. (p. 31)”. A musealização de coleções indígenas não mais deve ser conduzidas como uma vitrine do exótico, mas como uma narrativa sobre a alteridade, um evento de contato entre as diferenças que representam a coleção e aquelas que carregam o público visitante. Finalmente,

[...] um terceiro nicho de pesquisa que diz respeito às questões normativas e de regimento institucional, relativas à inserção dos repertórios materiais e imateriais indígenas no contexto das políticas públicas patrimoniais nacionais e internacionais (BRUNO, 2016, p. 31).

E retornamos a questão das políticas públicas sobre a alteridade e memória coletiva. A ideia de que o museu se torne um espaço de contato, negociação, divulgação e construção do conhecimento sobre o outro (e, logo, sobre si mesmo) não se restringe ao alcance regional da exposição. Mas pretende fazer da museologia contemporânea, palco de debate público e político sobre o conhecimento ali gerado.

Entre essas pesquisas, nos últimos anos, destacam-se três segmentos que têm sido responsáveis por estudos inéditos: a busca por novos recortes e repertórios patrimoniais que problematizam a centralidade das coleções de acervos materiais nesses contextos, os desafios da elaboração de novas narrativas expositivas e estratégias educacionais que permitam a argumentação sobre questões socioculturais contemporâneas e, ainda, sobre a projeção dos museus e ações museológicas em distintos contextos de desenvolvimento local ou regional ou mesmo como item da economia globalizada (BRUNO, 2016, p. 30).

Caminhando nessa trilha, pela materialidade e condições de alteridade e auto representação de grupos indígenas, gostaria de trazer as reflexões de Regina Abreu ao debate. Ela é antropóloga e assume esse lugar de fala sobre patrimônio e musealização. Muitas de suas

publicações estão acessíveis gratuitamente em sua página de internet⁴⁹. Duas delas me pareceram mais interessantes para os propósitos deste trabalho, por tratarem da patrimonialização da diferença, fazendo menção ao caso do Registro do *Kusiwa*, arte gráfica da etnia Wajãpi (Amapá/Brasil), como exemplo.

Em ambos artigos (ABREU, 2013; 2015), a autora parte da publicação das Recomendações de Salvaguarda das Culturas Tradicionais e Populares (1989) e da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) da Unesco. Especialmente na publicação de 2015, analisa o trajeto da lógica do patrimônio imaterial, culminando com os documentos internacionais, e, posteriormente, suas repercussões pelo mundo.

É neste período que se implanta o que estou chamando de tendência à “patrimonialização das diferenças”, em que a palavra de ordem, capitaneada sobretudo pela UNESCO, é que, “num mundo com tendência crescente à homogeneização” protagonizada pelo capitalismo globalizado e neoliberal, é preciso preservar, ou seja: conceder especial atenção à noção de singularidade ou de especificidade local (ABREU, 2015, p. 69).

Podemos tomar essa citação como partida para acompanharmos seus argumentos. Primeiro, fica claro que a patrimonialização da diferença é uma estratégia de combate à homogeneização cultural promovida pelo capitalismo globalizado. Em segundo lugar, os conceitos de “patrimônio”, “cultura” e a percepção da “diferença” tem o mesmo lugar de origem – a sociedade capitalista ocidental. Nesse sentido, o cuidado primordial que Regina Abreu aponta em ambos os trabalhos é de reconhecermos um certo contrassenso nas políticas de patrimônio para expressões imateriais de sociedades ditas tradicionais.

Nesse sentido, se observa aqui um paradoxo: o projeto de Patrimônio Cultural Imaterial que busca “salvar” as diferenças, as alteridades ou as diversidades culturais apresenta sua face universalista numa lógica racionalista fundada em conceitos e categorias ocidentais (ABREU, 2013, p. 4).

Nesse processo, a ideia de “singular” que caracteriza a diferença se opõe a ideia de “unidade”, típica de um modelo de Estado-Nação europeu – mesma língua, mesma terra, mesmo povo (DÍAZ-ANDREU, 2002). Surgem, então, as categorias diferentes: indígenas, povos da floresta, quilombolas, entre outros, mencionados na constituição. Certamente, nossa constituição tem um ponto bastante positivo em relação a políticas nacionalistas anteriores: a autorreferência. No entanto, Regina Abreu aponta que o aparato governamental para patrimonializar essa diferença advém de uma lógica de gestão de moldes burocráticos. Para

⁴⁹ Disponível em: < <http://www.reginaabreu.com/site/> >. Acessado em: 18 de agosto de 2016.

efetivação da empreitada, faz-se necessário a utilização de mecanismos para tradução entre as comunidades tradicionais e a lógica de gestão estatal. Aí se apresentam os agentes técnicos (antropólogos, biólogos, arqueólogos, museólogos, entre outros) que, além de “tradutores”, são em si sujeitos de interesse tanto quanto a comunidade (tampouco um coletivo homogêneo) e o Estado (ABREU, 2013; 2015).

Feita esta ressalva, a autora aponta algumas repercussões interessantes dessa movimentação. Entre elas é o caráter participativo que compõe as exigências das normativas.

Mas a grande novidade advinda neste período é que o campo da patrimonialização abarcará diálogos em rede entre representantes de novos organismos – agências locais, nacionais e internacionais e, sobretudo, movimentos sociais, organizações não-governamentais, coletivos – favorecidos pelas novas tecnologias, trazendo um novo elemento como contraponto para a quase exclusividade das instituições estatais neste domínio até então (ABREU, 2015, p.69).

E por esses diálogos, surgem interesses de grupos sociais que, antes segregados do campo do patrimônio, passam a conceber suas próprias manifestações culturais como patrimônios em potencial. E, aos olhos do Estado-nacional e entidades ocidentais de governo, as comunidades tradicionais são portadoras ou proprietárias de conhecimentos “alternativos” que correm risco de extinção, ou devem ser preservados por sua excepcionalidade (ABREU, 2013).

Nessa esteira, a autora ainda aponta que “[...] os bens investidos de ‘valor patrimonial’ podem circular com valor de mercado e constituir-se em ativos financeiros e jurídicos” (ABREU, 2013, p. 6). Regina Abreu identifica ideias-chave na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2013 – Primeira, a “ênfase recaía não mais em ‘cultura popular e tradicional’, mas em ‘patrimônio cultural imaterial’ [...]” (ABREU, 2015, p. 74); Segunda, associação entre patrimônio cultural imaterial e “desenvolvimento sustentável”.

Tratava-se de uma mudança significativa: longe de salvaguardar a “cultura tradicional e popular” como resquícios ou remanescentes do passado, a intenção aqui era estimular que os estados-membros encontrassem mecanismos para “patrimonializar” a “cultura tradicional e popular”, pois esta seria a fonte de um estilo de desenvolvimento que se queria promover: desenvolvimento com sustentabilidade e com diversidade cultural (ABREU, 2015, p. 74).

Certamente não poderíamos esperar uma atitude piamente altruísta das instâncias ocidentais de governo. No entanto, sabemos, ao mesmo tempo, que as comunidades tradicionais não são coletivos incultos e ignorantes das dinâmicas do Estado nacional, e do capital global. O exemplo dos indígenas Wajãpi, no Amapá, é trazido pela autora para falar sobre o modo

como um coletivo tradicional tomou frente de uma política de Estado para conquistar sim “ativos jurídicos”, e garantir a integridade de seu território e continuidade de seu modo de vida.

Os indígenas Wajãpi foram uma das primeiras comunidades tradicionais no Brasil a responder ao estímulo do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, e foram o primeiro coletivo a ter uma forma de expressão cultural registrada, ao mesmo tempo, no Brasil e na Unesco (ABREU, 2013). A candidatura foi lançada pela Associação Indígena dos Anciãos Wajãpi (Apina), com auxílio de diversas instâncias públicas (IPHAN, Museu do Índio, Universidade de São Paulo e Instituto de Pesquisa e Formação Indígena) (ABREU, 2013; 2015).

A autora relata e comenta o caso pelas publicações de Dominique Gallois, principal consultora dos Wajãpi nesse processo. Dominique diz que a preocupação maior dos indígenas ao buscarem a patrimonialização do *kusiwa* era o papel das escolas indígenas sobre a juventude das aldeias. Eles ficavam cada vez mais interessados no conhecimento branco, e começaram a perder de vista costumes cotidianos e essenciais em suas aldeias. O Registro da arte *kusiwa* envolveu um Plano de Salvaguarda, cujo modelo foram oficinas de aprendizado com os mais jovens.

Apesar do sucesso em termos de conquista do objetivo primeiro, retomar o interesse da juventude wajãpi, Dominique relata as dificuldades enfrentadas no processo. A principal foi, como já discutido por Regina Abreu, a tradução.

Em suas narrativas míticas não existe a “cultura wajãpi”. Eles narram que os wajãpi, em tempos remotos, “roubaram” dos animais e de seus inimigos a maior parte dos elementos dos quais fazem uso hoje. Reconhecem, por exemplo, que muitos dos padrões gráficos que foram patrimonializados como wajãpi provinham de outros grupos indígenas, como os wayana. Alguns professores wajãpi chegam inclusive a afirmar: “cultura wajãpi, como dizem os brancos, para nós não existe” (ABREU, 2013, p. 17).

A discussão levantada por Regina Abreu, usando o caso dos wajãpi, vem ao encontro de um ponto central em meu trabalho, que tenho defendido neste capítulo: entender o patrimônio como categoria estatal de gestão de espaço, memória e cidadania. Por mais que o caso da Chácara/Charqueada pertença, em termos “cosmogônicos”, ao ocidente, ele não deixa de trazer interesses que são distintos da memória oficial (e muitas vezes contrários, como defenderei mais adiante), e cuja dinâmica de atuação cotidiana desafiam o processo burocrático de registro e tombamento. Esses dois artigos de Regina Abreu, e o anterior de Fabíola Silva, a meu ver, nos clareiam o olhar para o cuidado crítico que devemos ter com o patrimônio e sua filiação aos Estados nacionais ocidentais.

Ainda sobre essa discussão, e pensando na multiplicidade de sentidos do patrimônio, trago ao debate dois textos de José Reginaldo Santos Gonçalves, antropólogo e professor da UFRJ. Já no projeto de doutorado, apresentei uma de suas propostas ao direcionar a discussão que pretendia sobre o patrimônio: adotá-lo como uma categoria de pensamento (GONÇALVES J. R., 2009). Neste momento, atualizo o debate com dois de seus artigos mais recentes que ponderam ainda sobre essa questão, em contraste com o patrimônio enquanto instância meramente política e jurídica.

No “Mal-estar do patrimônio” (2015), o autor se propõe a discuti-lo contornando uma ambiguidade socio-política. O patrimônio, por um lado, é defendido por diversos coletivos e populações como ponto de identificação, reconhecimento e pertença social. Assim, “[d]efender, preservar e lutar pelo reconhecimento público desse patrimônio significa lutar pela própria existência e permanência social e cultural do grupo” (GONÇALVES, 2015, p. 213). Por outro, o Estado busca apropriar-se desse ponto de identificação para si, usando a patrimonialização como forma de reconhecimento e controle de identidades coletivas.

Nesse sentido, os patrimônios são menos expressões de identidades do que meios de produção de determinadas formas de autoconsciência individual e coletiva. O debate sobre os patrimônios não deve, portanto, do ponto de vista analítico, limitar-se às tarefas de descobrir, defender e preservar “identidades” supostamente dadas (GONÇALVES, 2015, p. 213).

A partir daí, podemos explorar os exemplos que o autor usa para permear a diversidade de relações com a categoria “patrimônio”.

Primeiro, cita o exemplo das “baianas do acarajé”, patrimônio imaterial registrado pelo IPHAN no “Livro de Ofícios”. Pela análise, o autor reconhece que essa categoria que envolve o saber-fazer do acarajé e as baianas não pode ser resumida a uma jurisdição sobre a prática, tampouco à singularidade do ofício, ou mesmo à preservação da indumentária.

Ou seja: não se trata, estritamente falando, de um “ofício” ou da defesa de uma “identidade”, mas de uma “obrigação”, no sentido mágico e religioso. As baianas que aparecem nessa pesquisa entendem sua atividade como uma relação de dádiva e contra-dádiva com uma determinada entidade do candomblé: Iansã. As atividades de preparação e de venda do acarajé permeiam essas relações. Os pontos de venda não são escolhidos arbitrariamente ou por razões comerciais, mas indicados ao indivíduo por essa divindade. A relação com parte da clientela confunde-se com a atividade dessas baianas enquanto pessoas “do santo”. As relações que, no espaço público da cidade, elas estabelecem com mendigos, assaltantes, crianças de rua são pensadas a partir de categorias religiosas. Elas os classificam como o “povo da rua” e, como tal, são respeitados. A rua não é apenas o espaço da cidadania nem o espaço físico planejado pelos urbanistas. É também o universo de personagens ligados ao universo das religiões afro-brasileiras (GONÇALVES, 2015, p. 215).

Ao mesmo tempo, não se pode dizer que as baianas ignorem os efeitos políticos desse status, e usam-no para garantir a permanência de suas práticas e o reconhecimento dos seus modos de vida.

Em seu outro artigo, exemplifica a diversidade patrimonial com um edifício no Rio de Janeiro, o antigo cine Vaz Lobo, cuja ameaça de demolição pelas obras olímpicas e para a Copa na capital, mobilizou diferentes agentes, seja para sua preservação, seja para sua destruição.

Seu interesse [moradores das proximidades do Cine] não é exatamente o cinema Vaz Lobo como uma unidade legal e cultural a ser preservada, mas a vizinhança como um todo, as ruas, as casas onde vivem, as ruas que percorrem, as avenidas e o trânsito, e também a praça Vaz Lobo, onde operava – agora não mais – o cinema próximo a vários outros edifícios. Para eles, portanto, não é um conceito abstrato e homogêneo de espaço, mas um conceito qualitativo composto de lugares heterogêneos, que são primeiramente, e sobretudo, habitados, mais do que percebidos e classificados como lugares de preservação (GONÇALVES, 2013, p. 204).

Por esses dois exemplos, em cada um dos textos, o autor debate um elemento que sobrecarrega, a seu ver, a categoria de patrimônio na cosmovisão ocidental – a “perda”. Ele se debruça nas reflexões de François Hartog para interpretar o Brasil modernista e getulista e a expansão das políticas de gestão do patrimônio nacional.

Os que assumem esse discurso situam-se numa determinada concepção de tempo histórico, um tempo progressivo, no qual o futuro é um fim absoluto, percebendo-se o presente ora como uma fonte de destruição do passado (daí o risco da “perda”), ora como um campo de possibilidades para construir o futuro, em especial o futuro nacional (GONÇALVES, 2015, p. 216).

A mesma concepção temporal, que acompanha a retórica da perda, é vista pelo autor no Movimento Cine Vaz Lobo, que lutou pelo tombamento da respectiva sala de cinema, temendo sua destruição pelas obras de revitalização das avenidas no entorno (GONÇALVES, 2013, p. 203).

Do modernismo à explosão contemporânea das intenções de patrimonialização (o autor chega a mencionar seu caráter inflacionário), o autor mantém a interpretação do tempo linear, e o sentimento de perda que acompanha o viés preservacionista vem de uma implosão do futuro utópico, que vê no patrimônio a presentificação do passado no presente, visando manter viva as referências coletivas em prol de um futuro, quem sabe, melhor.

No entanto, ambos os exemplos mostrados por José Gonçalves deixam claro que o interesse pela normatividade do patrimônio, sua jurisdição protetiva e condecoração estatal, não são os únicos fatores de sua valoração. E por isso, defende, a viabilidade de pensar no

patrimônio pela vivência do espaço, pela variedade de representações sociais, pelas evocações culturais, pelo uso, e, também, pelo desuso (GONÇALVES, 2013; 2015).

E a partir disso ele tece um argumento bastante interessante: a destruição enquanto fruição do patrimônio. O autor cita ainda exemplos etnográficos em que a destruição é parte da biografia da coisa em questão – coisas vivas, que acompanham as pessoas em seu trajeto de vida e morte; coisas que são feitas para representar a ausência, e cuja destruição é inerente a sua concepção (GONÇALVES, 2015).

Repensar a destruição foi também o tema da conferência de encerramento da XVIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, entre 27/09 e 02/10 de 2015, ministrada por Cornelius Holtorf, da Universidade Linnaeus/Suécia. Sua conferência, intitulada *Why Preserve?* (Por que preservar?) começa com duas indagações: Por que as pessoas preservam? Faz sentido preservar? (HOLTORF 2015)⁵⁰. Seus questionamentos vão ao encontro do debate suscitado por José Gonçalves.

Holtorf aponta as razões que acredita estar na base da necessidade de preservar: a) Crescimento urbano, que tem levado à rápida e extrema requalificação de muitos espaços; b) Experiências passadas de destruição de lugares importantes; c) O turismo como uma indústria massiva que se alimenta das coisas e lugares patrimonializados; e, d) O “movimento verde”, com o discurso de desenvolvimento sustentável, busca a expansão do capitalismo com o menor impacto possível nos recursos do planeta e das sociedades.

A ética moderna de preservação transforma o patrimônio, material e imaterial, no mecanismo de proteção de recursos considerados não renováveis sobre o passado. Ou seja, a retórica da perda, como ponderado por Gonçalves, também é apontada por Holtorf como fonte do inchaço patrimonial.

O problema com essa política reside, aponta, na banalização da história no patrimônio. Ao ponto que aprender sobre o passado perde importância para a preservação do passado. O conferencista não faz apologia à destruição, mas analisa casos em que, por mais próximo da barbárie que possa parecer a destruição de sítios arqueológicos, como o recente caso de Nimrud no Iraque e durante a Guerra Civil na Síria, a alteração física do patrimônio edificado, ou mesmo sua aniquilação, faz parte da história das sociedades. O patrimônio não se resume à sua existência física, mas é formado por um tecido material e social muito mais complexo, que interage cotidianamente com as pessoas e coletivos. Conclui com a ideia de que o patrimônio cultural é uma manifestação contínua da mudança sobre o tempo, e não sua vítima.

⁵⁰ HOLTORF, Cornelius. *Why Preserve?* Conferência de Encerramento do XVIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Goiânia/GO. 2015.

Importante observar que a própria arqueologia aplica, entre suas metodologias e epistemologias de pesquisa, a destruição. Como sabemos, escavar é destruir o sítio e seu contexto. Por isso empregamos uma série de métodos de registro, e resguardo constante de parte do sítio para escavações futuras, de modo que essa destruição não leve a perda de informações que servem de base à construção do conhecimento social. Não só a escavação, mas também métodos aplicados em laboratório: uma análise química da composição da pasta cerâmica, datação radio carbônica, nível de fosfato no sedimento, testes físico-químicos de restos ósseos, entre outros. Novamente, não faço aqui qualquer apologia à destruição do patrimônio cultural. Sabemos, também, que nosso esforço é sempre o de criar o menor impacto possível sobre o contexto arqueológico. Além do constante avanço em técnicas de campo e laboratório que permitam acessar características dos objetos de pesquisa sem destruí-los, como prospecções geofísicas. E, também, lutar contra intervenções feitas sem o respaldo teórico e técnico da arqueologia, é uma empreitada pelo bem do conhecimento crítico e público. Mas é relevante a nota de que, no debate já iniciado sobre a dicotomia entre “preservação” e “destruição” do patrimônio, a arqueologia se encontre, em uma de suas primordiais atividades, na ponta que depreda. Como foi colocado pela palestra de Cornelius Holtorf (2015): é possível encarar a destruição como parte da “vida” do bem cultural?

Pensar na destruição como fruição do patrimônio, no caso brasileiro, exige um cuidado grande. Por um lado, vimos nos exemplos de Marcia Bezerra (Vila Joanes e Serra Pelada), Regina Abreu (*Kusiwa*) e Fabíola Silva (coleções Assurini) que nossa experiência como nação pós-colonial tem prejudicado a diversidade social e levado sofrimento e destruição, orgânica e simbólica, à diversas sociedades tidas como periféricas (em termos práticos, pobres, pretos, índios, LGBTQ, pequenas comunidades rurais, quilombolas e outros povos tradicionais). Assim, a patrimonialização como salvaguarda é uma estratégia adotada, mesmo com seus nós burocráticos, para garantir o cuidado desses modos de vida efetivamente ameaçados, e garantir-lhes, no processo, uma ferramenta política de valorização de seus interesses (BRUNO, 2016). Ao mesmo tempo, vemos casos como os pixos do patrimônio pelotense, que trabalharei a seguir, ou até mesmo o desinteresse dos moradores da Chácara/Charqueada pelo preservacionismo estanque do tombamento. Essas experiências colocam em xeque o fetiche desenvolvido em torno da categoria do patrimônio, a ponto de, como apontou Holtorf, ser melhor preservar do que aprender sobre o passado.

José Gonçalves, por fim, apresenta essa dicotomia entre “civilização e barbárie”, uma armadilha na qual podemos facilmente cair se não formos cuidadosos.

As narrativas que a mídia nos oferece apresentam um quadro confortável, onde a “civilização” está situada do nosso lado, e a barbárie”, evidentemente, fora dos nossos limites. Mas em que medida essas práticas, odiosas e merecedoras da condenação internacional, não estariam revelando uma espécie de “lado escuro da lua”, algo presente, sutil ou ostensivamente, em nosso próprio cotidiano e que evitamos reconhecer? Não seriam ódio e destruição partes inerentes aos discursos e políticas de patrimônios e museus? Não seriam os bens classificados nessa categoria e abrigados nessas instituições também resultados de atos de ódio e destruição?
[...]

Numa paráfrase de Walter Benjamin, para quem não havia documento de civilização que não fosse também um documento de barbárie (Benjamin, 1985: 225), talvez não haja processo de patrimonialização (e de musealização) sem alguma forma de descarte e destruição (GONÇALVES, 2015, p. 225).

Tenho apenas um desacordo com a proposta de José Gonçalves. Como em 2009, ele vem defender a extensão do patrimônio, de categoria jurídica, à categoria de pensamento. Tanto no “Mal-estar” quando no “*Dark side of the moon*” o autor tangencia essa premissa (2013; 2015).

Mas, para que não pensemos a sua singularidade como um absoluto, talvez seja necessário reconhecer que, enquanto uma categoria, ela pode ser encontrada, de formas diferenciadas, em outras sociedades ou culturas. É possível contra-argumentar e dizer que isto significa levar longe demais o reconhecimento da sua presença. Mas, se contornamos essa discussão, o que importa efetivamente é explorar, comparativamente, as diferenças entre essas concepções (GONÇALVES, 2015, p. 214).

E, de fato, ele simplesmente contorna o contra-argumento, não abordando esse desafio em comparação com seus dados. A pergunta que faço como contra-argumento, é: quando as pessoas estão falando de seus bens e ofícios de modo afetivo ou conflituoso, não remetendo à jurisdição ou à tutela do Estado, elas falam em patrimônio? Elas de fato usam essa palavra? Quais conceitos elas usam para se referir aos seus lugares e práticas de afeto? Aos lugares e práticas que não lhe dizem respeito? Àqueles dignos de memória ou de esquecimento? Em ambos os artigos aqui analisados, o autor não se coloca essa questão (novamente, não pontua os contra-argumentos a sua premissa), e não fica claro como a categoria de patrimônio se insere na diversidade de interesses e coletivos em torno de determinado bem cultural.

No item seguinte deste capítulo, mostrarei como, no caso da Chácara/Charqueada, o uso da palavra patrimônio está muito bem marcada – se refere as relações dos moradores com a Universidade, as instâncias públicas e à equipe de arqueologia. Se há outras formas de se referir ao mundo, afetivamente e mnemonicamente, porque continuamos a usar conceitos que são apenas nossos? Por que, como arqueólogos, antropólogos, historiadores, pregando o engajamento social, não aprendemos a falar a língua dos outros, ao invés de forçarmos nossa

língua sobre eles? Por isso defendo, como já aponte no início do capítulo, e em contraponto à José Gonçalves, o patrimônio como instância jurídica e política de manejo do espaço e das memórias coletivas.

Finalmente, a discussão entre esses autores e autoras sobre patrimônio foi bastante proveitosa, e me permitiu ancorar o debate em alguns pontos essenciais para entender a Chácara/Charqueada e as retóricas patrimoniais em Pelotas.

- 1) Patrimônio como categoria jurídica e política de gestão do espaço e da memória social;
- 2) O papel central dos profissionais que envolvem o patrimônio, e seu necessário engajamento para efetuar a tradução entre os interesses locais e os interesses estatais;
- 3) O patrimônio representa vida – coisas, lugares, ofícios, saberes, conflitos, afetos, memórias. Por isso, sua preservação está condicionada à dinâmica social. No patrimônio se toca, e sobre patrimônio se fala;
- 4) No caso especial da arqueologia, devemos tomar muito cuidado com a educação patrimonial. Ela pode vir a ser um momento de construção conjunta do conhecimento sobre o passado e presente, por um lado, como pode se tornar mais uma das ferramentas do capital global de opressão do conhecimento local, por outro;
- 5) A arqueologia pública é um veio fecundo para produzir patrimônios que representem a diversidade.

Assim, coloco o patrimônio no mesmo patamar que a arqueologia pública – uma ferramenta subversiva, capaz de mostrar as falácias de histórias opressoras e oficializadas, e construir novas representações que deem cabo das diferenças e promovam uma sociedade mais igualitária.

3.3. Lugares em comum

A previsão do projeto de pesquisa encaminhado ao PPGArq/MAE/USP era a de dar prioridade à etnografia em campo, sendo esse o principal momento de contato entre a equipe de arqueologia e os moradores da casa e do entorno. A hipótese era que as escavações na Charqueada Santa Bárbara, como denominamos o sítio, seriam um momento importante de encontro entre os diferentes processos de construção de conhecimento sobre o passado. Durante todo o trabalho, a centralidade da Chácara/Charqueada se mostrou patente no diálogo entre as partes envolvidas na pesquisa – indo, assim, ao encontro da proposta inicial.

Desde o início do projeto “O Pampa Negro”, a posse do terreno é uma questão delicada. No início de nossa presença em campo, a equipe de arqueologia foi vista como braço da

Universidade Federal de Pelotas, instituição de importância na movimentação econômica e social da cidade. A Universidade, ainda em 2011, mostrara interesse em adquirir o terreno da Chácara, que ainda pertence aos herdeiros da família Simões Lopes, uma das mais ricas famílias do período charqueador. Na minha primeira visita a campo, dia 13 de abril de 2011, encontramos Dona Maria e Dona Portuguesa conversando defronte à casa, sobre um documento que recém deixara um representante da família Simões Lopes informando-lhes do processo de venda do terreno. Lucio Menezes estava comigo e ficamos ambos desconcertados, dizendo-lhes que nada sabíamos da compra.

No ano seguinte, em entrevista concedida em 20 de março de 2012, Lucio Ferreira disse que o contato primeiro com a Reitoria sobre a Chácara/Charqueada, foi em 2011, quando pretendiam iniciar a prospecção em superfície e escavação. Uma parte do terreno nas adjacências, que pertencera aos Simões Lopes, fora efetivamente comprado pela UFPel⁵¹. Por essa razão, Lucio Ferreira fez contato com a Reitoria para obter permissão de acesso prospectivo ao terreno.

Bem, e assim, a primeira conversa que eu tive com o Zonta, foi no sentido de... me dar uma autorização... pois estava num terreno já havia sido comprado... pela Universidade. E também contactamos... os atuais proprietários [n]a cidade, que também nos permitiram... fazer o trabalho, e enfim, a licença do IPHAN, e você já sabe, a gente começou a escavação... Se eu não me engano desde... 27 de setembro, 22 de setembro do ano passado [2011]. Bem, nesse interim... várias vezes... pelo menos umas 4 vezes eu fui à Reitoria, onde o professor Zonta [Prof. Elcio Paulo Zonta, então Pró-Reitor de Planejamento da UFPel, falecido] manifestou/ manifestou... pessoalmente muito desejo de... adquirir a Charqueada... para... a Universidade. Pediu que... me fizesse um arrazoado... (entrevista com Lucio Menezes Ferreira, 20/03/2012).

Em 2012, quando comecei as primeiras visitas aos moradores, Seu Victor e Dona Portuguesa me confessaram que estiveram muito suspeitos do papel da equipe de arqueologia na venda da casa, e fomos acusados de “espiões” da Universidade. As entrevistas que primeiro foram feitas por Estefânia, por exemplo, foram entendidas, nesse contexto, como “medição”, para saber como eles reagiriam à venda. Com o decorrer do projeto e a não efetivação de sua compra pela Universidade, fomos reconquistando o respeito e apreço dos moradores.

De fato, ao longo da mesma entrevista, Lucio Ferreira esclarece que apesar do interesse de aquisição da Reitoria, sua ideia nunca foi nesse sentido.

⁵¹ O terreno encontra-se no centro da quadra entre as ruas Conde de Porto Alegre, General Osório, Benjamin Constant e Santos Dumont. O local hoje está destinado à construção de mais uma Moradia Estudantil. A última notícia foi uma nota na página web da Coordenação de Comunicação Social da UFPel, de autoria da Reitoria, esclarecendo que a empreiteira ganhadora da licitação está “desaparecida” desde o resultado do edital, em janeiro de 2015. < <http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2017/01/26/reitoria-esclarece-sobre-situacao-do-condominio-estudantil/> >.

Lucio [L] - Er, mas em suma, o que ocorreu foi isso. O desejo explícito de comprar a Charqueada, foi sempre do professor Zonta. E que [atenderia?], e por isso eu volto à lógica... de compras... de novas propriedades da Universidade... er... em que [atenderia?] uma elite local. Que é a família Simões Lopes. Que, er, ainda aluga a propriedade... pras famílias que [B - tão lá], descendentes dos portugueses, que ainda vivem no local. Pra não configurar usucapião, você sabe disso [B - Sei], Cobram um aluguel de 13 reais por mês. Bem, então, os resultados de tudo isso que é agora essa questão... se arrefeceu, porque... morto o professor Zonta, meio que ninguém se manifestou ainda no sentido de comprar. A informação que eu tinha do professor... Zonta é que a família pedia 850 mil reais. Er... obviamente... isso sempre nos colocou numa situação... no mínimo tensa, com relação aos moradores. Porque... pelo que acompanhei da etnografia, cheguei a participar de uma entrevista... com o Senhor Rocha... Eles não têm, não é só uma questão de... Para onde mudar-se caso a área seja comprada pela Universidade. Mas, obviamente, toda uma relação de afetividade com o local... (limpa a garganta)... de memória...er... enfim. Eles têm uma relação afetiva com, com a casa. Não há dúvidas. [B - Pois é] Então isso sempre nos colocou numa situação muito delicada... Em algum momento, sobretudo no início do trabalho, com topografia, não é... er... Eles chegaram a desconfiar que nós fazíamos entrevistas e medições para o reitor... poder adquirir a propriedade. Então foi com... com muita... devagar, com muita conversa, que nós... er... Fizemos vê-los que nós nunca representamos propriamente a Universidade, no sentido administrativo... Mas que a gente tinha um mero interesse de pesquisa... E... E com o tempo isso foi se... se... ficando patente pra eles. Mas eu diria que a tensão nunca deixou de existir.

[...]

Então, a... o meu arrazoado seria, claro... bastante técnico no sentido de mostrar essa história da ocupação local... né. Também de relatar um pouco dos trabalhos arqueológicos que fizemos. [...] Em suma. Mas meu arrazoado, além de, de trazer isso, sugeriria exatamente que o lugar fosse conservado... er... e eu diria, e, e... e certamente essa ideia não morreu.

[...]

Então a ideia é ao final, gerar um projeto de restauração do local, [você deve ter notado] que o galpão está ruindo, né. E... o meu arrazoado, se o professor Zonta estivesse vivo, e é lamentável que ele não esteja, seria sugerir que o local é... é... se transformasse... é... fosse tombado... E que a família que reside lá, as famílias, melhor dizendo, fossem gestoras do local. Que aliás, eles sempre foram. [B - Pois é] Eles têm memória de que o local foi uma Charqueada... (Entrevista com Lucio Menezes Ferreira, 20/03/2012).

Mais adiante, veremos como os moradores reagiram à proposta de tombamento da casa. Com o falecimento de Dona Suely Simões Lopes, proprietária da Chácara com boas relações com seus moradores, a “fila de espera” da herança caminha e a posse do terreno é mais uma vez colocada em debate. Desta vez, no entanto, já é claro que a equipe de arqueologia não mais está ligada aos interesses dos proprietários, e meu trabalho com eles desde 2012 tem sido no esforço de mostrar-me do lado dos moradores e moradoras nessa questão.

A posse da Chácara é o principal foco de conflito entre moradores, equipe de arqueologia e proprietários. Por um lado, há sempre a questão prática de ter outro lugar para morar, opção que nem todos têm, como foi o caso do Seu Rocha.

Dona Portuguesa fala de outras propriedades na cidade, teria para onde ir se despejada. Dona Maria fala de parentes em outra cidade, também teria para onde ir. Seu Rocha diz que não tem para onde ir, sem dinheiro⁵².

Por outro lado, há o desejo de permanência pelo afeto ao lugar. Todos e todas se remetem às lembranças de suas vidas, tanto as boas como as ruins, na narrativa de sua relação com a Chácara e com a história da cidade. A Chácara é parte deles como eles são parte da Chácara.

Seu Marcel, por exemplo, na entrevista que concedera com Dona Maria, deixa claro:

Marcel [C] - É, pra mim é tudo, né (risos). É eu gosto daqui (Maria [M] - É porque ele nasceu, né) Faz parte, sombra boa.

Maria [M] - É que ele nasceu, se criou, a família toda aqui. Quer dizer, que então, tem as raízes, tão todas aqui. Agora, pra mim já é diferente, né.

Estefânia [E] - Se oferecessem pro senhor, uma outra casa, num outro lugar, o senhor...

C - Ah, não sei (risos).

E - O senhor preferia ficar aqui, ou...

C - Ah, eu prefiro ficar aqui. Eu gosto daqui. (Entrevista com Seu Marcel e Dona Maria 17/12/2010).

Seu Victor também menciona o carinho que tem pela casa, e apesar de não falar em patrimônio de forma expressa nas entrevistas, compartilha com a equipe de arqueologia o gosto pela coisa histórica: “Isso aqui era muito bonito, eu gosto de preservar o antigo, de manter as coisas no lugar. Porque acho que isso tudo tem uma memória, tem uma história.” (Entrevista com Seu Victor, 17/12/2010).

Em torno do aspecto legal da propriedade, cria-se os demais nós de contato entre meus interesses de pesquisa e os interesses dos moradores. Narrar-me suas histórias é, para eles, uma mescla de afirmação política de pertença, socialização de conhecimento sobre a história da cidade, fazer paz com querelas antigas, revolver problemas pendentes, criar laços de amizade, ficar à vontade dentro de casa. Nada disso deixa de ser um diálogo sobre a posse ao lugar. Ou melhor, uma constituição constante do lugar como espaço de pertença e de referência.

Logo em meu primeiro dia de campo, eu e Lucio Ferreira, coordenador do projeto, nos deparamos com uma situação bastante tensa, na qual Dona Maria, Dona Portuguesa e Seu Rocha haviam recém recebido a visita de um representante da família Simões Lopes, proprietária da Chácara, dizendo que a UFPel havia manifestado interesse em comprar a casa. Dissemos que estávamos tão surpresos quanto eles, e que não fomos informados desse interesse

⁵² Trecho retirado do Diário de Campo 13/04/2011.

pela reitoria. Éramos uma equipe de pesquisadores da UFPel, mas sem contato direto (ou interesse compartilhado) com a Reitoria⁵³.

Nossa desculpa não foi muito bem aceita e a desconfiança continuou pairando sobre nós, quando dois dias depois

Lucio [Ferreira] conta que conversou com Dona Portuguesa por cerca de 2 horas em seu último encontro. Ela o acusou, junto com a equipe de arqueologia, de “espiões” do reitor, em favor da venda da casa. Ela os acusava de levantar informações, através da topografia e das entrevistas, para ajudar a Universidade a comprar a casa⁵⁴.

Nesse mesmo imbróglio, Dona Portuguesa e Dona Maria, moradoras, sempre desafiadoras da autoridade, nos pediram um documento que comprovasse nossas atividades de escavação, para que fosse mantido junto a elas. “Dona Suely não quer que a gente mexa na casa. Se vierem nos cobrar alterações, vamos dizer que vocês fizeram” (Dona Portuguesa, 13/04/2017).

Com o falecimento do professor Zonta, a questão da venda da casa ficou em aberto. Essa abertura, no entanto, não deixou de preocupar os moradores. Dona Portuguesa, em um de nossos encontros, pontua problemas deixados em aberto pela equipe de arqueologia, tanto sobre a propriedade da casa quanto sobre as atividades da equipe que já estavam acontecendo há mais de um ano.

Breve conversa com Dona Portuguesa. Ela fazendo algumas requisições.

- Ver se é possível comprar só a zona dos fundos.
- Conservando a casa, não demolindo.
- Valeta de escape da água do pátio ficou trancada por conta dos nossos trabalhos. Ela pediu para destapar.
- Não deixar linhas nem buracos abertos.
- Entrar em contato com a prefeitura por conta da poda das árvores.

[...]

Dona Portuguesa é franca e direta. Falou dos incômodos da arqueologia (entupimos a vala de escape da água), seus desacordos (“escavar na frente de casa vai estragar a grama”) e seu interesse em manter-se na casa. Apesar da desavença inicial, consegui esclarecer que a equipe de arqueologia não tem interesse na compra da casa. Provavelmente essa informação a acalmou e facilitou nosso contato. Ela foi super cordial no restante da visita.

Sua intenção de ficar na casa é clara, e disse que não vão desistir facilmente (“eles têm advogados, mas nós também temos nossos direitos”, disse)⁵⁵.

Negligenciada em seu pedido pela equipe de arqueologia, Dona Portuguesa tomou suas próprias providências, e nos deixou de sobreaviso.

⁵³ Trecho do Diário de Campo, 13/04/2011.

⁵⁴ Trecho do Diário de Campo, 15/04/2011.

⁵⁵ Trecho do Diário de Campo, 29/11/2012.

Eu perguntei [Dona Portuguesa] sobre a coisa da limpeza da vala. Ela disse que pagou o próprio pedreiro para impar tudo. Disse que avisou a minha equipe que não entupissem mais a valeta, pois ela não pagaria de novo, aí nós é que teríamos que pagar⁵⁶.

Os interesses em comum que surgem desse primeiro contato conflituoso e incerto giram em torno das narrativas e memórias sobre esse lugar e seus habitantes. Em todas as visitas falo um pouco do meu trabalho, e os ajudo quando necessário e até onde alcança meu conhecimento, com as negociações entre eles e os proprietários. Deixo claro que minha proposta é conhecer a história deles, da Chácara, da Charqueada e da cidade de Pelotas, mas através deles e do nosso contato.

A Chácara/Charqueada seria entendida como lugar, definido aqui nas palavras de Maria Nieves Zedeño e Brenda Bowser: “um *locus* discreto de comportamento, materiais e memória – um local significativo, produto da interação das pessoas com a natureza e o sobrenatural, assim como consigo mesmas” (ZEDENO & BOWSER, 2009, p. 6). Definição que abrange desde locais palpáveis (roças, afloramentos rochosos) até os impalpáveis (céu, fundo do oceano). A maior parte das entrevistas aconteceu na Chácara, lá também é onde costumamos nos encontrar para conversar sem a formalidade do gravador. Apesar de ter encontrado os moradores fora da Chácara, é sempre lá que estamos mais à vontade. É lá onde a arqueologia ficou mais evidente, seja pelos incômodos que causou, seja pelas visitas curiosas e alegres que eles nos fizeram. Para usar as palavras de Tim Ingold, a Chácara/Charqueada é onde nossos caminhos se encontram, o nó de contato entre nossas narrativas de vida, de pesquisa e de trabalho. Para nós da arqueologia, isso seria patrimônio; para eles e elas, é casa.

Inclusive já veio uma turma da universidade aqui, até me esqueci de te dizer. Eles vieram o ano passado ou retrasado, eles levaram até esses tijolos bem grandes, queriam medidas e amostras e não sei mais o quê. Deixa eu ver se tem algum antigo aqui... Como esses tijolos aqui. Não me lembro o nome deles, nem o curso. Não era esse curso de vocês. Esse curso de vocês é novo, né? Acho que eram da arquitetura. Vieram uns quantos, tiraram foto. Os pisos antigos não existem mais, porque eu troquei tudo, então levaram só as tijoletas e o tijolo. Eu disse: "Certo, tu levas esse tijolo, mas depois trazes". Não trouxeram nunca. (Entrevista com Dona Portuguesa, 17/12/2010).

⁵⁶ Trecho do Diário de Campo, 17/03/2013.

Essa equipe, possivelmente da arquitetura, viu a casa como um objeto de pesquisa interessante, representante de uma arquitetura secular, cujos elementos formais e composição do material construtivo podem ser avaliados em laboratório. Entretanto, a relação com o patrimônio arquitetônico é tão despida de apreço, que nunca retornaram. Mas para Dona Portuguesa, levaram emprestado um pedaço da casa que nunca devolveram.

E claro, essa equipe científica não foi a única a causar intervenções desagradáveis no sítio, como vimos nos relatos desagradados de Dona Portuguesa, e dos demais moradores quanto à “espionagem”. Mas há outros, ainda. A equipe, na delimitação de uma pequena área de escavação, ultrapassou os limites do terreno da Chácara, e abriu quadras na parte de trás do terreno da vizinha. Dona Angélica:

Angélica [A] - Não, até eu fui ver o que que t/ que era aquilo, que eu não sabia, né. Aí o rapaz disse, "não a gente é da agronomia [arqueologia], isso aqui é da prefeitura", eu disse, "não, isso não é da prefeitura, o terreno é meu." (B - Rá! Risos) risos. Aí ele disse "não, mas consta na prefeitura" eu disse, "não, deve t'á sendo algum engano", eu disse pra ele. Porque era da minha mãe isso aqui foi direto pra mim aqui e pro meu irmão, né. Aí eu disse "não, deve t'á sendo algum engano", aí ele disse "Não, a senhora quer que a gente traga algum papel, a gente é da..." como é mesmo? (B - da UFPel?) É, "da UFPel. E... a gente tá com [??]" eu disse "não, pode ir, pode ficar a vontade, eu queria saber o que que era, eu não sabia, né, na época (Entrevista com Dona Angélica, 24/01/2014).

É para deixar claro, o terreno não é público, ele é privado e da família! Felizmente, a relação com Dona Angélica sempre foi bastante amigável, o que permitiu o desenvolvimento deste trabalho.

Eis um detalhe interessante sobre a relação entre proteção do patrimônio, comunidade local e equipe de arqueologia. Equipes de pesquisa e cientistas têm permissão para intervir – destruir – o objeto de estudo. Seus moradores possuem o mesmo direito? Seu Rocha, conta da alteração de fachada de sua vizinha de porta, Dona Portuguesa.

Incrusive a minha vizinha, quando colocou o ar condicionado aí, eu soube que ela falou que não era pra ter colocado, e tal, mas como ela já tinha feito, então, que ela gostaria que a gente conservasse. Então a gente procura conservar conforme ela quer, né (entrevista com Seu Rocha, 14/12/2010).

Todos os moradores dizem que os proprietários sempre foram bastante incisivos quanto à manutenção das características arquitetônicas e da fachada da casa. Na entrevista com Dona Maria e Seu Marcel, vemos esses detalhes.

Maria [M] – [Dona Suely] É uma pessoa acessível, nunca teve nada assim... Problemas de...[maiores?], de pedir casa, de incomodar, não, não. Ela sempre pediu só pra conservar o imóvel, né. Pra gente sempre conservar.

Estefânia [E] - E quando vocês fazem alguma modificação, na casa, assim, ela é tranquila também?

Marcel [C] - Não, pode...

[M] - não, não, não, não che/ não... A gente só não muda a frente da casa, né. E nem construir pro lado que é pra não mudar a estrutura da casa.

C - Isso aqui, antigamente era tudo de madeira, esses assoalhos... [M - É]. Toda a casa.

E - Hum, era de assoalho?

C - É, era de assoalho de madeira [M - É... Porque tu pode ver essa porta aqui, ó/]... e foi apodrecendo, era um [esporão?] pra baixo.

M - É, a gente... ah...[C – (inaudível)] Essa porta original. Essa porta é dela, ó. Essa porta é uma coisa da casa. Pode ver, a estrutura dela/é dela. Não vou mexer nela. A gente vai arrumar, mas ela vai ficar... Essa porta aí (Entrevista com Dona Maria e Seu Marcel, 17/12/2010).

Claro, habitar uma casa que está em pé desde o final do século XVIII exige que sejam feitas alterações para mantê-la em pé e para requalificá-la a medida que as necessidades de seus habitantes mudam. Nas palavras de Dona Portuguesa,

Reformamos toda a casa, só não essas antigas aqui atrás. Senão a casa ia começar a cair e Deus o livre! Bah! Pode ver que as paredes são feitas com barro. Naquela época não usavam cimento, era tudo com barro (Entrevista com Dona Portuguesa, 17/12/2010).

No meu primeiro dia em campo, Lucio Ferreira me conta que os moradores não podem alterar a casa, a pedido da proprietária⁵⁷, o que foi repetido pelos próprios moradores, como relatei. Esse cenário nos mostra que a conservação exigida pelos proprietários é o extremo oposto da reforma feita pelos moradores. A primeira, visa perpetuar a estética colonial da edificação, seja para garantir isenção fiscal, potencial turístico ou memória social. A segunda, busca assegurar a habitabilidade da residência, espaços internos e externos. Interessante notar como essas atividades não se comunicam, necessariamente. O que nos faz colocar em questão as limitações de uso do patrimônio cultural.

Se, por um lado, Dona Portuguesa se incomodava com os trabalhos de arqueologia, por outro Dona Maria se sentia mais confortável com a presença da equipe, passando pela escavação mais de uma vez: uma, para nos “proteger” de guris da vizinhança que não tinham a permissão dela para passar ali. E, com isso, parece ter desenvolvido uma relação conosco de autoafirmação de seu lugar na Chácara, uma vez que sua relação com a família era por casamento, e não herança direta.

⁵⁷ Diário de campo, 13/04/2011.

Aconteceu um evento bem peculiar hoje. Estávamos trabalhando pela manhã e passaram por nós, (pela lateral que dá acesso da frente para o fundo da casa) dois guris com bicicleta, rumo ao fundo do terreno, provavelmente para passar da rua Santa Tecla à Conde de Porto Alegre pela diagonal que forma o terreno. Passaram por nós com a cara de tímidos e foram logo seguidos pela Dona Maria dizendo “não, não, podem voltar”. Enquanto se aproximava deles, e de nós, intercalar um “podem voltar” para os meninos com um “bom dia” cordial para nós. Os guris tentaram se defender com algum argumento que não escutei, mas foi em vão. Na volta, ela permitiu que eles passassem adiante, e ela os seguiu, garantindo que eles saíam. Ao topar com eles, falou “já disse que só passa depois que me pedir” (pelo jeito, eles não haviam pedido). Na volta, ela novamente nos disse, sorridente e cordial, “desculpa” enquanto levava os meninos para fora. A Ana Paula [equipe de conservação] perguntou “Ela fez isso porque estávamos aqui?” Eu e Lucio [Ferreira], que estávamos na quadricula ao lado respondemos que “não, ela não gosta mesmo que eles venham para o fundo da casa”. De fato, ela já havia nos dito que algumas pessoas usavam esse atalho, ou iam para o fundo do terreno consumir drogas. No entanto, a postura de matrona e a clara ligação entre sua atitude de protetora da casa e a nós chamou a atenção da Aninha. Ela nos olhava cordialmente ao caminhar, e falou conosco na mesma atura de voz que falou com os guris, embora com tom mais cordial. Dona Maria parece se sentir mais moradora com nossa presença, ao participar da elucidação da história da casa e da família (da qual faz parte não por sangue, mas pelo casamento com um de seus descendentes).⁵⁸

Em outro evento, a autoafirmação se repete, ao mostrando a escavação para o filho que a visitava de Rio Grande

Pela hora do almoço, Dona Maria veio na parte de trás [Da Casa] com a família, mostrar-lhes as escavações. Me ofereceu para passar na casa dela para uma água ou qualquer coisa que precisasse. Eu fiquei na lateral e eles seguiram para o fundo (...). Escuta-se algumas das conversas e comentários. Dona Maria fala “não pode pisar aí” (não sei a que se referem). Um rapaz fala de gurizada que subia numa árvore ao fundo, quase por quebrar-lhe os galhos. Dona Maria fala para a filha que pise “por ali que é mais seguro”. Seu Marcel me cumprimentou timidamente e brevemente como sempre, mas com um sorriso no rosto, apresentando o filho (...), que mora em Rio Grande e está a passeio. Eu tentei puxar conversa, mas não foi muito adiante. Me responderam pontualmente: “Estas a passeio?” [perguntei], “Sim” [respondeu o filho], “E volta quando?”, “Agora(risos)”.⁵⁹

Já Seu Rocha diz que gosta muito da casa, mas ao final de tantos anos, não a vê como sua, e toda a questão que envolve patrimônio, conservação histórica e charqueada, se dilui frente às dificuldades que enfrenta em seu dia-a-dia. Se em 2010 ele se mostrava mais ávido sobre a história da Charqueada, em 2012 seu cansaço era mais evidente.

Eu creio, pelo que ela conta, e outras pessoas antigas, que essa casa aqui foi feita pelos escravos. Inclusive, dizem que essa casa aqui, é um casarão completos. Inclusive,

⁵⁸ Trecho do Diário de campo, 29/11/2012.

⁵⁹ Trecho do Diário de campo, 17/01/2013.

cada casa tem comunicação com a outra. É que a gente fechou. Tinha uma porta, né? A minha, a porta aqui da minha casa dava pra casa da vizinha. Da vizinha pro irmão dela, e assim por diante. Então, as pessoas antigas, dizem que aqui era charqueada. Que foi charqueada na época, que essa casa já é considerada como um patrimônio histórico de Pelotas. Inclusive, pra vocês terem uma ideia, essa casa aqui, a Rede Globo esteve aqui filmando uma série, “Incidente Antares”. (Entrevista com Seu Rocha, 17/12/2010).

[...]

Rocha [R] - Vou sentir muita falta da minha casa, porque aqui eu tenho um pátio, essa rica... árvores, contato diretamente com a natureza, mas eu preciso ter o meu lugar, o meu canto. E aqui não é meu. E como eu não tenho condições financeiras, diz o ditado, os incomodados que se mudem. [B - Os incomodados que se mudem (risos)] que se mudem (risos), ditado curto e certo.

[...]

B - Eu lembro que nas primeiras entrevistas o senhor mencionou muito o/ da casa como patrimônio... é... Acho que uma das coisas que eu queria perguntar é que... Nessa coisa de patrimônio, se, por exemplo, a gente conseguir tombar a casa... como patrimônio... é... essa, essa, essa pressão, por exemplo, que a proprietária faz para não alterar nada da casa ia ficar muito mais forte. [R - Sim] Que inclusive aí ia vira crime qualquer alteração que o senhor fizesse na casa [R - Sim, claro] Não sei se o senhor, hipoteticamente falando, toparia uma situação dessa.

R - Hum, eu n/ eu não... Sinceramente, eu quero sair daqui. [B - (risos)] Não, realmente eu quero, porque, sabe que é o... Bruno, ah.. Eu quero sair daqui. Eu quero ter o que é meu. Entende? (Entrevista com Seu Rocha, 22/10/2012).

Embora seu Rocha mencione expressamente patrimônio em ambas as passagens, com diferentes tons de interesse em cada uma, percebe-se que o valor patrimonial que é agregado à casa deriva de sua visão para fora da família: “a casa já foi considerada patrimônio de Pelotas”, “aqui já foi gravado seriado da Globo”. De Pelotas, e não deles. Assim como Seu Victor, Dona Maria e Seu Marcel mostram apreço pela antiguidade da casa e sua estética.

Estefânia [E] - Não sei se vocês querem falar alguma coisa... em relação à casa... Que vocês sabem... Ou, que vocês gostariam, também, que fosse feito em relação à casa, já que a gente tá fazendo esse trabalho aqui. Querendo, resgatar a história da casa, saber um pouco mais da história.

Maria [M] - Ah é, olha, se eles deixassem a casa como era antes, na frente, assim, sabe... Arrumar... Tem muita coisa que foi mudado. Nois aqui não mudamos nada... Né, por enquanto. Tá... intacto. A porta, aquela ali, continua a mesma.

Marcel [C] - Esse telhado tá perigoso. Isso aí, atigamente fazia... [M - Esse telhado daqui daí] de ripa de coqueiro, não era madeira, né. Aí alguma coisa trocaram aí, né.

M - Alguma coisa foi mexida, no telhado, mas a telha continua a mesma.

C - Colocaram madeira... mas antigamente era só ripa de coqueiro, isso ae tudo [???]. Isso aqui também é muito antigo.

M - É, as janelas também, qualquer coisa, se conseguirem, assim ó, restaurar, deixar todas iguais. (entrevista com Dona Maria e Seu Marcel, 17/12/2010).

No entanto, quando indagados se gostariam que a casa fosse tombada como estratégia para evitar a compra, todos responderam que não. Dona Portuguesa foi da mesma postura.

Falei da história de patrimonializar a casa. A princípio ela acha uma boa ideia (inclusive indagou se a casa já não era registrada como patrimônio). Mas depois de falarmos nos empecilhos de não mexer na casa, ela ficou em dúvida (“quem vai cortar

a grama? Tivemos que comprar o cortador”). De qualquer maneira, falamos que qualquer dessas questões será trabalhada com eles⁶⁰.

A experiência na Chácara/Charqueada me mostrou como o processo de patrimonialização não se mescla necessariamente com apreensões afetivas do espaço por seus moradores. O conceito de “conversação” também aparece como exterior aos interesses dos moradores e moradoras. Seu uso remete, pelo contrário, aos proprietários que desejam manter “a cara” da edificação, para que não perca seu valor histórico. Por essas experiências, devemos, neste caso, tomar muito cuidado ao proceder com processos de tombamento ou registro patrimonial, que podem se tornar perigosos mecanismos de imposição de memórias exteriores às comunidades locais. O mesmo espaço, a Chácara/Charqueada, é um nexo onde diferentes lugares constituídos – pelos moradores e vizinhos, equipe de arqueologia, UFPel, Prefeitura de Pelotas – se encontram e se encaram em estratégias de representação de si e dos outros.

As narrativas surgem como os principais veículos de diálogo entre nós. Os recortes dos temas, a seleção do que falar e do que não falar, como a minha atenção era fomento para a continuidade ou não da história. Foi através das narrativas, entre as entrevistas gravadas, situações observadas e conversas etnografadas, que foi possível perceber o patrimônio como categoria de representação dos moradores da Chácara. Patrimônio como campo de debate entre propriedade privada, direito público, pertença social, protagonismo histórico e constituição do lar.

A Chácara/Charqueada é o lugar comum onde moradores e equipe de arqueologia tentam, no Projeto “Pampa Negro”, construir modos de conhecimento sobre o passado. Minha participação nesse projeto visa não só estabelecer esse espaço de diálogo, mas também contribuir de modo concreto com a vida de seus moradores.

3.4. Coroando a Princesa do Sul

3.4.1. Os modos da corte

Já no capítulo anterior, sinalizei que a biografia da Chácara/Charqueada pode ser pensada como narrativa paralela à história oficial de Pelotas, idealizada pelo poder público e por sua elite intelectual. Ao pensar como os conceitos de arqueologia pública e patrimônio podem nos ajudar a subverter modos opressivos de representar o passado da cidade, cabe agora pensar sobre quais narrativas estão sendo construídas e chanceladas por aquelas instâncias de poder. Para tanto, vou me debruçar sobre as políticas patrimoniais do poder público municipal,

⁶⁰ Trecho do Diário de Campo, 17/03/2013.

por meio de sua legislação específica. Primeiro, por um breve diagnóstico do momento presente em termos de bens protegidos e eventos em torno de patrimônios tombados. Segundo, por um panorama histórico e analítico da construção das políticas públicas de proteção patrimonial.

O cadastro do Sistema Municipal de Museus, no site da prefeitura, apresenta 24 Museus: 9 associados diretamente com seu período áureo (6 antigas casas de grandes proprietários, Theatro Sete de Abril, Bibliotheca Pública, Museu do Doce), 2 de Ciências Naturais, 4 etnográficos (sobre a imigração europeia), 1 Centro de Tradições Gaúchas (CTG), 2 de arte (considerando a casa do escritor João Simões Lopes Neto), o Memorial dos Ex-Prefeitos, o Museu do Saneamento, 1 Museu de Arqueologia (na verdade, a coleção do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da UFPel), 1 Museu de Telecomunicação e 1 Museu Farmacêutico. Não há nenhum Museu cadastrado sobre a etnia negra, sobre arte ou cultura afro-brasileira, sobre temas de gênero ou feminismo, tampouco de religiões de matriz africana.

No Manual do Usuário do Patrimônio Cultural (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008b), disponível no site da Prefeitura, a lista de patrimônio material tombado nos três níveis (municipal, estadual e federal) conta com casarões, teatro, prefeitura e escolas de Ensino Superior. O único que poderia ser considerado popular é o Mercado Público e o Clube “Fica Ahí”⁶¹. O Anexo E traz a localização e distribuição espacial de todo patrimônio edificado tombado na cidade.

Finalmente, vale apontar que a questão patrimonial em Pelotas, como em outros lugares no país, ainda é vista por um viés bastante acrítico – patrimônio não se mexe, se conserva (como que em formol). No dia 7 de dezembro de 2013, aconteceu em Pelotas a III edição da Marcha das Vadias, manifestação pelo respeito, liberdade e contra os abusos cometidos às mulheres⁶².

⁶¹ A Lista do IPHAN de 2015 (Disponível em:

< http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_pelo_Iphan_%202015.pdf >

Acessado em: 29 de julho de 2015) atualiza os dados federais do Manual: Obelisco Republicano, Theatro Sete de Abril, os prédios 2, 6 e 8 (como conjunto arquitetônico), a Caixa d’água na praça Piratinino de Almeida (tombados); Casa da Baronesa, ruína da ponte dos Dois Arcos (sobre o antigo córrego do Santa Bárbara), centro histórico (como conjunto urbano) e sítio charqueador (como conjunto rural) (em instrução). No site do IPHAE, as informações também estão atualizadas: Antiga escola de agronomia Eliseu Maciel, antiga residência do Senador Augusto Assumpção, Casa da Banha, Casa do João Simões Lopes Neto, Castelo Simões Lopes, Catedral São Francisco de Paula, Palacete Payssandu (também morada do escritor João Simões Lopes Neto) e o Clube Cultural Fica Ahí Pra Ir Dizendo (tombados). O Clube, tombado em 2012, é o primeiro tomba referente ao coletivo negro e sua história em Pelotas/RS. Disponível em: < <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=45400> >, Cidade: “Pelotas”. Acessado em: 29 de julho de 2015. Assim, totalizam 24 bens edificados tombados (12 municipais, 8 estaduais, 4 federais).

⁶² Algumas imagens e comentários em: < <http://www.revistaovies.com/reto/2014/12/iii-marcha-das-vadias-de-pelotas/> > Acessado em: 03 de agosto de 2015.

Durante a marcha, algumas das manifestantes picharam as paredes externas da Catedral São Francisco de Paula. Dias depois, um grupo de pelotenses se reuniu para limpar as pichações das paredes. Na reportagem de Vinicius Guerreiro (GUERREIRO, 2014): “Sou apenas um pelotense indignado, que acha esse ato um desrespeito à história deste patrimônio público da cidade’, disse um deles, que se identificou apenas como Diego, 20, estudante de história da UFPel”.

Outro participante do “Mutirão de limpeza”, como o evento havia sido convocado pelo Facebook, diz que “foi um crime contra o patrimônio” e que “não sabemos se vamos conseguir retirar [...]”. Mas estamos apenas cumprindo nosso papel como cidadão” (GUERREIRO, 2014).

Ano passado, outro episódio semelhante chegou novamente aos jornais e foi encarado da mesma forma. Segundo reportagem do G1,

O prédio centenário da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas foi alvo de pichação. Paredes do edifício e até a calçada foram riscadas com tinta. A pichação menciona siglas da União da Juventude Socialista [UJS] de Pelotas, que em nota divulgada nas redes sociais disse que não tem envolvimento com a pichação, que não compactua com os atos de vandalismo do patrimônio público. O ato de pichar é crime punido com detenção de três meses a um ano e multa (G1, 2016).

A reportagem, em mídia televisiva, mostra imagens do prédio pichado e, aparte da sigla da UJS, não faz qualquer menção às frases de ordem que foram pichadas, como: “A mulher negra quer respeito”, “Amar e mudar as coisas”, “64 nunca mais”, “manhãs de sol e socialismo”, “viva o socialismo”. Não se questionam do porquê dessas frases justamente no prédio da Faculdade de Direito. Isso é uma declaração do racismo e machismo dessa instituição? Teria ela uma tendência política mais à direita? Houve algum embate político ou episódio de racismo e machismo associado à Universidade? Questões de gravidade e extrema relevância são plenamente ignoradas, pois elas surgem na pichação de um edifício público.

No entanto, o peso simbólico das pichações e do depredo do patrimônio cultural fica expresso nesses movimentos. As pichações incomodam justamente porque não são meramente “tinta na parede”. Não se trata apenas de “pintaram a Catedral e/ou o Prédio do Direito da cor errada”. Tampouco aparece um real interesse pela afetação físico/química da tinta em aerossol sobre o (seria mesmo?) reboco centenário do edifício. Do mesmo modo, o caso da queima da estátua de Iemanjá e as restrições à sua celebração, no Barro Duro, que vimos no capítulo anterior, advogam em favor de um reconhecimento do valor simbólico (e muitos outros) da materialidade patrimonializada.

Esses exemplos nos dão dimensões opostas sobre a questão patrimonial em Pelotas. Num extremo, a ideia de patrimônio como algo a ser preservado se torna sobrepujante à ideia

de patrimônio como bem público e espaço de atuação e representação social. Nele, não se toca! No outro, temos a reconhecida prática de destruição simbólica como mecanismo de opressão e violência social de grupos marginalizados. Sua existência é uma ameaça! Os dois limiares enquadram a mesma condição do patrimônio cultural – a naturalização de relações sociais de opressão. Sobre ele, não se discute! Catedral não se picha, praia não se faz oferenda, para Iemanjá não se ergue estátua!

Os dados da própria Prefeitura mostram tentativas de caminhar num rumo diferente, mesmo que tardiamente⁶³. Em 2009, cria-se o “Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra”, e a Câmara começa a fazer esforços de reconhecimento das religiões de matriz africana nos últimos 20 anos. O Regimento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher é aprovado pela Câmara em 2014, mas não há registro de sua implantação. O tombamento do Clube Fica Ahí também é um exemplo de atuação social sobre o poder público, para o reconhecimento da diversidade que compõe a história e o presente da cidade.

Diante desse panorama atual, cabe-nos averiguar mais a fundo a constituição da corte política que celebra as formas de lembrar e esquecer em Pelotas. Com os itens subsequentes, procuro a trajetória das políticas de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural pelotense, com três objetivos em mente: 1) Observar se há abertura à voz popular na consagração desse patrimônio; 2) Como os critérios de valoração tem mudado ao longo dos anos; 3) Como a legislação vem encarando a especificidade do patrimônio arqueológico.

3.4.2. *O II Plano Diretor*

De acordo com Liciane Almeida e Michele Bastos (2006), as primeiras políticas para o patrimônio são oriundas da década de 1980, com o II Plano Diretor. As autoras ainda alertam que

As primeiras ações efetivamente instituídas reportam-se ao tombamento de bens imóveis e, assim como ocorreu em todo território nacional, o reconhecimento desses bens como patrimônio cultural deu-se pelo seu caráter de monumento arquitetônico. Somente com a ampliação do conceito de patrimônio, favorecido pelo processo de democratização e inclusão da sociedade nas práticas de políticas públicas, é que o caráter urbano e o valor de conjunto são inseridos neste contexto (ALMEIDA & BASTOS, 2006, p. 100).

⁶³ Dados encontrados no Portal de Transparência da Prefeitura de Pelotas, especialmente no que compete à legislação. Palavras-chaves de pesquisa: Negro, Negra, Afro, Africano, Africana, Religião, Culto, Mulher. Infelizmente, a base de dados digital não é mais antiga que 2002. Disponível em: <<http://www2.pelotas.com.br/transparencia/informacoespublicas/execucao/legislacao/index.php>>. Acessado em: 23 de julho de 2015.

Entre os objetivos do Plano Diretor de 1980, no artigo 4º, a alínea e) especifica “a proteção do patrimônio histórico e cultural do município”. Para cumprir seus objetivos, cria-se o Escritório Técnico do Plano Diretor (ETPD), vinculado diretamente a então Secretaria de Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, entre as quais compete “f) estudar e propor medidas relativas à preservação do meio-ambiente e à defesa do patrimônio histórico e cultural do Município;” (PREFEITURA DE PELOTAS, 1980, art.º 8, f)).

A ETPD era uma unidade técnica da Prefeitura, preocupada com a administração do desenvolvimento urbano, arrecadação e alocação de recursos. A participação comunitária no processo de implantação do PDN se dava pelo Conselho do Plano Diretor (CONPLAD). Ao Conselho, compete uma série de atividades de acompanhamento e complemento às do ETPD, como opinar sobre as prioridades de uso de verbas, julgar grau de recursos impetrados por quaisquer interessados nas matérias das quais versam a lei e, principalmente,

f) autorizar obra ou construção, com dispensa ou redução de restrições urbanísticas, em imóveis com excepcional conformação ou topografia, parcialmente atingido por desapropriação, ou localizado em via pública com alinhamento irregular - ou com o objetivo de preservar ou realçar caracteres urbanísticos ou paisagísticos, de valor histórico, cultural ou ambiental - bem como nos casos omissos desta lei. (PREFEITURA DE PELOTAS, 1980, art.º 10, f)).

Com o Conselho, busca efetivar-se a participação pública direta na execução do PDN, com poder, inclusive, decisório sobre a condução de obras que possam interferir o valor “histórico, artístico e cultural” do espaço urbano. A composição do Conselho fica definida no § 1º.

I - um representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral - SMPCG; II - um representante da Procuradoria do Município; III - um representante do Escritório Técnico do Plano Diretor - ETPD; IV - um representante do Conselho Municipal de controle do Patrimônio ambiental - COMPAM; V - um representante do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural - COMPHIC; VI - um representante da subseção de Pelotas da Ordem dos Advogados do Brasil; VII - um representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Pelotas; VIII - um representante do Curso de Engenharia da Universidade Católica de Pelotas; IX - um representante do Curso de Arquitetura da Universidade Federal de Pelotas; X - um representante comum da Associação Comercial de Pelotas, do Centro das Indústrias de Pelotas e do Clube dos Diretores Lojistas; XI - um representante do Sindicato dos Corretores de Imóveis - Delegacia de Pelotas; XII - um representante de bairro, integrante do Conselho Comunitário (PREFEITURA DE PELOTAS, 1980, art.º 10, §1º).

O Conselho, infelizmente, constituiu-se como um corpo técnico paralelo, com apenas uma cadeira direta de representante de bairro (com função dupla). A Corte se mantém sobre a Comuna Popular.

O Artigo 12 institui quatro Zonas de Preservação, Paisagística Cultural, Paisagística Natural, Permanente Legal e Permanente Ecológica. A primeira é definida como “aquelas destinadas a preservar a memória histórica e cultural ou arquitetônica, no Município” (PREFEITURA DE PELOTAS, 1980, art. 14), instituindo cadastro (zonas e prédios) e tombamento (edificações) de “reconhecido valor histórico, cultural ou arquitetônico” (a, b)). Ficam proibidas destruições (parciais ou no todo) e alterações sobre edificações cadastradas e/ou tombadas, ou sobre o entorno que “não se harmonize” com as características dos bens (§1º e 3º). Obras de restauro e conservação, apenas com autorização do Município (§2º).

No artigo 16, §2º, d), ao definir Zonas de Preservação Permanente Legal, versa

§ 2º - São consideradas Zonas de Preservação Permanente Legal (ZPPL), nos termos do artigo 3º do Código Florestal, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

[...]

d) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico; [...]
(PREFEITURA DE PELOTAS, 1980).

No §4º do mesmo artigo, ficam protegidos como ZPPL as margens do Canal São Gonçalo (100m), Arroio Pelotas (50m), quaisquer cursos d'água (10m) e da Laguna dos Patos (100m), nos limites do município. No que tange o patrimônio cultural, fica assim sob resguardo uma série de sítios arqueológicos ligados à costa, navegação e às charqueadas (muitas das unidades produtivas, inclusive dos casarões, ficam dentro desta faixa).

O II Plano Diretor do município de Pelotas já trabalhava com uma concepção mais ampla, no sentido geográfico do termo, ao considerar a relação entre bem edificado, seu entorno, e a combinação de valores culturais com naturais/ambientais. No entanto, ainda nada aponta sobre mecanismos e modos de valoração desse patrimônio, ficando a cargo de legislação específica (a ser publicada em 1982) e dos critérios do ETPD. O veio comunitário de gestão do patrimônio pelo CONPLAD, como vimos, foi bastante restrito a cargos técnicos, ligados seja à órgãos do próprio Município ou à representantes, também especializados, de Associações do município.

O CONPLAD foi revisto pela Lei nº 5001 de 9 de dezembro de 2003 (PREFEITURA DE PELOTAS, 2003). Suas atribuições foram expandidas, bem como seu número efetivo. Além de ser um conselho consultivo e deliberativo, alcança também o caráter de normativo. A conformação passa agora a ser tripartite – um terço, igualmente, de representantes governamentais, produtores do espaço social e usuários do espaço social (PREFEITURA DE PELOTAS, 2003, art. 3º).

No entanto, se, por um lado, amplia-se o escopo comunitário do órgão, por outro, aumenta também o número de cadeiras ocupadas por membros do mercado imobiliário e construção civil. Setor que, além de mais interessado no valor econômico que social do espaço, aparece como um grupo definido em seus próprios termos e, assim, mais coeso do que o setor de usuários (PREFEITURA DE PELOTAS, 2003, art. 4º, §2º e §3º, I e II). Além de poder criar normativas supletivas e complementares sobre a gestão urbana (art. 6º, V), o CONPLAD fica também responsável pelo Fundo para a Sustentabilidade do Espaço Municipal (PREFEITURA DE PELOTAS, 2001; 2003). Outros Conselhos que devem atuar junto com o CONPLAD para efetivação do Plano Diretor, são Conselho Municipal de Proteção Ambiental (COMPAM), Conselho Municipal de Habitação (COMHAB) e os Conselhos Distritais, “instâncias reconhecidas de gestão local, devendo ser incentivada a participação dos moradores dos distritos rurais no processo de planejamento” (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008, art. 35º).

Liciane Almeida e Michele Bastos (2006) argumentam ainda que o II PDN possuía embasamento teórico preservacionista, mas

O índice de aproveitamento mais elevado e altura livre estabelecidos para essa área, definida como ZCC – zona de comércio central –, na verdade geram um acelerado processo de destruição do acervo histórico-cultural registrado através da arquitetura, provocando a substituição de construções residenciais de um ou dois pavimentos por edifícios em altura. As constantes demolições sem autorização e sem controle efetivo do poder público, juntamente com alterações no parcelamento do solo através de unificações de lotes, provocam uma grande descaracterização e desqualificação do espaço urbano, que passa de uma paisagem homogênea, com uma linguagem arquitetônica padrão, ao predomínio de uma paisagem heterogênea, com construções que não mais se integram, pois as novas inserções não consideram o preexistente como condicionante para sua implantação (ALMEIDA & BASTOS, 2006, pp. 100-101).

É interessante pensar na ambiguidade que se levanta dessa proposição das autoras. Se, por um lado, seu ideal preservacionista, exposto neste artigo há 10 anos atrás, condena a derrubada irrestrita de edificações de valor arquitetônico e histórico, por outro, a ideia de manutenção de uma homogeneidade estética destoa com a proposta deste trabalho – garantir a heterogeneidade de representações do passado pelo patrimônio cultural. De qualquer modo, o II PDN lança as bases para os documentos legais que hoje efetivam sua premissa de preservação patrimonial em ampla escala (ALMEIDA & BASTOS, 2006, p. 102).

3.4.3. *A Lei nº 2708/82*

Em 10 de maio de 1982, é publicada a lei nº 2708, primeiro instrumento municipal para definição e proteção do patrimônio histórico e cultural de Pelotas (PREFEITURA DE PELOTAS, 1982). Seu artigo primeiro,

Art. 1º Constitui patrimônio histórico e cultural do Município de Pelotas o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no seu território, que seja do interesse público conservar e proteger contra a ação destruidora decorrentes de atividade humana e do perpassar do tempo, em virtude de:

- a) sua vinculação e fatos pretéritos memoráveis ou fatos atuais significativos;
- b) seu valor arqueológico, artístico, bibliográfico, etnográfico ou folclórico;
- c) sua relação com a vida e a paisagem do Município (PREFEITURA DE PELOTAS, 1982).

Em complemento à “vida e paisagem do Município”, o segundo artigo equipara, em termos de guarda, os monumentos naturais, sítios e paisagens, “pela feição notável que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela atividade humana” (PREFEITURA DE PELOTAS, 1982, art. 2º). Essas posturas de integração entre bem edificado e entorno fazem parte de um movimento mais amplo, no Brasil e no mundo, pelo menos desde a Declaração de Amsterdã de 1975. Ingressa nas políticas públicas de proteção aos bens culturais coletivos, a concepção de que tais não podem ser considerados isolados do contexto do qual fazem parte, seja humano ou natural. Outra menção valiosa é o reconhecimento do “valor arqueológico” do patrimônio cultural.

O mesmo documento legal, em seu quarto artigo, criou o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC), “órgão colegiado de assessoramento”, cujas atribuições foram:

- a) cadastrar os bens cujas características ensejam tombamento;
- b) apreciar, [o] ofício ou o requerimento, a conveniência de tombamento, emitindo parecer fundamentado;
- c) proceder ao tombamento provisório;
- d) encaminhar ao Prefeito, para homologação, requerimento ou proposta de tombamento definitivo;
- e) manter os livros de tombo;
- f) articular-se com os demais órgãos de administração municipal, para o atendimento de suas finalidades e, especialmente, para fiscalização do cumprimento desta lei (PREFEITURA DE PELOTAS, 1982, art. 4º).

Os poderes deste Conselho são maiores que os do CONPLAD, uma vez que a avaliação de mérito do pedido de tombamento e/ou cadastro seria de sua competência. Logo, sua composição mostra quais setores sociais terão acesso à valoração do patrimônio histórico e cultural do município.

- a) um representante da Secretaria Municipal de Planejamento a Coordenação Geral;
- b) um representante do Escritório Técnico do Plano Diretor;
- c) um representante do Conselho Municipal de Controle do Patrimônio Ambiental COMPAM;
- d) um representante da Fundação Cultural de Pelotas;

- e) um representante de Procuradoria do Município;
- f) um representante do Instituto de Letras e Artes da Universidade Federal de Pelotas;
- g) um representante do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas;
- h) um representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Pelotas;
- i) um representante de livre escolha do Prefeito Municipal (PREFEITURA DE PELOTAS, 1982, art. 5º).

Mais uma vez, a composição do Conselho é interna ao corpo administrativo municipal, associada a representantes de setores técnicos, sem a presença direta da comunidade ou mesmo representantes de associações de bairros. Nota-se, também, uma tendência ao patrimônio artístico e arquitetônico, pela presença do Instituto de Letras e Artes, da Arquitetura e Urbanismo e da Engenharia.

O artigo oitavo institui que o processo de tombamento pode ser requerido pelo proprietário do bem, pela população ou por membro do COMPHIC, e o artigo 12º decide que apenas poderá ser impugnado o pedido que não se enquadrar nas categorias determinadas nos dois primeiros artigos da lei, os pedidos que não tenham sido devidamente notificados aos proprietários, engano na descrição do bem, e “perda ou perecimento” do mesmo. (PREFEITURA DE PELOTAS, 1982). Guilherme de Almeida, ao falar da casa do Coronel Pedro Osório, situada à Praça de mesmo nome, menciona sua deliberada destruição pelos proprietários após a lei de tombamento, em forma de protesto (ALMEIDA, 2012, p. 308).

De modo a angariar respaldo social à causa do tombamento, a mesma lei previa isenções fiscais nos valores do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISQN) e na taxa de Licença para Execução de Obras Particulares, caso venha a ser feita obra de restauro e conservação (artigos 24 à 27).

Finalmente, o artigo trigésimo segundo indica que, independente da penalidade pecuniária sobre o bem, o Município poderá, para proteção do bem tombado, embargar obra em andamento, interditar uso do espaço e revogar/cassar licença ou qualquer permissão sobre o bem.

As autoras Liciane Almeida e Michele Bastos, defendem que a Lei 2708 de 1982 foi uma grande conquista para a preservação patrimonial da cidade. No entanto, forças políticas e econômicas locais, especialmente vindas do setor imobiliário e dos proprietários de bens valorados, lograram passar na Câmara a Lei nº 3128, de 1988 que, como ficará mais claro a seguir, criou o Conselho Revisor, ligado à Câmara, das execuções de tombamento do COMPHIC.

Cabe destacar que, no período de atuação do Conselho Municipal, foram analisados 10.000 prédios, dos quais 1189 foram cadastrados e 236 tombados provisoriamente. No entanto,

dos tombamentos provisórios, apenas 16 foram tombados, sendo quatro a nível federal e um a nível estadual (ALMEIDA & BASTOS, 2006, pp. 101-102). Como vimos acima, hoje já contamos com mais alguns tombamentos.

3.4.4. *A Lei nº 3128/88*

A Lei nº 3128, de 10 de maio de 1988 possui poucos artigos e se dedica a alterar termos de sua predecessora, Lei nº 20708 de 1982.

As novas redações trazem elementos que, essencialmente, abrem espaço para intervenção da Câmara dos Vereadores no processo de tombamento, colocando-os entre os tramites do COMPHIC e Prefeitura (artigos 2º, 3º e 4º). Mas o maior impacto é com a criação do Conselho Revisor, definido no artigo 6º.

Art. 6º - O Art. 16º da Lei 2708/82, passa a ter a seguinte redação:

Art. 16º - O Conselho de Revisão é um órgão colegiado com competência exclusiva para apreciar interpostos recursos de decisões originárias do COMPHIC.

§ 1º - Constitui-se de 7 (sete) conselheiros, com mandato de 2 (dois) anos, coincidentes com a dos integrantes do COMPHIC, tendo como membro nato o Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural e os demais 6 (seis) membros por indicação do(a):

a - Procuradoria do Município;

b - Um pela Câmara de Vereadores;

c - Um pela Associação Comercial de Pelotas;

d - Um pela Associação Emp. Construção Civil;

e - Um pela Associação Proprietários Imóveis Pelotas;

f - Um pela UPACAB [União Pelotense das Associações Comunitárias de Bairros] (CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS, 1988, art. 6º).

Novamente, a liderança comunitária aparece em número reduzido, para enfrentar os interesses do setor imobiliário e comercial sobre a preservação do patrimônio cultural. Aliás, fica evidente esse descompasso quando, no § 2º do mesmo artigo, “As decisões serão tomadas por votos de no mínimo 5 (cinco) conselheiros, apurando-se o resultado por maioria absoluta dos componentes do órgão”. Desses cinco votos necessários, a Câmara, Associação Comercial, Empresários da Construção Civil e Proprietários de Imóveis já contam quatro. Pelo § 3º do mesmo artigo, o processo só terá sequência após decisão do COMPHIC e do Conselho Revisor.

3.4.5. *A Lei nº 4568/00 e as isenções fiscais*

A atual Lei nº 4568 de 07 de julho de 2000 delimita e institui as Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural, como proposto no II PDN/80. São quatro as ZPPCs delimitadas: 1º Loteamento, 2º Loteamento, Porto e Caieiras.

Ficam integradas às Zonas, “as glebas, lotes e construções que lhe sejam confrontantes” (PREFEITURA DE PELOTAS, 2000, art. 3º). E ainda acrescenta,

§ 1º - Ficam especialmente considerados integrantes das ZPPCs e preservadas, as fachadas públicas e a volumetria dos bens constantes do inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas;

§ 2º - Deverão manter compatibilidade volumétrica e tipológica com os bens constantes do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas, as construções que lhes forem confrontantes pelas laterais.

Assim como já aparece em documentos anteriores, esta lei traz consigo a ideia de integração dos bens tombados, ou seja, preservar tanto o bem valorado quanto o exterior dos terrenos adjacentes, de modo a não configurar um rompimento estético. Interessante observar que essa lei realiza a premissa de proteção exterior – fachada e volumetria. Com isso, propaga-se uma lógica preservacionista mais associada à estética que à significação social do patrimônio. De acordo com o mapa na Figura 3, a Chácara/Charqueada se encontra dentro da ZPPC – Caieiras.

Figura 3 - Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPC). O ponto vermelho na ZPPC 4 indica o local da Chácara/Charqueada. Fonte: Manual do Usuário de Imóveis Inventariados (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008b, p. 33).

Como nem todos os bens integrantes das ZPPCs são necessariamente tombados, fica implícito que a propriedade de bens inventariados continua sendo de particulares. Há, também

por essa legislação, a previsão de isenção fiscal (caracterizada em outro texto) em troca da manutenção e adequação do bem às demandas legais. A Prefeitura mais uma vez disponibiliza seu corpo técnico e estrutura de serviços para auxiliar os proprietários na devida conservação e manutenção dos bens (art. 10º).

O Município, de modo a fomentar a preservação dos bens, mantém sua política de isenção fiscal. Em 2002, publica-se a lei nº 4878, de 29 de novembro, atualizada pela lei 5146 de 2005, garante isenção do IPTU para imóveis, de interesse ambiental, tombados ou inventariados e associações beneficentes culturais, entre outras (PREFEITURA DE PELOTAS, 2002, art. 5º, IV-VI, §3-9; PREFEITURA DE PELOTAS, 2005, art. 6º, II, a)-c) e §3-5). Essa política é defendida também no III Plano Diretor do Município (que veremos em mais detalhes a seguir), no artigo 68º (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008a)

De acordo com Liciane Almeida e Michele Bastos (ALMEIDA & BASTOS, 2006), a proposta tem funcionado.

A partir das solicitações, os técnicos da Secretaria de Cultura realizam vistoria externa nos imóveis e avaliam seu estado de conservação e manutenção das características arquitetônicas, elaboram um relatório com considerações e recomendações de adequações e conservação, que é enviado aos proprietários; os mesmos devem, até a próxima vistoria, executar pelo menos parte das solicitações para manter o benefício. A intenção é simples e tem funcionado: o recurso do imposto deve ser revertido em melhorias no imóvel e como incentivo à recuperação do prédio, todas as solicitações encaminhadas pela primeira vez têm o benefício concedido. Nos casos em que as recomendações não são cumpridas, a equipe técnica faz contato direto com o responsável pelo imóvel e, quando há interesse de recuperação do imóvel, concede novamente o benefício, que fica condicionado ao cumprimento das recomendações expressas em um termo de compromisso assinado pelo proprietário; caso contrário, a isenção não é concedida para aquele exercício, podendo, no ano seguinte, novamente ser solicitada; devendo, então, passar pelo mesmo processo de avaliação (ALMEIDA & BASTOS, 2006, p. 104).

3.4.6. O III Plano Diretor

Em 2008, é publicado o III Plano Diretor de Pelotas, com substanciais acréscimos no que concerne a proteção do patrimônio cultural (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008a). Em seu segundo artigo, define o propósito do Plano:

Art. 2 - O Plano Diretor Municipal de Pelotas é o instrumento básico da política de desenvolvimento municipal, abrangendo os aspectos físicos, sociais, econômicos e administrativos do crescimento da cidade, visando a orientação da atuação do Poder Público e da iniciativa privada, bem como ao atendimento das necessidades da comunidade, sendo a principal referência normativa para as relações entre o cidadão, as instituições e o espaço físico municipal.

No artigo sexto, coloca a adequada utilização das “potencialidades naturais, culturais, sociais e econômicas” (inciso III) para garantir um desenvolvimento sustentável. A pauta da sustentabilidade é evidente ao longo de todo o documento. A política preservacionista proposta para bens inventariados, instituída pela Lei 4568/00 e também presente neste documento, de manter-se a fachada e a volumetria, é resultado do panorama socioeconômico do desenvolvimento sustentável⁶⁴. Em poucas palavras, modernizar sem perder o passado de vista. No entanto, não deixa de ser irônico o discurso de “manter a fachada, mas modificar todo o interior”, como se o passado fosse apenas uma alusão superficial à estética edificada.

Apesar da manutenção desse panorama, o III PD inclui uma série de premissas culturais e sociais que mostram um amadurecimento do poder público da cidade. No artigo sétimo, ao estabelecer as diretrizes gerais que devem guiar o desenvolvimento sustentável da cidade, vemos os incisos:

XV - Ordenar e controlar o uso e a ocupação do solo, com vistas a respeitar e valorizar a diversidade ambiental da paisagem da cidade, respeitando a manifestação cultural de sua população;

[...]

XXIV - Fortalecer a identidade sócio-cultural da população, evidenciando as potencialidades do território rural como vetor de desenvolvimento local e regional, para além da produção estrita de alimentos e de matérias-primas, promovendo atividades vinculadas ao turismo, artesanato, prestação de serviços, conservação do patrimônio cultural, ecológico e paisagístico.

XXV - Reconhecer o valor do patrimônio cultural das localidades rurais de Pelotas, historicamente consolidadas como objeto de preservação, tendo como fundamentação os conceitos de sítio rural, de conjunto histórico e de pequenas aglomerações, provenientes das Cartas Patrimoniais, investindo em políticas públicas direcionadas à salvaguarda dessas localidades e de suas expressões de ruralidade e aplicando instrumentos de incentivo e de proteção (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008^a, art. 7º, XV, XXIV e XXV).

O conceito de paisagem se mantém desde o II PDN, respondendo ao escopo mais amplo de vivência urbana e rural, e garantindo uma salvaguarda que se preocupa com a integração do bem ao entorno social e natural. O Inciso XXIV segue um modelo bastante comum quando pensamos no papel do patrimônio cultural no desenvolvimento sustentável: comércio e prestação de serviços como vetor de fortalecimento da identidade sociocultural. Finalmente, o inciso XXV procura, pelo instrumento da tipologia museológica e das cartas patrimoniais, reconhecer a cultura local pelo incentivo e proteção ao patrimônio (daí vieram as propostas de Museus Rurais, que hoje movimentam turistas à colônia pelotense).

⁶⁴ No art. 6º, §2º da mesma lei, “Considera-se sustentável o desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando a garantir qualidade de vida para a população.”.

Uma inovação interessante em relação aos documentos anteriores é o aumento de instrumentos para democratização da gestão urbana. Além dos conselhos, há os fundos municipais, audiências e consultas públicas, conferências municipais, referendos e plebiscitos (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008^a, art. 13º, VI, a)-h)). No entanto, a efetivação desses instrumentos na mesma gestão pública, enquanto poderes decisivos da aplicação do Plano, não é mencionada no decorrer do texto, ficando a grande maioria das resoluções a cargo de outros documentos legais e órgãos técnicos (públicos e/ou privados).

Os artigos 15º ao 30º tentam efetivar essas propostas através de um “Sistema de Ideias”, com projeções reais de planos de ação para mapeamento, ampliação da participação comunitária (embora a recomposição da Comissão Técnica do Plano Diretor continue sendo bastante endógena, art. 30º) e desenvolvimento sustentável (especialmente através do turismo, art. 22º, IV).

Definidos os conceitos de base do Plano, e seus órgãos de gestão e atuação, o documento, por meio do que chama de “Agenda 21”, propõe a delimitação de áreas de interesse ambiental e cultural, sobre as quais cabem “normas de ocupação diferenciada” (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008a, art. 49).

O artigo 50º estabelece,

Art. 50 - O interesse ambiental para os fins desta lei será resguardado, através da identificação de Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural e Cultural ou Construído.

§ 1º. Considera-se Ambiente Natural o conjunto de condições, leis, influências, alterações e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

§ 2º. Considera-se Ambiente Cultural ou Construído todo e qualquer bem ou direito de valor histórico, estético, artístico, cultural, turístico, arquitetônico, arqueológico, urbanístico e paisagístico, cuja conservação seja de interesse público.

Interessante observar que nestas definições o conceito de “ambiente” enquadra tanto uma esfera “natural” quanto “cultural” – condizente com a empreitada do desenvolvimento sustentável. Também vale a nota de que este Plano Diretor, diferente daquele de 1980, conta com a identificação do bem arqueológico.

O artigo 64º define como Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural (AEIAC),

[...] aquelas que apresentam patrimônio de peculiar natureza cultural e histórica, que deva ser preservado, a fim de evitar perda, perecimento, deterioração ou desaparecimento das características, das substâncias ou das ambiências culturais e históricas que lhe determinem a especialidade, visando a recuperação dos marcos

representativos da memória da cidade e dos aspectos culturais de sua população (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008^a, art. 64^o)⁶⁵.

A norma toca em duas características importantes do “ambiente cultural”, e que dizem respeito a esse trabalho – “patrimônio de peculiar natureza cultural e histórica, que deva ser preservado” e “representativos da memória da cidade”. A sua salvaguarda como elemento do qual devemos evitar o perecimento, prolongar-lhe a vida e caráter representativo, excetua-o no modelo de gestão urbano. Embora com metodologias diferentes de gestão, sua excepcionalidade aparenta-se ao “meio natural”, que tampouco deve ser destruído⁶⁶.

Aliás, é interessante colocarmos o debate nessa dicotomia entre “construção” e “destruição”. Delimitar e especificar os lugares que não deverão ser destruídos, que merecem esforços particulares para manter suas condições *sine qua non*, deixam vazar a falácia do desenvolvimento sustentável – ele continua sendo uma execução destrutiva. Ora, se a preocupação com áreas de especial interesse natural e cultural as eleva a um estado de exceção no planejamento urbano (loteamento, parcelamento, construção, demolição, etc.), então o planejamento urbano, galgado no desenvolvimento sustentável, não se sustenta sobre a manutenção da representatividade social nem sobre a equidade com outras formas de vida.

Assim, no artigo 65^o aponta quais são os critérios que determinam quais as características do patrimônio cultural que o garantem o direito de salvaguarda.

Art. 65 - São características essenciais que determinam a necessidade de proteção especial do Poder Público Municipal, mediante a delimitação das Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural - AEIAC:

I - Históricas: quando estão relacionadas a fatos ou períodos representativos da formação e desenvolvimento da cidade;

II - Arquitetônicas: quando apresentam espaços construídos com características representativas da arquitetura tradicional de Pelotas;

III - Urbanísticas: quando apresentam configurações de caráter urbano relevante, por suas características morfológicas diferenciadas;

IV - Paisagísticas – quando apresentam paisagem peculiar, caracterizada por espaços abertos com potencial de sociabilidade, através de atividades de lazer ativo e passivo;

V - Práticas sociais – quando apresentam espaços relacionados a usos e atividades específicas e relevantes à identidade local da comunidade (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008a).

As categorias de relevância buscam apreender condições possíveis e desejáveis a partir das quais se possa permitir a exoneração daquele espaço à atuação das leis de mercado. Uma

⁶⁵ Os artigos 70 à 76^o do mesmo documento delimitam uma série de AEIAC's de interesse. Nenhuma delas contempla a Chácara/Charqueada Santa Bárbara, razão pela qual optei por não me alongar em suas identificações e descrições.

⁶⁶ O artigo 50^o da mesma lei estabelece que o poder público, para as Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Natural (AEIAN), deve garantir sua “preservação e conservação” (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008a, art. 50).

pauta importante que tenho colocado ao longo de toda a tese é sobre a negociação na construção do conhecimento sobre o passado, e como representar diferentes setores sociais no patrimônio. Os determinantes propostos nesse artigo vão ao encontro do que vem sendo discutido sobre patrimônio histórico e arqueológico – a necessidade de agruparmos quesitos técnicos e sociais, nos processos de valoração do patrimônio cultural. O interessante é observarmos a separação entre categorias que apregoam a relevância do uso social para lazer e identidade local, e as categorias históricas, arquitetônicas e urbanas. Isso indica, no mínimo, que são práxis de significação apartadas. Novamente, nos encontramos com a dicotomia entre conhecimento técnico e conhecimento local. Como vimos no capítulo 2, a arqueologia pública tomou essa esfera na virada do século, ao se preocupar com a relação entre os saberes científico e social, na construção do conhecimento sobre o passado. E, novamente, vale lembrar aqui a observação de Lúcio Menezes Ferreira: “a arqueologia sempre foi pública” (FERREIRA, 2013).

É nesse sentido que comecei o debate neste capítulo, ao questionar as razões pelas quais o picho em patrimônio público é tratado como algo indesejado. Aparte das questões legais, o patrimônio público é visto nesse estado de suspensão tecnológica. Edificação que não se demole, se conserva. Não se toca, se aprecia. Não se atribui valor de mercado, se atribui valor social. Mas, novamente, qual valor social? Aquele do corpo técnico consagrado como conhecedor das causas. Os donos do conhecimento que conseguem, em termos formais, selecionar o caráter “diferenciado” de morfologia urbana, o “representante único” desse ou daquele estilo construtivo, os “fatos e períodos” imprescindíveis ao desenvolvimento da cidade. A sociedade leiga, com seu lazer e identidade, são um conhecimento a parte.

No entanto, acredito que podemos ver com avanço a inclusão da pauta comunitária. Novamente, os embates em torno das formas de vivência e representação da comunidade negra e religiosa de matriz africana, no Barro Duro, são exatamente o ponto sobre o qual devemos pensar “não destruir”. Mostra-se, ao contrário, um desrespeito a esses modos de vida, tanto naquele que a lei busca proteger (a estátua de Iemanjá), quando naquele onde a aplicação da lei de torna suspeita (proibição dos acampamentos de religião, mas permissão do loteamento próximo à APP). Isso nos leva a perguntar, vez mais, qual valor social? Não vale o conhecimento local? Ou ele só é válido se sancionado o conhecimento técnico?

O critério, acredito, se encontra dentro dos próprios meandros da lei. O conhecimento social é chamado à valoração do lugar e das coisas, na configuração do patrimônio cultural. No entanto, fica submetido ao parecer final das instâncias técnicas, produtoras dos estudos de impacto. Assim, agentes graduados em instituições formais e detentoras dos discursos sobre qualidade ambiental, valor histórico e arqueológico e demandas sociais, são convocados pelo

poder público para avaliar impactos positivos e negativos nos espaços municipais. As narrativas comunitárias aparecem em menor grau, como vimos na composição dos Conselhos Municipais, e, para todos os casos, não possui a palavra final sobre a execução de qualquer projeto urbanista. Projetos, que, finalmente, seguem a pauta do desenvolvimento sustentável. E quem define o desenvolvimento sustentável? Seus parâmetros estão descritos em lei, mas a avaliação do que é “socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável” (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008^a, art. 6º, §2º) é um corpo técnico público-privado.

Isso fica muito claro no caso das restrições dos acampamentos no Barro Duro. Os profissionais habilitados de uma empreendedora adequam seu plano de loteamento a todas as necessidades e estudos formais exigidos pela legislação, e conseguem, assim, obter as licenças para construção. Os discursos religiosos e sociais que justificam os acampamentos não estão adequados aos parâmetros de sustentabilidade, pois eles envolvem uma série de atividades que gera potencial dano ao meio ambiente. O fato de que o empreendimento destruiu a paisagem e o ambiente em que se ergueu é defasada pelas permissões de construção. Aquele, pois, não era considerado um lugar de excepcionalidade do ambiente cultural ou natural e, feitas as devidas adequações e promessas de cuidado com o entorno, permite-se àquele espaço ser tomado pelo projeto de desenvolvimento. Já o lugar do Balneário dos Prazeres, tão próximo da APP quanto o residencial Alphaville, é considerado um espaço de proteção, ou seja, não livre aos dizeres do mercado imobiliário. Excelente! No entanto, e às práticas sociais, as quais o Poder Público, pelo III PD, diz ser fomentador e defensor? E o que dizer sobre o camping municipal na mesma APP?

Ao final, estamos amarrados aos relatórios técnicos, única linguagem que o Estado parece compreender. O caso do Pontal da Barra, que também pude acompanhar de perto, foi todo tecido em torno do laudo feito nos anos 1990. Todo esforço dos movimentos sociais e intelectuais, trazendo resultados novos que comprovavam a unicidade do Pontal para os ambientes naturais e culturais, só traria o resultado desejado, embargar a obra, se revogada a licença concedida ao proprietário do terreno há mais de 20 anos antes⁶⁷.

Finalmente, no caso da Chácara/Charqueada, temos também a oficialidade discursiva com papel fundamental nas negociações em torno da propriedade do lugar. Como já apontei inicialmente, nosso primeiro contato com os moradores foi entendido como parte de uma avaliação sobre a compra do terreno e da casa pela Universidade. E, de fato foi concedido, mesmo que tangencial, um papel à equipe de arqueologia no processo, com o “arrazoado” sobre

⁶⁷ Diário de Campo, 03/10/2012 e 21/07/2014.

o valor patrimonial do lugar. Nesse momento, como vimos, o coordenador e sua equipe tiveram que tomar uma posição sobre os conflitos em torno da posse, que foi favorável a uma medida protetiva que permitisse aos moradores ficarem no local.

Cinco anos depois, com a morte de Dona Suely Simões Lopes e a partilha da herança, o destino dos moradores mais uma vez fica a critério dos proprietários do terreno, que usam o discurso técnico-jurídico como intermediário das relações. No dia cinco de fevereiro de 2015, Dona Maria conta que recebeu a visita dos representantes legais dos proprietários, uma corretora de imóveis e um advogado, para falar com eles sobre um contrato de comodato. Dona Maria me apresentou a via dos locatários, que mantinha em posse por todos os moradores. O documento empresta o terreno e suas edificações aos moradores pelo período de quatro anos. Desse modo, os moradores não mais precisam pagar aluguel e os proprietários afastam a possibilidade de usucapião. Dona Maria me disse que não pagam aluguel “há um tempo”. Certamente esse contrato foi uma tentativa dos herdeiros de não perderem seus direitos, supondo que o recolhimento mensal do valor simbólico tenha ficado em segundo plano após a morte de Dona Suely.

Dona Maria conta que ficou muito desconfiada desse contrato, e pressionou os demais moradores para que não assinassem. Nesse dia de visita do advogado e da corretora, ficou receosa de suas intenções, especialmente por entrar em desacordo sobre as alterações que poderiam ser feitas na casa. No contrato, diz que estão proibidas obras de benfeitorias na casa sem prévio consentimento dos comodantes. Dona Maria, então, questionou ao advogado o que era benfeitoria, “pois ela não havia aprendido isso nas duas faculdades que fizera”. À questão, o advogado respondeu de modo esquivo, dizendo que “trocar a porta da casa, não teria problema, pois era para manutenção da casa. Mas colocar brita no pátio, seria uma obra de benfeitoria e, portanto, proibida”⁶⁸.

Esses casos aderem aos demais exemplos apontados acima: o discurso oficial é traiçoeiro. Os meandros legais constituem muitas linhas de ditos e não ditos, que deixam margens de interpretação. E não qualquer interpretação, uma interpretação hiper-especializada. Como disse Dona Maria, nem curso superior, por si, é o suficiente para dominar o “juridiquês”. Não é uma linguagem cidadã, é uma linguagem técnica.

Ao longo de todo meu trabalho com os moradores, procurei sempre tentar estabelecer a ponte entre a linguagem técnica (arqueológica, histórica, jurídica) até quanto me foi possível, de modo a tentar diminuir as assimetrias estabelecidas pelo poder tecnocrata. E, no caso mais

⁶⁸ Diário de campo, 05/02/2015.

específico do patrimônio arqueológico, quais eram os modelos protetivos, e como eles influenciariam o modo de vida dos moradores.

Desse ponto, retomamos o III PD, cujo artigo 67º elenca uma longa lista de objetivos para a proteção do patrimônio cultural.

Art. 67 - Constituem objetivos da proteção ao patrimônio cultural:

- I** - Promover a integração da preservação do patrimônio histórico e cultural com o planejamento urbano, como forma de garantir a manutenção das características culturais específicas da cidade de Pelotas, as quais lhe conferem identidade peculiar;
- II** - Promover a preservação do patrimônio histórico e cultural através da conservação e manutenção de um entorno visual apropriado, no plano das formas, da escala, das cores, da textura, dos materiais, não devendo ser permitida qualquer nova construção, nem qualquer demolição ou modificação que cause prejuízo ao entorno e ao bem patrimonial propriamente dito;
- III** - Classificar os imóveis inventariados em níveis de preservação;
- IV** - Impor regras que limitem e condicionem a utilização das áreas delimitadas, com a finalidade de promover a sua qualificação urbana e proteger suas características específicas;
- V** - Coibir inserções e intervenções, em contrariedade aos ditames legais e ao interesse público, nas zonas delimitadas como áreas especiais de interesse cultural – AEIAC;
- VI** - Efetuar o controle urbanístico nas áreas especiais de interesse cultural – AEIAC;
- VII** - Incentivar a preservação e a restauração dos bens considerados de valor histórico e cultural, através de incentivos jurídicos, fiscais e administrativos, concedidos ao particular, pessoa física ou jurídica;
- VIII** - Preservar o patrimônio arquitetônico, artístico, documental, ecológico, arqueológico e qualquer outro relacionado com a história e a memória municipal;
- IX** - Promover a divulgação da memória e educação patrimonial e preservacionista, mediante palestras, seminários, mostras, exposições temporárias e itinerantes, publicações de documentos, pesquisas, depoimentos e campanhas educativas que ressaltem a importância da preservação dos acervos municipais;
- X** - Buscar amparo científico para a pesquisa, a proteção e a preservação do patrimônio cultural do Município;
- XI** - Recuperar e revitalizar os equipamentos culturais da Cidade, como teatros, centros culturais, bibliotecas e casas de cultura;
- XII** - Inventariar e conservar monumentos e obras escultóricas em logradouros públicos.

Logo no primeiro inciso, fica expressa a intenção de integrar os elementos que conformam a urbe num único caminho que, ao mesmo tempo, permita o desenvolvimento e garanta a unicidade peculiar dos bens valorados. No entanto, é curioso como, dentro de um sistema binário de pensamento, a integração se exerce pela delimitação de zonas, espaços e lugares que serão apartados da normalidade conferida às demais edificações do *pool* imobiliário. Que fique claro ao leitor que não pretendo desmerecer todo o esforço que, vimos aqui, há quase 40 anos entidades não governamentais, governamentais e cidadãos dispendem para proteger lugares memoráveis da especulação imobiliária. Esforços que têm a ver com mostrar que o bem-estar social não é resultado apenas da renovação, mas também das lembranças e dos apegos. Há coisas que não devem ser destruídas.

Meu intento é, retomando argumentos que já expus no capítulo anterior e também neste, mostrar que o desenvolvimento sustentável não é sustentável, é só desenvolvimento. É uma colher de chá que nos dão em troca, muitas vezes, do nosso silêncio frente atrocidades cometidas contra a sociedade e suas referências materiais – são mitigações prévias. Por que continuar dialogando com setores que não nos respeitam? Que acreditam que conhecimento social é perfumaria? Por que submeter o patrimônio arqueológico à necessidade da mercantilização? Por que não tentarmos outras estratégias de valoração que não a produção de capital?

O inciso IX, da educação patrimonial e divulgação científica, nos mantém nesse debate sobre a negociação dos saberes em torno do uso do espaço. No capítulo anterior, argumentei a favor de práticas educativas que se constituam mais na esfera dialógica, do aprendizado mútuo entre realidades distintas, que na expressão unilateral do conhecimento acadêmico. Ao promover a “divulgação da memória”, podemos, por um lado, trabalhar em prol da partilha cívica de experiências distintas. Ou seja, seguindo o preceito de descentralização e valorização dos modos de vida locais do próprio Plano, divulgar memórias e experiências de locais a locais, visando o conhecimento mais amplo da diversidade que constitui a vida e a história da cidade. Podemos, também, render-nos à demanda do desenvolvimento sustentável, interpretando “divulgação da memória e educação patrimonial e preservacionista” como etapa de coação à preservação compulsória do patrimônio valorado, sem ater-nos às relações entre local e global, cidadão e poder público, saber comunitário e técnico.

Finalmente, os artigos de número 77 ao 86 tratam especificamente do patrimônio arqueológico. Aquele já relata:

Art. 77 - Fica reconhecido o conceito de patrimônio arqueológico como herança de toda humanidade e de grupos humanos e não de indivíduos e de nações, proibindo a destruição, degradação ou alteração por modificação de qualquer monumento, sítio arqueológico ou seu entorno, sem anuência das instâncias competentes.

Embora reconhecido, não fica claro em nenhum momento do documento o que é patrimônio arqueológico. O resultado, no entanto, não é danoso, uma vez que ele já está definido por lei federal. Vale a lembrança de que o conceito de patrimônio arqueológico difere substancialmente daquele do patrimônio cultural e arquitetônico num elemento bastante peculiar: não se faz pesquisa arqueológica sem a destruição do bem (como já apontamos acima). E, nessa esteira, trabalhamos com a premissa de que preservar os sítios arqueológicos de intervenções sem rigor técnico é uma medida em favor do bem público, uma vez que esse mesmo rigor é necessário para que possamos extrair da experiência destrutiva, um

conhecimento social crítico. Mais uma vez, estamos frente ao conflito entre o que preservar e destruir, e quem pode preservar e destruir.

O Artigo 80º define como Áreas Especiais de Interesse Arqueológico (AEIARQ), “os espaços em que forem identificados sítios arqueológicos, *dado um perímetro definido por profissionais de arqueologia*” (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008a, art. 80. Grifo meu). Ou seja, fica instituído o poder do conhecimento técnico na valorização do patrimônio arqueológico. Em parágrafo único do mesmo artigo, o documento esclarece que “Poderão ser acrescidas ao levantamento das AEIARQ as áreas futuramente identificadas e registradas *conforme laudo de órgão técnico autorizado e reconhecido pelo IPHAN*” (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008a, art. 80º, §único. Grifo meu). Diferente das outras categorias patrimoniais, onde se percebe o esforço de ampliar o direito de valoração para além do corpo técnico, o patrimônio arqueológico fica, pelo contrário, restrito aos laudos de especialistas. À comunidade e coletividade cabe, apenas, a salvaguarda e proteção, além da instrução de sua relevância por meio da educação patrimonial (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008a, artigos 83 e 84). A própria lei trata o patrimônio arqueológico de um modo distante do arcabouço teórico que aplica aos demais veios do patrimônio (natural e cultural).

Para finalizar, o III PD traz uma novidade em relação ao processo de licenciamento de empreendimentos urbanos – o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). O artigo 247º define, logo de partida, a necessidade de realização do EIV para empreendimentos “potencialmente causadores de grande impacto urbanístico e ambiental” (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008a, art. 247º). Entre os cuidados mínimos do Estudo, há de constar os efeitos positivos e negativos sobre “a paisagem urbana, o patrimônio natural e cultural, e as áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental” (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008a, art. 249º, V, f)).

Minha experiência, entre os moradores da Chácara e a equipe de arqueologia na Charqueada, revelou, como relatado ao longo da tese, que nos encontramos exatamente nesse ponto incerto entre meandros legais, práticas cotidianas e atividades de pesquisa. Os moradores e moradoras trocam as janelas, telhados, pisos, vidros, pintura da fachada, instalam ar condicionado, reformam cômodos, constroem anexos. Os proprietários proíbem alterações que possam descaracterizar o imóvel, pensando em seu valor patrimonial (visando o turismo e a isenção fiscal?), e enviam seus emissários jurídicos e imobiliários para negociar as condições da vivência. No entanto, a equipe de arqueologia, com seu respaldo legal e científico, tem permissão de realizar alterações no entorno desde que, como previsto por lei e por ética profissional, não causem impactos estruturais proibidos por lei (federais, estaduais e municipais). Porém, nada nos impediu de causar impactos negativos nos modos de vida dos

moradores, entupindo a calha de escoamento, alterando seus referenciais espaciais, causando-lhes incômodos com as visitas infantis, visitas semanais para escavações, encontros com jornalistas, invasão de propriedade.

Certamente, o reconhecimento do patrimônio arqueológico em sua especificidade é uma conquista, e normativa apresentada para sua gestão nada mais do que espelha os próprios regramentos federais e estaduais sobre o tema. Afinal, o debate desta tese não é o apagamento das políticas de proteção legal ao patrimônio cultural, mas sim como podemos usá-las de modo a garantir uma pesquisa arqueológica crítica e socialmente engajada.

3.4.7. *O Manual do Usuário de Imóveis Inventariados*

Por último, cabe avaliar o documento gerado para auxiliar proprietários de imóveis inventariados pela lei nº 4568/00, e público geral – o “Manual do Usuário de Imóveis Inventariados” (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008b). Disponível para baixa gratuita no site da Prefeitura de Pelotas, é acompanhado da lista de bens inventariados. O Manual constitui dois volumes, o primeiro preocupado com a inserção do usuário no ambiente conceitual e legal que envolve a preservação do patrimônio cultural. O segundo, traz um compêndio de aspectos práticos, sobre os cuidados devidos com os bens. Esta obra é um dos resultados do III PD, no que concerne sua proposta aos bens históricos e culturais.

O manual principia com o conceito de “cultura”, que

[...] inclui todos aqueles produtos criados pelo homem ao longo da história, relacionados com a vida, a criatividade e a sobrevivência humana. Podemos pensar que a cultura é “o modo de vida” de um povo e a forma do homem se relacionar em grupo. Representa toda a ação do homem na tentativa de conhecer e se adaptar ao meio em que vive (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008b, p. 10).

A definição é bastante ampla, e abarca uma ideia com elementos de evolucionismo social e teoria contemporânea. De qualquer modo, é um conceito totalmente apartado dos elementos culturais oferecidos pelo próprio manual, voltado para preservação de marcos da arquitetura formal.

Os trechos que seguem encadeiam o entendimento do patrimônio como instância de importância coletiva, guardião de memória social, referencial de identidade cultural e, por essas razões, deve ser preservado. Nessa esteira, ao definir bens culturais:

Os bens culturais são os elementos que diferenciam grupos e sociedades, foram criados, recriados, aprimorados e estabelecidos ao longo do tempo e da história, têm importância pois ajudam uma comunidade a compreender como ela se originou (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008b, p. 10).

No item subsequente, sobre identidade e memória:

A proteção dos bens gera um processo de identificação entre a cidade e sua população, que se percebe como distinta das outras e passa a ter orgulho de sua cultura. A responsabilidade coletiva em proteger e conservar o patrimônio é importante para que as gerações futuras tenham acesso à memória de sua comunidade (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008b, p. 11).

Logo após, acrescenta que o patrimônio é uma entidade dinâmica, e sua preservação “deve conseguir compatibilizar a conservação de seus valores históricos e artísticos, manter as condições de integridade e autenticidade e, simultaneamente, permitir sua inserção na vida contemporânea” (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008b, p. 12). A intenção do Manual ao buscar integrar dinamismo contemporâneo com registro público do passado é louvável e está presente no III PD. Como vimos, a concepção preservacionista foi uma conquista da atuação de instâncias governamentais, civis e acadêmicas, cujo objetivo era manter o acesso público à materialidades representativas da história da cidade. Uma conquista, inclusive, que faz parte da vida profissional de arqueólogos e arqueólogas. A questão central que coloco em todo o trabalho (e que, acredito, o fazemos todos), é: representar quem?

O Manual prossegue com informações dos tipos arquitetônicos que enquadram edificações no Inventário.

Atualmente podemos identificar na arquitetura de Pelotas duas principais correntes histórico-culturais de formação da cidade: uma que representa o período colonial às margens do Arroio Pelotas, onde se localizam as charqueadas, e outra representativa do período eclético, localizada no centro histórico da cidade (PREFEITURA DE PELOTAS, 2008b, p. 23).

E, partindo daí, como identificá-los, preservá-los, conservá-los, entender seus detalhes característicos para não os danificar, saber como mexer na fachada sem os ocultar e mantendo a harmonia entre estética e funcionalidade.

A Obra, em seus dois volumes, é bastante informativa. Tanto na divulgação de conhecimento sobre arquitetura, quanto de conceitos e normas jurídicas (as páginas 43 à 46 do primeiro volume listam todas as leis que envolvem o patrimônio cultural em Pelotas). Mas, enfim, trata-se de um manual de educação patrimonial nos moldes mais conservadores. Ele ensina aos proprietários o que é e qual é a identidade cultural que se pretende conservar e

postergar às gerações futuras – aqueles da arquitetura formal ligada à gênese e auge do período charqueador.

Coroando, enfim, a Princesa do Sul.

3.5. Da realeza às assembleias populares

Ao longo deste capítulo, tentei esboçar uma visão sobre o patrimônio histórico, cultural e arqueológico, buscando sua viabilidade como instância de representação da diversidade social. O fiz em quatro momentos. Primeiro, em sua base jurídica e constitucional, entendendo-o como ferramenta estatal de gestão da memória, história e espaços públicos. Segundo, procurei referências teóricas e experiências vividas sobre a aplicação desse conceito em casos específicos. Formulei cinco pontos centrais para pensar o modo pelo qual o patrimônio pode nos ajudar a representar a diversidade pelo patrimônio arqueológico. Terceiro, abordei o caso da Chácara/Charqueada, para mapear as narrativas sobre passado e presente, e a negociação dos diferentes modos de produção de conhecimento entre equipe de arqueologia e comunidade local. Ao final, pude ver como esses meandros são complexos, múltiplos e mutáveis. A Chácara é muito mais que seu passado Charqueador. Finalmente, pontuei a condição atual do patrimônio histórico e cultural pelotense, e o desenvolver das políticas públicas que culminaram com esse cenário.

Antes de concluir o capítulo, faz-se necessário tecer considerações sobre esses momentos de debate, sob a luz dos pontos centrais elencados no item 3.2.

Patrimônio como categoria jurídica e política. O conceito de patrimônio é datado e localizado dentro dos modos de lidar com o espaço e a memória, na sociedade ocidental democrática. O debate com as experiências e conhecimentos de Márcia Bezerra, Fabíola Silva, Cristina Bruno, Regina Abreu e José Gonçalves mostraram diversas situações que vão ao encontro da minha proposta inicial – encarar o patrimônio como forma política, pública e Estatal de gerencia de lugares e histórias coletivas.

Com isso, procurei agregar ao debate com a minha própria experiência entre os moradores da Chácara/Charqueada. Seus moradores e moradoras estão plenamente cientes do patrimônio como referência de poder alheio. Seja por conta da universidade, do poder público municipal, das leis ou do interesse dos proprietários. Patrimônio serve para falar com os outros. De dentro, de suas narrativas, de suas vivências, fala-se em casa, em Chácara.

São por meio de normativas jurídicas e políticas públicas que o patrimônio histórico e cultural se condensa. Sua premissa protetiva busca, após a segunda metade do século XX, resguardar testemunhos materiais da história e valores sociais subjetivos, de quaisquer ações

destrutivas. A partir daí, fui aos documentos legais que versão sobre os processos de patrimonialização da cidade de Pelotas, com três perguntas em especial: 1) *Esse processo está aberto à iniciativa popular?* 2) *Qual tem sido o valor consagrado ao longo dos anos e* 3) *Qual o papel do patrimônio arqueológico nessa esfera?*

As respostas foram insuficientes, no sentido que ainda há muito que caminhar para atender as promessas de socialização e promoção da diversidade pelo patrimônio no município. Vimos que os parâmetros finais que conferem o estatuto especial ao patrimônio, quase que o sublimando da ação deletéria do tempo e dos humanos, vêm de instâncias de poder institucionalizado. Em poucas palavras, o desejo de resguardo pode ser nosso, mas o poder de dizê-lo protegido não.

E justamente seu contrário, vimos que as políticas públicas municipais constroem, mesmo que em boas intenções, mecanismos de proteção, salvaguarda e valoração que elegem mais pela estética da fachada que pela história e cultural em torno dos bens e lugares.

Importante salientar que a constituição das normativas, o tombamento/inventário dos bens e execução das medidas para sua gestão, são oriundas de uma elite técnica, associada ao ensino formal cuja qualificação, como observou Dona Maria, não se encontra de fácil acesso. Por mais que a participação cidadã e de lideranças comunitárias tenha crescido ao longo dos anos, ela se restringe às instâncias consultivas, onde compartilham espaço com forças brutas, como o mercado imobiliário e a engenharia civil, e que não possuem voz final, mesmo que voz ativa. Os bens podem ser do povo e para o povo, mas as regras e seus executores são da corte.

O papel central dos profissionais do patrimônio. O corpo legal pelotense para a proteção do patrimônio histórico e cultural, surge nos anos 1980 e, desde então, modificou-se de modo a ampliar cada vez mais seu escopo representativo da diversidade social. Vimos o aumento do número de bens identificados e protegidos, incorporação de tipologias, integração entre alterações humanas e feições naturais, melhor regramento do crescimento urbano, descentralização do poder consultivo, equidade entre rural e urbano. No entanto, toda construção e aplicação das ideias em torno do patrimônio e cidadania continuam passando por mãos técnicas. Incluindo arqueólogos e arqueólogas.

Tanto na legislação nacional quanto na municipal, o papel dos profissionais de arqueologia na identificação e valoração dos bens arqueológicos é grande. E por isso, devemos ter clareza desse papel para guiar as decisões que tomamos quando se trata de nossas pesquisas, uma vez que elas confluem inexoravelmente (se não ontologicamente) no patrimônio público.

Como já discuti no capítulo anterior, seguindo a linha de Alfredo González-Ruibal, a ideia não é submissão às demandas da comunidade local. Tampouco submissão às normas do

Estado. Aliás, a ideia é lutar para que não haja submissão. O papel social do arqueólogo e arqueóloga frente ao patrimônio público, como aqui proponho, é construir conhecimento crítico, antenado com a diversidade de realidades no passado e presente. E, com isso, combater mecanismos de opressão.

O patrimônio representa vida e morte. Coisas, lugares, ofícios, saberes, conflitos, afetos, memórias. No item 3.2., vimos que pouco se fala sobre a representatividade social do patrimônio, quais coletivos, problemas, soluções e histórias ele evoca. E, talvez mesmo por não as conhecer, há quem opte por não o tocar. Também pelo desconhecimento de sua importância, há muitos que apelam ao preconceito contra indícios de um mundo que não lhes diz respeito. No entanto, reconhecemos, mesmo que inconscientemente, a marca social de sua presença. E por isso mesmo decidimos protegê-lo ou destruí-lo. Reconhecemos a vida e a morte da coisa, e por isso mesmo devemos falar sobre ela e com ela.

A legislação para identificação e gestão é bastante generosa no escopo humanista de suas premissas. Mas a aplicação dessas premissas deixa muito a desejar, com nulo acesso popular às instâncias decisórias e seleção restrita de bens a serem inventariados. Além do mais, é visível a incoerência do modelo integrativo proposto pelos planos diretores. O desenvolvimento sustentável não aborda o mundo de modo menos destrutivo e mais humano, ele simplesmente cria lacunas de exploração, reservas de recursos naturais e humanos. Talvez, numa metáfora, uma troca de reféns – deixe-me destruir aqui, em troca desse outro pedaço de terra. Essa constatação não serve para desencorajar a ampliação de áreas públicas em regime especial de proteção. Mas serve para tomarmos consciência de que essas não são zonas de trégua com o desenvolvimento neoliberal, mas sim, zonas de fôlego e ocupação para combatê-lo. Assim, a identificação, preservação e uso do patrimônio cultural está condicionada a uma dinâmica social muito mais complexa do que a salvaguarda dos efeitos do tempo. No patrimônio se toca, e sobre patrimônio se fala.

Por isso, devemos tomar muito cuidado com a educação patrimonial. Ela pode vir a ser um momento de construção conjunta do conhecimento sobre o passado e presente, por um lado, como pode se tornar mais uma das ferramentas do capital global de opressão do conhecimento local, por outro. Em minha experiência na Chácara/Charqueada com a equipe de arqueologia, a educação patrimonial caminhou na corda bamba. Não foi possível realizar uma experiência didática sem uma imersão na educação. Mais do que a simples comunicação, a estratégia em pauta só se torna relevante à cidadania quando imersa em, ironicamente, educação. E não qualquer educação, mas aquela construída no diálogo, banindo a arrogância da hierarquia acadêmica, e plenamente consciência das diferenças sociais.

Tanto no III Plano Diretor quanto do Manual do Inventário, vemos que a estratégia dialógica, desejada do campo das ideias, se esmoesse no exercício da prática. Ao final, sua aplicação é a simples transmissão de conhecimento de cima, para baixo – dos técnicos em arquitetura e gestão urbana, para os proprietários de imóveis inventariados. Isso não é educação, isso é normatização.

E, finalmente, *a arqueologia pública é um veio fecundo para produzir patrimônios que representem a diversidade*. Pensando a arqueologia como instrumento de construção crítica de conhecimento sobre passado e presente, e o patrimônio como lugar de contestação das formas opressivas de representação social, é possível ocupar esse espaço, estatal em primeira instância, e subverte-lo contra a própria autocracia.

O principal argumento levantado pela etnografia, entrevistas e trabalho de campo é que a Chácara/Charqueda pode ser entendida como patrimônio enquanto campo de representação de narrativas paralelas sobre a história de Pelotas e seus habitantes. Essas narrativas paralelas não são apenas um fluxo lateral, mas uma corrente que entra em choque com a representação histórica e cultural oficial da cidade. Se, por um lado, a perspectiva oficial é de que Pelotas é herdeira de um esplendor a ser celebrado (e reproduzido), por outro, as narrativas da Chácara/Charqueda trazem o viés cruel e sub-representado da história da cidade – o racismo, machismo, preconceito religioso, abandono social e trabalhista.

Acabou o tempo das Princesas. Todo poder à representação popular⁶⁹!

⁶⁹ E Fora Temer!

4. CAPÍTULO 4 – MENINAS DE LOUÇA, MOÇAS DE CARNE, MULHERES DE PEDRA

*Uma alma não é forçada sobre quem não a quer, Morrigan.
Você nunca esteve em perigo comigo.*
Flemeth, a Bruxa. “Dragon Age: Inquisition” (tradução livre)

4.1.Introdução – Saia Justa

No Capítulo 2, aponte sobre os motivos que me levaram a direcionar essa pesquisa para a história das mulheres na Chácara. Meu contato com o movimento e a teoria feminista sempre foi bastante tangencial. Como homem numa sociedade machista, procurei aprender com elas, ao longo dos anos, meios de derrubar preconceitos e destruir mecanismos internos de opressão às mulheres. Desde o começo da pesquisa que levou a esta tese, em 2011, minha estadia em Pelotas me aproximou mais de Loredana Ribeiro, a referência central em arqueologias feministas no Brasil atual. Essa relação acadêmica e de amizade resultou em parcerias de pesquisa e minha aproximação das teorias feministas e *queer*.

Um dos resultados dessa parceria de estudos foi o artigo “A Saia Justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico” (RIBEIRO, SILVA, SCHMIDT, & PASSOS, no prelo). Analisamos Programas de Graduação e Pós-Graduação em arqueologia no Brasil e um dos resultados revelou que, apesar do maior número de mulheres publicando, temáticas relacionadas aos estudos de gênero, feminismos ou *queer* são raramente abordadas. A arqueologia brasileira tem formado profissionais pouco preocupados em conhecer os debates feministas, o combate ao machismo e masculinismo. Nossa disciplina precisa abrir-se, de modo a angariar também seu engajamento em de formas combate à opressão sobre as mulheres e identidades sociais marginalizadas pela figura do homem, branco, cis, heterossexual, burguês.

Nesse processo, conheci o trabalho de Donna Haraway, pesquisadora norte-americana que debate o tema do feminismo de uma forma bastante contemporânea, mas ainda com a clara convicção de toda militante: “feminismo não é o desejo de destruição dos homens”. O trabalho de Donna Haraway, aqui apresentado em duas obras (HARAWAY, 1995; 2010), é parte importante nesta tese e muito especialmente neste capítulo. Ela nos permite:

- 1) Entender o feminismo como uma luta contra o machismo, através do combate à autoridade da ciência moderna iluminista;

- 2) Refletir sobre o excesso do relativismo discursivo, retomando a importância de um conhecimento objetivo e capaz de atuação real, social e corporificada;
- 3) Trabalhar, a partir de sua proposta de objetividade como localização do conhecimento, arqueologia e as narrativas decorrentes como lugares próprios de construção de saberes merecedores de respeito e diálogo ético;
- 4) Esse combate à ciência sectarista e universalista da modernidade permite ainda outra amplitude: aquela onde coisas e corpos são agentes e não objetos inanimados. Suas estruturas, orgânicas ou inorgânicas, são partícipes das organizações sociais em que vivemos. Cabe a nós a compreensão de como ocorre esse processo.
- 5) Valer-se da narrativa, entendida pela autora como uma forma poderosa de subversão dos meios de opressão da sociedade ocidental machista.

Donna Haraway me permite engatilhar os conceitos base deste trabalho (arqueologia pública, patrimônio, memória, paisagem, narrativa e agência), de modo a aprender com minhas colaboradoras como podemos munir a arqueologia para desarmar a sociedade universalista e opressora.

Além dessa autora, Timothy Webmoor e Christopher Witmore (WEBMOOR & WITMORE, 2008) procuram reestruturar nosso modo de pensar a relação entre coisas e pessoas. Seu argumento central é que

Como resultado, não podemos tratar duas categorias uniformes, de “Natureza” oposta à de “Cultura”, como pontos de partida a serem superados pela elasticidade do social, do segundo polo ao primeiro (WEBMOOR & WITMORE, 2008, p. 61. Tradução livre).

A proposta desses autores é partir da “mistura” como categoria inicial, cujos ingredientes são agências, matéria, espaço e tempo (WEBMOOR & WITMORE, 2008, p. 65). “Seria suficiente dizer que não estamos limitados pelo que está na cabeça, nem pelo que está na pele. Estamos misturados com as coisas do mundo de modo que somos *ontologicamente indivisíveis*” (WEBMOOR & WITMORE, 2008, p. 59. Grifo no original).

Em 2015, tive a oportunidade de apresentar etapa preliminar de minha pesquisa no XVIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, entre 27 de setembro e 02 de outubro de 2015, em Goiânia, com a comunicação “Eu, Tu, Elxs e as coisas”, no Simpósio Temático “Teorias feministas e gênero na arqueologia brasileira – por que não?”, organizado por Loredana Ribeiro. Abordar o que propunha como histórias de mulheres em minha pesquisa,

tema novo em minha formação, naquele contexto de debate foi muito frutífero. Entre os questionamentos, colocou-se minha posição como homem frente às minhas interlocutoras. O que elas falam ou deixam de falar? Quais lugares da Chácara elas me dão acesso? Quais materialidades participam de nossas relações? O que elas esperam de meu trabalho?

Reconheço que ser homem me coloca na ponta opressora das relações de gênero e sexualidade e cria um viés possivelmente insensível a certas experiências compartilhadas entre elas. Ao mesmo tempo, essa posição faz de mim, também, alvo da luta cotidiana dessas mulheres contra as opressões de gênero. Nesse sentido, ter um pesquisador homem como interlocutor pode ser uma oportunidade de “bater de frente” (como fazem em suas narrativas) com a figura masculina e seus excessos.

Talvez seja por isso que em todas suas narrativas, prepondera o desfecho vitorioso. Elas compartilham casos de dificuldades, mas o viés tomado pela narrativa é de força e habilidade para contorná-los. Como se dissessem: “Sim, eu tenho como. Sim, eu posso. Sim eu consigo. Não me subestime”. Talvez, se tivessem a interlocução de uma pesquisadora, sentir-se-iam mais à vontade para mostrar as cicatrizes que a vida deixou em seus corpos.

Finalmente, por mais que seja um terreno espinhoso e onde corro risco de equívocos como fomentador de um debate sobre a história de luta das mulheres, imaginei que deixar suas narrativas de lado seria contribuir com o silenciamento de suas causas. Não pretendo, com isso, alimentar uma expectativa multivocal. Espero deixar claro aos leitores e leitoras que aos meus colaboradores e colaboradoras não precisam ser dados a voz. Todas e todos já possuem vozes. Elas e eles sempre lutaram com suas vozes, braços, ideias e forças ao longo de suas vidas. O que busco aqui é aprender, com suas experiências, formas de construir conhecimentos sobre o passado. Assim, as histórias contadas pelas mulheres da Chácara/Charqueada fornecem subsídios para representações outras da trajetória pelotense.

4.2. As Coisas da Chácara/Charqueada

Do material arqueológico procedente do sítio Santa Bárbara, foram analisados, até o momento, as coleções de louça e vidro. Os metais ainda estão em processo de conservação e não foram avaliados por esta pesquisa. As louças e vidros foram analisados pela bolsista de graduação do curso de bacharelado em antropologia (habilitação em arqueologia), Victória Ulguim, e resultados parciais da análise de louças já foi apresentado no Congresso de Iniciação Científica da UFPel em 2014⁷⁰. A supervisão do trabalho foi feita por Aluísio Alves, mestre em

⁷⁰ Para mais detalhes, ver: < http://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2014/CH_03410.pdf >. Acessado em 05 de agosto de 2015.

arqueologia pelo MAE/USP e técnico em arqueologia do Departamento de Antropologia e Arqueologia/ICH/UFPel, e pelo coordenador do Projeto “Pampa Negro”, Lucio Menezes Ferreira. Minha chegada ao laboratório (Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Cultura Material/LEICMA) se fez terminada com a análise das louças e pude ajudar Victória no cuidado dos vidros, e na revisão das louças.

A coleção de louças é formada por 263 fragmentos, que foram numerados de acordo com prática do LÂMINA. O número identifica a procedência em sítio, setor, quadra e profundidade. Por exemplo, SB1EXI22 indica que a peça é do sítio Santa Bárbara (SB), setor 1 (1), quadra EXI, nível 22. As peças foram numeradas e identificadas pelos seguintes atributos: classe (tipo de fragmento ou apêndice), morfologia (possível função e forma da peça inteira), espessura, comprimento e largura (em mm), porcentagem da base (de acordo com Rice 1987), acabamento/pasta, superfície modificada ou não, técnicas decorativas em superfície modificada, técnicas decorativas de superfície não modificada, motivo decorativo, decoração de borda, cores, selo de fabricação, lugar de origem, fatores pós-deposicionais (para motivos de conservação) e imperfeições (marcas aparentemente não intencionais na produção). A lista de atributos foi desenvolvida por Aluísio Alves, com base em bibliografia especializada. Embora o material esteja todo analisado, o relatório final ainda não está pronto, tampouco o mapa de dispersão geral do material. O trabalho continuará sendo feito por Victória Ulguim, com meu auxílio, sob supervisão de Aluísio Alves e Lucio Ferreira.

O material vítreo compõe uma coleção de 211 peças/fragmentos, sendo que temos um total de 27 recipientes inteiros. A coleção se divide em duas: os fragmentos encontrados em cota negativa e peças inteiras encontradas em cota positiva, acima do galpão que foi primeiramente escavado. O coordenador do campo consultou os moradores, que indicaram que esse acúmulo de garrafas no galpão foi feito pelo tio mais velho, Seu Alberto, que ainda vive. Ele não parece se lembrar de juntá-las, no entanto, e esclarece que sua memória está ruim pela idade. A constituição dessa coleção ainda precisa ser definida, pois conta com exemplares interessantes de fármacos, refrigerantes, bebidas alcoólicas e alimentícios de produção local, de outros estados e até do Uruguai, datados principalmente do início do século XX. A coleção foi numerada no mesmo sistema descrito acima e classificada nos seguintes atributos: classe (inteiro ou fragmento, e de qual parte), morfologia (possível forma e função), presença de bolhas (com observação se muitas ou poucas), espessura, comprimento, largura⁷¹, porcentagem da base (de acordo com Rice 1978), tecnologia de produção (manual, semi ou totalmente

⁷¹ Para peças inteiras (garrafas), ESP: Espessura da boca, COM: Altura da peça, LAR: Diâmetro da base\ Diâmetro de pescoço.

automatizada), técnica de produção (sopro livre ou uso de moldes), acabamento, cores, selo de fabricação, lugar de origem, fatores pós-deposicionais (por motivos de conservação), imperfeições (efeitos aparentemente não intencionados) e marcas de reutilização. A tabela de atributos foi montada por Aluísio Alves, com alterações minhas e de Victória, com base em bibliografia especializada. Os fragmentos são muito pequenos e com poucos marcadores cronológicos (alguns bocais e fundos, mas a grande maioria de paredes de vasilhames ou o que parecem ser vidros de esquadrias).

A coleção é relativamente pequena em consideração com a área de amostragem e de escavação. Sua deposição se deu em três camadas identificadas, cuja profundidade máxima (antes do solo estéril, de composição arenosa branca e encharcada, típica de banhado), variava entre 1,50m e 1,80m. Ao mesmo tempo, não foi possível identificar lixeiras ou pontos com deposição material mais concentrados. O trabalho de Grasiela Tebaldi Toledo (TOLEDO, 2011) argumenta que a dispersão de material ao longo de pátios de habitações rurais pode ser visto como uma situação característica desses contextos e práticas de limpeza de espaços internos e externos. Ou seja, a ausência de uma lixeira e a dispersão do material não diminui, necessariamente, seu potencial interpretativo.

Sobre essa mesma prática de limpeza, o relato de Dona Portuguesa é bastante elucidativo.

E aqui, te mostro de novo para aproveitar a gravação, meu tio Alberto recolhia o lixo do Hotel Curi e trazia todo para cá. Não sei o horário certo, mas talvez depois de uma hora, mas acho que era diariamente. Trazia e despejava no chiqueiro dos porcos, que ficava ali nos fundos, junto do galpão. Chovia, ficava aquele barral, aquele lodo horrível. E era ali que eles criavam os porcos. Depois eles vendiam, muitas vezes eles matavam. E vinha louça, xícara, pires, talher. Vinha tudo misturado no resto de comida. Depois ia limpando ali. Até mesmo no chiqueiro a gente olhava os porcos comendo, e via uma colherinha, uma figa. Mas tudo em pedaços. Inteiro até vinham xícaras inteiras, mas sem a asa. Um pouquinho de pires, às vezes. Algumas coisas davam para aproveitar. Tanto é que as pessoas levavam tudo.

Aquele monte de terra que tu encontras nos fundos é das reformas que fomos fazendo na casa, não tem nada. Mas andando lá pra baixo encontra-se coisa para cavar. Eu acho que já vi. Ainda deve ter. Porque o lixo demora muito tempo, principalmente o saco plástico. Quanto mais a gente cavava, mais saco plástico aparecia e o saco plástico não tem fim nunca. Mas esse lixo é tudo daqui. De outro lugar a gente nem permite que coloquem. Aquele lixo ali eu mandei queimar, mas o rapaz não teve tempo ainda (Entrevista Dona Portuguesa, 17/12/2010).

Seu relato nos fornece duas bases de auxílio para a compreensão da formação do registro. Primeira, na relação entre deposição e acúmulo de lixo durante determinado período. Durante a infância de Dona Portuguesa, Seu Alberto, que vivia e trabalhava na Chácara, antes de seu casamento, alimentava os porcos com restos de alimento do Hotel Curi, que continha restos de utensílios quebrados e eram, quando não coletados, deixados a depositar próximo ao

chiqueiro. Segunda, os aterros formados por conta de reformas e adequações do terreno que também aparecem em aviso de Dona Angélica.

Angélica (A) - Tá, só que ali, ã, eu acho que vocês não vão ser muito feliz, por causa, já teve muitas, como é que vou te dizer...er, aterro. Já teve muitas cargas de aterro, porque a gente andou botando ali. Quando for fazer alguma coisa aqui, tem que ser bem fundo. [Bruno (B) - Entendi] Porque... o negócio, meu irmão trabalha... er... com negócios desse de telefone, da Vivo, ele faz aterro, então a gente botava e passava com a retroescavadeira ali muitas vezes. [B - Claro] Então quando o pessoal for procurar alguma coisa, nesse pátio lado de cá o meu aqui, tem que ser bem fundo. [B - Claro] Porque já tá com um monte de...de coisa em cima, né. No caso, em cima do...original, né. Mas ó, teve muitas cargas de aterro ali.

Além dos aterros, os relatos de Seu Rocha apontam para eventos de enchente, que, certamente tiveram seu papel na formação dos registros.

Seu Rocha (R) - Sim, ele passava atrás, é. inclusive, uma vez a água ench/ na época das enchente, não chegou a vim na minha casa, mas veio aqui na casa dos senhores que moravam. Não entrou pra dentro mas ficou no portal da casa. [Estefânia (E) - Ah, encheu e chegava] O arroio transbordou, transbordou e veio até aqui o fundo. E a única enchente que eu sofri aqui foi agora em 2004. Quando teve aquela grande, aquela tromba d'água, que destruiu a cascatinha, a água veio aqui nas nossas casas. Nunca tinha entrado, com a idade que eu tô. Mas é que, tiveram, dizem que tiveram que abrir as comportas pra não estourar a barragem aonde a água entrou.

E - E essa de 2009?

R - Não, 2009, graças a Deus, não veio. Foi em 2004 que veio. Essa água, eu me lembro, eu tava em casa... Os meus vizinhos disseram "Oh Rocha, vai, levanta teus móveis, levanta tuas coisas porque a água tá, na faxinha". Quando eu cheguei na, na esquina da faxa ela já vinha no meio da rua, assim. Duas horas da madrugada, de sexta pra sábado, ela já... Quando eu cheguei aqui no banheiro, já vinha entrando pela... Já tava aqui no pátio, já vinha entrando pela frente. Eu tive com água o resto da noite, ela começou a baixar no sábado por volta de 11 horas da manhã.

E - Mas isso já não... Já não tinha o arroio, né?

R - Não, não, já não tinha mais. hum. Não tinha mais o arroio. Isso foi, a... a barragem que dizem que tiveram que abrir, pra água dar evasão, senão poderia arrebentar, e seria uma catástrofe, né. Porque ia pegar toda a vila Castilho... Ia levar assim... Já pensou uma avalanche d'água... Deus o livre, então eles foram obrigados a abrir, só que a água atingiu toda a zona aqui. Todos nós ficamos com água dentro de casa. Tu olhava assim parecia... hum... Parecia Veneza (risos). Pessoal de barco, parecia Veneza nas gâ/ andando de gândola (Entrevista com Seu Rocha, 21/02/2012).

E também nas palavras de Seu Victor.

Tinha uma pontezinha de madeira ali na Rua Conde de Porto Alegre, para poder atravessar o arroio. Agora as pontes são de alvenaria. Mas naquela época eram só casinhas de madeira de funcionários e pessoas assim ligadas a sede do Sesi, e eu me criei aqui nessa volta. Elas ficaram dentro da propriedade, mas na parte que eles usavam para plantação. A sede forneceu aquela quadra e construiu as casinhas de madeira, todas no mesmo padrão. Para abrir a Rua Conde, tiveram que pedir licença para o meu avô. Eles pegaram a largura da rua e fizeram as casas e construíram uma ponte de madeira, para a passagem de pedestres. Essas coisas te marcam, por que naquela época houve várias enchentes em sequência. A água chegava a altura da

pontezinha. Ela tinha uma rampa de acesso, depois seguia plana até o outro lado, onde descia novamente. Mesmo um pouco elevada, em caso de enchentes fortes, ela ficava submersa e nós, sem passagem (Entrevista com Seu Victor, 17/12/2010).

A enchente que mencionara seu Rocha fora a mesma que forçara a retirada de Seu Alberto de sua casa, aos fundos, para a residência e aos cuidados de Cássia.

Os processos de aterros e enchentes podem explicar as razões pelas quais encontramos fragmentos na primeira camada, com cronologias similares às da segunda camada. E processos dessa magnitude certamente teriam movimentado materiais em superfície, bem como trazido fragmentos de outras localidades a se depositarem às margens do antigo arroio.

Uma das atividades laboratoriais e de interesse para minha pesquisa, foi a visita dos colaboradores e colaboradoras ao LEICMA para conhecer a coleção oriunda da escavação. A proposta dessas visitas foram: 1) Dar retorno aos moradores do trabalho arqueológico, vislumbrando os resultados interpretativos baseados nas coleções, bem como explicar-lhes os procedimentos envolvidos na análise. 2) Observar e incorporar as interpretações dos próprios moradores sobre o material e sobre nossa análise. Do material retirado do sítio Santa Bárbara, foram apresentados aos visitantes a coleção analisada e parte da não analisada: louças, vidros, metais e cerâmicas.

Em suma, não ocorreram identificações diretas com o material (lembrança de que aquele fragmento veio de um artefato usado pelos moradores), mas houve uma série de associações e rememorações em torno do acervo (fragmentos que lembravam artefatos usados pelos moradores). Cada morador se interessou por partes diferentes da coleção e a compreensão e interesse pelo trabalho arqueológico em laboratório também foi diverso. Do mesmo modo que as entrevistas e etnografias, as visitas suscitaram temas caros às humanidades, como trabalho, acessibilidade, racismo, homofobia, machismo, religiosidade, etc. Para os propósitos desta tese e deste capítulo, abordarei apenas as visitas que possam nos elucidar sobre o tema selecionado para este capítulo – a história das mulheres.

Dia 26 de novembro de 2015, foi o dia de visita de Dona Maria.

De um lado da estante, ela pediu para ir ao outro. Trocamos de lado e fomos vendo as garrafas de vidro. As duas garrafas de soda lhe chamaram atenção, e também a de Guaracy. Perguntei se ela sabia se eram feitas em Pelotas. Ela disse que não sabia. Expliquei-lhe também os principais elementos para análise de vidro. A resposta era “que legal”. Um deles ela supôs que fosse um copo de vidro, desses usados para tampar uma garrafa de vidro, ao mesmo tempo em que servia como copo. Ela viu o lampião e também o identificou prontamente. Disse que ainda faltavam três peças que ela se lembrava. Uma peça debaixo, como um suporte, a chapa que ficava ao redor, por onde seguravam o lampião, e o bocal de metal. Eu contei que eu e Victória não conseguimos identificar aquelas peças, a princípio. Ela disse que na casa da avó só

tinha luz até as 20:00, depois era com o lampião. O outro vasilhame, “thermex”, ela disse que parecia ser de perfume. Outros haviam identificado como lampião também. Nisso, Dona Maria falou que aquela casa ainda tinha muitos mistérios, retomando o caso do aparecimento das escravas que iam ao tanque. “E com aquelas roupas da época mesmo, uma bata branca, de algodão bem grosso. E também vemos um senhor sentado no pé da árvore grande, fim de tarde.” Perguntei-lhe porque ele estaria ali, e ela disse que “por costume, acho. Sentava ali quando terminava o serviço.” Perguntei se ela via mulheres ali sentadas, e disse que “não, só homem. E também uns homens vestidos de paletó dentro de casa. Aquela casa tem muita história. Mas eles só aparecem a noite, nunca de dia.” Disse que a filha dela também via as imagens as vezes. “Ela viu esse senhor no pé da árvore, virou pra mim e eu disse ‘é, essa casa sempre aparece essas coisas.’” Ela me disse que ia gostar de conhecer Seu [oculto], avô do Seu Marcel. Ele ficava horas contando essas histórias⁷².

Os mistérios se constituem em elementos do cotidiano de Dona Maria, mulher de forte espiritualidade. Esse relato de sua visita apresenta um parâmetro narrativo comum em todos os moradores e moradoras – a passagem pelos materiais escavados tangencia linhagens históricas mais antigas e consolidadas, como mencionado acima, que as impulsiona, mas não constitui seu cerne. No percurso que se constitui a história da Chácara/Charqueada, elementos trazidos pela equipe de arqueologia são visualizados e abordados, a meu ver, dentro do jogo das representações de si e do seu passado, que passam pela construção da narrativa. Ou seja, não apenas Dona Maria busca reconhecer elementos da coleção, como as garrafas de soda e de guaraná Guaracy. Ela retoma sua posição de reconhecimento do passado local pelos meios de sua vivência. Como podemos ver também neste trecho do mesmo relato.

Nisso, o Lucio [Ferreira] havia terminado a reunião e foi conversar conosco ali ao lado da estante. Ele a cumprimentou e perguntou como estava tudo. Ela disse que estava bem. Ele perguntou sobre a venda da casa, se não houve mais contatos nesse sentido. Ela lhe contou a história do contrato. “Eles vieram com um contrato para a gente assinar emprestado a casa por quatro anos e nós paramos de pagar aluguel, e depois renovaríamos por mais quatro anos. Mas primeiro que o contrato não tem validade porque não tem a assinatura da Suzana [Simões Lopes] nem dos Índio da Costa que moram... onde, Rio de Janeiro? Isso. Mas já conversei com uma advogada que disse que mesmo depois desse contrato, se eles quiserem vender a casa, podem no máximo vender parte dela, pois com o tempo em que moram lá os descendentes dos portugueses, a casa já virou patrimônio histórico. E ainda me veio o advogado falar sobre fazer conservação. Disse que conservar a casa pode, mas não pode fazer benfeitoria. Eu pedi que ele me esclarecesse, porque faltei nessa aula. ‘Trocar a porta caindo pode porque é conservação, mas colocar brita no pátio não pode porque é benfeitoria?’ Disse pra ele. Ele só me respondeu: ‘Como a senhora é difícil, dona Maria’. Eu disse que não era difícil, só queria entender que tudo ficasse bem claro.” Nisso, Lucio se despediu pois tinha que retornar à secretaria do curso. Continuamos com os materiais⁷³.

⁷² Trecho do Diário de Campo, 26/11/2015.

⁷³ Trecho do Diário de Campo, 26/11/2015.

A questão da posse da Chácara sempre foi primordial desde meu primeiro campo, como já vimos nos capítulos anteriores. O contrato de comodato assinado em 2014 foi um ponto de virada importante na relação entre moradores e proprietários, uma vez que isenta o pagamento de aluguel, retirando-lhes várias vantagens previstas no regulamento de inquilinato, mas ainda evita que sua ocupação constitua usucapião. No entanto, como assinalou Dona Maria, a validade do contrato é questionável, e o pertencimento à casa é inabalável.

Mostrando a coleção, Dona Angélica se lembrou da bacia com jarro de louça e copos de vidro que me mostrara. Eu comparei as técnicas, dizendo que as decorações nos vasilhames de Dona Rosangela eram em decalque e pintura sob o esmalte, de uma marca alemã. Sobre os vidros, Dona Rosangela viu que duas garrafas não identificadas por nós pareciam ser bases para lampião de óleo. Precisamos averiguar. Se identificou e lembrou de tomar “bromil”, “biotônico Fontoura” e “óleo eléctrico, Rei da Dor”. Lembrou-se ainda de uma louça que servia para levar sopas e bebidas aos doentes na cama. Ela ainda tem em casa e me mostraria quando lembrasse.

Quando passamos aos metais, um dos materiais, que parecia um alicate, mas com três alavancas, levou à questão tragicômica de Dona Angélica: “não faço ideia, talvez algo para torturar escravos?”

Depois de apresentarmos a coleção, quis sentar com elas para apresentar o orçamento da boneca. [...] Expliquei todos os detalhes que constavam no orçamento e apresentei o valor. Disse que tentaria usar o valor da minha reserva técnica para cobrir o gasto com a boneca (disse que não tenho certeza se conseguiria, uma vez que isso não estava presente no projeto original). Dona Rosangela disse que tudo bem, mas queria participar do pagamento, nem que fosse parcelado. Combinamos por dar continuidade à conservação e veríamos as possibilidades de pagamento.

Nisso, Dona Angélica contou alguns detalhes da boneca. Disse que o cabelo era humano, e não se lembrava se era da mãe dela, ou uma pessoa desconhecida. Mas se lembra que esse cabelo veio depois da passagem pelo médico de bonecas. Contou que a mãe dela disse “enquanto eu estiver viva, tu guarda essa boneca. Depois, podes jogar fora se quiseres”. Mas Dona Rosangela disse que não tinha coragem. Contou também que sua mãe emprestou a boneca várias vezes para uma colega, que tinha uma loja de roupas, para que a boneca servisse de manequim para roupas infantis⁷⁴.

Os vasilhames que despertaram maior interesse nos moradores como um todo, foram aqueles inteiros, recolhidos, em tese, por Seu Alberto, mas não identificados por ele. São materiais mais recentes, com os quais os moradores compartilharam momentos em sua infância e juventude. Novamente, elementos narrativos que acreditam ser de interesse da equipe de arqueologia, como reminiscências da escravidão que é tema central do projeto “Pampa Negro”, aparecem ao longo do caminho como forma de interação com o outro, apropriação conceitual e readequação da pertença à história local. No entanto, a narrativa retoma o caminho de domínio da narradoras, ou “caminhadoras”, para usar a expressão de Tim Ingold. Eu retomei o assunto da boneca, mas é uma materialidade central para a narradora, uma personagem que a acompanhou pelo percurso de vida na Chácara.

⁷⁴ Trecho de Diário de Campo, 05/11/2015.

Tomando o Laboratório como um nó de encontro entre as narrativas da equipe de arqueologia e dos moradores da Chácara, assim como a Charqueada, o material oriundo da escavação agrega elementos e aquece narrativas sobre o passado da Chácara. No entanto, não constituem o cerne dessas narrativas.

Ao longo do trajeto que percorri durante a pesquisa e a redação da tese, o trabalho com diferentes formas de narrativa exigiu não apenas uma sensibilidade para os modos como elas se entremeavam. A proposta de conduzir uma arqueologia pública exigiu também uma tomada clara de postura sobre a quais narrativas me alinhar e quais representações sobre o passado emergem da minha pesquisa. A defesa do patrimônio como uma categoria Estatal de gestão da memória social e a arqueologia como uma ciência com poder de valorá-lo, reforça ainda mais essa necessidade de uma postura clara.

Ao optar pela narrativa dos moradores como fontes para construção de representações sociais alternativas a da elite charqueadora, por vias do sítio arqueológico Santa Bárbara, guiou, assim, meu interesse por registros materiais que centralizassem essas narrativas, ao invés de tangenciá-las com os vestígios que lhes diziam respeito apenas como coadjuvantes. Por essa razão, optei por trabalhar arqueologicamente coisas que fazem parte da narrativa de vida das colaboradoras, dentro dos preceitos da arqueologia histórica contemporânea.

4.3. A beleza está nos detalhes

É interessante lembrar o potencial da arqueologia para trabalhar esses pequenos detalhes da vida cotidiana (HODDER, 2000). Ian Hodder ainda nos lembra que:

Na prática do momento vivido, é impossível que todas as abstrações e restrições de sistemas e estruturas estejam presentes, exceto nos termos mais simples e modos mais provisionais (HODDER, 2000, posição 868).

A arqueologia histórica é um ramo da disciplina surgida nos EUA durante os anos 1960. Embora a arqueologia norte-americana seja filha da antropologia, seu caminho histórico parte de uma busca interna pela “arqueologia de si mesmo” (LITTLE, 2007). Ao longo dos anos, a arqueologia histórica desenvolveu uma consciência clara de seu papel entre os diversos temas da disciplina, delimitando suas fronteiras. Mesmo que fluido, como deve ser, seu enquadramento, com base em diversos autores, pode ser definido em três arestas (ORSER JR., 2002; HICKS & BEAUDRY, 2006; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008; MAJEWSKI & GAIMSTER, 2009; LITTLE, 2007):

1) Cronologia – Costumamos trabalhar com um marco “pós-quinhentista”, uma vez que as temáticas giram em torno da chegada dos europeus e europeias às colônias ultramarinas a partir do século XV, e daí em diante.

2) Temática – As pesquisas em arqueologia histórica circulam na expansão do mundo moderno, nas influências do capitalismo no novo mundo e nos embates sociais, políticos e econômicos do confronto entre os europeus e as populações indígenas: em suma, o mundo colonial e a criação e expansão do capitalismo global.

3) Metodologia – O marco temporal e abrangência temática exigem dos pesquisadores uma metodologia particular, embora não única: a combinação de fontes primárias escritas, arqueológicas e, muitas vezes, orais.

O marco cronológico tem suas variações em função desse período de contato. Dan Hicks e Mary Beaudry lembram que a linha cronológica pode também ser mais tensionada para o passado, “resistindo fortemente a qualquer tentativa de separar o campo de arqueologias de períodos anteriores” (HICKS & BEAUDRY, 2006, p. 2). Afinal, não somente em arqueologia histórica, a compreensão de um contexto determinado exige a ampliação do escopo do local para o global (Cf. ORSER JR., 1994), e isso pode expandir a temporalidade na qual penetramos em busca dessa compreensão.

Arqueologias do passado recente (HICKS & BEAUDRY, 2006; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008; MAJEWSKI; GAIMSTER, 2009) podem também ser consideradas arqueologias históricas. Nas palavras de William Rathje⁷⁵, não é mais necessário “esperar até a poeira baixar” (2001 *apud* HICKS; BEAUDRY, 2006). Ou seja, a arqueologia do passado recente, dos eventos e realidades materiais próximas e que ainda pulsam com emoções políticas, é viável e desejável. Assim, a arqueologia histórica rompe as barreiras da modernidade para alcançar aquele espaço que antes havia sido “deixado de lado” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008).

O que Alfredo González-Ruibal chamou de “arqueologia da supermodernidade”, tomando o conceito de “supermodernidade” de Marc Augé, sugere, além da ocupação daquele espaço, atenção à cultura material dos excessos e sua proximidade ao nosso tempo e às nossas emoções (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008).

A flexibilidade temporal que permeia os trabalhos de arqueologia histórica é condizente com seu escopo temático. A expansão da sociedade europeia, seus modos, costumes, cosmologias, economias e políticas não se deu de maneira tranquila e pacífica, muito pelo contrário; a violência resultante do choque entre Europa moderna e sociedades autóctones nas

⁷⁵ RATHJI, William H. Integrated archaeology: a garbage paradigm. In: BUCHLI, V.; LUCAS, G. (eds.) pp. 67.

Américas, África, Ásia e Oceania reverbera fortemente até nossos dias. Sendo assim, entre local e global, nossa visualização se compromete não apenas com os anos, mas também com os espaços e com os indivíduos.

Alfredo González-Ruibal (2008) confere à arqueologia da supermodernidade esse papel delator dos horrores contra a humanidade.

Devemos apenas investigar como americanos usam sua inata criatividade humana para reconfigurar o significado e uso social de diamantes ou explorar as genealogias sangrentas de pedras preciosas? Como um arqueólogo, me sinto mais inclinado a conduzir a segunda tarefa (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, p. 261).

A visualização do destrutivo, o autor ainda argumenta, por mais inútil que possa parecer pelo viés patrimonial, visa manter a crítica viva dentro da disciplina. O estudo da constituição e expansão do mundo moderno é cercado de incertezas, conflitos, rejeições e supressões – nosso trabalho é combater a violência que foi, e continua sendo, naturalizada como parte do processo civilizatório ainda em curso.

O caos marcante da vida colonial, moderna e contemporânea é ricamente explorado pela particularidade metodológica que a arqueologia histórica compartilha com outras disciplinas: a variedade de fontes. As fontes materiais, documentais e orais (quando disponíveis) permitem a observação de eventos singulares por uma diversidade de perspectivas, propiciadas pela diversidade de formas de registro.

Para essa pesquisa, a arqueologia micro-histórica aparece como uma abordagem importante, uma vez que meu principal acesso à história da Chácara/Charqueada e de Pelotas se dá pelas narrativas e materialidade cotidiana de indivíduos muito bem identificados. Mary Beaudry é uma referência central para esse tema (BEAUDRY, 2006, 2008). A autora defende que a contextualização de vestígios materiais, documentações históricas (processos de crime, inventários, almanaques, manuais, documentos cartoriais, testamentos, diários, etc.), etnográficas e orais permitem encontrar agência de indivíduos na história (BEAUDRY; COOK; MRZOWSKI, 1996). Loredana Ribeiro é uma das pioneiras no uso dessa abordagem no contexto nacional, identificando as negociações de um padre latifundiário e sua filha secreta, entre si e com a sociedade mineira oitocentista, através do estudo arqueológico da fazenda do padre (herdada pela filha) e dos inventários de família (RIBEIRO, 2012). O contexto no qual me encontro é perfeito para o desenvolvimento dessa proposta, com a documentação que contextualiza as representações sobre o passado pelotense e charqueador, relatos orais do

passado local, dados etnográficos da vivência desses espaços e materialidade viva no cotidiano do estudo de caso.

Finalmente, a atuação política das profissões que se debruçam sobre as narrativas dos eventos não se resume à multiplicação de vozes (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008), como vimos nos Capítulos 2 e 3, mas deve se engajar na destruição de mitos enaltecendo o sistema opressor.

A arqueologia nos lembra de que há uma realidade material caótica por trás das limpas e invisíveis redes de globalização e da mídia digital, uma materialidade que não é redutível a construções sociais e significados simbólicos (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, p. 254).

Mark Leone, um dos principais expoentes do uso da teoria crítica em arqueologia, aponta para a tarefa da nossa profissão – desmistificar os mecanismos de poder e de classe que se naturalizam na realidade material, especialmente na arquitetura e manejo do espaço (LEONE, 1985; LEONE, et al., 1987).

A realização de ideias humanas se dá pela atuação no mundo material e, para além do discurso e da retórica, essa materialidade se faz sentir na realidade de modo físico e contundente. Segundo Randall MacGuire, o potencial da disciplina reside em sua própria “arte”⁷⁶.

Arqueólogos podem usar sua arte para avaliar interpretações do mundo real, construir histórias significativas para comunidades, esforçar-se para uma colaboração real com as comunidades e questionar tanto o legado do colonialismo quanto a onipresença da luta de classe no mundo moderno (McGUIRE, 2008, p. xii).

O papel da arqueologia num contexto de narrativas orais e escritas estaria aí expresso: chafurdar no lixo verídico da realidade, “onde exposição e ocultação lutam entre si” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, p. 252). Eis o principal argumento que defendo nesta tese - que, em Pelotas, terra consagrada como “Princesa do Sul” por sua opulência, seus doces finos e seu glamour eclético, vive-se realidades maltratadas pela “realeza” e que se recusam o olvido.

4.4. Elas, que amassam junco, “resteam” cebolas e remam o barco

Dona Angélica, branca e hoje com 60 anos, ex-funcionária da Olvebra⁷⁷ e Leal Santos⁷⁸, casada e com duas filhas. Vizinha dos moradores da Chácara/Charqueada, sua família sempre

⁷⁶ *Craft*, no original.

⁷⁷ Olvebra Alimentos Vegetais a base de soja. Ainda ativa no RS. Disponível em: < www.olvebra.com.br >

⁷⁸ Leal Santos Alimentos Ltda. Fábrica de conservas de frutas e pescados. Ainda operando em Rio Grande (município vizinho) com conservas de pescados.

teve boas relações de trabalho e amizade com os Avós Portugueses ao lado. Ambos eram locadores de glebas do pedaço da antiga Charqueada Santa Bárbara, que ficara de herança aos Simões Lopes.

Nosso primeiro encontro se deu pela referência de Seu Victor, que, indagado sobre quem da vizinhança poderia saber mais sobre a história da Chácara, nos indicou a amiga do terreno ao lado. Dona Angélica é neta de Avó Alemã e Avô Grego, que arrendaram, também dos Simões Lopes, o lote adjacente ao dos Portugueses. Conta Dona Angélica que sempre foi muito amiga dos vizinhos, desde pequenos. De início, nossa aproximação se deu pelo interesse pela Chácara dos Portugueses e seu histórico de Charqueada, mas com o tempo, nossas conversas foram caminhando para a trajetória de sua própria família, criando uma outra linha narrativa, mas com muitos nós em comum com os vizinhos.

A entrevista com ela foi breve, mas a relação que estabelecemos ali nos rendeu a maior parte das discussões e relatos. Na segunda visita, combinamos de nos encontrar para que ela me mostrasse fotos que julgara interessantes sobre a história de sua família. Nelas estavam suas tias, tios, irmãs, avós, mãe, pai, amigos, amigas, ela mesma e o irmão. Dentre todos esses personagens, um se destaca: O Amassilho.

Angélica [A] - Do lado aqui, depois, tem uma enorme d'uma pedra redonda, com um cone em cima. *Aquilo ali foi a minha vó [...] que trouxe do Capão do Leão*, pra fazer... pra bater junco. Naquela época se batia junco na mão, né. [B - ahã] E ela foi no Capão do Leão, comprou essa pedra, e instalou ali. E ela era puxada por bur/ por cavalo. [B - uhum] Era pela tração de cavalo. Né [B - uhum], então tinha aquela... Embaixo, a pedra, em cima aquele cone, que deitava o cone, e tinha uma armação de madeira, assim, não sei como que é, pro cavalo andar na volta. [B - Sim... Ah] E minha vó trabalhava também com junco, essa Santa Fé, não sei se tu conhece... palha Santa Fé. [B - palha Santa Fé] Pra colocar... em cima das casas, né? [B - uhum] Ela trabalhava com isso aí também. [Uma criança pequena na rua grita, chamando o pai]. [...]

A - Não.. Talvez o Simões Lopes, que era dono de quase tudo isso aqui. Aqui ela [Vó Alemã] parece que comprou do Simões Lopes, que é o mesmo dono daqui do lado. Eu acho, e aqui na volta eu também acredito que fosse deles. Isso aí. Eu tenho até, se tu precisar pra alguma coisa, a foto da pedra, colocando a pedra no lugar [B - inaudível, risos] Tá aqui, só que vou ter que procurar. [B - Não, tranquilo] Tem uma caixa de fotos ali Eu até emprestei uma vez pr'umas senhoras do jornal... Como é o nome desse jornal, o Diário, diário da manhã... [B - Tem o Diário popular e tem o Diário da manhã] É... Uma senhora, deve ser de uma... ela teve curiosidade, foi ali e fez uma... entrevista, uma reportagem [B - Que legal] e eu até emprestei as fotos pra ela, só que agora eu tenho que procurá-la que eu não me [inaudível] das fotos também. Quando ela veio, tudo assim, eles instalando ela ali eu tenho isso aí, se tu precisar. (entrevista com Dona Angélica, 24/01/2013. Grifo meu.).

A pedra ainda persiste na esquina da Rua Barão de Santa Tecla com João Manoel. Uma construção de rochas maciças de granito, modeladas para o encaixe que compõe a base do

moinho. O “cone”, agora posicionado como um obelisco, estava tombado, preso por um eixo de madeira cuja extremidade de fora era amarrada ao burro ou cavalo que lhe fornecia tração.

O comprimento da circunferência de *base* mede cerca de 12 metros, com aproximadamente 1,91 m. de raio. Ela é composta por 24 peças como “uma grande pizza”, onde suas laterais são os raios da base, e suas curvas exteriores, de 0,5 m cada, conformam o círculo. A base possui 0,19 m. de altura, e está posta sobre uma estrutura de alvenaria que a nivela sobre o solo levemente inclinado de sul a norte.

O *cone*, em sua posição original, possuía uma inclinação aproximada de 17° em seu ângulo mais agudo. O comprimento do eixo (H) no qual o cone rodava, amassando o junco, é de aproximadamente 1,62 metros, conectando bases circulares de raios 0,11 m. (a circunferência menor) e 0,61 m. (circunferência maior). O comprimento da superfície que girava sobre a base da mó, é de 1,70 m.

O funcionamento é relativamente simples. O Eixo (H), dentro do cone, está fixado em uma das pontas ao eixo da estrutura principal de madeira por meio de uma braçadeira metálica que permite sua mobilidade e na outra, à estrutura de madeira que envolve o cone e se amarra ao animal que fará a tração. Esse eixo metálico desliza por um tubo também metálico que atravessa o cone de ponta a ponta, evitando sua fricção com o interior da pedra e permitindo seu deslizamento, que fazendo o cone girar em torno do pontão (Figura 5).

Figura 4 - Amassilho. Data: 21/09/2015. Foto: Acervo do autor.

Figura 5 - Secção vertical do cone com medidas em metros. Eixo interno H (1,65m), raio da base (0,51m), do topo (0,115m), comprimento da lateral (1,70m)

Figura 6 - Amassilho na sua estrutura original. Na foto, figura uma amiga da Mãe de Dona Angélica. Data: 22/08/1948. Foto: Acervo pessoal de Dona Angélica.

Figura 7 - Reprodução do Amassilho em sua estrutura original. Créditos: Maria Oliveira.

O município de Capão do Leão é tendo se tornado independente de Pelotas em 3 de maio de 1982 (SILVA, 2015). Logo, quando encomendado o moinho, Capão era ainda um distrito de Pelotas e sua extração era feita de modo semi-industrial, mesclando estratégias tradicionais com novidades implementadas no final do século XIX pela Compagnie Française

du Porto do Rio Grande. A empresa explorou jazidas onde hoje é o bairro de “Cerro do Estado”, em Capão, formado pela instalação de trabalhadores das jazidas (SILVA C. S., 2013a). Seu principal projeto, no período de sua abertura, foi suprir material para a construção dos moles do porto de Rio Grande.

O Granito de Capão do Leão é um componente geológico do Batólito Pelotas, datado entre 630 e 570 Ma (PHILIPP, MACHADO, NARDI, & LAFON, 2002). Um batólito é um “grande corpo plutônico [rocha magmática de solidificação em grande profundidade] intrusivo com área aflorante (ou de afloramento potencial por erosão) de mais de 100 Km²” (WINGE, 2001 - 2017). Sua origem, assim, se atribui à solidificação do magma ainda em profundidade, sob a crosta terrestre, cujo afloramento teria sido ocasionado por uma série de eventos que envolveram a colisão de placas tectônicas atlânticas, no momento já referido (PHILIPP, MACHADO, NARDI, & LAFON, 2002).

Em outras palavras, a Terra já tinha parido mais uma entre suas muitas crias, a cerca de 600 Ma atrás, sem parteiras ou obstetras, só na força de suas contrações. Ao longo dos anos, suas feições foram mudando, pela ação do tempo e da nutrição de seus rebentos. Entre elas, alguns milhões de anos depois, vieram alguns dermatogeologistas a tirar-lhe verrugas, e daí nasceu o Amassilho. Esses modeladores de pedra, assim como tantos outros no Brasil, possuem uma história própria de atividade negligenciada pelo poder público, entre o ofício tradicional e a precariedade das condições de vida (SILVA, 2013b). Assim como, em certa medida, o fora o trabalho da Avó para aqueles fora de sua casa.

De acordo com Dona Angélica, a pedra era usada para amassar junco e palha santa fé. A palha era usada na cobertura de casas, e o junco amassado era usado para “restear” cebolas que eram, entre outras hortaliças, produzidas na Chácara de sua família e vendidas para os arredores (Entrevista com Dona Angélica, 24/01/2013). Como ela diz, a pedra foi trazida por sua avó do Capão do Leão, ainda nos anos 1940, para facilitar o trabalho na Chácara.

A senhora do jornal que a entrevistara fora Zênia de León, escritora bastante conhecida na cidade pelos livros que retomam a memória pelotense através da arquitetura e da materialidade suntuosa. Zênia a procurou especialmente por conta do Amassilho, então na produção de sua obra “Guardiões da Memória” (LEÓN, 2008), sobre coisas e monumentos da cidade. Nas páginas 172 a 178 da mesma obra, a autora aponta que a pedra de amassar junco foi fruto da “engenharia estudada na Grécia” (p. 175), do Avô Grego de Dona Angélica. Na página seguinte, ela admite que “na verdade, não se sabe se fora ele o inventor da engenhoca ou se vira em alguma parte do mundo e adotara a invenção, quem sabe milenar, de amassar junco” (p. 176). No entanto, fica claro que a centralidade do trabalho e da genialidade

empresarial é do Avô Grego, enquanto a Avó Alemã “trabalhava junto” (pp. 174 e 176). Dona Angélica mencionou a estranheza quando viu o livro pronto. Afinal, contara para ela como para mim que a ideia, iniciativa e trabalho sempre foram da avó, e que o avô costumava estar afastado da Chácara, vendendo os produtos de barco.

Dessa situação, podemos tirar dois problemas a serem debatidos aqui: a) uma tendência ao menosprezo de determinados agentes históricos em favor de outros - neste caso, as mulheres em favor dos homens; b) Uma tendência ao agenciamento masculino – quem faz e transforma é o homem. De onde vem essa tendência?

Pelo menos há 50 anos, historiadoras e historiadores têm se preocupado em mostrar que essa é uma tendência histórica de silenciamento das narrativas das mulheres. Nas palavras de Michelle Perrot,

Há muito que as mulheres são as esquecidas, as sem-voz da História. O silêncio que as envolve é impressionante. Pesa primeiramente sobre o corpo, assimilado à função anônima e impessoal da reprodução. O corpo feminino, no entanto, é onipresente: no discurso dos poetas, dos médicos ou dos políticos; em imagens de toda natureza - quadros, esculturas, cartazes - que povoam as nossas cidades. Mas esse corpo exposto, encenado, continua opaco. Objeto do olhar e do desejo, fala-se dele. Mas ele se cala. As mulheres não falam, não devem falar dele. O pudor que encobre seus membros ou lhes cerra os lábios é a própria marca da feminilidade (PERROT, 2003, p. 13).

Embora a autora seja otimista e narre uma cronologia de conquistas ao longo de seu texto, sabemos que a situação de invisibilização pública da mulher, do escrutínio de seu corpo enquanto objeto de desejo masculino e reprodução social perdura. Minha hipótese para a distinção entre os relatos caminha por essa via – uma tendência ao silenciamento histórico da agência das mulheres.

Para o caso de Pelotas, Taiane Mendes Taborda analisa o discurso sobre a mulher da revista *Ilustração Pelotense*, entre os anos de 1919 e 1922 (TABORDA, 2012). O periódico era publicado pela Livraria Universal, uma das mais importantes do Estado entre final do XIX e começo do XX, de posse da família Echenique, e dirigida por um renomado poeta da cidade, Januário Coelho da Costa.

Sabendo da importância e credibilidade desta publicação em Pelotas e arredores, a pesquisa objetiva identificar o perfil da mulher ideal traçada pela revista, com a finalidade de evidenciar os modelos comportamentais do período e os conflitos da questão de gênero, ainda tão necessários de serem abordados (TABORDA, 2012, p. 11).

A proposta de buscar formas de representação do ideal feminino de elite pela análise discursiva mostra-se uma estratégia interessante, considerando que muitos dos escritos

veiculados às mulheres não têm sua autoria clara (ou assinado por pseudônimos ou não assinados), e são múltiplos (fotografias, poemas, concursos, questionários, notas sociais, propagandas).

Pela análise de suas fontes, a autora conclui que o prospecto formativo da imagem feminina perfeita vem de fora delas. Mesmo considerando que são imagens construídas por e para mulheres da elite pelotense, que possuíam contato com as mudanças internacionais em respeito das relações de gênero, como a moda mais leve e o movimento sufragista, seu papel primordial continuava sendo o de “anjo do lar”. A autora intervém, ao final, argumentando, justamente, que temas como o voto feminino, o trabalho da mulher fora de casa ou o divórcio não foram tratados em nenhum momento em fonte, no escopo da pesquisa (TABORDA, 2012, p. 120).

Quantos aos possíveis confrontos nas relações de gênero, o que se verifica é a conformação por parte das mulheres. Mesmo as armas de sedução das possíveis “Carolines⁷⁹” eram mais usadas para evitar o estigma de “solteironas”, logo o desejo maior das senhorinhas era o de se casarem. As mulheres, através dos discursos, revelam exatamente o que se espera delas: a docilidade, a fragilidade, a intelectualidade e as habilidades certas para encantar um lar (TABORDA, 2012, p. 122).

Sobre essa constatação, fica o questionamento das possibilidades de alcance do método utilizado pela autora (representação e teoria do discurso). Ao deixar de lado o escrutínio das autorias, perde-se as reais possibilidades de construção desse imaginário – quem escreve? Por que o uso de pseudônimos? É possível diferenciar homens e mulheres por seus traços literários? Há apenas duas menções que a autora faz a mecanismos de fuga desse panorama de docilidade. Uma, de autoria desconhecida, voltada para a beleza, mobilizando o arcabouço estético que a própria sociedade lhe inculcia, como fomento de uma visibilidade de si nos espaços públicos. O segundo vem de um texto também sem autoria, que questiona a política de inferioridade feminina, argumentando que a “solidez das provas históricas” mostra o quanto contribuíram para as artes, política e letras, “ilustres nomes femininos” (TABORDA, 2012, p. 106). Afinal, como colocara a própria autora, essas senhorinhas perfeitas eram estudadas. Se, por um lado, o cultivo do intelecto era uma ferramenta para encontrar um bom marido e criar proeminentes

⁷⁹ Na página 103, nota 35, a autora faz referência ao epíteto “Caroline”. “Caroline Massin era prostituta nas galerias de Bois, no Palais Royal quando Comte a conheceu aos dezenove anos e passou a viver com ela. Casou-se com Caroline em 1825, numa tentativa de evitar escândalos, quando ela foi presa por não ter feito a inspeção sanitária rotineira para as prostitutas. A separação ocorreu em 1844, mas Comte manteve financeiramente Caroline (ISMÉRIO, 1995). A referência a ela neste capítulo se dá no sentido da possibilidade de transgressão, uma vez que ela representa a mulher leviana e sem moral.

filhos(as), por outro, poderia também ser usado para conhecer o mundo além do lar, e dominar uma forma de expressão poderosíssima de suas angústias com suas atribuições sociais limitantes. Inclusive, escrevendo textos em prol da capacidade feminina com um pseudônimo masculino (ou sem assinatura). A lacuna que fica com o sumiço dos agentes é, enfim, uma das críticas à teoria do discurso pós-estruturalista (HARAWAY, 1995), e ficamos sem saber quem lutava e como lutavam pelas causas feministas.

Outro trabalho que também analisa representações do modelo feminino entre a elite pelotense é o de Annelise Costa Montone (MONTONE, 2011). A autora trabalha com o acervo fotográfico, original e em cópias eletrostáticas, do Museu da Baronesa, que reúne coleções de sua proprietária e doações de outras famílias. O Museu Municipal Parque da Baronesa foi doado à Prefeitura de Pelotas em 1973. O edifício é datado de 1863 e pertenceu à família Antunes Maciel, uma das mais proeminentes da cidade, e sua propriedade, do final do século XIX à data de sua doação, foi das mulheres da família. Nesse ponto, o trabalho de Annelise Montone é mais proveitoso que o Taiane Taborda – ao trabalhar com acervos e documentos referenciados, e com intuito quase biográfico de três mulheres de elite, ele nos aproxima mais das agentes mulheres que constituíram, seguiram, representaram e até lutaram contra padrões sociais.

Tampouco me cabe aqui fazer uma introspecção neste trabalho, mas apenas notar que, para o período e classe social analisados, a autora encontra o mesmo panorama que Taiane Taborda – há um intuito claro em definir o papel da mulher de elite como “anjo do lar”. Com a ressalva de que ela vê nas representações da velhice, retratos solitários das matronas, uma forma de descanso dos papéis que lhe foram atribuídos durante toda uma vida.

A mulher adulta, ou idosa, estava presente em todos os retratos, representando seu papel de mãe. Podia não estar presente no quadro da fotografia, mas estava ali de diferentes formas: direcionando o olhar do retratado ou no preparo de suas vestes antes de ir ao estúdio, por exemplo.

Em todas as fases da vida apresentadas no catálogo a mulher-mãe aparece cumprindo o que era esperado de si. A única representação que, em minha opinião, não deixa muito a dizer é o retrato individual da velhice. Ao chegar à “quarta idade”, tendo cumprido todos os papéis para ela idealizados, filha, mãe, esposa, avó, como a guardiã da memória familiar, o “esperado” é que não fosse retratada sozinha, mas sim como Amélia, entre os seus (MONTONE, 2011, p. 177).

Para fechar esse panorama do estereótipo da mulher submissa ao homem e à família, em meios de e para a elite pelotense, vale o contraponto de classe, pensando nas mulheres da Chácara, filhas de imigrantes colonos e/ou proletários. No mesmo trabalho de Taiane Taborda, o elitismo aparece como uma via de segurança contra as frustrações de ser uma mulher fora dos

parâmetros. A revista *Ilustração Pelotense*, era repleta de histórias de mocinhas que fugiam do lar e tinham finais catastróficos (TABORDA, 2012, p. 108).

O medo de cair em desgraça justifica-se pela forma como as mulheres que fossem vinculad[a]s a fatos assim eram tratadas pela sociedade. Se, por um lado, as mulheres ricas pareciam viver em contos de fada bem protegidos, as mulheres pobres estavam expostas [a] um tipo de estigma, uma morte social até por ocuparem mais o espaço público, uma vez que precisam trabalhar (TABORDA, 2012, pp. 106, nota 36).

Como era vivido (ou não vivido) esse cenário pelas moradoras da Chácara? Desde o Capítulo 2, procurei mostrar que suas histórias não são de submissão ao ideal machista de “bela, recatada e do lar”. Pelo contrário, mostram vitalidade e protagonismo cotidiano de suas próprias vidas, públicas e privadas. A começar pelo contraste entre as narrativas de Dona Angélica e Zênia de León sobre o Amassilho.

Retomando minha hipótese, por que a diferença entre as narrativas de Dona Zênia de León e de Dona Angélica? Ou, tendo o relato de Dona Angélica como “ponto de partida”, o que diferencia a história contada por Dona Zênia da interpretação que ora produzo? Será que Dona Angélica, fonte principal de uma mesma história duas vezes publicada, contara uma versão diferente para cada um? É possível. Somos ouvintes diferentes e isso pode ter suscitado na narradora um ímpeto distinto (SMITH, 1980). Mas também é possível que Zênia de León, nascida em meados do século XX, de família abastada, teria vivido aquele momento “senhorinhas perfeitas”. Com isso, teria trazido para sua literatura a influência do historicismo positivista da primeira metade do século XX – quem faz a história, são os homens.

Na outra ponta, minha própria figura, de homem branco, pequeno burguês, universitário, como já disse anteriormente, seria também motivo de viés e provocaria um ímpeto narrativo particular em Dona Angélica. Isso deve certamente ter me negado acesso a determinadas intimidades que compartilharia com uma interlocutora mulher, como Dona Zênia. Mas sendo Dona Zênia uma mulher rica, representante, no momento, de um periódico de abrangência municipal, teria Dona Angélica visto também uma oportunidade de publicizar sua história, assim, optado por contar-lhe como me contou – de sua avó? Teria ela contado diferente se desse dois interlocutores, um fosse proletário, como ela fora na Leal Santos e na Olivebra? E se fosse uma mulher proletária?

As possibilidades são inúmeras. Tal como afirma Barbara Smith, sob os cuidados da contadora, pessoas diferentes contariam a história da Cinderela, por exemplo, de maneiras diferentes, mesmo sob iguais convenções e condições, uma vez que os motivos que

impulsionam a narrativa e o propósito a ser alcançando variam subjetivamente. E assim, não é como se a base narrativa buscada por folcloristas viesse antes, atrás ou por trás das inúmeras variantes de um conto, mas sim, ela se constitui de todas essas variantes encontradas (SMITH, 1980, p. 219).

O que me cabe aqui é tomar a minha parte nessa relação e buscar entender algumas raízes desse diálogo entre colaboradora e pesquisador, que geraram os frutos ditos. Há alguns fatos que nos permitem balizar com maior segurança. Minha apresentação à Dona Angélica foi a mesma já relatada para todos os moradores da Chácara vizinha – como pesquisador, parte da equipe de arqueologia, que gostaria de saber mais sobre suas próprias histórias com o lugar e, também, histórias do passado da Charqueada. Dona Angélica, ao negar conhecimento da Charqueada, foi direcionando-me para a história de sua família na Chácara vizinha a dos Portugueses, seu Avô Grego e sua Avó Alemã.

Enquanto ela me contava sua versão da história do Amassilho, mostrava-me fotografias que faziam parte de seu percurso (para lembrar o conceito de “caminhador” de Tim Ingold (2011)). As fotografias, mais do que ilustrações, são nós narrativos que destacam eventos mencionados e constituem paradas no percurso do relato. E, do mesmo modo que um evento pode ser vivido diferentemente por cada um, a parada pela fotografia pode ser igualmente experimentada em mais de uma nuance. No caso do Amassilho, Dona Zênia ilustrou seu texto com fotos que Dona Angélica também me mostrara. E, se aquela autora as usou como figuras de suporte às peripécias arquitetônicas do Avô Grego, Dona Angélica colocou-as como incontestáveis marcos das façanhas das trabalhadoras.

Os pontos em que paramos totalizam 29 fotografias. Selecionei algumas que marcassem lugares importantes na narrativa de Dona Angélica, e também que respondem aos questionamentos deste capítulo: aquelas em que aparece o Amassilho, mulheres trabalhando no campo e mulheres sobre o barco. Reduzido o número para 11 fotos, optei, em respeito aos demais elementos a serem tratados no capítulo, por selecionar apenas cinco: duas do amassilho (sendo uma delas, composição de 2 fotografias), duas das mulheres no campo e uma de sua Mãe no barco. Essas cinco imagens foram selecionadas como pontos fundamentais no trajeto de Dona Angélica, resumizando o percurso pelo qual ela me conduziu. Ao mesmo tempo, três delas foram também publicadas no livro de Zênia de León. Ou seja, por mais que Dona Angélica nos tenha levado por caminhos distintos, sabemos que passamos ambos por esses três pontos, e isso me permitirá fazer uma comparação crítica da narrativa construída pela autora.

A sequência de quatro fotos, nesta primeira imagem (Figura X) descreve, de acordo com Dona Angélica, a chegada da pedra encomendada pela Vó Alemã, do Capão do Leão. Três fotos são iguais (superiores e inferior direito), provavelmente cópias do mesmo negativo, tiradas defronte o local onde hoje se encontra a pedra. Ao fundo, um telhado de cerâmica indica uma edificação que pode ter sido residencial ou área de trabalho. Atrás desta, vê-se a copa de um salso chorão (ou chorão, como é conhecido em São Paulo) (*Salix babylonica* L.) que margeava o arroio Santa Bárbara antes de ser canalizado. No canto superior direito, vê-se o topo de um poste de fiação elétrica. A frente e em cima do caminhão, homens preparam-se para descer o cone, que fez papel de mó sobre a base do mesmo granito. Essa ação que seguirá fica representada pelo rapaz, sem chapéu, no canto inferior esquerdo, que segura uma alavanca numa das pontas da pedra, e por dois homens que, também a frente da carreta, parecem escorar-se em algo que, dado o contexto, pode ser outro lado da tora transversal à base do cone que ajudará na descarga. Digo representação porque o rapaz com alavanca de metal não parece exercer, no momento, esforço para retirá-la (tampouco seus companheiros escorados), sendo, acredito, mais uma pose indicativa da tarefa a ser realizada, num prospecto de registro de atividades cotidianas.

Figura 8 - Amassilho chega à Chácara da Avó Alemã. S/d. Foto: Acervo pessoa Dona Angélica

Essa fotografia aparece também no texto de Zênia de León, sendo igualmente o ponto de partida para biografar o Amassilho. Na página 175, a legenda indica “Vindo de caminhão o cone de granito foi descarregado por meio de alavancas de ferro e toras de madeira” (LEÓN, 2008, p. 175)

Na foto inferior esquerda, o mesmo tipo de registro ocorre, no mesmo local apenas de um ângulo diferente (com vista inclinada poucos graus mais a sudoeste). Os mesmos referentes de fundo estão presentes. A principal diferença é na quantidade de pessoas que aparecem na foto, duas a frente do caminhão e onze sobre. Cinco crianças sentam sobre o cone, das quais quatro são meninas (pelos vestidos longos). Atrás delas, uma mulher aparece num vestido preto. Dona Angélica não foi capaz de identificar ninguém na foto.

Interessante observar nessa imagem, em comparação com as que veremos adiante, a quantidade de homens, com especial atenção às três cópias que indicam, quiçá, os responsáveis pelo transporte da pedra de Capão à Chácara. Dona Angélica conta da posse do Barco Oriente, de seu Avô Grego, depois passado para seu Tio Hélio, irmão de sua Mãe. Em um de nossos encontros, retomei a dúvida sobre as menções ao Avô serem mais fortes, entre os vizinhos, que à Avó.

Eu perguntei a [Dona Angélica] sobre o que havíamos conversado na última visita. Enquanto ela falava sempre da avó, da mãe, das tias, todo mundo e fora falava muito no avô. Eu perguntei o porquê disso, na opinião dela. Ela disse que era, provavelmente, porque era o avô que viajava muito, que ia nas vendas, que ia com o barco vender as coisas em São Lourenço. A avó, mais tímida e retraída, ficava na chácara trabalhando⁸⁰.

Como vimos acima, a imagem que se propaga é do homem público, enquanto a mulher cabe o âmbito do privado. Os homens que saem de barco e andam de caminhão entre as cidades. As mulheres e crianças, ficam em casa.

Mas ficam em casa, de mãos abanando? Todo o trabalho relatado pela Dona Angélica se passa em casa, no ambiente rural. Aliás, não só os frutos do trabalho, mas também a posse da terra onde trabalhava.

B - Sua avó trabalhava com junco, trabalhava com cebola...

A - Cebola, tudo que era verduras. Ah, couve... Todos esses tipos de coisa...Era uma chácara, uma chácara grande. Até da uma [volta lá no carro?], e, e... Tudo isso aqui era chácara.

B - Mas de posse dela?

⁸⁰ Trecho retirado do Diário de Campo, 19/05/2017

A - Uhm? Era. [B - Nossa] Aqui ela comprou, mas o resto era alugado. Daqui até aquela esquina que te disse que tá [a pedra], era dela mesmo. O resto ela arrendava, na volta (Entrevista com Dona Angélica, 24/01/2013).

No decorrer do relato e das passagens pelas fotos, Dona Angélica foi me conduzindo por seu argumento em favor do trabalho de suas ancestrais. Na imagem seguinte (Figura X), vemos cinco mulheres e duas crianças (uma delas, não fica claro se é menino ou menina). Atrás, um barraco feito de madeira e junco batido. Atrás do galpão, algumas árvores a distância. Dona Angélica não conseguiu identificar nenhuma das personagens, supondo, apenas, que a senhora de óculos e lenço na cabeça seja sua Avó Alemã. Duas mulheres deitam sobre as cebolas enquanto uma delas segura uma réstia. Uma das moças que deita sobre as cebolas, de vestido e cabelo arrumado, parece não se integrar à tarefa, e fosse, talvez, uma visitante. A senhora, mais alta na foto, com os cabelos presos e os óculos, coloca a mão na cintura. À sua esquerda, uma mulher mais baixa, também de avental e cabelos presos, é ladeada por uma menina de cabelos soltos e cara fechada, como uma escada geracional. Na extrema esquerda, a criança de cabelos pretos e cacheados sorri com vontade. Sobre as cebolas, recai a sombra do(a) fotógrafo(a), anônimo, de alguma estrutura com vigas perpendiculares e, no canto inferior direito, sombras que parecem ser de mais pessoas que, talvez, admirem a cena. Essa imagem faz um contraponto interessante às demais, especialmente à fotografia em três cópias. Ambas possuem os extremos dos polos de gênero que mencionei acima – numa, só homens, e noutra só mulheres (e crianças). Numa, está um dos homens simulando a atividade em efeito. Noutra, uma mulher também simula réstia feita com as cebolas. Novamente, a *stasis* das posturas não representa o ócio, mas sim o retrato de uma atividade. E aqui, quem faz as réstias são as mulheres.

Figura 9 - Trabalhadores com cebolas. S/d. Tratamento da imagem: Tiago Kickhöfel. Foto: Acervo pessoal Dona Angélica.

Novamente, cruzamos o caminho, eu e Dona Zênia, nesta imagem. Na página 177, a legenda da foto diz “Aqui se observa duas aplicações do junco amassado: na cobertura do galpão e no acondicionamento da cebola. A mulher da direita está com uma réstea em preparo

nas mãos. Eram trabalhadores da empresa do Grego” (LEÓN, 2008, p. 177). Novamente, repete-se a tendência do agenciamento masculino sobre o feminino e, interessante observar, o valor garantido ao proprietário (“empresa do grego”) antes do trabalho exercido que sustenta a empresa (“trabalhadores da empresa”, indistintas – aliás, as mulheres reduzidas ao coletivo de mão-de-obra).

Figura 10 - Primas sentam sobre o junco batido. Data: 17/03/1949. Foto: Acervo pessoal de Dona Angélica.

Como na Figura X, que também ilustra o trabalho de Zênia de León, com a legenda “Assim chegava o junco para ser amassado, depositado no pátio da empresa. Crianças vinham brincar ao sol sobre o junco que esperava o amassamento” (LEÓN, 2008, p. 175). Dona Angélica diz que são três primas. A do meio, é a filha mais nova da Avó Alemã, em cujo parto faleceu (janeiro de 1948 – em decorrência de doença hipertensiva relativa à gestação). As três, descontentes (as mais novas choram, e a maior está de cara fechada), estão sentadas ao pé de uma pilha de palha santa-fê (ou seja, junco já batido). Ao fundo, uma casa de madeira com telhas de cerâmica e um cômodo de alvenaria (cozinha ou banheiro). Ao passarmos por essa foto, Dona Angélica diz o nome das meninas e “o junco que elas passavam no Amassilho”. Mais uma vez, vejo o trajeto como um marco de presença e posse. As pequenas, que ainda não estavam nos trabalhos, estavam, no entanto, sob os cuidados das mães no ambiente doméstico

e de trabalho. Aliás, eis um elemento interessante no discurso de Dona Zênia – a insistência na denominação de uma “empresa do Grego”. Seria um modo genérico (e urbano) de encarar qualquer estabelecimento produtivo? Ou seria uma maneira de aproximar o amassilho do “Grego”, o que sugere, novamente, a dicotomia mulher/lar/família *versus* homem/empresa/trabalho? Ou ainda, seria algum repúdio ao ambiente rural? Logo no início de seu texto, diz o seguinte.

Depois de muitas interrogativas cheguei à verdadeira história, razão de sua existência. Desativado há 60 anos, sobreviveu à *quebra de uma empresa*, ao desaparecimento de todo um complexo de infra-estrutura com galpões, zorras, trilhos, maquinários e casarios da redondeza, que sumiu na derrocada da indústria pesada e a memória de um apogeu econômico. [...] O que hoje é apenas um cone, medindo dois metros de altura, de pedra, escondido entre um arvoredo no início da rua Barão de Santa Tecla, na costa do São Gonçalo e do arroio Santa Bárbara hoje aterrado, teve outrora um papel importante na vida econômica de Pelotas (LEÓN, 2008, p. 173. Grifo meu.)

Fica mais claro nesse trecho, que o propósito da autora com o Amassilho é integrá-lo à teia narrativa de uma cidade que fora polo econômico do Rio Grande do Sul. Em 2011, Zênia de León é homenageada como Patrona da 39ª Feira do Livro de Pelotas, um dos eventos mais importantes para os intelectuais da cidade e que, naquela edição, fazia parte do conjunto de comemorações do Bicentenário da cidade (07 de julho de 2012). Um artigo de Larárson Cortelini publicado no Diário Popular em 10 de novembro daquele ano, fala de modo breve, porém abrangente, da produção e interesses da autora. Ele afirma, de início, que ela foi escolhida por “ter uma obra que vai além da ficção e de alguma forma resgata parte da história de Pelotas” (CORTELINI, 2011, p. única). E de fato, seus livros são obras de grande impacto por trazerem dados relevantes, mas inacessíveis pela falta de referenciação adequada da autora. O artigo continua,

A menina que um dia mostrou entusiasmada seu primeiro livro ao pai, reaparece no olhar de Zênia ao contar sobre sua paixão pela história. “Desde menina eu olhava esses prédios e sempre quis saber quem morou ali. Isso também motivada por essa fantasia infantil de castelos de rainhas, porque alguns desses nossos prédios lembram esses castelos.” E dessa fascinação que a acompanha desde criança surgiram seus livros que são uma mistura de ficção e relatos sobre a história da cidade (CORTELINI, 2011, p. única).

Dona Zênia não fala apenas de castelos. Apesar de seu mais grosso trabalho, em cinco volumes, se dedicar aos casarões pelotenses, ela escreve, além do Amassilho, sobre os “cabungos”, coletores municipais dos dejetos humanos domésticos, por exemplo (ver LEÓN, 2008). No entanto, e aqui reside minha crítica, o interesse da autora parece ser mais nas rainhas da elite escravocrata, e, conseqüentemente, nos donos de grandes empreendimentos, que nas

trabalhadoras e trabalhadores que ergueram esses castelos e fizeram funcionar os empreendimentos.

Será, então, que é desse elitismo que vem a insistente afirmação do homem empreendedor? Daquele panorama das senhorinhas perfeitas, do modelo da mulher de elite submissa?

O fato é que o relato que escutei de Dona Angélica é, como venho procurado mostrar, bastante distinto. Ao falar das crianças no ambiente de trabalho da Chácara, dizia que a Avó “trabalhava igual homem. Tava com uma criança na mão e trabalhando com outra”⁸¹. Ou melhor, trabalha igual mulher, em jornada dupla, como veremos mais adiante.

Figura 11 - Mãe (centro) e amigas sentadas sobre o Amassilho. Data: 22/08/1948. Foto: Acervo pessoal Dona Angélica.

Nesta imagem (Figura X), a ideia de posse se repete, quando a Mãe de Dona Angélica, ao centro, senta sobre o cone do Amassilho (onde podemos vê-lo por completo, em sua montagem original). Esta foto, com a data no verso, é de 22 de agosto de 1948, meses depois do falecimento da Avó Alemã. Dona Angélica não foi capaz de reconhecer as amigas da Mãe. Elas sentam sobre a armação de madeira que une as partes de pedra e criam o mecanismo da

⁸¹ Trecho do Diário de Campo, 19/05/2015.

mó. Ao fundo e à direita, vê-se um galpão de estrutura de bambu e fechado com algo mais escuro, talvez madeira ou lona preta. À esquerda, uma estrutura cujas paredes sólidas e a sombra da árvore nos deixam ver somente o telhado. A base do moinho, como descrito acima, jaz sobre uma estrutura de tijolos e cimento que, nesta foto, está consideravelmente mais visível que na atualidade, indicando uma deposição, em 50 anos, de mais de dez centímetros de terra. Se compararmos as personagens aqui retratadas com as da fotografia anterior, podemos inferir que nenhuma das três moças está, no momento, vestida para o trabalho (pelo menos, não para o trabalho na roça).

É significativo observar, no entanto, que isso remete as moças ao ambiente público, fora do trabalho doméstico na Chácara. Dona Angélica diz que sua Mãe trabalhara tanto na Chácara, ajudando a Avó, quando no comércio do Pai, depois de casada. Embora ambos os setores fossem no ambiente doméstico, a indumentária desta foto já sugere o contraponto do exercício de si fora do ambiente cerceado em que vivera a avó.

Figura 12 - Mãe, ao remo, e amigas no arroio Santa Bárbara. Data: 22/08/1948. Foto: Acervo pessoa de Dona Angélica.

Assim como, por exemplo, esta última foto que a Mãe aparece com amigas manejando um barco (Figura X). A foto foi tirada do mesmo dia que a do moinho, e registra o encontro do

mesmo trio, a Mãe com duas amigas. Considerando as ressalvas de indumentária que fizemos anteriormente, podemos inferir que estavam a passeio na Chácara da família. Apesar de não ser este o barco do Avô Grego e do Tio Hélio, a Mãe está aqui em posse do remo, observada por suas amigas, em passeio pelo Santa Bárbara. Não é possível reconhecer o trecho específico, uma vez que todo o entorno (inclusive o próprio arroio) foi alterado. Veremos mais adiante que a história dos trabalhos femininos prossegue na narrativa de Dona Angélica, considerando que tanto ela quanto sua mãe trabalharam muito nos negócios da família, estruturados dentro de casa. No entanto, esta última imagem, ponto de parada na história de Dona Angélica, é um adendo de eflúvio, uma conquista em relação à Avó. A Mãe percorre as vias de trânsito entre as propriedades rurais (que podemos ver ao fundo), como o Avô Grego, como o Tio Hélio, como os carregadores da pedra. Dona Angélica trabalhou fora de casa, por um tempo, e hoje suas duas filhas são profissionais especializadas.

Encerro este item com a volta do Amassilho. De uma narrativa a outra, o Avô Grego passa de engenheiro à marujo com amor-em-cada-porto. A Avó, de coadjuvante, “sempre ao lado”, passa a proprietária rural. Ao longo desse trajeto, busquei constituir uma narrativa que contasse mais da Avó que do Avô, como me foi passado por Dona Angélica. A narrativa é uma instância particular de interação e construção. Momento de tecer a relação entre as memórias, esquecimentos, coisas, pessoas, lugares, eventos, de modo a construir um conhecimento de si próprio e sobre os outros. Narrar é tomar posse do mundo em seus próprios termos (HARAWAY, 2010). Ao final, a subjetividade que separa diferentes narrativas não significa, necessariamente, o abismo entre a mentira e a verdade. Mas o salto pode significar uma história que dê mais valor às forças esquecidas do cotidiano.

4.5.A Mãe-Preta das Bruxas

Nas histórias de Dona Maria e Dona Lisa, vemos também ações cotidianas que evidenciam seus protagonismos na “linha de frente”. Dona Maria, negra e perto dos 60 anos, veio residir na Chácara como esposa de Seu Marcel, há 18 anos. Formada em enfermagem e assistência social, aprendeu muito sobre a história da Chácara/Charqueada ao longo dos anos, pela família do marido, que passou a fazer parte, como pela sua própria sensibilidade e experiência nesses anos. Dona Lisa, branca com 70 anos, também é agregada da família dos Portugueses, tendo-se casado com Seu Victor há 30 anos. Depois do acidente do marido, viu-se obrigada a contribuir com a renda da casa, que já consistia em quatro membros, e tornou-se funcionária hospitalar.

Dona Maria (2015) tomou forte partido da Chácara durante a negociação do empréstimo do terreno, como vimos no capítulo anterior. Gostaria de retomar esse evento, para olhá-lo por outro ângulo. Em um encontro nosso, relatou a visita que recebera da corretora de imóveis e um advogado da família para lhe esclarecer detalhes do contrato.

Aí dizia no contrato que não podia fazer benfeitoria. Eu perguntei o que era benfeitoria, porque “com meus três diplomas faltei nessa aula e não fiquei sabendo o que é isso”, eu disse para ele. E eu não entendia, porque colocar brita no pátio não pode, mas trocar a porta da casa se ela estiver caindo é reforma, e pode (informação verbal)⁸².

Dona Maria me passou uma cópia do contrato, com assinatura e visto dos comodatários (moradores), mas sem assinatura dos comodantes (proprietários legais do terreno herdado). A cláusula a que se refere Dona Maria diz:

[...] 5. Os COMODATÁRIOS não poderão realizar benfeitorias e/ou acessões do terreno ora comodado, salvo com prévio e expresse consentimento por ESCRITO dos COMODANTES.

Dias depois, voltei à Dona Maria com um papel no qual eu havia sistematizado alguns esclarecimentos jurídicos sobre o conceito de benfeitoria. Ela estava com o neto no colo, pouco menos de 1 ano, enquanto olhava com pouco interesse ao papel que eu tinha lhe dado. Enquanto eu explicava um pouco do conteúdo, ela abaixou o contrato com uma mão, enquanto segurava o neto no colo com a outra, e me perguntou se “ao final de contas, esse contrato não significa nada, porque nem temos as assinaturas do Índio da Costa”⁸³. Luiz Eduardo Índio da Costa e Luis Felipe Índio da Costa são dois dos herdeiros e comodantes do terreno da Chácara. O primeiro, um arquiteto gaúcho radicado no Rio de Janeiro, e o segundo afamado pelos escândalos de fraude do Banco Cruzeiro, do qual fora diretor e acionista majoritário, descobertas em 2012.

Esses relatos, a meu ver, mostram que Dona Maria não tem interesse por intermédios, ela prefere resolver o que há de ser resolvido frente a frente. No encontro com o advogado e a corretora, isso ficou claro, ao negar as cláusulas contratuais, preferindo esclarecimento direto dos representantes dos herdeiros. Em nosso encontro, pouco lhe interessava a papelada, pois o que queria era a palavra para que tudo ficasse claro. Entendemos essa suspeita ao “documento” no senso comum; num país de atitudes ainda bastante coloniais, o ludíbrio da burocracia é

⁸² Informação fornecida por Dona Maria em Pelotas, 05 de fevereiro de 2015.

⁸³ Informação fornecida por Dona Maria em Pelotas, 14 de março de 2015.

evidente tanto pela neurose cartorial, quanto pela experiência. Fato que se complementa com a irônica conduta de um dos herdeiros, de fazer fortuna com fraudes contratuais.

Somando essa atitude a outras de Dona Maria, vejo que se trata, mais profundamente, de um modo de encaminhar relações pessoais, tomando partido direto na resolução de conflitos e dispensando, sempre que possível, intermediários humanos ou não-humanos.

Num dos encontros, ela me relatou uma série de quatro eventos, para mostrar como dá “conta do recado”⁸⁴

O primeiro, num sábado à tarde em que dormia com o neto depois de uma noite de trabalho. Os vizinhos dos sobrados defronte estavam com o som muito alto, e não os permitia dormir. Dona Maria acionara a brigada militar (política militar), que informara não ter viatura disponível. “Mas eu sempre vejo carro no centro, dando volta, como não tem viatura?”, respondera ela, acrescentando que tomaria providências por si mesma. “Sou mulher, o que vão fazer comigo?”, me disse.

A filha disse para ela ficar em casa, mas o filho apoiou, dizendo que daria retaguarda. Dona Maria foi aos vizinhos da frente, dizendo que tinha um neto pequeno que não conseguia dormir, e ela mesma trabalhava de noite e não estava conseguindo dormir. Que abajassem o som. Respondendo qualquer coisa sobre “não estamos conseguindo mexer no som da máquina”, Dona Maria puxou os cabos e desligou a caixa. Por fim, a brigada chegou e Dona Maria disse que já tinha tomado as providências. Disse que, depois disso, não se ouviu mais som alto⁸⁵.

Na sequência, narrou um caso em que sua filha fora ameaçada por “moleques” que passavam de charrete em frente à Chácara. Nisso, primeiro correu seu filho, que os alcançou. Dona Maria o seguiu e um dos guris sacou uma faca, ao qual ela respondera “Mas deixa essa arma de lado se tu é homem, vem no braço”. Nisso, chega a brigada, pois algum dos vizinhos vira o movimento e ligara, dizendo que havia menores envolvidos na confusão.

No terceiro caso, Dona Maria ainda conta que enfrentou um “chefe de boca”.

Dona Maria ainda contou um caso em que, voltando de viagem, viu que os lixos de suas casas estavam queimados na frente. Ao questionar na Vila defronte quem fora, escutara alguns “não sei”, mas chegou a um dos vizinhos pelos guris. Vizinho que, segundo ela, era “chefe de boca” da localidade. Dona Maria o questionou sobre o lixo queimado e, enquanto o homem fazia que não sabia de nada, ela dizia que “o lixo é meu e não está atrapalhando ninguém, não sei porque tiveram que queimar”. Ao fim o homem disse que ele mandara

⁸⁴ Informação fornecida por Dona Maria em Pelotas, 12 de abril de 2015.

⁸⁵ Trecho retirado do Diário de Campo, 19 de maio de 2015.

queimar porque os cavalos estavam ameaçando de comer e ia virar bagunça. “Pois da próxima vez, deixe que comam”, ela respondeu⁸⁶.

Por fim, me contou que ela e Dona Lisa estavam derrubando um dos galpões que ficava ao lado de sua casa. Os moradores a ele se referiam como o cocho, onde guardavam os animais. Por estar estruturalmente condenado e sem uso, acharam por bem derrubá-lo para evitar acidentes. De acordo com Dona Maria, ela e Dona Lisa derrubaram o galpão “no braço, com cordas e martelo”.

Um vizinho, cujo fundo da casa dava para a Chácara, reclamara do barulho e da fumaça, pois elas queimaram as madeiras da estrutura. Dona Maria disse que ambas o chamaram para vir resolver o problema. “Se tu é homem, pode vir. Mas se não for, não venha”. E não foi. “Enquanto o Victor e o Marcel tomavam cerveja sentados”⁸⁷.

Essas experiências, relatadas numa única tarde, enquanto Dona Maria segurava o neto no colo (que, ao final da conversa, já forçava com as mãos o rosto da avó para si próprio, por atenção), me trouxeram três pontos à pauta.

O primeiro, tratar-se-ia de uma *Matrona*. Dona Maria não se permite ficar em segundo plano, e faz questão de tomar a resolução de problemas por seus próprios meios. A chamada da brigada militar remete, a meu ver, à chamada dos responsáveis públicos pela segurança social. Nos relatos, a brigada por vezes aparece, por vezes não. Pode ser acionada ou não. De qualquer modo, não impede a ação da própria Maria que não se resume à observação passiva.

Dona Maria, *Matrona Negra*, possui similaridades ao conceito de “mãe preta” de Lélia González.

O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe (GONZÁLEZ, 1984, p. 235).

⁸⁶ Trecho retirado do Diário de Campo, 19 de maio de 2015.

⁸⁷ Trecho retirado do Diário de Campo, 19 de maio de 2015.

Dona Maria não corresponde à figura passiva que se espera de uma mulher mãe/avó, enfermeira, negra. Ela sabe disso, e usa o menosprezo a seu favor – “ela é mulher, o que vão fazer com ela?” Ela é mãe preta, o que vão fazer com ela? Não é como se já não tivessem feito. Como aponta Lélia González, a mulher negra sofre o machismo de um modo particular.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (GONZÁLEZ, 1984, p. 224. Grifos no original).

Ela fala das figuras da “mulata tipo exportação”, musa carnavalesca, e a empregada doméstica, que considera sua contraposição. Essas duas figuras compõem os dois extremos que sustentam o racismo e sexismo do que chamou de “neurose da cultura brasileira”. Sob o manto mítico da “democracia racial”, que endeusa a mulata sambista, que vangloria o preto que se esforçou e venceu na vida como todo mundo, finge que não vê o negro porteiro açoitado pelo síndico branco (que depois açoita sua esposa negra em casa), nem a empregada doméstica negra acometida pelos patrões.

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (GONZÁLEZ, 1984, p. 228. Grifo no original).

É essa tentativa de esconder o próprio recalque, o inexplicável desejo pela mulher negra carnavalesca (afinal, como disse a autora, “Pelo exposto, a gente tem a impressão de que branco não trepa, mas comete ato sexual e que chama tesão de necessidade.” (GONZÁLEZ, 1984, p. 231)), é o que ela chama de “neurose da cultura brasileira”. O neurótico procura métodos de ocultar seus sintomas, para não ter que lidar com sua real condição de recalque (GONZÁLEZ, 1984, p. 232). Assim como o advogado que não sabe esclarecer o que é benfeitoria, que acusa Dona Maria de “difícil” quando reafirma sua pergunta. Como se dissesse “O que essa mãe preta quer? Eu só vim informar.” Mas não, a Mãe Preta não fica quieta, ela tem dois diplomas, faixa-Preta em Jiu-Jitsu, cuida do neto, trabalha, enfrenta chefe-de-boca. E a casa é dela, claro que ela tem que saber o que é benfeitoria.

O segundo ponto que suas experiências trazem à tona, é a *intermediação das coisas*. Ao “chamar para o braço”, Dona Maria desafia os homens a deixarem de lado as coisas de

violência, e lidar com a batalha frente a frente. Quando se trata do conflito e da relação com homens, ela dispensa intermediários materiais – as armas, os documentos, o carro de som.

No entanto, ao falar de si e constituir-se em sujeito, a materialidade está presente. Filha de Oxum, Dona Maria cuida dos Santos que lhe deixara Seu Rocha, e possui uma coleção de bruxinhas.

Dona Maria também falou que tinha as bruxas. Que as pessoas tinham medo delas, mas elas só traziam coisas boas. Ela me lembrou das bruxinhas que ficavam embaixo da mesinha dela, mas que teve que tirar por conta do Gustavinho⁸⁸.

A coleção é composta por 24 peças. Dessas, 14 são um conjunto entre um gnomo ou bruxa e uma pedra. Pela significância dessa relação, optei por identificá-las e catalogá-las em conjunto. Dez são “pedras” (rochas, cristais ou composição deles), de identificação própria, não associados diretamente a nenhuma bruxa ou gnomo, e que possuem um papel independente na coleção. Por se tratar de uma coleção particular, analisei-as na casa de Dona Maria; não possuem numeração e sua guarda é da proprietária, não constituindo patrimônio arqueológico público. Para os objetivos deste trabalho, as peças foram registradas em Fichas de cadastro de bens arqueológicos móveis, adaptada da Portaria IPHAN nº 196, 18 de maio de 2016, e seguem no Anexo I desta tese. Por não haver numeração direta nos artefatos, atribuo-lhes aqui número de identificação igual ao da fotografia, no formato DSC02XXX, com função de referência dentro do conjunto. Às *pedras* que acompanham as *bruxas/gnomos*, atribuí o mesmo número de sua Bruxa/Gnomo de referência “.1” (no formato DSC02XXX.1). Abaixo, segue sua numeração e descrição sumária (denominação, material de composição, coloração, respectiva pedra, função/propriedades se houver), ficando os detalhes e imagens para o catálogo em anexo, de modo a facilitar a leitura do capítulo.

A coleção estava apresentada sobre uma mesa com toalha roxa, sobreposta por outra de renda sintética branca, com motivos de losangos e quadrados. As bruxas, gnomos e pedras estavam dispostos como na figura X. De acordo com Dona Maria, sempre ficam dispostos nos mesmos lugares. “Acho que eles querem assim” (17/05/2017).

⁸⁸ Trecho do Diário de Campo, dia 19 de agosto de 2015.

Figura 13 - Disposição das bruxinhas, gnomos e pedras. Data: 17/05/2017. Foto: Acervo do autor.

Figura 14 - Desenho esquemático da distribuição das Bruxinhas, gnomos e pedras. A legenda segue as numerações infracitadas. Desenho: Thiago S. Ranzani da Silva.

- DSC02484 – Gnomo da saúde. Feito de resina sintética. Corpo creme com vestes verde. (DSC02484.1) - Quartzo hialino (pedra de energia boa).
- DSC02485 – Gnomo da prosperidade. Resina sintética. Vestido de vermelho. (DSC02485.1) Ágata verde.
- DSC02487 – Gnomo da vida. Resina sintética. Veste magenta. (DSC02487.1) Ágata verde. Mais “sapeca”, mais próximo das crianças (seu neto se identifica bastante com ele).
- DSC02491 – Árvore que representa “eu por dentro”. Base de ardósia, tronco e ramos de arame de alumínio bronzeado, cúpula com 21 pequenos cristais de variedades de quartzo (verde, negro, olho de tigre, ametista, transparente, enfumaçado, amarelo e vermelho). Cada pedra é uma parte do corpo, um órgão. Se a energia da pessoa/casa está ruim, ela se fecha. Se a energia está boa, ela se abre. O cristal de quartzo é o ponto mestre, representa a cabeça.
- DSC02499 – Quartzo verde. Tem que ficar na ponta da composição, pois pega energias ruins.
- DSC02503 – Gnomo da sorte. Resina sintética, com feltro. Veste roxo e chapéu de feltro cáqui. Pedra (DSC02503.1) é quartzo azul. Faz par com DSC02507 (compartilham a mesma pedra). Maria ganhara quando seu filho mais velho fizera 2 anos. O par de gnomos são os mais velhos da casa (28 anos), vieram antes mesmo das bruxas.
- DSC02507 – Gnomo da saúde. Resina sintética, com feltro. Veste azul e chapéu de feltro cáqui. Pedra (DSC02503.1) é o quartzo azul. Faz par com DSC02503 (compartilham a mesma pedra). Maria ganhara quando seu filho mais velho ainda tinha 2 anos e se adoecera. O par de gnomos são os mais velhos da casa (28 anos), vieram antes mesmo das bruxas.
- DSC02509 – Gnomo do carisma e caridade. Resina sintética. Veste laranja. Não possui pedra. Ganhô de natal.
- DSC02512 – Árvore de energia. Base de ardósia, tronco e hastes de arame bronzeado, pedras de quartzo branca. Energia da casa.

- DSC02515 – Bruxinha da felicidade. Feltro colorido, base de TNT, preenchido com bolinhas de isopor, olho de *glitter* azul e cabelo sintético de boneca (feltro desfiado). (DSC02525.1) Quartzo rosa. Ela permite que se faça um pedido e lhe assopre o cabelo uma vez, para vê-lo realizado.
- DSC02518 – Bruxinha da [Sabedoria]. Gesso pintado. Vestido vermelho, (DSC02518.1) Citrino avermelhado. Dona Maria não a definiu, apenas pediu para que eu a qualificasse, com base “no que ela me passou”. Lhe disse que ela me inspirava “sabedoria”. Sem reprovação, ela disse, “então é sabedoria”. Ela permite que se faça um pedido e lhe assopre o cabelo três vezes com vontade.
- DSC02522 – Bruxa Olho Grande. Resina sintética pintada de vermelho e *glitter* roxo ao longo do vestido. (DSC02522.1) Onix (quartzo preto). Protege contra mal olhado. Ganhou de sua irmã há cerca de 28 anos (a “primeira bruxa a entrar na casa”). Seu rosto (sorridente no momento) varia conforme humor de quem vê.
- DSC02523 – Bruxa Verbena. Corpo, cabeça e chapéu de feltro, bolsa de tecido sintético com areia dentro. (DSC02523.1) Quartzo azul. Representaria o amor, pelo perfume que exala.
- DSC02526 – Bruxa da Gratidão. Resina sintética epóxi, roupas de tecido sintético e cabelo de cordão de lã. (DSC02526.1) Quartzo rosa leitoso. Ganhou de um amigo, pelos ensinamentos dela na enfermagem obstétrica, onde trabalharam juntos. “Ela tem as mãos cruzadas, como se estivesse embalando”. Sua pedra parece um coração rosa. Quando eu o tomei nas mãos, parte se desfez, deixando-o ainda mais parecido com um coração. Dona Miriam me disse isso, “não é que tu quebrou”.
- DSC02533 – Mafalda (Bruxa da magia). Resina sintética. Vestido preto, avental branco e chapéu laranja. (DSC02533.1) Citrino. Ela tinha uma vassoura e um caldeirão (por isso, da magia), mas eles quebraram com o tempo.
- DSC02536 – Bruxa do dinheiro. Resina sintética epóxi. Vestido verde (roupa e chapéu) e carrega uma moeda prateada. (DSC02536) Onix (quartzo negro). Também “sapeca. Com o olho sempre atento”.
- DSC02539 – Bruxa do Amor. Resina sintética. Vestido rosa. (DSC02539.1) Ametista (quartzo roxo). “Coisa mais fofa que tem. Cara bem alegre.”
- DSC02541 – Pedra do Olho Grande (identificou-se com a Bruxa do Olho Grande). Seção de geodo de ágata. Presente de um amigo. Segundo Dona Maria, há caminhos vistos na pedra, visíveis em eixos diferentes.
- DSC02542 – Quartzo. Ametista (quartzo roxo). Presente do mesmo amigo que lhe deu o geodo de ágata. “É bom pra limpeza. Ficou nesse lugar porque quis ficar”.
- DSC02544 – O cristal. Quartzo branco. Energia pura dentro da casa.
- DSC02546 – Pirâmide. Quartzo verde. Equilíbrio e paciência.
- DSC02549 – Xapanã ou Olho de Tigre. Ametista (quartzo roxo). Dona Maria menciona duas associações. Xapanã (Abaô, na Nação), Orixá médico, leproso, foi coberto com palhas por Iemanjá para não lhe verem as chagas. Ela mesma, no entanto, vê o Olho de Tigre, que também tem a ver com cura.
- DSC02551 – Quartzo azul. Quartzo azulado opaco. Energia. “Quando a gente está angustiado, pega ele e fica esfregado na mão e logo vem um calor, toda uma energia no corpo”.
- DSC02554 – Olho do Gato. Quartzo branco leitoso. Proteção, visão, intuição para ver coisas mais longe.

Perguntei-lhe sobre o papel das cores entre as bruxas, e ela me disse que as cores não alteram a mágica dos gnomos e bruxas. Há algumas cores com propriedades especiais, no entanto. A transparência de pedras é boa para absorver energias ruins e liberar boas. A cor verde

indica “caminho pra frente”, futuro, e foi associada com prosperidade, vida e infância⁸⁹. Uma única relação estabelecida entre a morfologia e seu significado foi estabelecida entre a “pirâmide” a “equilíbrio”. As demais, são associadas às condições bastante “humanizantes” das bruxinhas e dos gnomos: o amor pelo seu “perfume” ou pela sua “expressão feliz”, a magia pelo “caldeirão que possui” ou, o que é muito comum, “pela impressão que ela(e) te passa”.

Para verificar essas relações com minúcia, criei uma pequena planilha de análise montada de acordo com atributos que mesclam observações etnográficas com arqueológicas. Os atributos eram: Nº de catálogo, material (1.polímeros, 2.tecidos, 3.rocha, 4.metal, 5.gesso), sub-categoria de material (1.1.borracha vulcanizada, 1.2. resina sintética, 2.1.TNT, 2.2. feltro, etc.), morfologia (1.miniatura, 2.1. seixo de polimento natural, 2.2. seixo de polimento artificial, 3. Forma bruta, 4.geométrico), medidas (altura, largura, comprimento), técnica produtiva (1. Modelagem, 2. Costura, 3. Talhe, 4. Polimento, 5. Colagem), cor, adjetivos (1. Saúde, 2. Energia, 3. Prosperidade, etc.) e aquisição (1. Compra, 2. Confecção própria, 3. Presente). No total foram 15 cores identificadas e 22 adjetivos atribuídos (quase um por entidade). O cruzamento de dados, no entanto, não revelou distinção das observações feitas sobre a existência de relações isométricas entre cores, matéria-prima e adjetivos. Das três atribuições de cor “branca”, duas são relativas à “energia”, e uma a “intuição” e “proteção”. O “transparente”, está associado também com “energia”. “Branco” e “transparente” são duas cores próximas de cristais de quartzo branco leitoso (opaco) e hialino, e suas atribuições são praticamente as mesmas – energia e visão. Não identifiquei relações quantitativas entre a cor verde e os adjetivos que lhe atribui Dona Maria. Tampouco relações diretas entre morfologias e matérias-prima.

As atribuições dos cristais nem sempre possuem alguma relação direta com seu componente geológico. O quartzo roxo (ametista), por exemplo, pode ser denominado “Olho de Tigre”, Xapanã, um “quartzo” bom para limpeza ou ser parceiro da bruxa do amor. O quartzo verde é bom para filtrar as energias, mas em forma de pirâmide é força de equilíbrio e paciência. O cristal de quartzo branco é o que possui uma identidade mais marcada entre todos – “pedra mestre da cabeça”, “energia pura da casa”.

Eu perguntei como sabia sobre as bruxas. Ela disse que conhece bruxas e tem afinidade com elas. As bruxas nascem com uma marca, mas que não mostram para todo mundo. Ela disse

⁸⁹ Trecho do Diário de Campo, dia 17 de maio de 2017

que “se nasce bruxa, e se nasce com a sensibilidade de ver os vultos”⁹⁰ Segundo ela, há ainda um grande preconceito sobre as bruxas, então elas não se identificam ao mundo, elas só se revelam para quem tem muita intimidade.

É o mito de que ela é ruim. Também porque ela não anda no luxo, está sempre mal vestida, mal arrumada, “igual um mendigo. As vezes essas entidades vêm nessas pessoas para te testar”. Porque tem gente que as usa para o mal. Elas estão aqui até hoje. Quando escutas um cavalo agitado, em noite de lua cheia, pode saber que é ela. No dia seguinte, está com a crina toda trançada. Seu [oculto], pai de Dona Zena, via bruxas. “As bruxas estão por aqui hoje, dizia. No dia seguinte os cavalos tavam com a crina toda trançada”. E os nossos cabelos também, quando acordam trançados, foram elas⁹¹.

Sua coleção de bruxinhas e gnomos vive desse modo próximo à simplicidade. As imagens não são lavadas, para não tirar-lhes as energias. O que se faz é deixá-las na chuva, sobre um prato *pirex* branco, com sal. “O sal vai levar as energias ruins e o sol traz as energias boas”. Por que *pirex* branco, lhe perguntei. “Porque é transparente. Transparência é bom para deixar passar as energias ruins e absorver as boas” (Dona Maria, 17/05/2017).

Perguntei-lhe, com isso, o que eram as bruxas.

“É a natureza, a clareza. Ela não é ruim. Tem sensibilidade, cura”, me esclareceu. Me disse ainda que nunca foram seres humanos, “elas chegam nas pessoas”. O ser humano faz a maldade, a bruxa não. Dá pra usar a bruxa pro bem ou pro mal (dependendo da hora) – não pode falar mais do que isso⁹².

Durante nosso encontro, procurei entender mais sobre a “natureza” das bruxas. “nunca foram humanas”, diz Dona Maria. Elas são natureza que pode “chegar” nas pessoas. “Joana D’Arc, por exemplo. Foi queimada por ser bruxa, mas não era bruxa. Era uma pessoa que tinha visão, que via coisas que outros não viam, mas não era bruxa” (Dona Maria, 17/05/2017). Perguntei-lhe, então, sobre as imagens que ela tinha. Como elas eram feitas? Elas são bruxas?

As imagens “não têm fôrma. São feitas por pessoas iluminadas, a mão”. As bruxas são mais ar, os gnomos mais terra (são encontrados em cachoeiras, árvores, pedras). Como disse, as bruxas nunca foram pessoas, elas são a natureza. [...] E aqui, faz uma analogia com os Orixás das religiões de matriz africana: na hora de fazer as imagens, são pessoas iluminadas que recebem dos Orixás como eles querem ser feitos⁹³.

⁹⁰ Trecho do Diário de Campo, dia 19 de agosto de 2015

⁹¹ Trecho do Diário de Campo, dia 17 de maio de 2017

⁹² Trecho do Diário de Campo, dia 17 de maio de 2017

⁹³ Trecho do Diário de Campo, dia 17 de maio de 2017.

Essa aproximação, no entanto, não define a questão. Uma vez que os Orixás são entidades “santificadas”, são reis, rainhas, guerreiros, guerreiras, feiticeiros, feiticeiras, pais, mães, irmãos e irmãs. Foram pessoas em carne e osso. As bruxas não.

Perguntei, então, diretamente sobre as imagens. “O que são as bruxinhas?”. “Cada bruxinha é uma energia”, foi sua resposta. Novamente, o que era uma pergunta sobre a matéria, “bateu e voltou” como energia.

Tentar entender exatamente a origem das bruxas remeteu-me a um autor caro à história cultural mundial, Carlo Ginzburg, em um de seus excelentes livros, *Os Andarilhos do Bem* (GINZBURG, 2010). Ao falar do modo como uma série de crenças e ritos populares friulianos⁹⁴ foram, com o tempo, sendo enquadrados nos parâmetros de feitiçaria pelos agentes da inquisição, busca contornar o problema que o jaz frente ao seu objetivo historiográfico – uma história “das mentalidades” (ele mesmo usa o termo entre aspas), que reside no conhecimento da vida religiosa e cultural popular.

Mas essa discrepância, essa defasagem existente entre a imagem proposta pelos juízes nos interrogatórios e aquela oferecida pelos acusados permite alcançar um estrato de crenças genuinamente populares, depois deformado, anulado pela superposição do esquema culto (GINZBURG, 2010, pp. 8-9).

Ao tentar enquadrar as bruxas numa categoria apreensível entre “humano” e “natural”, “imaterial” e “material”, estive, justamente, perdendo de vista: *1) um modo de existir que não se define por fronteiras conhecidas; 2) como é que se pode existir desse modo.* Ou seja, as bruxinhas não estão compreendidas em nenhuma categoria única de existência – elas são, ao mesmo tempo, energia, matéria, natureza, humanidade.

Enquanto conversávamos, eu elencava cada uma das bruxinhas, gnomos e suas pedras, tirando fotos com escala em centímetros, inquirindo sobre sua matéria de confecção, o porquê de sua cor, sua origem, sua função. Ao fotografar o artefato nº DSC02546_– Pirâmide, ela me dissera que ele é o equilíbrio e paciência. “Não achas?”, me pergunta. “Não sei, Dona Maria. Como te disse, sou muito acostumado a ver tudo pela ciência. Se vejo uma pirâmide, penso em engenharia”. “Pois é isso mesmo, equilíbrio para ser construída. Se não tiveres equilíbrio e paciência, não consegues estudar, tas me entendendo?” (Dona Maria, 17/05/2017). A requalificação simbólica a que me desafiava Dona Maria foi um dos caminhos adotados para me fazer entender do que falava. Quando inquiria pela cor, e a resposta era indefinida – tanto

⁹⁴ Noroeste da Itália, divisa com Eslováquia e Suíça.

faz se a bruxa ou gnomo veste roxo, vermelho, ou verde. Ou ainda o material do qual são feitas. O que lhes confere “felicidade, amor, sorte, proteção, saúde” é sua energia e empatia, a relação que se estabelece quando da aquisição pessoal (compra) ou da intenção de quem presenteara a imagem. E, certamente, da vontade da própria bruxa, ao ditar para o pródigo artesão, como quer ser feita. Das pedras, Dona Maria confere a algumas caracterizações com base em sua morfologia, geologia, cor e forma. O Cristal, os quartzos e os olhos de tigre e gato são os elementos mais fortes por seu potencial purificador (cristal e quartzos) e visibilidade “paranormal” (olhos de tigre e gato). No entanto, a maioria das pedras está relacionada às bruxas, gnomos e a ela própria, Dona Maria, por afinidade.

São as bruxas e os gnomos que escolhem as pedras. Mesmo que retiradas do altar e guardadas separadamente (como foram), a redistribuição das pedras é sempre a mesma – cada uma para seu gnomo/bruxa escolhida.

As pedras e imagens podem ser compradas ou dadas. Mesmo se adquiridas separadamente (pedras e imagens), a imagem sempre escolhe sua pedra⁹⁵.

Não só as coisas humanas e naturais são de difícil distinção (ou mesmo aquelas “sobrenaturais” e “supra-humanas”, que para as humanidades seria enquadrado em “cultura”, “mito” ou “religiosidade”), mas, também, elas possuem agência. As pedras, as imagens, as pessoas, a natureza, a carne, o antes, o depois, o agora, os iniciados, os estrangeiros, todos se comunicam. Até mesmo as bruxas e os Orixás.

Ao lhe perguntar qual seria a diferença entre as bruxas e sua religião de Nação, Dona Maria me respondera que “são parecidos, mas os hábitos e normas são diferentes. As bruxas são mais sérias – quando vai fazer os encontros com as bruxas, tem que estar de pés cobertos” (disse que não pode revelar por que). “Já com os Orixás não, pois são o pé tem que estar na terra pra receber a energia”. Mas eles não entram em conflito. Cada um pede o respeito e atos que lhe são devidos⁹⁶.

Ao tocar na “Árvore do Eu por Dentro”, árvore que representa o interior do indivíduo, causei-lhe reação. Quando lhe indaguei qual parte do corpo representava cada uma das 21 pedras, ela disse que “eram muitas”, mas queria me mostrar o cristal [quartzo hialino], que era o “ponto mestre, representa nossa cabeça”. A princípio, não o achara. “Ué, ele se escondeu.” Enquanto eu fazia anotações, ele reapareceu. “Dona Maria, será que é por conta da minha energia pesada? Ando bem cansado com o final da tese”. “Pode sim Bruno.” Como ela dissera, se há alguém ou algo com energia ruim no ambiente, a árvore se fecha.

⁹⁵ Trecho do Diário de Campo, dia 17 de maio de 2017

⁹⁶ Trecho do Diário de campo, dia 17 de maio de 2017

Em momentos como esse, Dona Maria (e as bruxas, as pedras e os gnomos) me mostram seu mundo e me convidam a partilhar de sua relação. *A narrativa se abre.*

Como descrevi a bruxa DSC02518, sua identidade fez-se no momento de nosso encontro.

Dona Maria não a definiu, apenas pediu para que eu a qualificasse, com base “no que ela me passou”. Disse-lhe que ela me inspirava “sabedoria”. Sem reprovação, ela disse, “então é sabedoria”. Ela permite que se faça um pedido e lhe assopre o cabelo três vezes com vontade. Fi-lo⁹⁷.

Dona Maria me disse, ainda, que eu poderia nomeá-las como quisesse quando escrevesse sobre elas: “o nome que te vier”. Deixo-os, se me vierem, para o Catálogo em anexo.

Ao final, o conhecimento das bruxas e gnomos sintetiza, a meu ver, alguns dos elementos da virada científica proposta por Donna Haraway (HARAWAY, 1995; 2010), Timothy Webmoor e Christopher Webmore (WEBMOOR & WITMORE, 2008) – agência, narrativa, corporificação, hibridação. A atuação cósmica e cotidiana não é um monopólio do ser humano. Os seres não-humanos, sejam quais forem suas naturezas, efetivam suas vontades através da relacionalidade entre si e com humanos. Esse diálogo gera um valor intrínseco de cada relação, que se constitui pelo contato e pelo entrelaçamento de narrativas diversas entre cada um dos personagens participantes. As histórias próprias e compartilhadas se tecem nas narrativas: quem escolheu quem, e se manifestou como, dizendo que coisa, naquele encontro onde. E, eis um elemento importante, essa falta de enquadramento dos sujeitos entre as categorias cartesianas que temos (natureza, humano, matéria, espírito), não significa que sejam eles deslocalizados. As pedras, as bruxas, os gnomos, Eu, Dona Maria, estamos todos. Aqui, ali, neste plano, n’outro, visíveis ou não, mas estamos. Conhecendo-nos em nossas instâncias e estares particulares, não fugimos de nós. Fugimos do preconceito, do enquadramento, da burocracia, de quem usa as bruxas para o mal. Esses de que fugimos, pelo contrário, que não querem se mostrar, que procuram se esconder atrás das armas, das caixas de som, dos contratos dúbios, dos advogados e corretoras de imóveis.

Por mais que existam mistérios e respeitos devidos a cada agente participante, diferenças que definem os modos de ser de cada um, não há impedimento para seu encontro e mútuo reconhecimento. Os seres pedem respeito e passagem, mas não se anulam. O princípio de

⁹⁷ Trecho do Diário de Campo, dia 17 de maio de 2017

reconhecimento e auto-conhecimento advém do diálogo e de um elemento muito importante para as bruxas: liberdade.

Elas fazem Dona Maria coçar seu corpo, quando está mexendo com elas. Especialmente a cabeça. Dona Maria estava com o cabelo preso, e elas não gostam de cabelo preso. “Elas gostam de liberdade, nada preso, nada apertado”. Perguntei por que, então, ela não soltava o cabelo. “Não!”, com olhar de que há uma razão misteriosa⁹⁸.

Com isso, percebi que a hipótese levantada inicialmente, de que Dona Maria estabelecería uma relação com suas coisas distintamente daquela estabelecida com os homens, provou-se contrária ao me dar conta de que a relação é exatamente a mesma. O que ela exige dos homens é a clareza da benfeitoria, “que não aprendeu em suas duas faculdades”. É o respeito ao seu trabalho noturno e o sono de seu neto, que abaixem o som! As coisas, as pessoas, as entidades, a natureza, são todas instâncias que compartilham normas comuns de convívio, de modo a garantir o respeito aos seus distintos modos de vida, ao seu papel no universo, e sua liberdade.

O contraste entre minha dificuldade de categorizar as bruxas dentro dos panoramas de natureza/cultura, material/imaterial, e o esforço final em confeccionar outra realidade identitária também se assemelha ao argumento de Lélia González sobre o contraste entre a consciência e a memória.

A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui (GONZÁLEZ, 1984, p. 226).

Essa dualidade se aproxima bastante do conflito entre conhecimento científico (arqueológico) e conhecimento local (do “público leigo”) que venho defendendo desde o princípio desta tese. Minha consciência de saber acadêmico, de homem branco, não entendia a natureza das bruxas. Aliás, esse desconhecimento foi o ponto de partida de minha pesquisa – a hipótese de que o conhecimento científico pode, e muitas vezes o faz, encobrir outros saberes sobre o passado por preconceito e desatenção às narrativas populares. A memória, “esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita”, tem outra proposta narrativa e de ordenação das relações. As memórias de Dona Maria contam outras coisas que os herdeiros dos

⁹⁸ Trecho do Diário de Campo, 17 de maio de 2017.

Simões Lopes, as bruxas existem em condições híbridas à bipolaridade da ciência ocidental (LATOUR, 1994).

Perguntei a Dona Maria se havia alguma diferença entre homens e mulheres na bruxaria. Sua resposta foi de que “homens são bruxos e mulheres são bruxas”, simples. No entanto, falou-me do papel que os bispos e sacerdotes da Igreja Católica tiveram na degradação da imagem das bruxas. “Eles eram bruxos e faziam bruxaria com maldade. Deitavam com homens e mulheres e depois faziam feitiços pra eles ficarem deformados. E por isso perseguiam as bruxas.” “Para controlá-las”, eu disse. “Não para controlá-las, mas para acobertar seus próprios atos” (Dona Maria, 17/05/2017).

O movimento feminista tem retomado a condenação da bruxaria como premissa jurídica e cultural, constituída ao longo dos anos pela Igreja Católica e Patriarcado Ocidental, com o intuito de controlar, domesticar e punir a liberdade do corpo feminino (ZORDAN, 2005; CAMPOS, 2010; ROCHA, BELARMINO, & PESSANHA, 2016).

Toda expressão de poder por parte de mulheres desembocava em punição. Cunhada dentro do cristianismo, a figura das bruxas traduzia-se em mulheres devoradoras e perversas que matavam recém-nascidos, comiam carne humana, participavam de orgias, transformavam-se em animais, tinham relações íntimas com demônios e entregavam sua alma para o diabo. Uma análise da farta literatura sobre o assunto nos mostra que a caracterização da bruxa que vigorou durante a Inquisição, ressoando até os dias de hoje, constitui-se como um dos elementos mais perversos produzidos na sociedade patriarcal do Ocidente (ZORDAN, 2005, p. 332).

As autoras trabalham entre alguns importantes marcos temporais no diagnóstico da bruxa e da humanização da mulher. Se algumas retomam tradições míticas da figura feminina em diferentes povos (CAMPOS, 2010; ROCHA, BELARMINO, & PESSANHA, 2016), todas passam pelo manual inquisitorial *Malleus Maleficarum*, escrito por Heinrich Kramer e James Sprenger, em 1486. A obra deprecia quaisquer imagens outras – cura, sexualidade, visibilidade do corpo, atividades noturnas, conhecimento filosófico - que não sejam a mulher casta, obediente e aplicada às tarefas que lhe são imputadas. Com essa premissa, a liberdade das mulheres está ausente na Declaração de Independência Americana (1776) e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão Francês (1789), quase 300 anos depois, só aparecendo na Declaração Universal dos Direitos do Homem, da ONU (1949). “E foi sem direitos de cidadania que as mulheres, bruxas ou não, chegaram ao século XX” (CAMPOS, 2010, p. 69).

A história do direito e liberdade da mulher no ocidente é um tema a parte, sobre o qual não me cabe discorrer. Mas é importante lembrar que a imagem da bruxa, ainda presente no

cotidiano como imagem pejorativa (quando não perigosa) da mulher, é um ponto que ressurge no movimento feminista contemporâneo como pauta para falarmos da liberdade da mulher sobre sua conduta e seu corpo. Sobre a condição da bruxa nesse contexto, Paola Zordan conclui:

É um pensamento indistinto, demoníaco, arcaico e em devir. Como personagem conceitual para esse pensamento, diferente daquele instaurado pela História da Filosofia, a bruxa traz um conhecimento ‘outro’, marcado pela indistinção. Conhecer sua realidade, pele concreta das coisas marcadas na passagem da vida, é extrair o ardente espectro de um corpo agonizante. Corpo pleno, que fulgura na singularidade da carne, além do organismo, estendido ao corpo da Terra e ao do céu que a circunda. Corpo-mundo engolidor (ZORDAN, 2005, p. 340).

Justamente com o que me deparei nas Bruxinhas de Dona Maria. Corpos plenos, de organismos singulares, com um conhecimento que escapa à História da Filosofia. E com isso, não consigo deixar de pensar que, além de feministas, as bruxinhas sejam também *queer*. Thomas Dowson define o conceito como tudo aquilo que está em desacordo com o normal, legítimo, dominante (DOWSON, 2000, p. 163). De modo algum tento, aqui, apropriar-me de uma pauta do movimento feminista em prol do movimento LGBTQ, até porque *queer* tem apresentado, ao longo dos anos, uma tendência à degenerificação dos corpos, combatendo fortemente o binarismo masculino/feminino. A ideia de “bruxas *queer*” vem justamente desse devir cognitivo, do conhecimento, de si e dos outros, em eterna construção relacional, em respeito às dinâmicas sociais e a liberdade dos corpos.

Ao deferir qualquer avaliação final de *queer* enquanto termo crítico, este livro reconhece que se *queer* fizer jus ao seu potencial radical – e não se solidificar com mais uma categoria meramente aceitável (mesmo que oposicional) – suas evoluções em curso não podem ser antecipadas: seu futuro é – afinal – o futuro (JAGOSE, 2005, p. 6. Tradução livre. Grifo meu).

E, finalmente, o último ponto, *a jornada múltipla*. Dona Maria, Dona Lisa e, como veremos no item abaixo, Dona Angélica, continuam enfrentando jornadas múltiplas. Cuidando do neto, do marido, das crianças, da casa, ao mesmo tempo em que trabalham e procuram cuidar de si.

No dia 12 de fevereiro de 2015, numa visita ao Seu Victor, acabei ficando para além das 18:00, encontrando, assim, Dona Lisa que chegava do trabalho. Ao final do café da tarde, comentamos sobre aposentadoria.

Ao ir embora, comentamos de aposentadoria e como algumas pessoas se recusam a parar de trabalhar. Eu e Seu Hector demos o exemplo de Dona Lisa, que já se aposentou, mas continua trabalhando. Ela me deu uma piscada, e

apontou para o Seu Victor, rindo, e dizendo “mas se eu parar, vou virar empregada, Bruno”⁹⁹.

Seu Victor reconhece todo o trabalho que Dona Lisa o dedica. E Dona Lisa diz que superar as dificuldades do acidente foi um esforço em família. Mas não por isso devemos dirimir o peso de uma jornada dupla. Dona Lisa contou também, no mesmo dia e no dia da gravação do documentário (09 de agosto de 2016) sobre a reviravolta que foi, para ela, o acidente do marido.

Durante o lanche, ficou claro que Dona Lisa tem muito cuidado com Seu Victor – monta seu lanche, seu leite. Dona Lisa também contou sobre o nascimento do filho, que foi complicado, pois ela já tinha as duas meninas, trabalhava e Seu Victor já estava cego. [...] Mas a família queria muito a gravidez, pois “era o primeiro menino”. [...] Ao final, fora um nascimento complicado, pois o bebê tinha mais de 4 quilos¹⁰⁰.

O filho mais novo, que voltara de Santos para estar com a família em 2015 (ele também já casado, com duas crianças) tem grande carinho pelos pais, assim como eles o tem pelo caçula. E, novamente, o relato não procura desatar os nós que esses membros da família coseram com o tempo, suas alegrias, tristezas, dificuldades e parcerias. Mas fica registrado e evidente as dificuldades enfrentadas pela mulher do casal, frente adversidades que comprometem os papéis de gênero estabelecidos. O homem, impossibilitado de trabalhar, com apenas uma pensão por invalidez e ela, ainda desempregada. Como criar mais um filho? Como não deixar de ter mais um filho? Como ajudar a cuidar do marido? E como cuidar de si mesma?

Felizmente Dona Lisa, Seu Victor, suas filhas e filho deram seu jeito. Assim como Dona Maria e suas bruxas. E Dona Angélica também, veremos em seguida.

4.6. Vidas em dupla jornada

No dia 14 de fevereiro de 2013, visitei Dona Angélica pela segunda vez. Nessa visita, ela separaria as fotografias que me mencionara na entrevista feita durante a primeira visita (entre elas, as do Amassilho). Enquanto eu registrava as fotos para arquivo, Dona Angélica me contava sobre seus personagens e eventos fotografados e comentados anteriormente.

Ao longo desse encontro, fez menção à grande personagem de sua narrativa: a boneca. Naquele mesmo dia, Dona Angélica disse que ia procurar a boneca com cabeça de porcelana que era da mãe, e havia sido guardada desde que quebrara. Ainda em vida, a Mãe reclamava o

⁹⁹ Trecho do Diário de Campo, dia 12 de fevereiro de 2015.

¹⁰⁰ Trecho do Diário de Campo, dia 12 de fevereiro de 2015.

rompimento da pobre boneca. Havia, inclusive, levado a pobre ao “médico de bonecas” em Porto Alegre, que a remendara. Rompida novamente, ela fora envolta em diversos panos e deixada no fundo da casa. Quando foi tentar encontrá-la, Dona Angélica dizia que “nunca teve coragem de procurá-la desde que a mãe falecera”. De fato, sua reação à ideia era duvidosa. Titubeava dizendo, “depois eu procuro”, “da próxima vez eu procuro” (14/02/2013). No entanto, ela, de sopetão, resolveu procurar a boneca.

A boneca estava envolvida em dois panos de lã e um lençol, dentro uma sacola de algodão fino. Tudo isso fechado com uma fita. Dona Angélica “desembalsamou” a pequena e constatou, feliz, que ela não estava tão quebrada (apenas a cabeça, as pernas deslocadas e a peruca solta). Ela estava sem roupas, somente com as de baixo (uma peça que simulava, em tecido sintético, uma “calcinha de renda”) vermelha¹⁰¹.

Embora estivesse com a cabeça bastante danificada, todos os fragmentos continuavam associados ao corpo inteiro. Provavelmente, ela se quebrara enquanto embalada pelos tecidos (seu pequeno “sepulcro”). Com isso, foi possível reconstituir o corpo original e verificar a marca de fabricante da parte posterior da cabeça (Figura X) – Made in Germany K-14 146. A sigla “K – 14” faz referência ao tamanho da circunferência do soquete de encaixe da cabeça de porcelana, no corpo de papel-machê (DOLL REFERENCE, 2017). Neste caso, o tamanho é de 12 polegadas e ½. (equivalente a 31,75 cm de circunferência). O número “146” é o modelo da boneca. Em um site de leilões de antiguidades, encontrei um exemplar do mesmo modelo da boneca de Dona Angélica, com a diferença de tamanho do soquete, (M – 16, 13,5 polegadas ou 34,29 cm) com customização original (Figura X)¹⁰².

¹⁰¹ Trecho do Diário de Campo, 14 de fevereiro de 2013.

¹⁰² Disponível em: https://new.liveauctioneers.com/item/2441082_kestner-146-child-doll-30. Acessado em: 23 abr. 2017.

Figura 15 - Imagem da região occipital da Boneca, com a inscrição "K-14 Made in Germany". Data:14/02/2013.
Foto: Acervo pessoal do autor.

Figura 16 - Boneca J.D.Kestner, modelo 146, tamanho M-16. Foto: Live Auctioneers.

Encontrei a referência da marca a um famoso produtor de bonecas alemão, J. D. Kestner (DOLL REFERENCE, 2017). Johann Daniel Kestner foi um produtor de bonecas de Whaltershausen, na Turingia, Alemanha, já a partir de 1816. Sua indústria começou a fazer bonecas em papel machê sobre moldes esculpidos em madeira, e alguns membros em couro.

Sua produção rendeu-lhe o “Grande Prêmio” na Feira Mundial em Saint Louis, de 1904 (STADT WALTERSHAUSEN, 2016a). O rápido crescimento da indústria pode ser visto na aquisição de maquinário especializado. Em 1818, possuía equipamento para confecção das peças em madeira, seu próprio moinho de papel em 1824, moldes e mecanismos de impressão do papel machê (STADT WALTERSHAUSEN, 2016b). De acordo com a estatística industrial de 1846, 1264 trabalhadores (477 homens, 364 mulheres e 423 crianças). Em 1858, Kestner falece e seu neto, Adolf, assume os negócios até sua morte em 1918 (PATTEN, 2017). Em 1860, A empresa adquire a Fábrica de Porcelana Ohrdug, e começa a produzir as bonecas de *biscuit* pelas quais sua marca é mundialmente conhecida, sendo responsável, inclusive pela produção de cabeças de louça para outros fabricantes de bonecas alemãs e francesas, e possuía ampla distribuição na costa leste norte-americana, de meados do XIX à meados do XX (entre as importadoras, George Borgfeldt, Butler Brothers, Century Doll Company, Horsman, Macy, Sears, Siegel Cooper, FAO Schwartz) (DOLL REFERENCE, 2017). Até o início do século XX, as 13 indústrias bonequeiras empregavam de 2000 a 2500 trabalhadores, e em seu auge, a fábrica Kestner chegou a empregar cerca de 2/3 da população da pequena cidade de Waltershausen (PATTEN, 2017; HERLOCHER, 2006), rendendo-lhe o epíteto de “Rei Kestner” (DOLL REFERENCE, 2017; HERLOCHER, 2006).

A crise econômica que se instalara na Alemanha entre guerras minou o crescimento e sustento da empreitada. Ainda em 1930, cerca de 30 fábricas de brinquedos, de diversas companhias, funcionavam na região. Em 1936, no entanto, o declínio econômico levou ao ingresso da indústria bonequeira Kestner com o pedido de falência (STADT WALTERSHAUSEN, 2016b).

Podemos dizer, então, que se trata de uma pequena boneca de porcelana nascida na Alemanha entre 1860 (data de compra da Fábrica de Porcelana Ohrdug e consequente início da fabricação de peças em louça por Kestner) e 1936 (quando falira a fábrica).

A boneca foi restaurada pela RM Conservação e Restauro de Bens Móveis, empresa sediada em Pelotas/RS, sob responsabilidade da restauradora Keli Scolari. A boneca possui 58,5 cm de altura, tamanho médio para uma menina de três meses de idade (OMS, 2006). Sua cabeça é de porcelana, o corpo de papel-machê e seu cabelo humano. De acordo com o relatório de Keli Scolari, seu estado de conservação era precário,

A cabeça de porcelana estava quebrada em sete pedaços, os olhos estavam fora do lugar e os cabelos da peruca encontravam-se sujos e quebradiços (Figs. 3, 4, 5) [representadas pelas imagens X e X, neste capítulo]. O corpo

apresentava uma repintura de uma intervenção anterior, que estava saindo e a parte inferior das pernas estava separada do corpo (SCOLARI, 2016, p. 1).

Figura 17 - Visão geral da boneca e seus membros antes da restauração. Data: 20/01/2016. Foto: Keli Scolari.

Figura 18- Imagem da Boneca desmembrada antes do restauro. Data: 20/01/2016. Foto: Keli Scolari

Tanto no relato de Dona Angélica quanto na análise laboratorial, constata-se que a boneca passara por duas quebras conhecidas e um processo de intervenção para consolidação (no “médico de bonecas de Porto Alegre”, como disse a Mãe de Dona Angélica). Na cabeça de porcelana, são identificados dois pontos de impacto. O primeiro, de maior intensidade, responsável pela grande maioria das linhas de propagação no rosto (melhor visualização da figura 13, após a reconstituição), e um segundo, de menor força, responsável por uma linha de propagação que se encontra com uma das frontais, resultando na seção da cabeça. O que nos sugere que o impacto tenha ocorrido direto na cabeça, em trajetória de queda. Ambas fraturas na região parieto-frontal. A figura 14 mostra o paralelismo e proximidade entre duas linhas de propagação de força, levando às duas quebras consecutivas). Algumas das intervenções da primeira consolidação eram visíveis no interior da cabeça de porcelana. Além de cola, fora usado gesso para suporte complementar às rachaduras (figura 15). Na mesma imagem, é possível ver uma rachadura da primeira fratura, abaixo do queixo, que se manteve estável na segunda. É visível, também, uma peça de cortiça cuja função parece ter sido dupla: auxiliar na estabilização da fratura e protegê-la do efeito do pêndulo de chumbo do mecanismo dos olhos.

Figura 19 - Local da fratura na região parieto-frontal. Data: 25/01/2016. Foto: Keli Scolari

Figura 20 - Paralelismo das fraturas na região occipito-cervical. Data: 22/09/2015. Foto: Acervo pessoal do autor.

Figura 21 - Gesso aplicado para sutura interna das fissuras e acoplagem do pêndulo ocular. Data: 20/01/2016. Foto: Keli Scolari

Os olhos são de vidro, ligados por estrutura de arame de alumínio em “Y”, com um peso de chumbo na ponta única. Esse peso funcionava como um pêndulo que permitia, a medida do movimento da boneca, abrir-lhe ou fechar-lhe os olhos (figura 16). Quando ela deita, os olhos se fecham. Quando ela levanta, os olhos se abrem. A peça de chumbo pode ter resultado da fratura no geral (o impacto teria movimentado o pêndulo de modo inadequado, gerando um ponto de contato/fragilidade interno). Se a cortiça for mesmo fruto da intervenção do “médico”, é possível, ainda, que a confecção original teria colocado algum tipo de amortecedor interno, para evitar justamente o contato direto entre o peso de chumbo e a porcelana. Em conjunto, o fragmento de cortiça e os suportes de gesso foram refeitos e mantidos para permitir o encaixe, funcionamento do pêndulo, e proteção da cabeça de porcelana (figura 17). Após a restauração definitiva, o mecanismo voltou a funcionar.

Figura 22 - Pêndulo ocular. Data: 20/01/2016. Foto: Keli Scolari.

Figura 23 - Olhos posicionados na órbita de gesso. Ao fundo, cortiça que protege o queixo do impacto com o pêndulo de chumbo. Data: 28/03/2016. Foto: Keli Scolari

O corpo em papel-machê havia sido também tratado no restauro anterior, como indicado no relatório. Além da higienização mecânica, “com pincel de cerdas macias”, “consolidação do suporte (cabeça) utilizou-se cianoacrilato”, removeu-se a tinta do corpo da intervenção prévia com acetona P.A. (SCOLARI, 2016, p. 2).

Essa limpeza resultou na visualização de marcas de desgaste e fissuras no corpo da boneca. Como mostram as imagens (Figuras 18 e 19), várias partes do corpo estavam em péssimo estado de conservação. As mãos e pés, quebradiços e deteriorados. O elástico que unia as coxas às panturrilhas provavelmente ressecou até romper-se. Por conta disso, a mobilidade da articulação do joelho ficou comprometida após a restauração. As articulações dos braços e do púbis estavam em boas condições, com elásticos originais. O lado direito do peito mostra uma rachadura que, no entanto, não chegara a perfurar o torso. A omoplata esquerda possui uma perfuração que fora tapada na primeira restauração.

Figura 24 - Composição mostrando desgaste da mão, coxa, articulação coxo-femural, joelho direitos e perfuração sobre a omoplata direita. Data: 25/01/2016. Foto: Keli Scolari.

Figura 25 - Composição mostrando perfuração no peito direito e desgaste dos pés, também após remoção da camada de tinta aplicada pelo médico de bonecas. Data: 25/01/2016. Foto: Keli Scolari.

O cabelo foi lavado, seco, hidratado com condicionador e modelado manualmente com grampos capilares, para dar-lhe o efeito final de cachos (Figura 20). Dona Angélica me disse que o cabelo que possuía a boneca agora não é o original, ele veio depois da passagem pelo médico de bonecas em Porto Alegre, e não sabe dizer se o cabelo era da mãe dela ou de uma terceira pessoa desconhecida (Dona Angélica, 05/11/2015).

Figura 26 - Cabelo em tratamento para recomposição de cachos. Data: 28/03/2016. Foto: Keli Scolari.

Todos os processos e produtos usados para o restauro estão descritos na página três do relatório que segue em anexo. As rachaduras no corpo foram fechadas e renovado o caráter estético dos membros. As fissuras no crânio foram suturadas e preenchidas as perfurações deixadas por lascas não encontradas. O tratamento superficial e coloração devolveram também à cabeça seu efeito estético. O resultado final segue na imagem 21.

Figura 27 - Boneca em plena recuperação pós-cirúrgica, pronta para alta. Data: 31/03/2016. Foto: Keli Scolari.

Segundo David Hamlin (HAMLIN, summer 2003), brinquedos foram inseridos no processo de estruturação da vida doméstica burguesa, na Alemanha do final do século XIX. Argumentando que os brinquedos cumpriam o duplo papel de unir os membros da família no afeto do presente e da realização do desejo infantil, ao mesmo tempo em que permitiam cobrar as justas posturas de futuros cidadãos burgueses bem-comportados – especialmente no Natal, crianças mal-comportadas não ganham presentes que pediram ao Papai Noel.

Não sei, e tampouco sabe Dona Angélica, quando a boneca foi adotada pela avó. Mas dado o contexto de seu nascimento, concordo com Carmen Coulthard e Theo van Leeuwen¹⁰³ quando eles dizem que “os brinquedos estão intimamente relacionados a importantes padrões culturais na

sociedade em geral, e continuam a projetar um mundo perigoso, desigual e marcado por

¹⁰³ “Docentes das Universidades de Birmingham e de Cardiff, respectivamente. Carmen Rosa Caldas-Coulthard é doutora em Inglês e Theo van Leeuwen é doutor em Lingüística.” ; “Texto publicado originalmente em inglês In: LITOSSELETI, L.; SUNDERLAND, J. (Eds.). *Gender identity and Discourse Analysis*. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p. 91-110. [Tradução de Fernando Simão Vugman e Carmen Rosa Caldas-Coulthard]. Este artigo é um dos resultados do projeto de pesquisa Toys as Communication (Brinquedos como Comunicação), desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, sob a supervisão do Professor Staffan Selander, da University of Stockholm, e financiado pelo Bank of Sweden. Os outros membros da equipe, da Dinamarca e da Suécia, atuam nos campos da sociologia, da psicologia social e da pesquisa com brinquedos.” (CALDAS-COULTHARD & VAN LEEUWEN, 2004, p. 11. Notas * e **)

relações de gênero” (CALDAS-COULTHARD & VAN LEEUWEN, 2004). Os autores tomam dois exemplos extremos, e que ocupam alto ranking no mercado, de brinquedos generificados: *Action Man* e *Barbie*.

Action Man é:

Dr. X, Pollar, Polar Mission (Missão Polar), Bowman (Arqueiro), Roller Extreme, Bungee Jumper (Saltador de Bungee), Ninja.

[...]

Barbies, por exemplo, podem receber nomes como:

Noiva Orquídea Ruborizada (Blushing Orchid Bride), Rosa do Campo (Country Rose), Anjo Harpista (Harpist Angel), Ilusão (Illusion), Rosa (Rose), Sonho de Verão (Summer Dream), Sinfonia em Chiffon (Symphony in Chiffon), Esplendor de Verão (Summer Splendour) (CALDAS-COULTHARD & VAN LEEUWEN, 2004, p. 26).

Os autores argumentam que as formas de representação dos papéis de gênero nos bonecos e bonecas interagem de modo predominantemente semiótico, carregando símbolos que são dialógicos entre os produtores e os consumidores. Podem ser compreendidos como “objetos tridimensionais a serem lidos e interpretados como textos”; objetos que podem ser manipulados e usados; interdiscursivos (entre discursos, muitas vezes, conflitivos); com elos intertextuais (comunicação com propagandas, filmes, séries, veículos midiáticos, etc.); são dialógicos (o que permite, inclusive, a reconfiguração dos significados) (CALDAS-COULTHARD & VAN LEEUWEN, 2004, pp. 16-17).

O caso da boneca de Dona Angélica nos coloca dois problemas a essas interpretações. Se por um lado a boneca é construída como um modelo em miniatura de uma criança humana, e, com isso, carrega os detalhes que “fazem uma mulher”, nas palavras de Simone de Beauvoir, ela não é um brinquedo. Dona Angélica sempre diz que sua mãe não deixava tocarem nela, “ela é muito frágil, fácil de quebrar” (Dona Angélica, 09/05/2017). Com isso, temos também o segundo elemento que é a humanização da boneca e seu tratamento cotidiano como membro da família. O fato de que sua fisiologia segue outros parâmetros físico-químicos de existência, e sua agência é inanimada, não significa que ela esteja fora das relações que nos constituem como seres sociais e também humanos. O mesmo caso das bruxinhas, gnomos e pedras de Dona Maria.

Certamente lhe incumbiram um papel muito específico no âmbito das relações sociais burguesas. No entanto, a relação que Dona Angélica e sua mãe desenvolvem com a boneca não parece a de leitoras de um texto carregado de simbologia, mas sim de parentes em contato

íntimo com um indivíduo cheio de histórias. A boneca já se quebrou uma vez, e Dona Angélica me contou que sua mãe a levava no médico de bonecas em Porto Alegre. Ao levá-la à Keli Scolari, ela me diz que de fato vê as peças que recebe como pacientes em diferentes situações, precisando de cuidados. “Alguns são pacientes de UTI ou emergência” (Keli Scolari, 20/10/2015). A boneca, quebrada pela segunda vez, é então embalsamada, e coloca a descansar. Após cuidar da doença da mãe e acompanhar-lhe até o falecimento, Dona Angélica não quis mais ver a boneca, pois lhe trazia muitas lembranças. Quando fomos revê-la por conta da pesquisa, o evento foi como exumar o corpo de um ente querido.

E quais “lembranças” desperta a boneca? Sua relação com as mulheres da família de Dona Angélica remonta ao princípio do século XX. No vídeo-documentário anexo a esta tese, ela diz que a boneca fora um presente de seu bisavô à avó alemã. Desde então, ela passou para sua mãe e quebrada, ficou para Dona Angélica. E foi de sua reconstituição física, recuperação cirúrgica de uma pobre criança de louça acidentada, que começamos a rememoração de sua história de vida. A entrevista de Dona Angélica me redireciona para a história de suas ancestrais, desde nosso primeiro contato.

Bruno(B) - Poderia repetir seu nome, Dona Angélica?

Angélica(A) - É Angélica [omitido].

B - Ok. E... Bom, como eu te falei, eu faço parte da equipe de arqueologia [R - Uhum] que tá com um projeto...trabalhando aqui na Chácara, pra tentar saber um pouco da história dela. A, a... hipótese que a gente tem... er... por algumas documentações mais antigas e de/ de posse de terra, de propriedade... diz que [até?] teria sido uma Charqueada. Que aqui teria sido uma Charqueada em meados ao final do século XIX: Entre 1850 e 1900 e cacetada. E... Parte dessa história [na Charqueada/Chácara Santa Barbara?], parte do nosso trabalho na [Chácara Santa Barbara] pra/ pra achar os vestígios da Charqueada, especialmente os vestígios de, de...trabalho escravo [R - Hum] que é a ideia geral do projeto, mas também saber a história da Charqueada depois da Chácara, que é um/ uma coisa que a gente tá descobrindo... com a [??] do pessoal. E aí eu n/ queria saber o que tu poderia, o que tu pod/, poderia me contar da sua [??] da Chácara, que tu viveu...

A - Charqueada eu não sei, não saberia te dizer, eu fiquei sabendo bem através de vocês. O pessoal começou aqui, e a gente ficou sabendo da Charqueada, eu não sabia. [B - Ah, que legal] O que eu soube era de/ o que eu sei é que era Chácara... [B - Uhum] Antigamente. Inclusive aqui da minha casa, até lá a ponta e vai até onde é sobradinho, lá atrás [B - uhum] tudo isso era Chác/ Chácara. [B - uhum] Que a minha vó, a minha vó no caso era [nome completo omitido]..., é, ela que tinha essa Chác/ essa Chácara, tudo aqui. Daqui até alí, inclusive ela ia comprar essa parte aqui da Chácara [B - uhum] Depois ela comprou só até aqui. [B - Entendi] Pra lá... Até só essa volta aqui, né, isso aqui, mais... pra lá, tudo era Chácara dela, onde ela plantava cebola, essas coisas né, plantava um monte de coisa. E... vendia, vendia pra Rio Grande,

vendia pra esse lado todo aí. Essa história que eu sei. Que aqui também tinha uns portugueses que moravam aqui [B - uhum] que era também... Chácara. Junto com/ a minha vó tinha essa Chácara pra lá e eles eram pra cá. Isso ae que eu sei. [B - Tá] Mas de Charqueada eu não...

B - E tua, tua mãe, também, tua vó s/ er... Foi uma das primeiras proprietárias daqui.

A - Foi.

B - Quando que ela, ela veio/ ela já era pelotense? ou...

A - Não... Peraí, eu vou t/ eu tenho um... [B - Ok] Uma coisa que eu tenho anotada aqui.

[Dona Angélica se levanta. Sua voz tem o breve tom do esforço de alguém que o faz, e é seguido pelo leve som dos chinelos se afastando gradativamente do gravador. A espera do entrevistador é acompanhada de um som de moto passando que se escuta da rua. O som de portas de armário agrega à expectativa da busca do momento. Uma criança grita, um trem apita, o entrevistador se mexe, e se escuta Dona Angélica falar de perto, mesmo sem o prenúncio de seus passos de retorno]

A - Eu achei que eu tinha anotado umas coisas mas não, eu botei aqui. [B - Uau... risos] Ele é grande, anotei isso aqui pra mim... Pra mim não me perde. [nome completo omitido], ela era, ela, ela era alemã (Entrevista com Dona Angélica, 24/01/2013).

Nos primeiros minutos, já me informa que sobre Charqueada, não sabe de nada. O que sabe mesmo, e que conta com registro “para não se esquecer”, o que realmente importa, é a Chácara da avó. Na mesma entrevista, Dona Angélica tece a rede hereditária que marca fortemente suas narrativas: Vó > Mãe > Ela > Filhas.

B - E o que eles te contaram, enfim, da Chácara... De quando eles vieram, histórias do que eles viviam por aqui...

R - Não, o que a minha mãe falava muito é que ela era pequena, ia até Rio Grande de Trem... Pra... chegava lá, vendia as coisas da Chácara, vendia aqui pela volta, andava de charrete... E lá naquela, não sei se tu viu, la ná... naquela esquina lá, tem uma enorme d'uma pedra.

B - Aqui na Santa Tecla?

R - Aqui é a Santa Tecla [B - ahã]. Sabe aquela pracinha que tem lá na esquina?

B - Eu nunca fui pra lá.

R - Do lado aqui, depois, tem uma enorme d'uma pedra redonda, com um cone em cima. Aquilo alí foi a minha vó Emma que trouxe do Capão do Leão, pra fazer... pra bater junco. Naquela época se batia junco na mão, né. [B - ahã] E ela foi no Capão do Leão, comprou essa pedra, e instalou alí. E ela era puxada por bur/ por cavalo. [B - uhum] Era pela tração de cavalo. Né [B - uhum], então tinha aquela... Embaixo, a pedra, em cima aquele cone, que deitava o cone, e tinha uma armação de madeira, assim, não sei como que é, pro cavalo

andar na volta. [B - Sim... Ah ???] E minha vó trabalhava também com junco, essa Santa Fé, não sei se tu conhece... palha Santa Fé. [B - palha Santa Fé] Pra colocar... em cima das casas, né? [B - uhum] Ela trabalhava com isso aí também.

[Uma criança pequena na rua grita, chamando o pai] (Entrevista com Dona Angélica, 24/01/2013)

É interessante perceber que há outros sujeitos ocultos nas narrativas. Quando pequena, a mãe não poderia ir sozinha no trem até Rio Grande. Em outros trechos, ela fala dos demais parentes e familiares. Mas, como se vê, a dedicação e ímpeto construtivo são das mulheres.

B - Essa casa foi construída quando?

R - Essa casa aqui foi construída... Que antes aqui, na verdade, essa parte que tu tá aqui era o bar do meu pai. O pai tinha padaria aqui no fundo, [B - ahã] e armazém na frente. [B - ahã] E da época tinha fábricas, a...Aqui a Ceval... funcionava, nem era [????] o nome antes. E tinha a Leal Santos ali do outro lado, não sei se tu soube. [B - Seu Victor falou] Tá, então isso aqui era uma zona muito boa, muito movimento. Então a minha mãe fazia comida pra... comida pros caminhoneiros, né [B - Ah, que legal], então tinha filas e filas aqui de caminhoneiros, né. As vezes ia até lá na escola técnica tinha fila de caminhão. Da serra e da... da colônia. Tinha o lado de lá que era colônia e o lado de cá que era serra, ou vice-versa, né. Então fazia filas enormes, imensas, de caminhão. E meu pai tinha o armazém aqui na frente, que tinha, tem o restaurante que era logo aqui atrás [B - uhum] que a minha mãe fazia comida caseira, né. E lá no fundo tinha padaria, mas na época do restaurante já não tinha mais a padaria. Meu pai começou com padaria. Nós amassava os barro com o pé pra fazer... er... o forno, né. [B - Ah, que legal! risos] Todo mundo participava, pra nós pode ir no carnaval a noite (risos). Ai, meu pai não gostava de carnaval [B - risos] E eu e a mãe nos adorava. Ele não gostava. Então ele dizia "só se vocês amassar o barro" (risos). [B - Tinha que negociar, né] tinha que negociar. Aí nos passamos a tarde toda amassando barro, pra ir no carnaval de noite, de noite já tava podre de cansada (risos). Mas mesmo assim fomos no carnaval (risos).

[...]

Foi aproveitando, aqui foi aproveitado, tanto que essa parede aqui ela é mais pra cá, pra lá já é mais pra lá [B - ahhh, caramba] Aqui é parede dupla. Né [B - Entendi]. E... aqui era o bar. O "Bar e Panificadora Nossa Senhora da Aparecida" na época. É, depois meu pai terminou com a panificadora, que tinha um sócio, e acabou com a sociedade e ficou só com o armazém. Aí é onde ele fazia essa... Dava comida pra fora, e... Vinha o pessoal de longe buscar o feijão da mãe que gostava de feijão, até o pessoal que não era das viandas aqui da... do almoço, vinha, o pessoal...o sobradinho aí era populado, era... lindo de ver na época, né. Eles vinham buscar comida aqui também (Entrevista com Dona Angélica, 24/01/2013).

Nesse trecho fica ainda mais evidente. Seu Pai, dono do Bar e Panificadora, é um personagem coadjuvante da história. Ele era o dono do estabelecimento, mas era o feijão de sua mãe que atraía os consumidores. Foram ela e a Mãe que amassaram o barro para fazer o forno

da padaria. A Avó, como vimos no início do capítulo e nesse trecho, foi até o Capão do Leão, comprou a pedra, mandou trazê-la para bater junco que usava nas réstias de cebola e construção das casas.

Também é essencial observar que essa narrativa circula em torno de um tema clássico para a historiografia: trabalho. A presença da Avó, da Mãe e sua própria despontam pelo trabalho. Esse é o ato que dá linha às histórias, indo ao encontro do que argumentei sobre as representações do Amassilho. Num encontro que tivemos, dia 19 de maio de 2015, esse enfoque ficou mais evidente. Dona Angélica perguntara alguns detalhes sobre a história da família para sua tia materna, irmã de sua Mãe e filha da Avó Alemã. Anotara, em punho, as informações da tia em duas folhas de caderno que me emprestara e que eu transcrevi. Segue, abaixo, trecho da transcrição:

[Vó Alemã] não sabia ler, mas conta, fazia melhor do que alguém com estudo. Matava porco junto com o pai [Nome omissso], em minutos o porco estava limpo, ela era como homem pra trabalhar. Fazia linguiça, torresmo, banha, patê, morcilha, para vender. Enquanto [Avó] e [Bisavô Alemão] matavam o porco, o [Avô Grego] saía de casa para não ver o porco gritar (rsrsrs).

Trabalhava na horta plantando verduras e cebola que fazia réstia com feno que amassava no amassilho puxado a cavalo.

No junco, palha Santa Fé que vendia para São José do Norte para cebola.

Tirava leite para vender. Levantava ainda era de noite para tirar leite.

Tinha os cavalos para carroças e amassilho.

Trabalhava também no armazém “Farol da Ponte” que era dele [Bisavô Alemão] e do meu [Avô Grego].

[...]

Em 13 de setembro de 1938 faleceu [Bisavô Alemã], e [Bisavô Alemão] veio novamente para Pelotas e estava sempre com [Avó Alemã] trabalhando.

Vô grego e [Tio] trabalhavam no barco “Oriente”, trazia arroz das granjas e vendia para os engenheiros. Transportavam alimentos para vender em lugares de difícil acesso, em ilhas no barco.

Vó comprou a pedra na pedreira do Capão do Leão, ela veio de caminhão, foi montado no pátio para amassar junco para enrestar cebola, era puxada por cavalo¹⁰⁴.

Vejamos que o contraste entre as narrativas se repete e, aqui, o complemento: Vimos como Zênia de León atribuía o papel da Avó Alemã como “trabalhando junto do Avô Grego”.

¹⁰⁴ Trecho retirado do Diário de Campo, 19/05/2017. Transcrição de anotações de Dona Angélica.

A mulher trabalha junto com o homem. Aqui, no trecho redigido por Dona Angélica, a história se inverte. O Bisavô Alemão trabalha junto da Avó Alemã. O homem trabalha junto com a mulher. Apesar da segunda ser sintaticamente desfavorável à mulher (de sujeito, passa a objeto da oração), percebe-se que a semântica da segunda ressalta a Avó como fonte do labor – aquela com quem se trabalha.

Nesse mesmo encontro, perguntei a Dona Angélica por que haveria essa distinção de aparência: todos conhecerem mais o Avô que a Avó.

Eu perguntei a Dona Rosangela sobre o que havíamos conversado na última visita. Enquanto ela falava sempre da avó, da mãe, das tias, todo mundo e fora falava muito no avô. Eu perguntei o porquê disso, na opinião dela. Ela disse que era, provavelmente, porque era o avô que viajava muito, que ia nas vendas, que ia com o barco vender as coisas em São Lourenço. A avó, mais tímida e retraída, ficava na chácara trabalhando. E trabalhava muito. “Ela tava com uma criança no peito e trabalhando ali”, gesticulava Dona Rosangela como se fizesse algo na altura do chão.

“Minha mãe também trabalhava bastante. Quando ela estava aqui comigo, às vezes acordava bem antes de mim e estendia a roupa. Eu dizia que não precisava se dar ao trabalho, mas ela não podia ver nada por fazer que já fazia”.

105

A vida cotidiana dessa linhagem de mulheres tropeça nas tramas de construções discursivas sobre o trabalho doméstico. Ainda que o trabalho da avó se dê no ambiente rural, com a terra, seu valor tende a ser menosprezado. Por Dona Zênia, que teima em dar-lhe o atributo de “indústria” encabeçada por um homem. Por outro lado, “ficar na Chácara, trabalhando”, enquanto o Avô “sai de barco vendendo as coisas” atribui à Avó a condição de pessoa da esfera privada e doméstica. Esse prognóstico de homem público e mulher privada sempre dificultou, e ainda dificulta, a visibilização e compreensão da jornada dupla (SILVA & SPOLLE, 2014).

A ideia é vender as “Belas, recatadas e do lar”, é fazê-las bonecas de porcelana intocáveis de tão frágil, encerradas ao lar. O cotidiano doméstico, ainda mais o rural, é trabalhoso e árduo. Caleja as mãos e os pés, corta o rosto, deixa cicatrizes. Se no público vão passando as histórias dos homens empreendedores, no privado a boneca vai aprendendo, geração após geração, a realidade do trabalho e dos cuidados da casa.

A medida que ia lendo as páginas, [Dona Angélica] fazia alguns comentários. Disse que Tia Iolanda contava que a vó Emma “trabalhava igual homem. Tava com uma criança na mão e trabalhando com outra”. Dona Angélica contou

¹⁰⁵ Trecho retirado do Diário de Campo, 19/05/2015.

que trabalhou na Leal Santos até 1983, mais ou menos, quando fechou. Foram 5 anos de trabalho. Depois, ela foi para a Olvebra, onde trabalhava quando engravidou da [1ª Filha]. Disse que, a princípio, queriam demiti-la pois não aceitavam mulher grávida. Mas ela conseguiu ficar e depois outra colega sua também ficou. No entanto, quando veio a [2ª Filha], não conseguiu ficar. A empresa a demitiu. Eu perguntei se ela não tentou recorrer, se isso era possível pela lei trabalhista. Ela disse que não tentou nada disse. “Pensava com aquela cabeça desinformada, vai que eu preciso da empresa alguma hora”. Depois de cuidar das meninas pequenas, cuidou também dos pais que adoeceram.

Lorena Gil, Jordana Alves Pieper e Eduarda Borges da Silva trabalharam com processos da Justiça do Trabalho da Comarca de Pelotas, entre 1940 e 1949¹⁰⁶ (período em que a Avó Alemã trabalhava na Chácara), buscando mais sobre o tratamento jurídico e trabalhista da condição da mulher, entre mãe e operária (GIL, PIEPER, & SILVA, 2013).

A pesquisa em exposição promoveu um levantamento de mil processos da Justiça do Trabalho de Pelotas, onde foram analisados cerca de cento e cinquenta, que tinham por reclamantes mulheres, entre 1940 e 1949. Nestes, observou-se que a reclamação mais presente era a demissão sem justa causa, ocasionada por motivos diversos (GIL, PIEPER, & SILVA, 2013, p. 74).

Desses, poucos foram encontrados que envolviam maternidade (apenas onze). No entanto, dado o contexto jurídico e trabalhista sobre os direitos das trabalhadoras grávidas, como mostram esses casos (e até o caso de Dona Angélica, 40 anos depois), podemos imaginar que muitos casos fiquem sem denúncia ou, quanto aberto o inquérito, deixem de lado a gravidez.

Contudo, mesmo tuteladas pelo Estado, as operárias sofriam com a resistência dos empregadores em cumprir estas leis. Como se verá a seguir, muitas acabavam até mesmo escondendo a gravidez temendo principalmente a perda do posto de trabalho (GIL, PIEPER, & SILVA, 2013, p. 82).

A análise dos processos, ao apresentar os argumentos das partes, evidencia o conflito discursivo entre os papéis atribuídos às mulheres e, consequentemente, em seu cumprimento. De um lado, o positivismo nacionalista que expressava o papel da mulher como “mãe cidadã” (GIL, PIEPER, & SILVA, 2013), responsável pela gestão e criação dos ideais pátrios no seio do lar (TABORDA, 2012). Por outro, sua inserção no mercado de trabalho tingia-a de uma padronização com os operários homens, a ponto de as peculiaridades da maternidade serem vistas como impedimento (quando vistas).

Nas indenizações por conciliação, em nenhum momento as mulheres receberam de forma integral o valor correspondente à maternidade. Somente os outros motivos é que eram levados em conta.

[...]

¹⁰⁶ Documentos disponíveis no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

Diante disto, por mais que sua função de ser mãe tenha uma importância inquestionável na sociedade, há uma dúvida que paira no mundo do trabalho gerando, de certa forma, uma perda do controle dos discursos normativos masculinos: o quanto a entrada da mulher no mercado de trabalho, sobretudo no núcleo formador da pátria, a família, pode afetar a sociedade? Talvez esteja aí o início da difícil trajetória feminina no mercado de trabalho (GIL, PIEPER, & SILVA, 2013, p. 84).

E ainda hoje a situação das mulheres, especialmente as pobres, continua enfrentando dificuldades. De acordo com Susana Silva e Marcus Spolle (SILVA & SPOLLE, 2014), a indústria de conserva de pescado brasileira é

[...] desde a sua formação, no final do século XIX, composta pela maior presença de força de trabalho feminina nas atividades relacionadas a limpeza e a conservação do pescado realizadas no chão da fábrica (SILVA & SPOLLE, 2014, p. 1).

A Leal Santos, empresa que demitira Dona Angélica na segunda gravidez, foi uma importante indústria do ramo de conservas de peixe em Pelotas e Rio Grande. Ela empregou, efetivamente e como safristas, todas as mulheres que moraram na Chácara Santa Bárbara. E, de acordo com os dados dos autores, essa indústria continua empregando majoritariamente mulheres.

Em 2010, o município do Rio Grande contava com uma população total de 197.228 com 94.983 homens e 102.245 mulheres [IBGE, Censo Demográfico, 2010]. De acordo com os dados disponibilizados pela RAIS/MTE, em 2009, entre as 1.589 trabalhadoras das indústrias de transformação instaladas em Rio Grande, 1.006 (63,3%) eram empregadas nas dezenove fábricas de pescado operantes, que empregavam um total de 1.734 trabalhadores e, destes, 58% eram mulheres. Importante ressaltar que o número total de trabalhadoras é sempre maior do que o registrado pela RAIS, pois dependendo da safra, os empregadores utilizam-se de contratos temporários para diaristas e tarefeiras, ou mesmo, de trabalhadoras sem nenhum tipo de contrato (SILVA & SPOLLE, 2014, p. 4).

E mesmo com essa precariedade, as entrevistas feitas por Susana Silva e Marcus Spolle junto a trabalhadoras dessas indústrias no município vizinho de Rio Grande, entre 2009 e 2010, mostra que muitas delas mantêm o trabalho como estratégia de conquista da própria independência, uma via de vida pública fora do ambiente doméstico. Continuam, no entanto, com atribuições do lar que lhe impõe, de modo não facultativo, a jornada dupla.

Mesmo assim, conforme observação e relato das trabalhadoras, as disposições relativas às condições no chão de fábrica muitas vezes não são adequadas, ocasionando insalubridade e doenças como cistite e varizes sobretudo em função das baixas temperaturas dos ambientes e do número de horas de trabalho em pé. As condições de precariedade e insalubridade v[ê]m sendo sanadas de forma mais constante a partir de 2008, principalmente nas fábricas que destinam sua produção para o mercado exterior. De fato, os regulamentos

objetivam mais melhorar a produção e torná-la apta ao mercado exterior do que as condições de trabalho das trabalhadoras (SILVA & SPOLLE, 2014, p. 4).

[...]

A precarização do trabalho na fábrica é compensada pela liberdade de ser “dona de seu nariz”[Entrevistada LM, 16/05/2010]. Os preconceitos em relação ao trabalho são dirimidos, pois o objetivo é ter um trabalho remunerado e ter a possibilidade de sair do mundo doméstico e ampliar sua socialização. Porém, quando perguntadas se gostariam que suas filhas trabalhassem na fábrica elas são unânimes em dizer que para as filhas “querem o estudo” para que através dele possam “trabalhar em algo melhor”[Entrevistada AP, 17/05/2009] (SILVA & SPOLLE, 2014, p. 7).

Nunca é pouco lembrar que, ainda com esse cenário de exploração do trabalho de mulheres em condições de pobreza e desamparo social, foi aprovado pela Câmara dos Deputados e tramita, agora, no Senado, o Projeto de Lei 6787 de 2016, que flexibiliza a legislação trabalhista em diversos pontos, inclusive na permissão de trabalho de gestantes e lactantes em ambientes considerados insalubres, desde que laudo médico garanta que não há risco à gestação (UOL, 2017).

A boneca pode ter sido gerida como uma criança modelo, para futuras mães modelo, “Belas, recatadas e do lar”. Mas assim como a avó Alemã, a Mãe e Dona Angélica, sua vida e sua história não se resumem aos papéis sociais para os quais elas foram concebidas. A Avó era quem trabalhava pesado na Chácara enquanto o Avô Grego viajava de barco. A Mãe trabalhou durante bastante tempo na cozinha do próprio restaurante e ajudando no armazém do pai. Dona Angélica, como muitas pelotenses de sua época, trabalhou na Olivebra, fábrica de óleos vegetais, e na Leal Santos, de conservas, e fora demitida na gravidez da segunda filha. Cuidara da doença do pai e da mãe, e depois, ficou por conta da vida doméstica. Tendo assumido papéis sociais que lhes foram impostos não significa, no entanto, que elas não tenham levado a vida como protagonistas da própria história, conduzindo esses papéis do melhor modo possível e sempre críticas do mundo em que se inserem: não esqueça, quem trabalhava na chácara era a avó! A Avó lembra a mãe, que lembra Dona Angélica, que lembra suas filhas, que são todas lembradas pela boneca. Hoje, Dona Angélica tem duas filhas, ambas formadas no ensino superior e que trabalham fora de casa, ajudando-a quando podem.

Novamente, não se trata de minar os modos de vida de minhas colaboradoras, tampouco seus afetos familiares e suas escolhas de vida. Mas compartilhar os desafios de vida dessas mulheres, suas visões de presente e passado, de mundo, que não devem ser deixadas em segundo plano quando da construção de formas de re-apresentar o passado.

Finalmente, perguntei à Dona Angélica se ela passaria a boneca para as filhas. “Eu gostaria, mas assim, quebrada?” (Dona Angélica, 19/05/2015). Restaurada, ela foi devolvida para a família e hoje veste a roupa de batismo de suas duas filhas. A recuperação da boneca, de corpo frágil ao toque, porém inorgânico e mais perene, parece ser mais fácil – vai na plástica. Seria o mesmo caso para as mulheres de carne? Acho pouco provável, uma vez que é o tipo de suplício cirúrgico que, muitas vezes, serve para modelá-las “à moda do chefe”. Ou não, talvez seja para modelar-lhe o corpo a seu prazer e gosto. O que minhas colaboradoras me mostraram é que aí está o cerne da questão – escolha de seus modos de vida, liberdade sobre seus corpos, dignidade em seu trabalho, clareza em suas relações, protagonismo de suas histórias. Chega de senhorinhas perfeitas, de princesas, de rainhas, de Charqueadas e baronesas, belas, recatadas e do lar. Longa vida às Chácaras, trabalhadoras, bruxas, lutadoras, meninas de louça, moças de carne, mulheres de pedra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha primeira entrada no diário de campo sobre a Chácara/Charqueada foi em 13 de abril de 2011, antes mesmo do ingresso no doutorado na Unicamp, em janeiro de 2012. Hoje, final de julho de 2017, celebro o término de mais de seis anos de trabalho junto aos moradores, moradoras e equipes científicas do Projeto “O Pampa Negro”. Com esta tese, espero ter feito valer a aposta de Lucio Menezes Ferreira, ao me dar acesso ao projeto, conhecer sua equipe, analisar seu material e suas documentações. Como demonstrei no Capítulo 1, o projeto foi amplo e resultou em importantes trabalhos sobre a escravidão na Pelotas charqueadora, suas representações contemporâneas, suas expressões patrimoniais, os modos de gestão de acervos e de memórias associadas a esses acervos. Peço desculpas por não contemplar trabalhos que foram iniciados ao longo da minha participação no “Pampa Negro”, mas que ainda estão inconclusos na finalização desta tese.

Espero também ter contribuído com os moradores e moradoras, a quem devo a pedra fundamental deste trabalho. Essa experiência foi minha primeira em termos de execução de uma proposta de arqueologia pública. Com eles e elas, foi possível entender o que constitui o “público” do qual esta palavra se origina, bem como a sua relação com a “arqueologia”, sendo o Capítulo 2 fruto dessa ligação. Ao experimentar com os colaboradores e colaboradoras conflitos que envolvem a produção de conhecimento sobre o passado e sobre a propriedade na qual se encontram os vestígios arqueológicos, seja em subsolo da União, ou edificado acima da superfície, pude revisitar a arqueologia pública e avaliar suas práticas contemporâneas. Como demonstrei, a ideia de aproximação entre ciência e sociedade que ela comporta, é dominada, em grande parte (e desde sua gênese), pelos parâmetros do desenvolvimento. Ela tende fortemente ao apaziguamento de conflitos, à mitigação de ações deletérias do patrimônio, ambiente e sociedade. Ela tende ao retorno financeiro, mingüado se comparado aos reais ganhos de projetos desenvolvimentistas aos quais atende. Ela tende a tornar a arqueologia como um setor de gestão dentro daquela categoria empresarial que conhecemos como “recursos humanos”.

Por que deixar que nos coloquem nessa posição quando temos força e poder, com respaldo legal e institucional, para fazer diferente? Se pensarmos a política como gestão da coisa pública, por que a arqueologia pública não se aproxima mais da arqueologia política do que da arqueologia sustentável? Por esses questionamentos, me aproximei de alguns autores mencionados no Capítulo 2, na defesa de uma arqueologia que se mantenha arqueológica; que se mantenha atenta aos saberes tecnológicos, aos usos e abusos da materialidade, às memórias

representadas no patrimônio. Fazer arqueologia é produzir conhecimento sobre o passado, mas ainda calcado no presente. Por que nos reduzimos a peões de negociação pela forma mais barata, e “sustentável”, de destruir? Nossa produção não se mede em ativos de capital, mas na construção de conhecimento crítico sobre realidades históricas e contemporâneas. Eis nossa política, eis nossa profissão. Fecho o segundo capítulo com essa vontade por uma arqueologia subversiva. Se aprendi algo com os Movimentos Sociais, é que não faltam lugares por onde o homem branco, heterossexual, cis, burguês pode exercer (e exerce) seus mecanismos de opressão; logo, não faltam lugares de luta. A arqueologia pode ser revolucionária, reformista, instigante, espiã, histórica, acadêmica, estudantil, tímida, silenciosa. Só não pode ser silenciada.

Já no Capítulo 3, preocupei-me em refletir sobre esse atributo de valor da coisa antiga, que é o patrimônio. Ao longo do debate com diversos autores e autoras, de diferentes campos de pesquisa, foi possível perceber que não se trata de um conceito leviano. Aliás, parto da premissa que o patrimônio é um conceito com gênese e desenvolvimento historicamente marcados, culminando em políticas públicas de Estado para a gestão de lugares de memória. Com isso, não é possível pensar essa categoria fora de um contexto aqui identificado como mecanismos públicos de representação histórica e social via materialidade. Esse debate é essencial à consciência crítica que desnaturaliza da condição patrimonial. Os exemplos pelotenses que mostrei, as pichações e a destruição de Iemanjá, mostram que o poder representativo do patrimônio existe e é sentido. No entanto, não se abre o diálogo sobre os panoramas sociais que estão ali existindo.

Os moradores e moradoras da Chácara/Charqueada conhecem a palavra patrimônio, e usam-na justamente como um elemento de referência estranho ao seu cotidiano na casa. Falar em patrimônio significa falar em “reconhecimento municipal”, “valor científico”, “proibições de alterações da própria casa”. Patrimônio não é uma categoria que utilizam para se referir de modo afetivo ao seu próprio lar.

A legislação municipal sobre o patrimônio cultural provê um importante campo de debate sobre essas questões. Trata-se, afinal, do compêndio básico para políticas locais de gestão da memória e o campo primordial da constituição do patrimônio. Essa legislação se mostrou elitizada e desenvolvimentista. Embora tenha aberto as condições de acesso a significação do patrimônio por meio de conselhos consultivos, audiências e pontos de apoio do executivo nos bairros e zona rural, vê-se claramente que a forma como se constituem os conselhos consultivos e deliberativos deixa pouco espaço para participação popular direta, estando repleto de representantes governamentais e da elite intelectual cidadina. Com isso, que patrimônio esperam coroar a Princesa do Sul?

O último capítulo veio como uma proposta de destronar a Princesa, derreter a coroa, e devolver o poder às mulheres do povo. Uma frase bastante apoteótica para uma empreitada tão singela. Mas a verdade é que procurei, através da história das mulheres da Chácara/Charqueada, romper com as amarras sociais que ainda hoje menosprezam a agência feminina, e procuram, pela imagem ou coerção física, suprimi-las o protagonismo. Não me proponho ser, já o disse no Capítulo 4, porta-voz de suas experiências recônditas e esquecidas. Elas já possuem voz, e não precisam que eu fale por elas. A tarefa a que me propus, como arqueólogo, homem, branco, cético, acadêmico, foi de escutar a outras mulheres, brancas e negras, cristãs e de Nação, profissionais liberais e donas de casa, mães, filhas, amigas, irmãs. E, de sentidos atentos, procurar usar meu poder social enquanto construtor de conhecimento sobre o passado, para criar formas de representação social pelo patrimônio arqueológico que levasse em conta essas experiências no presente¹⁰⁷.

O mais interessante em todo esse processo, pelo menos para um arqueólogo, é o papel que possui a materialidade nas relações. Por todo o receio metodológico que determinados setores da arqueologia brasileira tem imputado ao engajamento social da disciplina, foi muito elucidativo perceber o quanto é possível produzir uma arqueologia politicamente ativa, com conhecimento tecnológico da cultura material. Sua matéria prima, técnica de produção empregada, valor de mercado, características morfológicas, tafonômicas, processos de restauro, estabilização, marcas de uso, enfim. Tudo do que aprendi sobre análise laboratorial de vestígios arqueológicos estive lá, em maior ou menor grau, respondendo a diferentes perguntas. Uma das estratégias mais antigas do capitalismo e um argumento clássico da teoria marxista em sua crítica é a alienação desse modo de produção. Não só o trabalhador é privado de seus conhecimentos que permitem a reprodução e manejo de suas tecnologias produtivas e assim é relegado à venda de sua mão-de-obra, mas também o consumidor é alienado dos processos que levaram à fabricação dos bens de consumo. O poder do capital reside na propriedade dos meios de produção. Nesse escopo, a arqueologia possui um poder subversivo gigantesco, que é o interesse pela tecnologia, pelos modos de produção. Não é à toa que ela foi uma ferramenta do

¹⁰⁷ Tarefa, aliás, necessária. Dia 09 de junho de 2017 é publicada a lei nº 6455, que “Declara o Café Aquários, estabelecimento integrante do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Pelotas”, em seu artigo primeiro. Disponível em: < http://sapl2.camarapel.rs.gov.br/sapl_documentos/norma_juridica/2484_texto_integral >. Acessado em: 23/07/2017. A única a votar contra foi a vereadora Fernanda Miranda do PSOL, que publicou em sua página do Facebook a justificativa: “Para quem interessar: votei contra o projeto que transforma o café Aquários em patrimônio histórico cultural de Pelotas. Primeiro, por ser mulher. Não admito que um lugar que não respeita as mulheres, que simboliza o patriarcado, seja homenageado dessa forma. Segundo, sou da periferia. Aquele lugar está longe de representar a história e a cultura do povo pelotense, que na sua grande maioria não frequenta aquele lugar. Além do mais, o café Aquários, sendo um patrimônio histórico cultural, pode receber benefícios fiscais, ou seja, menos impostos para investimentos para a população.” Disponível em: < <https://www.facebook.com/fernanda.p.miranda.1/posts/10209714265155182> >. Acessado em: 23/07/2017.

imperialismo e colonialismo ocidental. Conhecer e tomar do outro, seus modos de vida, suas medicinas, suas armas, suas edificações, suas pessoas, suas ideias, seus corpos. Todos os saberes e fazeres e fagocitá-los na evolução linear onde estariam abaixo da civilização branca, cristã e industrial. Por que, então, não usar esse poder para despir as tramas de nossa própria sociedade? Mostrá-la por dentro de suas engrenagens? A fabricação industrial do hambúrguer artesanal, a linha de produção do móvel rústico, o molde de ferro da boneca de porcelana.

Todos os resultados obtidos em cada um dos capítulos não teriam sido alcançados sem a aplicação da metodologia etnográfica à pesquisa arqueológica. Mesmo com os defeitos de minha primeira experiência com um projeto de tamanha envergadura, ficou claro que a observação participante e as entrevistas, voltadas à compreensão dos modos contemporâneos de entender e viver o passado, o lugar e a materialidade, permitiram o desenvolvimento de uma arqueologia que conseguiu incorporar demandas sociais em seu cerne. Sem dúvida, essa foi a primeira de muitas outras etnografias arqueológicas de minha carreira de pesquisa.

Ademais, vejo potencial também para uma etnoarqueologia contemporânea. O trabalho com as coleções das colaboradoras me mostrou como conhecemos pouco, em termos tecnológicos e arqueológicos, os produtos de nossa sociedade de consumo. Quais as especificidades dos tipos de resinas utilizadas em miniaturas domésticas? Quais os polos produtores e os circuitos de distribuição? Qual o tipo de trabalho empregado em sua produção? Quais são os significados atribuídos em cada uma das etapas de produção? Como é o descarte desse material: lixo comum ou despacho litúrgico? Isso só para mencionar o caso das bruxinhas de Dona Maria. A etnografia arqueológica associada com uma etnoarqueologia contemporânea pode nos garantir um potencial imenso em termos de compreensão social pela cultura material, além de meios pelos quais podemos atuar diretamente na construção de conhecimento crítico sobre o passado recente e sobre nosso presente – uma arqueologia socialmente engajada.

Por esse panorama, nas entrevistas e etnografia, ficou claro que a Charqueada era apenas um dos momentos da história da casa, e que se encontrava, por fim, distante da experiência dessas famílias que ali moram há quatro gerações, descendentes dos Avós Portugueses, imigrantes. Assim, a Chácara, como era conhecida pelos moradores e pela vizinhança, possuía uma vivacidade própria e distinta da Charqueada escavada pela equipe de arqueologia. Ao mesmo tempo, algumas histórias e contos dos moradores sobre o período charqueador da cidade e da própria casa misturam o cotidiano e o passado, deixando clara uma linha de continuidade percorrida, com o passar do tempo, por experiências de vida constantemente atualizadas. A Chácara/Charqueada é um lugar que conjuga tempos e experiências, formando as histórias de suas gentes, ao mesmo tempo em que é formada por elas.

Seu Victor, um dos colaboradores e moradores da Chácara afirma “a casa deve ser uma charqueada mesmo. Às vezes a parede sua com a umidade e a água que sai tem gosto de sal” (Seu Victor, 16/11/2011). Ao mesmo tempo, sua cegueira adquirida por acidente de trabalho coloca em seu discurso problemas trabalhistas e o seu corpo sente o desconforto de uma cidade “que não é feita para deficientes” (Seu Victor, 13/03/2015). Dona Maria, também moradora e colaboradora, veio à Chácara como cônjuge de um de seus moradores, Seu Marcel, neto dos portugueses. Apesar de personagem nova na história da Chácara e Charqueada, Dona Maria conta, com mais ânimo que o próprio marido, as histórias que conheceu tardiamente; visita a escavação com maior frequência que os vizinhos e se mostra interessada em participar dessa longa trajetória da casa, tanto quanto seus moradores mais antigos. Esse ímpeto de protagonismo é o mesmo com que lida com os problemas cotidianos – enfermeira, assistente social e faixa preta de jiu-jitsu, Dona Maria (2015) “chama para o braço” (14/03/2015), enfrentando traficantes recém-instalados na região, ajudando outras mães a cuidar dos filhos que “escapam” para as drogas e questionando as informações pouco claras dos proprietários da Chácara. Dona Lisa (2015), esposa de Seu Victor, conta suas próprias dificuldades, do falecimento prematuro do pai ao cuidado dos filhos, e também, da superação familiar da cegueira do marido (12/02/2015). Dona Angélica, vizinha dos moradores da Chácara, “ficou sabendo” que a casa foi uma charqueada por conta dos trabalhos de arqueologia (Entrevista com Dona Angélica, 24/01/2013). No entanto, faz eco às moradoras da Chácara com sua própria narrativa de família, expondo os problemas vividos por suas mulheres em todas as gerações – sempre trabalhadoras, batendo de frente com a sociedade pelotense ainda hoje fortemente sexista. Seu Rocha, um dos moradores mais antigos da Chácara, narra sua luta contra preconceitos raciais, sexuais, religiosos e de saúde. Seu relato é uma tecelagem da violência social que atravessa os meandros das narrativas cotidianas sobre a história, higiene e masculinidade desde o período escravista brasileiro (Entrevistas com Seu Rocha, 17/12/2010, 22/10/2012, 17/12/2013).

O vídeo-documentário que está no Anexo H foi uma estratégia de explorar (sem espoliar) o protagonismo desses atores sociais, numa mídia que os permitisse representar a si mesmos, em seus meios, em suas histórias. Representar a vida que sua nas paredes daquela casa.

Seu Rocha [R] Cada Orixá tem a sua/ ó, aqui ó. Aqui ó, aqui é Oxum. Tá do lado Afro. Ela tem espelho, porque ela é a Dona da vaidade, entende? Ela é a Dona da Formosura. Entende? Então ela s/ ela é a Orixá que é a Dona do Brilho, Orixá que é... geralmente quem é filho de Oxum gosta de coisas bonitas, eu sou um [B - (risos)] Eu gosto de coisa que brilhe! Entende. Qué um cafezinho, Bruno?
B - Ah, eu aceito. Então vou parar de gravar aqui.

R - Muito bem, tá. Quer que eu diga meu nome? Não precisa

B - Não, eu já, já tá registrado na entrevista da Estefânia.

R - Tá, posso dar [B - Claro!! Manda bala] Essa mensagem que eu vou transmitir é pra todo o... os teus amigos, os estudantes amigos da Universidade Federal. *A vida é bela, é preciso saber viver. Viva a vida.* B - Ah, brigado Seu Rocha, que lindo (Entrevista com Seu Rocha, 22/10/2012).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. Dinámicas de patrimonialización y "comunidades tradicionales". In: CHAVES, Margarita; MONTENEGRO, Mauricio; ZAMBRANO, Marta. **El valor del patrimonio: mercado, políticas culturales y agenciamientos sociales**. Bogotá: ICANH. 2013. Pp. 1 – 25.

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Céclie; DODEBEI, Vera. **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press. 2015. Pp. 67 – 93.

ALMEIDA, Guilherme Pinto. Notas introdutórias à iconografia do Almanaque do Bicentenário de Pelotas (Vol. 1). In: RUBIRA, Luis. **Almanaque do Bicentenário de Pelotas** (Projeto LIC: Gaia Cultura & Arte ed., 3 Vols. Vol. 1 - fac-simile da "Revista do 1º Centenário de Pelotas/João Simões Lopes Netto", textos diversos e fotografias da cidade). Santa Maria/RS: Pró-Cultura RS/Editora e Gráfica Pallotti. 2012. Pp. 301 – 334.

ALMEIDA, Liciane Machado; BASTOS, Michele de Souza. A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação ambiental. **Revista CPC**. Vol. 1, nº 2. Mai/out. 2006. Pp. 96-118. DOI: < <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i2p96-118> >.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A negra forca da princesa: policia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)**. Pelotas: Edição do autor: Sebo Icária. 2008.

ANJOS, Giullia Caldas dos. **Brincando de arqueologia em Pelotas: história e arqueologia pública na Charqueada Santa Bárbara**. Pelotas: Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em história). Universidade Federal de Pelotas. 95f. 2012.

BAHN, Paul; RENFREW, Colin. **Archaeology: theories, methods and paractices**. London: Thames and Hudson. 1996.

BEZERRA DE ALMEIDA, Márcia. **O Australopiteco corcunda**. As crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola. 108f. Tese (Doutorado em Ciências, área de concentração em arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2002. 108f.

BEZERRA, Márcia. "As moedas dos índios": um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila Joanes, ilha de Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**. Ciências Humanas. Vol. 6, nº 1. jan/abr. 2011. Pp. 57-70.

_____. As cores do passado na Amazônia: o patrimônio arqueológico no artesanato da vila Joanes, Ilha do Marajó, Brasil. **Amazônica: revista de antropologia**. Vol. 6, nº 2. 2014. Pp. 418-441.

_____. At the edge: archaeology, heritage education, and human rights in the Brazilian Amazon. **International Journal of Historical Archaeology**. Vol. 19. 2015. Pp. 822-831.

BRASIL. Ataques contra religiões de matriz africana são 'racismo religioso', afirma secretária. **Portal Brasil – Cidadania e Justiça**. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/intolerancia-religiosa/textos/20160501ceumacirramentodoracismoemrelacaoapopulacaonegrausandoreligiao-comopanodefundo20160501ddizsecretaria> >. Acessado em: 10 de novembro de 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (2º Vara Federal de Pelotas). **Ação Civil Pública. nº 5001337-77.2012.4.04.7110/RS**. Autor: Ministério Público Federal. Réu: Pontal da Barra-Loteamentos, Mineração e Negócios Gerais Ltda. Réu: FEPAM. E outros. Relator: Juiz Cristiano Bauer Sica Diniz. Pelotas. 05 ago. 2016.

BRITTO, Natália D. Soares. **Industrialização e desindustrialização do espaço urbano na cidade de Pelotas (RS)**. Rio Grande: Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande. 2011. 108f.

BRUNO, Maria Cristina. Pesquisa em museologia e questões indígenas. In: CURY, Marília Xavier. **Museus indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate**. São Paulo: Secretaria de Cultura ; ACAM Portinari ; MAE/USP. 2016. Pp. 29 – 32.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; VAN LEEUWEN, Theo. Discurso crítico e gênero no mundo infantil: brinquedos e a representação de autores sociais. **Linguagem em (Dis)cursos**. Vol. 4. 2004. pp. 11-33.

CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. Lei nº 3.128 de 23 de julho de 1988. *Altera a Lei nº 2708 de 10 de maio de 1982*. Pelotas, RS, Brasil. 1988. Disponível em: < http://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50202:4:1::NO::P4_CD_LEGISLACAO:109495 >. Acesso em 13 de 03 de 2017.

CAMPOS, Isabel S.; RUPERT, Rosane A. Festa de Iemanjá e Área de Preservação Permanente no Balneário dos Prazeres: Uma aproximação etnográfica sob a perspectiva dos conflitos sociais. **IV Encontro Internacional de Ciências Sociais**. Pelotas: UFPel. 2014a. Pp. 1 – 17.

_____. Religiões de matriz africana e a intolerância religiosa. **Cadernos do Lepaarq**. Vol. XI, nº 22. 2014b. Pp. 293-307.

CAMPOS, Andrea Almeida. As Bruxas retornaram... Cacem as Bruxas! (um argumento para o controle histórico da sexualidade feminina). **Revista Espaço Acadêmico**. nº 104. 2010. Pp. 64-72. Disponível em: < <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9151/5144> >. Acessado em: 16 maio de 2017.

CORTELINI, Lárarson. Obra de Zênia de Leon resgata parte da história de Pelotas. **Diário Popular**. 10 nov. 2011. Disponível em: < https://www.diariopopular.com.br/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=NTA1ODA=&id_area=Mg== >. Acessado em: 10 maio de 2017.

CARNEIRO, Carla Gilbertone. **Ações educativas no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia**. São Paulo: Tese (Doutorado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo/SP. 2009. 321f.

CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. **Estudos Avançados**. Vol. 11, nº 5. 1991. Pp. 173-191.

_____. **A História Cultural: entre praticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel. 2002.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Unesp. 2001.

DAL POZ, João. **A Etnia e a terra**: notas para uma etnologia dos índios Arara (Aripuanã - MT). Cuiabá: EdUFMT. 1995

DAVIS, Hester. The crisis in American archaeology - an increase in destruction and decrease funding for salvage has created an archaeological crisis. **Science**. Vol. 175. 1972. Pp. 267-272.

DÍAZ-ANDREU, Maria. Nacionalismo e arqueologia: o contexto político da nossa disciplina. **Revista Aulas**. Vol. 2. 2002

DOBRES, Marie-Anne; ROBB, John. E. Agency in archaeology: paradigm or planitude. In: _____, **Agency in Archaeology**. London, New York: Routledge. 2000. pp. 1 – 18.

DOLL REFERENCE. JDK - Kestner Dolls - 1820-1938 German. **Doll Reference**. Disponível em: < http://www.dollreference.com/jd_kestner.html >. Acessado em: 23 abril 2017.

DOWSON, Thomas A. (2000). Why queer archaeology? An introduction. **World Archaeology**. Vol. 32, nº 2. 2000. Pp. 161 - 165. DOI:10.1080/00438240050131144.

Éditions Larousse. (13 de junho de 2016). *Dictionnaire de Français*. Fonte: Larousse: < <http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais> >.

FERNANDES, Tatiane C. **Vamos criar um sentimento?** um olhar sobre a arqueologia pública no Brasil. Dissertação de mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008. 212f.

FERREIRA, Lucio Menezes. **O Pampa Negro**: Arqueologia da escravidão na região meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888). Pelotas. Jul. 2009a.

_____. Sobre o conceito de diáspora africana. **Metis**: história e cultura, Vol. 8, nº 16. Jul/dez. 2009b. Pp. 267-275.

_____. Arqueologia da escravidão e arqueologia pública: algumas interfaces. **Vestígios** - Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica. Vol. 3, nº 1. 2009c.

_____. Arqueología comunitária, arqueología de contrato y educación patrimonial en Brasil. **Jangwa Pana**: Revista del Programa de Antropología de la Universidade de Magdalena (Colombia), 2010a. Pp. 95-102.

_____. Arqueología de la Diáspora Africana: algunas aproximaciones. In: BÁRCENA, J. R.; CHIAVAZZA, R. B. **Arqueología Argentina en el Bicentenario: XVII Congreso Nacional de Arqueología Argentina** (Vol. Tomo II,). Mendoza: Facultad de Filosofía y Letras de Cuyo. 2010b. pp. 697-703.

_____. **Relatório de pesquisa à 12ª superintendência regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (agosto a outubro de 2011)**. Pelotas/RS. 2011a

_____. Quieta non muovere: arqueologia comunitária e patrimônio cultural. In: FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira. **Patrimônio cultural, diversidade e comunidades**. Campinas: Editora Unicamp. 2011b. pp. 161 – 172.

_____. **Relatório de pesquisa para a 12ª superintendência regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (outubro de 2011 a janeiro de 2012)**. Pelotas/RS. 2012

_____. La arqueología siempre fue pública. In: SALERNO, Valeria. Arqueologia pública: reflexiones sobre la construcción de un objeto de estudio. **Revista Chilena de Antropología**. Vol. 27. 2013a. Pp. 7-37.

_____. **Relatório de pesquisa para a 12ª superintendência regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (outubro 2012 - outubro 2013)**. Pelotas/RS. 2013.

_____. A Global perspective on maroon archaeology in Brazil. In: MARSHALL, L. W. **The Archaeology of slavery: a comparative approach to captivity and coercion**. Carbondale: Center for Archaeological Investigations. Southern Illinois University. 2014. pp. 375-390.

_____. Las cosas están vivas: relaciones entre cultura material, comunidades y legislación arqueológica. **Complutum**. Vol. 26, nº 1. 2015. Pp. 37-48.

_____; CORZO, Gabino L. Simbolo não escolhido: arqueologia das marcas a ferro em escravos de Cuba. In: AGOSTINI, Camila. **Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras. 2013. Pp. 121 – 135.

FERREIRA, Lúcio Menezes; SALLÉS, Jaime Mujica. Construcciones alternativas: apuntes sobre las relaciones entre arqueología, patrimonio cultural y diversidad. **Estudios sociales del NOA**. nº 12. 2012. Pp. 161-171.

FERREIRA, Lúcio Menezes; FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira. Arqueologia da Escravidão e Museus. **Revista Museu**. Vol. 5. 2011. Pp. 1-4.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2013.

FUNARI, Pedro Paulo. A Arqueologia Pública na America Latina e seu contexto mundial. **Fronteiras: Revista de História**, 2002. Pp. 87-96.

_____. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto. 2003.

_____; CARVALHO, Aline Vieira. **Palmares, ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

FUNARI, Pedro Paulo.; PELEGRINI, Sandra de Cássia. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006.

FUNARI, Pedro Paulo; OLIVEIRA, Nanci Vieira; TAMANINI, Elizabete. Arqueologia pública no Brasil e as novas fronteiras. **Praxis Archaeologica**. Vol. 3. 2008. Pp. 131-138.

G1. Pichação na Faculdade de Direito da UFPel. **RBS TV**, p. única. 18 jul. 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/rbs-noticias/videos/v/pichacao-na-faculdade-de-direito-da-ufpel/3508748/> >. Acessado em: 19 agosto 2016.

GEERTZ, Clifford. Thick description: toward an interpretative theory of culture. In: _____. **The interpretation of cultures**. New York: Basic Books. 2000.

GIL, Lorena Almeida; PIEPER, Jordana Alves; SILVA, Eduarda Borges da. Maternidade e trabalho: direito ou dever? **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Vol. 5, nº 9. 2013. Pp. 72-87.

GINZBURG, Carlo. **Os Andarilhos do Bem**: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. 1984. Pp. 223-244.

GONÇALVES, José Reginaldo. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina. **Memória e Patrimônio** - Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina. 2009.

_____. The dark side of the moon. Heritage, memory and place in Rio de Janeiro, Brazil. **Vibrant**. Vol. 10, nº 1. Jan/jun 2013. Pp. 190-207.

_____. O mal-estar do patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, Vol. 28, nº 55. Jan/jun. 2015. Pp. 211-228.

GUERREIRO, Vinicius. Jovens se reúnem para tentar apagar as pichações da Catedral de

Pelotas. **Diário Popular**. 12 dez. 2014. Disponível em < http://www.diariopopular.com.br/tudo/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=OTM1MDI=&id_area=Mg >. Acessado em: 03 agosto 2015.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Time to destroy. **Current Anthropology**. Vol. 49, nº 2. 2008.

_____. Hacia otra arqueología: diez propuestas. **Complutum**. Vol. 23. nº2. 2012. Pp. 103-116.

_____. Malos Nativos. Una crítica de las arqueologías indígenas y poscoloniales. **Revista de Arqueología**. Vol. 27, nº 2. 2014. Pp. 48-63.

GUTIERREZ, Esther J.. **Negros, Charqueadas e Olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária. 2001.

HAMLIN, David. The structures of toy consumption: bourgeois domesticity and demand for toys in nineteenth century Germany. **Journal of Social History**. Summer 2003. pp. 857-869.

HAMILAKIS, Yannis; ANAGNOSTOPOLOS, Aris. What is archaeological ethnographies. **Public archaeology**: archaeological ethnographies. Vol. 8, nº 2-3. 2009. Pp. 65-87.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Vol. 5. 1995. 7-41.

_____. A Cyborg Manifesto. In: HANKS, C. **Technology and values**: essential readings. Malden/Oxford: Wiley-Blackwell. 2000. Pp. 225-246.

HERLOCHER, Dawn. **Warman's dolls field guide**. Iola: Krause. 2006.

HICKS, Dan; BEAUDRY, Mary C. Chapter 1: Introduction - the place of historical archaeology. In: _____. **The Cambridge companion to historical archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press. 2006.

HODDER, Ian. Agency and individuals in long-term processes. In: DOBRES, Marie-Anne; ROBB, John E. **Agency in Archaeology**. New York, Abingdon: Routledge. 2000.

HORTA, Maria da Lourdes Parreiras, GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial. 1999.

ICAHM. **Carta para a gestão do patrimônio arqueológico** (Carta de Lausanne). Out. 1990.

INGOLD, Tim. The temporality of the landscape. In: _____. **The perception of the environment**. Essays in livelihood, dwelling and skill. London/New York: Routledge. 2000.

_____. Part IV - A storied world. In: _____. **Being Alive**. Essays on movement, knowledge and description. London/New York: Routledge. 2011.

JAGOSE, Annemarie Rustom. **Queer Theory** - an introduction. New York: New York University Press. 2005.

JONES, Siân. Monuments, memory and identity: exploring the social value of place. **Conservation Bulletin**. Issue 63. 2010a. Pp. 22-24.

_____. "Sorting stones": monuments, memory and resistance in Scottish highlands. Em M. C. BEAUDRY, & J. (. SYMONDS, *Interpreting the Early Modern World*. New York/London: Springer.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos** - ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34. 1994.

LEAL, Ana Paula. **Arqueologia, Museologia e Conservação**: documentação e gerenciamento da coleção proveniente do sítio Santa Bárbara (Pelotas-RS). Pelotas: Dissertação (Mestrado em arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia (concentração em arqueologia). Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. 2014. 120f.

LEÓN, Zênia de. **Guardiões da Memória** - Crônicas das relíquias históricas. Pelotas: Signus. 2008.

LEONE, Mark P. The Mormon temple experience: a non-mormon look at a latter-day Saint's most sacred ritual. **Sunstone**. Mai. 1985. Pp. 4-6.

_____. A Historical archaeology of capitalism. **American Anthropologist**. Vol. 97, nº 2. 1995. Pp. 251-268.

_____. POTTER JR., Parker P.; SHACKEL, Paul A.; BLAKEY, Michael L.; BRADLEY, Richard; DURRANS, Brian; GERO, Joan; GRIGORIEV, G. P.; HODDER, Ian; LANATA, Jose Luis; LEVY, Thomas; SILBERMAN, Neil A.; PAYNTER, RIVERA, Mario A.; WYLIE, Alison. (jun. de 1987). Toward a critical archaeology [and comments and reply]. **Current Anthropology**. Vol. 28, nº 3. jun. 1987. Pp. 283-302.

LITTLE, Barbara. **Historical Archaeology**: why the past matters. Walnut Creek: Left Coast Press. 2007.

KNAPP, A. Bernard; ASHMORE, Wendy. Archaeological Landscapes: constructed, conceptualized, ideational. In: _____, **Archaeologies of Landscape**. Oxford: Willey-Blackwell. 1999.

MAJEWSKI, Theresa; GAIMSTER, David. Introduction. In _____. **International Handbook of Historical Archaeology**. New York: Springer. 2009.

MARSILLI, B. O Canal para o desenvolvimento. **Diário Popular**. 24 de fevereiro de 2014. p. 7.

MARSHALL, Yvonne. What is community archaeology? **World archaeology**. Vol. 34, nº 2. 2002. Pp. 211-219.

MARTINS, Gilson. A Justiça é para todos: Arqueologia forense e a questão fundiária dos índios Terena em Sidrolândia/MS. **Anais do XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Campo Grande: Sociedade de Arqueologia Brasileira. 2005. Pp. 112 – 118.

MALINOWSKI, Bronislaw. **The argonauts of the western pacific**. London: Routledge. 2005[1922]

McGUIRE, Randall. **Archaeology as political action**. Los Angeles/Berkley/London: University of California Press. 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola. 2005.

_____.; RIBEIRO, Suzana L. **Guia Prático de História Oral**: para empresas, universidades, comunidades e famílias. São Paulo: Contexto. 2011.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Vol. 34. 1992. Pp. 9-24.

MERRIMAN, Nick. Introduction. Diversity and dissonance in public archaeology. In: _____ (Ed.). **Public Archaeology**. London/New York: Routledge. 2004.

MONTEIRO, Victor Gomes. **Um inventário do medo**: a pelotas escravista através das Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1850). Pelotas: Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em História). Universidade Federal de Pelotas. 2012. 115f.

_____. Cercado de inimigos. Elite local e as relações escravistas em Pelotas (1832-1850). **Revista História**. Ano 5, Vol. 1, Nº1. 2014. Pp. 252-269.

MONTONE, Anelise Costa. **Representações da vida feminina em um acervo de imagens fotográficas do Museu da Baronesa, Pelotas/RS: 1880 a 1950**. Pelotas: Dissertação (mestrado em memória social e patrimônio cultural). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. 2011. 198 f.

MOSER, Stephanie; GLAZIER, Darren; PHILLIPS, James E.; EL NEMR, Lamya Nasser; MOUSA, Mohammed Saleh; AIESH, Nasr Rascha; RICHARDSON, Susan; CONNER, Andrew; SEYMOUR, Michael. Transforming archaeology through practice: strategies for collaborative archaeology and the community archaeology project at Quseir, Egypt. **World archaeology**. Vol. 34, nº 2. 2002. Pp. 220-248.

NEVES, Eduardo Góes. **Sob os tempos do equinócio**: Oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 AC - 1.500 DC). São Paulo: Tese apresentada para Concurso de Livre Docência. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. 2012. 315f.

OGNIBENI, Denise. **Charqueadas pelotenses no século XIX**: cotidiano, estabilidade e movimento. Porto Alegre: Tese (Doutorado em história das sociedades ibéricas e americanas). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica. 2005. 277f.

OMS. **Length-for-age GIRLS**: Birth to 2 years (z-scores). Genebra/SW: WHO Press. 2006. Disponível em: < http://www.who.int/childgrowth/standards/cht_lfa_girls_z_0_2.pdf >. Acessado em: 20 abril 2017.

ORSER JR., Charles E. Towards a global historical archaeology: an example from Brazil. **Historical Archaeology**. Vol. 28, nº 1. 1994. Pp. 5-22.

_____. Introduction. In: _____. **Encyclopedia of Historical Archaeology**. London/New York: Routledge. 2002. Pp. xvi-xix.

PATTEN, Denise Van. All About Kestner Dolls. **The Spruce**. 2017. Disponível em: < <https://www.thespruce.com/kestner-dolls-overview-774903> >. Acessado em: 23 abril 2017.

PERROT, Michelle. Os Silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda Santos; SOIHET, Rachel. **O Corpo feminino em debate**. São Paulo: Unesp. 2003. Pp. 13 – 27.

PHILIPP, Ruy Paulo; MACHADO, Rômulo; NARDI, Lauro Valentim; LAFON, Jean Michel. O Magmatismo granítico neoproterozóico do Batólio Pelotas no Sul do Brasil: novos dados e revisão da geocronologia regional. **Revista Brasileira de Geociências**. Vol. 32, nº 2. 2002. Pp. 277-290.

PREFEITURA DE PELOTAS. **Lei nº 2565 de 26 de janeiro de 1980 - PND**. Institui do II Plano Diretor de Pelotas. Pelotas, RS. 26 jan. 1980, Disponível em: < http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/1980/Lei_n_2565.pdf > Acessado em: 06 fev. 2017

_____. **Lei nº 2708 de 10 de maio de 1982**. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural do município de Pelotas, e dá outras providências. Pelotas, RS. 10 mai. 1982. Disponível em: < <http://camaramunicipaldepelotas.jusbrasil.com.br/legislacao/497517/lei270882?print=true> >. Acessado em 06 fev. 2017.

_____. **Lei nº 4568, de 07 de julho de 2000**. Declara área da cidade como zonas de preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas - ZPPCs - lista seus bens integrantes e dá outras providências. Pelotas, RS. 07 jul. 2000. Disponível em: < http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2000/Lei_n_4568.pdf >. Acessado em 07 fevereiro 2017.

_____. **Lei nº 4753 de 14 de dezembro de 2001**. Dispõe sobre a regularização de obras e atividades que tenham sido concluídas ou iniciadas até 31 de dezembro de 2000. Cria o Fundo para Sustentabilidade Municipal. Pelotas, RS. 14 dez. 2001. Disponível em: < http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2001/lei_4753.pdf >. Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. **Lei nº 4878, de 29 de novembro de 2002**. Introduce alterações no Código Tributário Municipal, Lei nº 2758/82, relativas ao IPTU. Pelotas, RS. 29 nov. 2002. Disponível em: < http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2002/lei_4878.pdf >. Acessado em 08 de fevereiro de 2017.

_____. **Lei nº 5001, de 9 de dezembro de 2003**. Reestrutura o Conselho Municipal do Plano Diretor - CONPLAD, revoga os artigos da Lei Municipal 2565/80, a Lei Municipal n 3016/87 e dá outras providências. Pelotas, RS. 09 dez. 2003. Disponível em: < http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2003/lei_5001.pdf >. Acessado em: 20 fevereiro 2017.

_____. **Lei nº 5146, de 25 de julho de 2005**. Reduz alíquotas do IPTU e dá outras providências. Pelotas, RS. 25 jul. 2005. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2005/lei_5146.pdf>. Acessado em: 08 fevereiro 2005.

_____. **Lei nº 5502, de 11 de setembro de 2008**. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências. Pelotas, RS. 11 set. 2008a. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2008/lei_5502.pdf>. Acessado em: 16 fevereiro 2017.

_____. **Manual do Usuário de Imóveis Intentariados**. Pelotas: Secretaria Municipal de Cultura. Diretoria de Memória e Patrimônio. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/politica_social/cultura/>. Acessado em: 16 fevereiro 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Vol. 2, nº 3. 1989. pp. 3-15.

REIS, José Alberione dos. **Não pensa muito que dói: um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira**. Campinas: Tese (doutorado em história). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 388f. 2003.

_____. Não pensa muito que dói - um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira. **Revista de Arqueologia**. Vol. 17, nº 1. Pp. 121 – 124.

RIBEIRO, Loredana Marise Ricardo; SILVA, Bruno S. Ranzani da; SCHMIDT, Sarah Kelly; PASSOS, Lara. A Saia Justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. **Revista Estudos Feministas**. No Prelo.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp. 2007.

ROCHA, Laila; BELARMINO, Larissa; PESSANHA, Luciene. Bruxa: Uma construção histórica da mulher que conhece o próprio corpo. **Anais do 4º Simpósio Internacional de Educação e Sexualidade/ 2º Simpósio Internacional de Estudos de Gênero**. Vitória/ES. 2016. Pp. 1-15. Disponível em: <http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467347026_ARQUIVO_txtbruxas.completo.peregrinacaofinal.pdf> Acessado em: 16 maio 2017.

ROCHA, Marcelo Gárcia. **Arqueologia da escravidão e patrimônio cultural no Passo dos Negros (Pelotas, RS)**. Pelotas/RS: Dissertação de Mestrado (Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural). Programa de Pós-Graduação em Memorial Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas. 2014. 156f.

RODRIGUES, Marta Bonow. **"A vida é um jogo para quem tem ancas"**: uma arqueologia documental sobre mulehres escravas dompesticas em Pelotas/RS. Pelotas/RS: Dissertação de Mestrado (Mestra em Arqueologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pelotas. 2015. 206f.

ROSA, Estefânia Jaekel. **Paisagens negras: Arqueologia da escravidão nas charqueadas de Pelotas**. Pelotas: Dissertação (mestrado em memória social e patrimônio cultural) - Universidade Federal de Pelotas. 2012. 199f.

SANTANA, Annelise M. **A Circulação de mercadorias no contexto do sistema escravista: uma abordagem de arqueologia documental do jornal Diário de Pelotas**. Pelotas/RS: Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arqueologia). Universidade Federal de Pelotas. 2015. 133f.

SCHADLA-HALL, Tim. Editorial: Public Archaeology. **European Journal of Archaeology**. 1999. pp. 147-158.

SCOLARI, Keli. **Relatório de Restauro**. Pelotas: RM Conservação e Restauro de Bens Culturais. 2016.

SENN FERREIRA, Laura. Setor de conservar da região de Pelotas (RS): mudanças na produção e conservadorismo nas relações de trabalho. **Em Debate**. nº 5. 2011. Pp. 47-63.

RANZANI DA SILVA, Bruno S. **Das ostras, só as pérolas**: arqueologia pública e arqueologia subaquática no Brasil. Dissertação (Mestrado em Antropologia, concentração em arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011. 237f.

_____. **Descobrimos a Chácara e a Charqueada através da arqueologia pública**. São Paulo, SP. ago. de 2013.

SILVA, Cátia Simone da. Identidades, saber tradicional e cultura material dos cortadores tradicionais de pedras em Capão do Leão. **Graniteiros | Prefeitura de Capão do Leão**. 03 dez. 2013a. Disponível em: < <http://www.capaodoleao.com.br/identidade-saber-tradicional-e-cultura-material-de-um-grupo-de-cortadores-tradicional-de-pedras-de-capao-do-leao-no-sul-do-brasil/> > Acessado em: 11 maio 2017

_____. (Diretora). **Memória, identidade e saber tradicional dos graniteiros de Capão do Leão/RS** [Filme Cinematográfico]. Rio Grande do Sul/Brasil. 2013b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bxC2mUqNlsQ>>. Acessado em: 11 maio 2017.

_____. Curiosidades sobre Capão do Leão. **Prefeitura do Capão do Leão**. 08 fev. 2015. Disponível em: < www.prefeitura.capaodoleao.com.br/curiosidades-sobre-capao-do-leao/ >. Acessado em: 13 maio 2017.

SILVA, Fabíola Andréa. "Leva para o museu e guarda". Uma reflexão sobre a relação entre museus e povos indígenas. In: CURY, Marília Xavier (org.). **Museus e indígenas**: saberes e ética, novos paradigmas em debate. São Paulo: Secretaria de Cultura; ACM Portinari; MAE/USP. 2016. Pp. 71 – 79.

SILVA, Susana Maria Veleda; SPOLLE, Marcus Vinicius. O Trabalho feminino nas fábricas de conserva de pescado: a permanência de uma exploração laboral. **Scripta Nova**: Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales. Vol. XVIII, nº 464. 2014. Pp. 1-11. Disponível em < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-464.htm> >. Acessado em: 24 de julho 2015.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Proteção jurídica do patrimônio arqueológico no Brasil**: fundamentos para efetividade da tutela em face de obras e atividades impactantes. Erechim: Habilis. 2007.

SMITH, Barbara Hernstein. Narrative versions, narrative theory. **Critical Inquiry**. Vol. 7, nº 1. out. 1980. Pp. 213-236.

STADT WALTERSHAUSEN. Schloss Tenneberg. **Stadt Waltershausen**. 2016^a. Disponível em: < <http://www.waltershausen.de/tourismuskulturfreizeit/sehenswuerdigkeiten/schloss-tenneberg.html> > Acesso em: 23 abr 2017.

STADT WALTERSHAUSEN. Puppentradition. **Stadt Waltershausen**. 2016b. Disponível em: <<http://www.waltershausen.de/unsere-stadt-und-ihreortsteile/waltershausen/puppentradition.html>>. Acesso em: 23 abr 2017.

TABORDA, Taiane Mendes. **Senhorinhas Perfeitas**: a representação da mulher ideal através das páginas da revista Ilustração Pelotense na década de 1920. Pelotas: Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. 2012. 137 p.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **A pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau e os museus da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul** - interfaces entre Patrimônio, Memória e Identidade. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. 2011. 309f.

UOL. Reforma deixa grávidas trabalharem em locais com radiação, frio e barulho. **Notícias - UOL Economia**. 21 abr. 2017. p. única. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/04/21/reforma-trabalhista-deixa-gravidas-trabalharem-sob-radiacao-frio-e-barulho.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. As Representações das lutas de independência no México na ótica do muralismo de Diego Rivera e Juan O'Gorman. **Revista de História**. Vol. 152. 2005. Pp. 283-304.

_____. **Imagens da Revolução Mexicana**. O Museu Nacional de História do México (1940-1982). São Paulo: Alameda. 2007.

_____. Patrimonio, memoria y educación: una visión museológica. **Memória y Sociedad**. Vol. 17, nº 35. 2013. Pp. 94-105. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/meso/v17n35/v17n35a06.pdf>>. Acessado em: 27 jul. 2017.

_____; HATTORI, Marcia Lika. Caminhos metodológicos para educação patrimonial na arqueologia preventiva. In: CURY, Marília Xavier. **Questões indígenas e museus**: enfoque regional para um debate museológico. São Paulo; Brodowski: ACAM Portinari. 2014. Pp. 79 – 87.

VASCONCELOS, Mara Lúcia. **Artefatos em ferro de origem terrestre**: um estudo de caso sobre a interface entre pesquisa arqueológica e conservação no sítio Charqueada Santa Bárbara, Pelotas, RS, Brasil. Laranjeiras: Dissertação (Mestrado em arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade Federal de Sergipe. 2014. 147f.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Imagens da natureza e da sociedade. In: _____, **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify. 2013. Pp. 317 – 334.

WEBMOOR, Timothy; WITMORE, Christopher L. (2008). Things are us! A commentary on human/things relations under the banner of 'social' archaeology. **Norwegian Archaeological Review**. Vol. 41, nº 1. 2008. Pp. 53 - 70. doi:10.1080/00293650701698423.

WINGE, Manfredo. Verbete "Batólito". **Glossário Geológico Ilustrado – SIGEP**. 2001 – 2017. Disponível em: < <http://sigep.cprm.gov.br/glossario/index.html> > Acesso em: 15 mai. 2017.

ZEDEÑO, Maria Nieves; BOWSER, Brenda J. The archaeology of meaningful places. In: BOWSER, Brenda J.; ZEDEÑO, Maria Nieves. **The Archaeology of meaningful places**. Salt Lake City: The University of Utah Press. 2009. Pp. 1 – 14.

ZORDAN, Paola Basso. Bruxas: figuras de poder. **Revista de Estudos Feministas**. Vol. 13, nº 2. 2005. Pp. 331-341. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n2/26885.pdf> > Acesso em: 16 mai. 2017.

ANEXO A – Mapa do município de Pelotas/RS

ANEXO C – Sesmaria Santa Bárbara, de Theodósio Pereira Jacomé

ANEXO D – Charqueada Santa Bárbara, de José Ferreira Vianna

ANEXO E – Patrimônio edificado tombado nos três níveis, na cidade de Pelotas/RS

Figura 1 – **Tombamento Nível Federal:** A. Caixa D'água, na Praça Piratinino de Almeida; B. Casarão 2 (detalhe do Centro); C. Casarão 6 (detalhe do Centro); D. Casarão 8 (detalhe do Centro); E. Theatro Sete de Abril (detalhe do Centro); F. Obelisco Republicano. **Tombamento Nível Estadual:** G. Casa da Banha (detalhe do Centro); T. Clube Fica Ahí. **Tombamento Nível Municipal:** H. Grande Hotel (detalhe do Centro); I. Mercado Público (detalhe do Centro); J. Prefeitura Municipal (detalhe do Centro); K. Antiga Escola de Agronomia Eliseu Maciel (detalhe do Centro); L. Antiga Escola de Belas Artes; M. Estação Ferroviária; N. Antiga Sede do Jockey Club (detalhe do Centro); O. Conservatório de Música (detalhe do Centro); P. Clube Comercial de Pelotas (detalhe do Centro); Q. Antigo Solar do Barão da Conceição; R. Antigo Solar da Baronesa de Três Arroios; S. Antiga Ponte sobre o Arroio Santa Bárbara

ANEXO E.1 – Paisagem dos moradores da Chácara vs. Paisagem patrimonial de Pelotas/RS

Figura 1 - Essa imagem visa comparar as diferentes paisagens projetadas da cidade de Pelotas. Os quadrados representam os Patrimônios Edificados tombados nos três níveis. Os demais pontos e linhas são lugares, caminhos e cursos d'água que estão mais presentes nas narrativas dos moradores. Percebe-se que a tendência de patrimonialização, muito mais centralizada, está em dissonância com aquela dos moradores da Chácara, mais periférica e, inclusive, distante (referências ao “Povo Novo”, distrito de Rio Grande e localizado a 22,2 Km da Chácara, e a Vila Santa Isabel, em São Lourenço do Sul, distante 73,9 Km).

ANEXO F – Autorizações das entrevistas e filmagens

Local: Rua Estevão Candido Jorge dos Reis, nº 151, Simões Lopes,
Pelotas/RS
Data: 20/07/2015

A quem puder interessar,

Eu, Carla Rosane da Rosa Rodrigues, estado civil solteira, RG 9090973469 SSP/RS, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista transcrita e autorizada para leitura (feita no dia 20/07/2015) para uso de Bruno Sanches Ranzani da Silva em sua pesquisa de doutorado (no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo), integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros a ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo que tem a guarda da mesma.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha firma reconhecida em cartório.

Nome: Carla Rosane da Rosa Rodrigues

Assinatura: Carla Rosane da Rosa Rodrigues

Assina por Alvaro Almeida Marques, RG 3048347078, viúvo, residindo na Rua Estevão Candido Jorge dos Reis, nº 151, Simões Lopes, Pelotas RS. No dia 20/07/2015
Ela é guardiã legal de Alvaro.

Entrevista feita no dia 11/12/2014

Local: Rua Baão de Santa Tecla, nº 50, Centro, Pelotas/RS
Data: 30 de janeiro de 2015.

A quem puder interessar,

Eu, Anete Queiroz Vieira, estado civil casada, RG 3024253308, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista transcrita e autorizada para leitura (feita no dia 31/07/2015) para uso de Bruno Sanches Ranzani da Silva em sua pesquisa de doutorado (no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo), integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros a ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo que tem a guarda da mesma.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha firma reconhecida em cartório.

Nome: Anete Queiroz Vieira

Assinatura: Anete Queiroz Vieira

Entrevista feita no dia 27/12/2010

Local: Rua Estevão Candido Jorge dos Reis, nº 151, Simões
Data: lopes, Pelotas/RS
20/07/2015

A quem puder interessar,

Eu, Carla Rosane da Rosa Rodrigues, estado civil Solteira, RG 9050573469 SSP/RS, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista transcrita e autorizada para leitura (feita no dia 20/07/2015) para uso de Bruno Sanches Ranzani da Silva em sua pesquisa de doutorado (no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo), integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros a ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo que tem a guarda da mesma.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha firma reconhecida em cartório.

Nome: Carla Rosane da Rosa Rodrigues

Assinatura: Carla Rosane da Rosa Rodrigues

Entrevista feita no dia 11/12/2014

Local: Rua Santa Tecla, nº. 54, Centro, Pelotas RS
Data: 25/07/2019

A quem puder interessar,

Eu, Cleomar Lemos Barbosa, estado civil divorciado, RG 4026333522 SSP/RS, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista transcrita e autorizada para leitura (feita no dia 17/12/2010) para uso de Bruno Sanches Ranzani da Silva em sua pesquisa de doutorado (no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo), integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros a ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo que tem a guarda da mesma.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha firma reconhecida em cartório.

Nome: Cleomar Lemos Barbosa

Assinatura:

PROJETO "O PAMPA NEGRO: ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO NA REGIÃO MERIDIONAL DO RIO GRANDE DO SUL (1780 - 1888)"

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)/ Instituto de Ciências Humanas (ICH)
Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA)

Coordenador: Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira – Bolsista de Produtividade Pq2 - CNPQ

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VOZ, IMAGEM E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO ÂMBITO DAS AÇÕES DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

Pelo presente instrumento, Heitor M. Alves
inscrito no CPF sob o nº 30.196.1240/34 residente e domiciliado na Rua Barão
de Sta Tecla nº 52 Pelotas Ceushe, neste ato denominado **AUTORIZANTE**,
outorga o seguinte Termo de Autorização:

1. O **AUTORIZANTE** autoriza a utilização do seu direito à imagem e/ou às informações cedidas, quais sejam
- (x) voz
 - (x) imagem
 - (x) informações

recolhida(as) _____

_____, no âmbito das atividades de pesquisa e documentação, para fins de estudos na UFPel ou por pesquisadores de outra instituição.

2. A autorização supracitada é dada na seguinte modalidade:

- 2.1 (x) **Autorização para o uso pleno das vozes, imagens e informações**, que podem compor obra textual ou audiovisual, a ser distribuída e veiculada - em exposições públicas e privadas, no Brasil ou no exterior - por todo e qualquer veículo, processo ou meio de comunicação e publicidade, existentes, notadamente, mas não exclusivamente, em edições impressas, cinema, rádio, tele difusão, DVD, CD-ROM, sítios na internet, sistemas e bancos de dados e outros meios que se fizerem necessários.

2.1.2 () Autoriza também a cópia por terceiros (pessoa física ou jurídica), desde que para finalidade não comercial, com indicação de autoria do documento e referência à(s) pessoa(s) expostas;

- 2.2 () **Autorização para o uso parcial das vozes, imagens e informações**, que podem ser usados somente para a inclusão nas bases de dados, sistemas e arquivos da UFPel, sendo permitida a consulta por terceiros, sem reprodução.

OBSERVAÇÕES:

Entrevistas dos dias 17/12/2010 e 06/10/2012

3. A presente autorização é firmada em caráter gratuito, por prazo indeterminado, pelo que nenhum pagamento será devido pela UFPel, ou pelos pesquisadores envolvidos no projeto supracitado, ao **AUTORIZANTE**, a qualquer tempo e título.

4. Esta autorização poderá ser suspensa pelo **AUTORIZANTE** nos seguintes casos:

1. por descumprimento de qualquer condição estabelecida neste instrumento;
2. por acordo entre as partes;
3. na superveniência de norma legal obstativa.

Pelotas, 25 de junho de 2012

Helder Vargas Quaresma
AUTORIZANTE

Local: Rua Barão de Santa Tecla, nº 52, Centro, Pelotas/RS

Data: 29/07/2015

A quem puder interessar,

Eu, Hector Marques Queiroz, estado civil Casado, RG 3087905381, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista transcrita e autorizada para leitura (feita no dia 17/12/10 e 06/10/12) para uso de Bruno Sanches Ranzani da Silva em sua pesquisa de doutorado (no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo), integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros a ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo que tem a guarda da mesma.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha firma reconhecida em cartório.

Nome: Hector Marques Queiroz

Assinatura: Hector M. Queiroz

Local: Porto Alegre
Data: 14-10-2015

A quem puder interessar,

Eu, Leucimara Pedra Rodrigues, estado civil solteira, RG 5003646891, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista transcrita e autorizada para leitura (feita no dia 14-10-2015) para uso de Bruno Sanches Ranzani da Silva em sua pesquisa de doutorado (no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo), integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros a ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo que tem a guarda da mesma.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha firma reconhecida em cartório.

Nome: Leucimara Pedra Rodrigues

Assinatura: Leucimara Pedra Rodrigues

Assina em nome de Gilberto dos Santos
Pedra

Local: Rua Alberto Rosa, nº 257 - Jc H

Data: 15/06/2015

A quem puder interessar, .

Eu, Lucio Menezes Ferreira, estado civil casado, RG 16350637 8511 SP, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista transcrita e autorizada para leitura (feita no dia 20/03/2012) para uso de Bruno Sanches Ranzani da Silva em sua pesquisa de doutorado (no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo), integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros a ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo que tem a guarda da mesma.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha firma reconhecida em cartório.

Nome: Lucio Menezes Ferreira

Assinatura:

Local: Rua Baiao de Santa Tecla, n.º 54, Centro, Pelotas/RS

Data: 25/07/2015

A quem puder interessar,

Eu, Miriam Cristina Pires Barbosa, estado civil divorciada, ~~RG~~ CPE: 37466992072, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista transcrita e autorizada para leitura (feita no dia 17/12/2010) para uso de Bruno Sanches Ranzani da Silva em sua pesquisa de doutorado (no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo), integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros a ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo que tem a guarda da mesma.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha firma reconhecida em cartório.

Nome: Miriam Cristina Pires Barbosa

Assinatura: Miriam Cristina P. Barbosa

PROJETO "O PAMPA NEGRO: ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO NA REGIÃO
MERIDIONAL DO RIO GRANDE DO SUL (1780 – 1888)"

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) / Instituto de Ciências Humanas (ICH)
Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA)

Coordenador: Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira – Bolsista de Produtividade Pq2 - CNPQ

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VOZ, IMAGEM E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO
ÂMBITO DAS AÇÕES DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

Pelo presente instrumento, Rosamela Carivalis Fernandes de Souza
inscrito no CPF sob o nº 242.372.990-15, residente e domiciliado na Rua Paraisópolis, 44, neste ato denominado **AUTORIZANTE**,
outorga o seguinte Termo de Autorização:

1. O **AUTORIZANTE** autoriza a utilização do seu direito à imagem e/ou às informações cedidas,
quais sejam
(☒) voz
() imagem
(☒) informações

recolhida(as) _____

_____, no âmbito das
atividades de pesquisa e documentação, para fins de estudos na UFPEL ou por pesquisadores de outra
instituição.

2. A autorização supracitada é dada na seguinte modalidade:

2.1 (☒) **Autorização para o uso pleno das vozes, imagens e informações**, que podem compor
obra textual ou audiovisual, a ser distribuída e veiculada - em exposições públicas e
privadas, no Brasil ou no exterior - por todo e qualquer veículo, processo ou meio de
comunicação e publicidade, existentes, notadamente, mas não exclusivamente, em edições
impressas, cinema, rádio, tele difusão, DVD, CD-ROM, sítios na internet, sistemas e bancos
de dados e outros meios que se fizerem necessários.

2.1.2 () Autoriza também a cópiagem por terceiros (pessoa física ou jurídica), desde que
para finalidade não comercial, com indicação de autoria do documento e
referência à(s) pessoa(s) expostas;

2.2 () **Autorização para o uso parcial das vozes, imagens e informações**, que podem ser
usados somente para a inclusão nas bases de dados, sistemas e arquivos da UFPEL, sendo
permitida a consulta por terceiros, sem reprodução.

OBSERVAÇÕES:

Embutido no dia 24/01/2013

3. A presente autorização é firmada em caráter gratuito, por prazo indeterminado, pelo que nenhum pagamento será devido pela UFPel, ou pelos pesquisadores envolvidos no projeto supracitado, ao **AUTORIZANTE**, a qualquer tempo e título.

4. Esta autorização poderá ser suspensa pelo **AUTORIZANTE** nos seguintes casos:

1. por descumprimento de qualquer condição estabelecida neste instrumento;
2. por acordo entre as partes;
3. na superveniência de norma legal obstativa.

De lotas, _____ de fevereiro de 2013

AUTORIZANTE

Local: pelotas - RS

Data: 24/08/2015

A quem puder interessar,

Eu, SIDNEY RANZANI ROSA, estado civil casado, RG 702223537-1 (SSP-RS), declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista transcrita e autorizada para leitura (feita no dia 03/11/2011) para uso de Bruno Sanches Ranzani da Silva em sua pesquisa de doutorado (no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo), integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros a ouvi-la e usar citações, ficando vinculado o controle ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo que tem a guarda da mesma.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente que terá minha firma reconhecida em cartório.

Nome: SIDNEY RANZANI ROSA

Assinatura:

PROJETO "O PAMPA NEGRO: ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO NA REGIÃO MERIDIONAL DO RIO GRANDE DO SUL (1780 - 1888)"

**Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)/ Instituto de Ciências Humanas (ICH)
Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA)**

Coordenador: Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira – Bolsista de Produtividade Pq2 - CNPQ

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VOZ, IMAGEM E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO ÂMBITO DAS AÇÕES DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

Pelo presente instrumento, Zila Maria Marques Lemos,
inscrito no CPF sob o nº 10.25439082, residente e domiciliado na Rua 7 de abril, 60,
neste ato denominado **AUTORIZANTE**,
outorga o seguinte Termo de Autorização:

1. O **AUTORIZANTE** autoriza a utilização do seu direito à imagem e/ou às informações cedidas, quais sejam
- ☒ voz
 - ☐ imagem
 - ☒ informações

recolhida(as) por entrevistista e condensas, por Bruno S. Ranzani da Silva

_____, no âmbito das atividades de pesquisa e documentação, para fins de estudos na UFPEL ou por pesquisadores de outra instituição.

2. A autorização supracitada é dada na seguinte modalidade:

- 2.1 ☒ **Autorização para o uso pleno das vozes, imagens e informações**, que podem compor obra textual ou audiovisual, a ser distribuída e veiculada - em exposições públicas e privadas, no Brasil ou no exterior - por todo e qualquer veículo, processo ou meio de comunicação e publicidade, existentes, notadamente, mas não exclusivamente, em edições impressas, cinema, rádio, tele difusão, DVD, CD-ROM, sítios na internet, sistemas e bancos de dados e outros meios que se fizerem necessários.

- 2.1.2 ☒ Autoriza também a cópiagem por terceiros (pessoa física ou jurídica), desde que para finalidade não comercial, com indicação de autoria do documento e referência à(s) pessoa(s) expostas;

- 2.2 ☐ **Autorização para o uso parcial das vozes, imagens e informações**, que podem ser usados somente para a inclusão nas bases de dados, sistemas e arquivos da UFPEL, sendo permitida a consulta por terceiros, sem reprodução.

OBSERVAÇÕES:

Seu Carlos faleceu antes da validação, Dona Zila autoriza o uso da entrevista com Seu Carlos.

3. A presente autorização é firmada em caráter gratuito, por prazo indeterminado, pelo que nenhum pagamento será devido pela UFPel, ou pelos pesquisadores envolvidos no projeto supracitado, ao **AUTORIZANTE**, a qualquer tempo e título.

4. Esta autorização poderá ser suspensa pelo **AUTORIZANTE** nos seguintes casos:

1. por descumprimento de qualquer condição estabelecida neste instrumento;
2. por acordo entre as partes;
3. na superveniência de norma legal obstativa.

23 de fevereiro de, 2015 de Pelotas

AUTORIZANTE

Filipe Marques Lemos

CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, Hector Marques Queiroz, Carteira de Identidade: 3087905381, CPF: 30196124034, residente à R. Barão do Sr. Teófilo, 52, cedo e transfiro os direitos de uso de minha voz e imagem captadas para o projeto "Ouve, as paredes ainda suam sal", uma produção de *Bruno S. Ranzani da Silva e equipe*, associado ao seu projeto de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (PPGARq/MAE/USP), com financiamento da FAPESP (processo nº 2013/22715-1), realizado sem fins lucrativos seja para o própria produção, seja para divulgação e promoção da obra, para uso nas mídias cinema, vídeo, DVD, televisão, internet, material impresso e ou em qualquer outra mídia existente ou a ser criada, por tempo indeterminado, dentro ou fora do país. Também em toda e qualquer exploração, distribuição e exibição da obra audiovisual, por todo e qualquer veículo, processo, ou meio de comunicação e publicidade, existentes ou que venham a ser criados, notadamente, mas não exclusivamente, em cinema, televisão, TV por assinatura, TV a cabo, pay per view, ondas hertzianas, transmissões por satélite, vídeo, vídeo laser, home vídeo, disco, disco laser, CD-ROM, em exposições públicas e/ ou privadas, circuitos fechados, aeronaves, navios, embarcações, plataformas de petróleo, e/ou quaisquer outros meios de transporte, assim como na divulgação e/ou publicidade do filme em rádio, revistas, jornais, cinema e televisão, para exibição pública ou domiciliar, reprodução no Brasil e exterior, podendo as cenas do filme em questão ser utilizadas para fins não comerciais, exposições em festivais ou outros meios que se fizerem necessários. A presente cessão é sem ônus e em caráter definitivo, abrangendo ainda a utilização de meu nome e dados biográficos necessários à divulgação da produção.

Nome: HECTOR MARQUES QUEIROZ

Assinatura: Hector Marques Queiroz

Local e Data: 08-06-2017

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE LOCAÇÃO EM GRAVAÇÕES

Venho pela presente, na qualidade de responsável do imóvel, situado à Rua Barão de Santa Tecla, nº 52, CEP: 96010-140, Centro - Pelotas/RS autorizar a utilização do referido local para gravação do curta-metragem "Ouve, as paredes ainda sua sal" uma produção de Bruno S. Ranzani da Silva e equipe, associado ao seu projeto de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (PPGARq/MAE/USP), com financiamento da FAPESP (processo nº 2013/22715-1), realizado sem fins lucrativos, nos dias 08 – 12 e 22 – 26 de setembro de 2016. Autorizo, também, a inserção das cenas filmadas na mencionada produção, que poderá ser exibido nas mídias cinema, vídeo, DVD, televisão, internet, material impresso e ou em qualquer outra mídia existente ou a ser criada, dentro ou fora do país. Também em toda e qualquer exploração, distribuição e exibição da obra audiovisual, por todo e qualquer veículo, processo, ou meio de comunicação e publicidade, existentes ou que venham a ser criados, notadamente, mas não exclusivamente, em cinema, televisão, TV por assinatura, TV a cabo, pay per view, ondas hertzianas, transmissões por satélite, vídeo, vídeo laser, home vídeo, disco, disco laser, CD-ROM, em exposições públicas e/ ou privadas, circuitos fechados, aeronaves, navios, embarcações, plataformas de petróleo, e/ou quaisquer outros meios de transporte, assim como na divulgação e/ou publicidade do filme em rádio, revistas, jornais, cinema e televisão, para exibição pública ou domiciliar, reprodução no Brasil e exterior, podendo as cenas do filme em questão ser utilizadas para fins não comerciais, exposições em festivais ou outros meios que se fizerem necessários.

A presente autorização é sem ônus.

Local, data.

Pelotas 08 - Setembro 2016

Hector Marques Queiroz

Hector Marques Queiroz

RG 3097905381

Telefone: 053 981391609

CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, Laeci Lúis Farkes Queiroz, Carteira
de Identidade: 5031529356, CPF: 218.278.000-97

_____, residente à Rua Barão de Sete Rios 52, concedo e transfiro os direitos de uso de minha voz e imagem captadas para o projeto "Ouve, as paredes ainda suam sal", uma produção de *Bruno S. Ranzani da Silva e equipe*, associado ao seu projeto de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (PPGARq/MAE/USP), com financiamento da FAPESP (processo nº 2013/22715-1), realizado sem fins lucrativos seja para o própria produção, seja para divulgação e promoção da obra, para uso nas mídias cinema, vídeo, DVD, televisão, internet, material impresso e ou em qualquer outra mídia existente ou a ser criada, por tempo indeterminado, dentro ou fora do país. Também em toda e qualquer exploração, distribuição e exibição da obra audiovisual, por todo e qualquer veículo, processo, ou meio de comunicação e publicidade, existentes ou que venham a ser criados, notadamente, mas não exclusivamente, em cinema, televisão, TV por assinatura, TV a cabo, pay per view, ondas hertzianas, transmissões por satélite, vídeo, vídeo laser, home vídeo, disco, disco laser, CD-ROM, em exposições públicas e/ ou privadas, circuitos fechados, aeronaves, navios, embarcações, plataformas de petróleo, e/ou quaisquer outros meios de transporte, assim como na divulgação e/ou publicidade do filme em rádio, revistas, jornais, cinema e televisão, para exibição pública ou domiciliar, reprodução no Brasil e exterior, podendo as cenas do filme em questão ser utilizadas para fins não comerciais, exposições em festivais ou outros meios que se fizerem necessários. A presente cessão é sem ônus e em caráter definitivo, abrangendo ainda a utilização de meu nome e dados biográficos necessários à divulgação da produção.

Nome: Laeci Lúis Farkes Queiroz

Assinatura: Laeci Lúis Farkes Queiroz

Local e Data: 08-06-2017

CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, Miriam Cristina Lucas Pires, Carteira
de Identidade: 4037526085, CPF: 37466992072
, residente à Sto Tecla 54, cedo e transfiro os

direitos de uso de minha voz e imagem captadas para o projeto "Ouve, as paredes ainda suam sal", uma produção de Bruno S. Ranzani da Silva e equipe, associado ao seu projeto de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (PPGARq/MAE/USP), com financiamento da FAPESP (processo nº 2013/22715-1), realizado sem fins lucrativos seja para o própria produção, seja para divulgação e promoção da obra, para uso nas mídias cinema, vídeo, DVD, televisão, internet, material impresso e ou em qualquer outra mídia existente ou a ser criada, por tempo indeterminado, dentro ou fora do país. Também em toda e qualquer exploração, distribuição e exibição da obra audiovisual, por todo e qualquer veículo, processo, ou meio de comunicação e publicidade, existentes ou que venham a ser criados, notadamente, mas não exclusivamente, em cinema, televisão, TV por assinatura, TV a cabo, pay per view, ondas hertzianas, transmissões por satélite, vídeo, vídeo laser, home vídeo, disco, disco laser, CD-ROM, em exibições públicas e/ ou privadas, circuitos fechados, aeronaves, navios, embarcações, plataformas de petróleo, e/ou quaisquer outros meios de transporte, assim como na divulgação e/ou publicidade do filme em rádio, revistas, jornais, cinema e televisão, para exibição pública ou domiciliar, reprodução no Brasil e exterior, podendo as cenas do filme em questão ser utilizadas para fins não comerciais, exibições em festivais ou outros meios que se fizerem necessários. A presente cessão é sem ônus e em caráter definitivo, abrangendo ainda a utilização de meu nome e dados biográficos necessários à divulgação da produção.

Nome: Miriam Cristina Lucas Pires

Assinatura: Miriam Cristina Lucas Pires

Local e Data: Pelotas 02/04/2014

CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, Rosângela Carivalis Fernandes de Souza, Carteira de Identidade: 101 0710851, CPF 242 372 990 -15, residente à R. Barão São Felis, 44, cedo e transfiro os direitos de uso de minha voz e imagem captadas para o projeto "Ouve, as paredes ainda suam sal", uma produção de *Bruno S. Ranzani da Silva e equipe*, associado ao seu projeto de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (PPGARq/MAE/USP), com financiamento da FAPESP (processo nº 2013/22715-1), realizado sem fins lucrativos seja para o própria produção, seja para divulgação e promoção da obra, para uso nas mídias cinema, vídeo, DVD, televisão, internet, material impresso e ou em qualquer outra mídia existente ou a ser criada, por tempo indeterminado, dentro ou fora do país. Também em toda e qualquer exploração, distribuição e exibição da obra audiovisual, por todo e qualquer veículo, processo, ou meio de comunicação e publicidade, existentes ou que venham a ser criados, notadamente, mas não exclusivamente, em cinema, televisão, TV por assinatura, TV a cabo, pay per view, ondas hertzianas, transmissões por satélite, vídeo, vídeo laser, home vídeo, disco, disco laser, CD-ROM, em exposições públicas e/ ou privadas, circuitos fechados, aeronaves, navios, embarcações, plataformas de petróleo, e/ou quaisquer outros meios de transporte, assim como na divulgação e/ou publicidade do filme em rádio, revistas, jornais, cinema e televisão, para exibição pública ou domiciliar, reprodução no Brasil e exterior, podendo as cenas do filme em questão ser utilizadas para fins não comerciais, exposições em festivais ou outros meios que se fizerem necessários. A presente cessão é sem ônus e em caráter definitivo, abrangendo ainda a utilização de meu nome e dados biográficos necessários à divulgação da produção.

Nome: Rosângela Carivalis Fernandes de Souza -

Assinatura: [Assinatura] -

Local e Data: Beloto, 08 de maio 2017 -

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE LOCAÇÃO EM GRAVAÇÕES

Venho pela presente, na qualidade de responsável pelo imóvel, situado à *Rua Barão de Santa Tecla, nº 44 CEP: 96010-140, Centro - Pelotas/RS* autorizar a utilização do referido local para gravação do curta-metragem "*Ouve, as paredes ainda sua sal*" uma produção de *Bruno S. Ranzani da Silva e equipe*, associado ao seu projeto de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (PPGARq/MAE/USP), com financiamento da FAPESP (processo nº 2013/22715-1), realizado sem fins lucrativos, nos dias 08 – 12 e 22 – 26 de setembro de 2016. Autorizo, também, a inserção das cenas filmadas na mencionada produção, que poderá ser exibido nas mídias cinema, vídeo, DVD, televisão, internet, material impresso e ou em qualquer outra mídia existente ou a ser criada, dentro ou fora do país. Também em toda e qualquer exploração, distribuição e exibição da obra audiovisual, por todo e qualquer veículo, processo, ou meio de comunicação e publicidade, existentes ou que venham a ser criados, notadamente, mas não exclusivamente, em cinema, televisão, TV por assinatura, TV a cabo, pay per view, ondas hertzianas, transmissões por satélite, vídeo, vídeo laser, home vídeo, disco, disco laser, CD-ROM, em exposições públicas e/ ou privadas, circuitos fechados, aeronaves, navios, embarcações, plataformas de petróleo, e/ou quaisquer outros meios de transporte, assim como na divulgação e/ou publicidade do filme em rádio, revistas, jornais, cinema e televisão, para exibição pública ou domiciliar, reprodução no Brasil e exterior, podendo as cenas do filme em questão ser utilizadas para fins não comerciais, exposições em festivais ou outros meios que se fizerem necessários.

A presente autorização é sem ônus.

Local, data. *Pelotas, 08 de maio 2017.-*

Rosângela

Rosângela Carivalis Fernandes de Souza

1010710851

RG

Telefone: *(53) 984555602*

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE LOCAÇÃO EM GRAVAÇÕES

Venho pela presente, na qualidade de responsável pelo imóvel, situado à *Rua Barão de Santa Tecla, nº 54*, CEP: 96010-140, Centro - Pelotas/RS autorizar a utilização do referido local para gravação do curta-metragem "*Ouve, as paredes ainda sua sal*" uma produção de *Bruno S. Ranzani da Silva e equipe*, associado ao seu projeto de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (PPGARq/MAE/USP), com financiamento da FAPESP (processo nº 2013/22715-1), realizado sem fins lucrativos, nos dias 08 – 12 e 22 – 26 de setembro de 2016. Autorizo, também, a inserção das cenas filmadas na mencionada produção, que poderá ser exibido nas mídias cinema, vídeo, DVD, televisão, internet, material impresso e ou em qualquer outra mídia existente ou a ser criada, dentro ou fora do país. Também em toda e qualquer exploração, distribuição e exibição da obra audiovisual, por todo e qualquer veículo, processo, ou meio de comunicação e publicidade, existentes ou que venham a ser criados, notadamente, mas não exclusivamente, em cinema, televisão, TV por assinatura, TV a cabo, pay per view, ondas hertzianas, transmissões por satélite, vídeo, vídeo laser, home vídeo, disco, disco laser, CD-ROM, em exposições públicas e/ ou privadas, circuitos fechados, aeronaves, navios, embarcações, plataformas de petróleo, e/ou quaisquer outros meios de transporte, assim como na divulgação e/ou publicidade do filme em rádio, revistas, jornais, cinema e televisão, para exibição pública ou domiciliar, reprodução no Brasil e exterior, podendo as cenas do filme em questão ser utilizadas para fins não comerciais, exposições em festivais ou outros meios que se fizerem necessários.

A presente autorização é sem ônus.

Local, data.

Pelotas 02/04/2017

Miriam Cristina Pires Barbosa

Miriam Cristina Pires

4037536085

RG

Telefone: 53.981351727

ANEXO G – Relatório de restauro da Boneca

RM Conservação e Restauro de Bens Móveis

Relatório de restauro

A empresa RM Conservação e Restauro de Bens Móveis, CNPJ 17.980.478/0001-28 vem por meio desta, informar o resultado do processo de restauração de uma boneca com cabeça de porcelana e corpo de papel machê (Figs. 1, 2).

Figura 1

Figura 2

Identificação da obra: Boneca

Origem: Alemã

Medidas: 58,5 X 20,0 X 11,0 cm

Proprietário: Coleção particular

Estado de conservação

A boneca encontrava-se péssimo estado de conservação. A cabeça de porcelana estava quebrada em sete pedaços, os olhos estavam fora do lugar e os cabelos da peruca encontravam-se sujos e quebradiços (Figs. 3, 4, 5). O corpo apresentava uma repintura de uma intervenção anterior, que estava saindo e a parte inferior das pernas estava separada do corpo.

Figura 3

Figura 4

Figura 5

Processo de intervenção

- Higienização mecânica com pincel de cerdas macias;
- Consolidação do suporte (cabeça) utilizou-se cianoacrilato (Fig.6);
- Remoção de tinta da intervenção anterior do corpo com acetona P. A (fig. 7);

Figura 6

Figura 7

- Consolidação do suporte (corpo) com Acetato de polivinil - marca Lineco) (1:1);
- Nivelamento com massa de nivelamento para restauro:
- Reintegração cromática do corpo com tinta para restauro da marca Maimari, na técnica de ilusionismo;
- Reintegração cromática da cabeça com tinta para restauro da marca Maimeri , na técnica onde se utiliza o aerógrafo (Fig.8);

Figura 8

- Camada de proteção com Paraloid a 30% em xilol;
- Na peruca foi lavada, secada e feitos cachos com condicionador de cabelo, pois os mesmos são de verdade (Fig. 9);

Figura 9

Após todas as partes integrantes da boneca (corpo, cabeça e peruca) limpas, consolidadas, reintegradas e com camada de proteção, montaram-se as partes (fig. 10);

Figura 10

Boneca antes e depois do restauro (Figs 11 e 12);

Figura 11

Figura 12

Devo salientar que todas as etapas de restauração foram realizadas com

rigoroso caráter técnico, seguindo todos os princípios internacionais de preservação de bens culturais.

Todos os produtos empregados no processo de restauração foram resultado de testes preliminares e estes tem caráter de reversibilidade e estabilidade, sem prejudicar a leitura estética e a estrutura física da obra.

Pelotas, 31 de março de 2016.

Keli Cristina Scolari
Conservadora e Restauradora de Bens Culturais Móveis

Fabiane Rodrigues Moraes
RM Conservação e Restauro de Bens Móveis

ANEXO H – Vídeo-documentário “As Paredes ainda suam sal”

1.1.Introdução

Em meu projeto de pesquisa enviado à FAPESP, constava a possibilidade de elaboração de uma maquete tátil voltada para o público deficiente visual, a fim de contemplar o acesso de um dos colaboradores diretos da pesquisa à sua etapa de retorno social. No entanto, concluímos que o alto valor da maquete, que ainda careceria de um projeto expositivo para seu real aproveitamento social, não seria a melhor opção de retorno público. Assim, tratando-se de um projeto de arqueologia pública, preocupado com a representação social do patrimônio, levei para apreciação da Fapesp uma nova proposta de retorno social de minha pesquisa, além da tese: a confecção de um vídeo-documentário, igualmente preocupado com os recursos de acessibilidade.

Esta possibilidade surgira ainda em 2015, quando colegas profissionais de artes visuais (sobretudo ex-alunos do curso de cinema e audiovisual da UFPel) mostraram interesse no contexto de minha pesquisa e propuseram a realização de um vídeo-documentário como forma de valorização do patrimônio e retorno social aos moradores, evidenciado pelo interesse artístico dos cineastas. Este projeto, elaborado em parceria com os artistas, conta, portanto, com a justificativa técnico-científica para o uso da reserva técnica na confecção do vídeo, uma súmula do roteiro, o roteiro, a lista de materiais usados, e equipe técnica responsável (bem como referências profissionais), o cronograma de realização das atividades propostas e uma avaliação dos resultados obtidos.

1.2.Justificativa

Uma perspectiva bastante forte na arqueologia pública é a chamada arqueologia colaborativa ou comunitária. De acordo com Stephanie Moser e colegas,

Embora exista um volume crescente de literatura dedicada ao desenvolvimento da “arqueologia comunitária”, a noção de prática colaborativa em nossa disciplina permanece um conceito vago, muitas vezes assumindo a feição de simples consulta às comunidades locais. “Arqueologia comunitária”, no entanto, vai muito além, incorporando uma gama de estratégias para facilitar o envolvimento da população local na investigação e interpretação do passado (MOSER, et al., 2002, p. 220. Tradução livre).

Reconheço que minha pesquisa de doutorado não se enquadra plenamente na arqueologia comunitária ou colaborativa (tratei sobre essa conceituação no Capítulo 2), uma vez que o projeto arqueológico “O Pampa Negro”, e meu próprio projeto de doutorado, não foram construídos em

parceria com a comunidade local. Não obstante, desde o projeto submetido ao PPGArq/MAE/USP e à Fapesp fica clara minha intenção de transformar o conhecimento gerado pela minha pesquisa em algo que fosse de interesse da comunidade local, para além da redação de uma tese.

Assim, no final de 2015 requeri à Fapesp o uso de mais de 20% da reserva técnica para confecção de uma maquete tátil, como representação da Chácara/Charqueada, que seria musealizada de acordo com as histórias dos moradores sobre o sítio arqueológico.

A proposta da maquete tátil era materializar os resultados da pesquisa feita com os colaboradores do meu projeto, pois tendo em vista a ideia de patrimônio como categoria de representação (CHARTIER, 1991), procurei entender a relação entre os colaboradores do projeto e o lugar onde vivem – casa e sítio arqueológico do período charqueador -, para com isso gerar também um produto que pudesse contribuir com o debate sobre as diferentes formas de conhecimento do passado, ao mesmo tempo em que se configurasse como produto de representatividade desta relação, e de interesse de suas partes.

No entanto, dia 29 de setembro de 2015, recebi despacho referente ao pedido submetido “SM004 – Outros” de 04 de setembro de 2015, negando o uso da reserva técnica para confecção da maquete tátil. Assim, com o propósito de manter-me coerente com o projeto de doutorado submetido ao Programa e à Fundação, busquei alternativas de retorno social que fossem de menor custo e de acordo com proposta de pesquisa.

Nesse contexto, surge a ideia da produção do vídeo, cujo interesse público e para a minha pesquisa pauta-se por seis argumentos:

- 1) O apreço popular consagrado à imagem em movimento – do cinema ao Youtube. O alcance e acolhimento de séries de televisão, telenovelas, longas-metragem, mostram o gosto pelo vídeo. Além de, claro, ser de muito mais fácil circulação que uma maquete;
- 2) O viés representativo do vídeo. Seja ficção ou não, o filme é entendido como uma representação do real (COUTINHO, 1997; RAMOS, 2000), e, portanto, nos permitiu explorar seu efeito enquanto viabilidade para as narrativas do passado e do presente em torno do patrimônio arqueológico;
- 3) O interesse dos moradores e moradoras sobre o filme, como forma de retorno social da pesquisa, foi muito maior. Tanto pelo apreço ao produto final (um filme), quanto pela possibilidade de participação ativa em sua produção (enquanto atores/narradores);

4) O custo do filme foi menor em relação à maquete. Além da produção, o valor final inclui já formas de socialização e retorno social. O orçamento da maquete incluía apenas sua confecção, sendo que o retorno social através de sua musealização em Pelotas necessitaria de outras parcerias e projetos paralelos, consumindo outros recursos públicos ou privados.

5) Os recursos de acessibilidade possíveis no audiovisual. Uma das principais motivações para a confecção da maquete tátil era a inclusão do público deficiente visual, considerada fundamental na extroversão da pesquisa; eis que este interesse também é contemplado na proposta do documentário, visto que sua base é construída sobre o recurso da audiodescrição.

6) Reconhecimento da realidade apresentada no filme por um público mais amplo. Um dos eixos temáticos, tanto da pesquisa quanto do roteiro do documentário, versa sobre a marginalização da chácara/charqueada no contexto social, histórico, geográfico e cultural onde se insere, sendo de interesse dos moradores o reconhecimento de sua relevância histórica e política neste quadro; desse modo, a circulação do documentário em mostras e festivais de cinema, além da sua exibição para a comunidade local prevista em cronograma, atingirá um público maior, que irá conhecer e reconhecer tal realidade, centralizada pelo filme.

Fernão Pessoa Ramos (RAMOS, 2000) diferencia o documentário, enquanto filme de não-ficção, por dois pressupostos: “proposição assertiva” e “indexação”. O primeiro reconhece o documentário como um campo discursivo fílmico “carregado de enunciados que possuem a característica de serem asserções, ou afirmações sobre a realidade” (RAMOS, 2000, p. 5). O segundo termo diz respeito ao reconhecimento do espectador. “A ideia é que, ao vermos um documentário, em geral temos um saber social prévio, sobre se estamos expostos a uma narrativa documental ou ficcional. Como espectadores, fruimos a narrativa em função deste saber prévio” (RAMOS, 2000, p. 6).

Esses pressupostos se encontram dentro de uma linha interpretativa que ele chama de “lógico-analítica”.

Para a reflexão lógico-analítica, dizer que o documentário existe e pode ser localizado, significa, portanto, retirar o eixo da análise da questão do posicionamento subjetivo, como horizonte exclusivo para se trabalhar a representação. Ou melhor, significa dizer que a representação é possível sem que a necessária modéstia do sujeito que a propõe deva ser o núcleo de sua tematização (RAMOS, 2000, p. 5).

Isso significa dizer que é possível que o documentário seja uma via de representação do sujeito, mas sem que essa representação seja um esfacelamento da identidade do sujeito (RAMOS,

2000). Isso aproxima o documentário, enquanto uma narrativa de não-ficção, do entendimento que carregamos de patrimônio como categoria de representação social (CHARTIER, 2002). Para Chartier, a representação é um simulacro do real que substitui, em sua presença, o próprio real. Isso não significa que os moradores da Chácara possuam uma identidade única e inabalável – a representação continua sendo um simulacro –, mas permite que a postura assumida pelos moradores com aquelas narrativas particulares ganhe força política ao ser mostrada como “recorte selecionado” de suas realidades. Tanto pelo documentário quanto pelo patrimônio, as representações em vigor são causas reais da vida dos moradores, escolhidas como pauta de luta e atuação, fruto da relação entre moradores, sítio arqueológico, equipe de arqueologia e equipe de filmagem.

Eduardo Coutinho frisa esse poder do cinema documentário como canal de escuta sensível da alteridade (COUTINHO, 1997).

Jean Rouch, um documentarista francês pioneiro em certos campos, já respondeu muito claramente algo óbvio: que isso que é “verdade”, em parte, não tem a menor importância porque às vezes é mais importante que a câmera catalise essa comunidade, catalise as pessoas que estão diante dela, para que elas revelem uma “superverdade” delas. Na medida em que a pessoa pode representar para a câmera, isso passa a ser interessantíssimo também. Como ela representa para a câmera? Que papel? Que figura? E que personagem ela quer representar para a câmera? Isto é tão interessante quanto aquilo que ela revela sem a presença da câmera (COUTINHO, 1997, p. 167).

Nessa escuta sensível à representação, ambos os autores também chamam atenção para as mesmas preocupações éticas e dialógicas que permeiam a arqueologia e o campo patrimonial desde os anos 1980. Uma das preocupações de Fernão Ramos ao abordar a linha “lógico-analítica”, é que a prática do cinema pós-estruturalista, preocupado em contrariar o cinema documentário que acreditavam “positivista”¹, desmantela a identidade do sujeito e assim perde o diálogo entre equipe de produção e comunidade filmada, entre o cineasta e seu interlocutor. Eis que o autor defende um retorno à estrutura formal do documentário, que permite vê-lo como categoria específica de representação e, assim, retomar a responsabilidade sobre a imagem construída de seu interlocutor.

¹ Coloco “positivista” como uma aproximação à compreensão arqueológica. O que Fernão Ramos se refere é a crença, que diz ingênua, de cineastas pós-estruturalistas, de que o documentário fora, em algum momento, acrítico e crente de produzir imagens do real “tal qual era”. Como argumento acima, Fernão Ramos diz que essa nunca foi a crença do cinema documentário estruturalista.

Em outras palavras: é ético mostrar o processo de representação; não é ético construir a representação para sustentar a opinião correta (como defendiam Grierson, ou Eisenstein, em um outro parâmetro) (RAMOS, 2000, p. 3).

Eduardo Coutinho também se preocupa com o momento dialógico da filmagem, e acha de fundamental importância aquilo que chama de “som direto” – que o microfone capte tudo durante o momento da entrevista: interlocutor, cineasta, sons do ambiente, conflitos, confissões, afetos, enfim.

Você, quando tem uma câmera, pode deformar essa pessoa do ponto de vista da lente usada, mostrar uma verruga, mostrar um defeito físico ou coisa que o valha; você tem um ângulo da câmera que pode ser para baixo ou para cima e que também pode derrubar essa pessoa, isto é, pejorativamente. E mais ainda, você tem a possibilidade de dispor da entrevista desta pessoa e eventualmente manipulá-la. Você pergunta algo a uma pessoa, ela diz “não”, mas, através da montagem, você pode manipular o depoimento e transformar uma afirmação no seu contrário. Com isso quer dizer que, mesmo que você filmasse seus pares sociais, teria um poder dado pela câmera. Portanto, esse diálogo é sempre assimétrico; isso só pode ser compensado, na minha opinião, de uma forma correta, incluindo essa assimetria relativa no produto que você faz. Por isso falo que esse microfone pertence aos dois lados, o diálogo é entre os dois lados, deve aparecer, inclusive, em seus momentos críticos (COUTINHO, 1997, p. 166).

Essa preocupação ética durante o processo de construção do conhecimento é análoga à que tenho, em minha pesquisa, com a etnografia arqueológica e na valoração do patrimônio cultural.

O vídeo contará também com tomadas ficcionais, buscando o viés artístico como forma de expressão da narrativa e das histórias contadas pelos moradores. São essas histórias e narrativas, no entanto, que estarão no cerne não-ficcional do roteiro. No item abaixo, segue uma súmula do roteiro.

Finalmente, é importante lembrar que, pensando na construção conjunta do conhecimento e sua acessibilidade, não poderíamos abstrair-nos da áudio-descrição, ferramenta de acessibilidade fílmica para o público cego. Como forma de potencializar a narrativa dos moradores sobre a Chácara/Charqueada, propomos que a audiodescrição das cenas em que aparecem seja feita pelos próprios, durante as gravações. Uma experimentação que buscará centralizar o recurso ao atribuir-lhe função narrativa.

1.3.Súmula do Roteiro

O documentário busca conjugar relatos de vivência dos moradores da chácara/charqueada Santa Bárbara (Pelotas/RS) na construção coletiva de um memorial do lugar.

Cada morador entrevistado corresponde a uma perspectiva da memória:

a) Seu Hector – memória sensorial. Senhor cego, mora em uma das casas da chácara com a esposa, dona Laci, há mais de 20 anos, conta o lugar e a sua experiência a partir da memória tátil

b) Dona Rosângela – memória das coisas. Conta a experiência da família na chácara pela perspectiva das mulheres e a relação delas com uma boneca de porcelana deixada pela avó.

c) Seu Gilberto e Dona Miriam – memória do espaço. Através das entrevistas feitas antes da morte, o pai de santo conta a relação de suas vivências com os espaços da chácara, apoiado por depoimentos da amiga e vizinha, Dona Miriam.

Os relatos de cada morador giram em torno destes assuntos:

a) Seu Hector – Histórias da Charqueada passadas pelos avós e vizinhos antigos, histórias de experiências próprias com a família, com a casa e com a cidade de Pelotas. Entre as experiências mais marcantes está o trabalho na fábrica de óleo Casper e o acidente que o cegou.

b) Dona Rosângela – História da família, morando ao lado e interagindo com os portugueses da Chácara/Charqueada. Seus relatos giram em torno de sua avó e sua mãe, nas alegrias e dificuldades da vida rural e feminina.

c) Seu Gilberto – Histórias da Charqueada conhecidas pelos mais velhos e experimentadas por sua própria mediunidade. Relatos de luta social cotidiana (racial, saúde, sexual), crenças religiosas e posturas filosóficas.

d) Dona Mirian – Histórias da Chácara que conheceu dos familiares com quem vive (ela não nasceu na Chácara), e histórias da Charqueada pela própria sensibilidade religiosa. Narrativas de luta na proteção da família, sua religião e seus direitos civis.

Em cada vídeo haverá narração descritiva do próprio entrevistado sobre o que aparece na tela; um híbrido entre narração e audiodescrição que fará parte efetivamente da diegese da obra, não sendo somente um recurso de acessibilidade, ainda que cumpra também esta função.

1.4.Equipe

Pesquisa e produção - Bruno Sanches Ranzani da Silva.

Roteiro, direção e edição - Tiago Kickhöfel

Tiago é ex-aluno do curso de cinema e animação da Universidade Federal de Pelotas. Dentre seus trabalhos destacam-se o roteiro para o videodocumentário “Barro Duro” (direção de Caio Mazzilli. 2013), exibido na mostra V Visualidades e no programa Nação, da TVE; direção de fotografia e edição do projeto “Ócio - experimentos em videodança” (dir. Bruna Oliveira. 2016), financiado pelo Procultura - Pelotas; direção de fotografia do vídeo etnográfico “Cativos” (dir. Loredana Ribeiro. Em fase de edição), financiado pelo CNPq. Sua produção artística e acadêmica constam em currículo na plataforma Lattes. Link: < <http://lattes.cnpq.br/8274481988884742> >

Direção de fotografia - Daniela Lopes

Daniela é bacharel em Cinema e Animação pela UFPel. Fotógrafa e diretora de fotografia. Já colaborou com projetos audiovisuais diversos, como curtas, longa-metragem e vídeos publicitários. Os últimos trabalhos realizados têm sido direcionados à produção de videocliques e ensaios visuais. Administra e grava os episódios do canal “Preta Expressa”, da ativista feminista do coletivo Juntos, Winnie Bueno. Site: < www.daniela-lopes.com. >

Trilha sonora original e captação de som – Diego Portella

Diego Portella atua como instrumentista e arranjador, acompanhando diversos trabalhos de intérpretes da cidade de Pelotas/RS. Participou da produção musical e arranjos do disco autoral “Lama”, do compositor Juliano Guerra, bem como “Colapso”, do compositor Eugênio Bassi, acompanhando seus shows de lançamento. No audiovisual sua colaboração consta na direção de som e trilha sonora do documentário “Uma rádio com...”, em fase de gravação.

Direção de arte e finalização – Gabriela Lamas

Gabriela Lamas é formada em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal de Pelotas. Trabalha com direção de arte para cinema, teatro e publicidade, tendo assinado a direção de arte de filmes como “Nua Por Dentro do Couro” (Lucas Sá, 2014), o qual participou de diversos festivais pelo Brasil, incluindo o Festival Internacional de Cinema de Brasília. Também participou como diretora de arte do espetáculo de teatro “Cabaré Aurora”, financiado pelo pró-cultura de

Pelotas, dirigido por Martha Grill e apresentado durante duas semanas na Biblioteca Pública de Pelotas. Como diretora, Gabriela foi responsável pelo filme “Sesmaria”, financiado pelo Ministério da Cultura e gravado em 2015 no município de São Lourenço do Sul.

1.5.Orçamento

1.5.1. Equipe

Nome	Serviço	Valor
Tiago Radatz Kickhöfel	Roteirista, editor e diretor	R\$ 2.500,00
Daniela Lopes	Diretora de fotografia	R\$ 1.780,00
Diego Portella	Captação de som direto e composição de trilha original	R\$ 1.400,00
Gabriela Lamas	Diretora de arte e design	R\$ 1.380,00
Lucas Mendonça	Finalização	R\$ 600,00
Rennã Fedrigo	Edição de som	R\$ 1.300,00
Fernanda Thiel	Produção Executiva	R\$ 1.500,00

1.5.2. Equipamento

Prestador	Descrição	Valor diário	Diárias/unidades	Total
Back Up	Camera Canon 5D Mark III	R\$ 320,00	2	R\$ 640,00
	Lente EF 24-70 mm f2.8 II USM	R\$ 450,00	2	R\$ 900,00
	Lente EF 50 mm f1.2 USM	R\$ 110,00	2	R\$ 220,00
	Cartões CF SanDisk 32GB	R\$ 50,00	2	R\$ 100,00
	Tripé Manfrotto	R\$ 130,00	2	R\$ 260,00
	Micrífone direcional	R\$ 70,00	2	R\$ 140,00
	Gravador de mão Zoom H4n	R\$ 120,00	2	R\$ 240,00
	Microfone de lapela sem fio profissional Sony UWP-D11	R\$ 220,00	2	R\$ 440,00
	Iluminador LED YN-600L com ajuste de temperatura e fonte	R\$ 90,00	2	R\$ 180,00

1.5.3. Outros gastos

Prestador	Descrição	Valor diário	Diárias/unidades	Total
Taxis diversos	Valores de transporte (equipas e equipe)	R\$ 382,00	1	R\$ 382,00

-	Material de consumo (pilha)	R\$ 20,90	1	R\$ 20,90
-	Impressão de DVD's	R\$ 3,00	30	R\$ 90,00
-	Impressão de Blu-ray	R\$ 25,00	19	R\$ 775,00

1.5.4. Gasto total

Sobre o valor final, vale lembrar que a equipe profissional, com exceção do aluguel de equipamentos, orçou sua mão-de-obra muito abaixo do valor de mercado, considerando o valor disponível da reserva técnica e o caráter social da obra.

Valor total do vídeo: R\$ 14.847,90

1.6.Cronograma

	2016				2017	
	Jul.	Ago.	Set.	Out. – Dez.	Jan. – Mai.	Jun.
Pré-produção						
Gravação						
Pós-produção						
Exibição						
Prestação de contas						

1.7.Roteiro original

AS PAREDES AINDA SUAM SAL
(documentário)

Roteiro – tratamento #3
Por Tiago Kickhöfel

PRIMEIRA PARTE

Epílogo

Créditos iniciais descritos em áudio pelo produtor/pesquisador

Epílogo do filme em título gráfico, lido/narrado por um dos moradores, sobre texturas de paredes

“Aprenderei a amar as casas
quando entender que as casas
são feitas de gente
que foi feita por gente
e que contém em si a possibilidade
de fazer gente.”
(Matilde Campilho)

Título gráfico / voz de um dos moradores: “título do filme – As paredes ainda suam sal”, sobre plano geral da casa. Após o título, seu Hector sai da casa trazendo uma cadeira e senta em frente à sua porta.

SEGUNDA PARTE

Seu Hector: memórias sensoriais

EXT. FRENTE DA CASA - DIA

- Seu Hector sentado na frente da casa. A voz over do próprio descreve a cena, em 1ª pessoa.

História do avô português, Sr. Constantino Marques

- Primeira geração a morar na chácara pós-charqueada.

- Feirante e agricultor - avô vendia verduras no Mercado Público, tinha uma banca lá e também vendia a produção na porta, pra vizinhança.

"Os meus avós eram portugueses, e, como todos eles, vieram com a intenção de um dia voltar para Portugal. Só que nunca foi possível. Meu avô que conseguiu voltar, mas já era muito velhinho e adoeceu na viagem, ficou um tempo, e retornou ao Brasil".

INT. SALA VAZIA - DIA

- Faleceu nos anos 60 e foi velado na sala, a avó também.

INT. BLACK VÍDEO

- A conta de luz segue no nome do avô. Seu Hector vai buscá-la. Som do Seu Hector pegando a conta dentro de casa e voltando.

EXT. FRENTE DA CASA

- Seu Hector mostra a conta de luz.

INT. INSERTS

- Marcas físicas do Seu Constantino no espaço. Seu Hector as descreve.

#História dos pais

INT. COZINHA - DIA

- Pai foi adotado por uma família pelotense, nasceu muito pobre em Paso de los Libres. Faleceu com 84 anos, em 1995.

- pintor; o acompanhava quando criança.

INT. INSERT

- Corrimão da casa ao lado da praça dos enforcados. Seu Hector descreve a lembrança da pintura.

INT. COZINHA - DIA

- Pai muito rígido.
- Mãe (Preciosa) trabalhou em indústria de conservas

INSERT

- Montagem documentos, crachás, carteiras etc. de mulheres que trabalhavam em fábricas nos anos 60/70/80.

História de si

Infância

INT. COZINHA

- Sempre morou na casa; ouvir histórias contadas pela avó e pela tia na cozinha; da mulher de branco, das canelas de escravos, do sapo no tanque e cantigas portuguesas.

INT. COZINHA - SILÊNCIO

- História do lobisomem. Voice Over do Seu Hector contando a história e o próprio a ouvindo.

EXT. FUNDOS DA CASA

- Infância reprimida dentro da chácara, brinquedos rústicos, pandorga, respeito ao pai.

Adulto

EXT. FRENTE DA CASA (Dona Laci está junto)

- Ocupou a casa onde mora agora em 1985.

- Casamento
- Acidente na fábrica
- Perda da visão

FADE IN (a partir daqui apenas sons)

- Adaptação e acessibilidade; Louis Braille e corridas.
- Som do Seu Hector em uma CORRIDA.
- Visita ao amigo na Terezinha. Acompanhar e gravar o SOM DO TRAJETO de ônibus da casa até o amigo
- Cotidiano; som do Seu Hector LAVANDO A LOUÇA; ARRUMANDO O CAFÉ PRA DONA LACI; CELULAR TOCANDO, etc.
- Percepção sensorial do espaço agora e na memória. Interligação das casas, fechamento das portas, marcos. Som detalhe das MÃOS PASSANDO PELA PAREDE.

TERCEIRA PARTE

Seu Gilberto e Dona Miriam: memórias do espaço

- Descrições iniciais do espaço da entrevista feito por Dona Miriam
- Imagens de Dona Miriam contando suas relações com aqueles espaços e com o falecido Seu Gilberto. Buscar dialogar essa fala com as entrevistas dadas por ele em arquivo. Contar que era um senhor negro, soropositivo, homossexual e de religião africana em Pelotas.

Dona Miriam

- Como veio parar na Chácara? Como foi a adaptação à Chácara?
Falar sobre assimilação e pertencimento, sobre história de si no

lugar e com a família. Como foi a relação com a equipe de arqueologia? Contar das visitas, se atrapalhou ou não. E a relação com os vizinhos? Protetora do espaço. Contar casos bons (ajudar os filhos a se cuidar) e maus (traficantes). E a sua religião? Mais alguém da casa é de Religião? Falar da religião dela, sua indumentária, materialidades e práticas. Identificar Seu Gilberto e relação com ele (religiosa e afetiva).

- contato direto, sem intermédios (braço e olhar)

Seu Gilberto

- Imagens de espaços habitados por seu Gilberto descritas por ele em entrevistas de arquivo, não sendo suficientes, dona Mirian descreve a imagem antes da narração do seu Gilberto

- Imagem do interior da casa. Audio-descrição do lugar e áudio de arquivo (Bruno?). [Audio] Seu Gilberto começa falando de si.

- Paisagem sonora (áudios simulando os sons dos espaços quando ativos)

QUARTA PARTE

Dona Rosângela: memórias das coisas

Som da festa simulando o ouvido da casa de Dona Rosângela. Ela descreve o espaço da entrevista (sua casa). Depois conta que nunca se incomodou com o som das festas do S. Gilberto (som do "vizinho" sai)

História da família e Relações com os vizinhos

- D. Rosângela no fundo de sua casa (com vista para a Chácara). Sua voz em off descreve a imagem. Ela conta sobre a relação da sua

família com a dos vizinhos - dos portugueses, primeiros moradores da chácara, e os atuais.

- sua família, os gregos e alemães.
- fotos, jarro

boneca

- imagem da boneca e da dona Rosângela com ela, ao lado, no sofá ou na mesa... Conta sobre a história da boneca e a relação dela com sua família (a força simbólica de empoderamento feminino através da boneca).

- avó Emma ("avô mulherengo"): "ela era como homem pra trabalhar. Fazia linguiça, torresmo, banha, patê, morcilha, para vender. Enquanto Emma e Felipe matavam o porco, o vô Jorge saía de casa para não ver o porco gritar"; trabalhava na horta, tirava leite da vaca na madrugada, botava os cavalos na carroça, arranjou a pedra de amassar junco, trabalhou na Leal Santos (fábrica)

- mãe: ensinou D. Rosângela a costurar

- Quebra e conserto da boneca levada pela mãe Helena ao médico de bonecas, em Porto Alegre.

- fotos dos fragmentos da boneca, montagem.

- D. Rosângela não gostava de mexer na boneca (quebrada novamente) depois da morte da mãe e a deixava nos fundos da casa

- estranhamento da ausência da boneca levada para restauração recentemente.

- retorno da boneca (vestido de batizado da neta)

QUINTA PARTE

Encerramento

- O filme termina com uma sobreposição de quantos moradores possíveis em trânsito sobre a chácara.

- Se Hector fala sobre o acordo com os donos legais do espaço, o empréstimo da chácara pelo prazo de 4 anos.

- Dona Miriam fala sobre os planos futuros após o prazo.

- Seu Gilberto contando que se mudou pela incerteza do futuro do lugar.

- Seu Hector fala sobre os planos após o fim do prazo de empréstimo

- Dona Rosângela contando que sentirá saudade dos moradores e da chácara.

1.8.Resultados e roteiro final

Aqui, sumário o roteiro da edição final, com suas naturais mudanças, adaptações e reestruturação de cenas. Faço, também, apontamento sobre seu processo de confecção.

O processo de gravação correu nos conformes, seguindo as etapas do cronograma e com aprovação dos atores. Os participantes das gravações foram três colaboradores da tese, cujas relações com os pseudônimos apresentados não serão reveladas. Os atores assinam com seus nomes próprios: Miriam Pires, Hector Queiroz, Rosangela Carivalis e Laci Monks. As autorizações de uso de voz, imagem e local de gravação encontram-se com as demais autorizações (das entrevistas concedidas), no Anexo F.

É necessário esclarecer, de início, que esse vídeo não se propõe etnográfico. No decorrer da produção e pós-produção, optamos por algumas abordagens do cinema de ficção-documental. A presença da equipe de filmagem foi retirada, os sons foram editados com recortes do ambiente, das entrevistas e da trilha original. Essas escolhas fizeram-se especialmente pelo interesse que tivemos, eu e a equipe, em produzir um filme que fosse um retorno aos moradores. Assim, somamos a documentação das narrativas orais reproduzidas, cuja construção tiveram participação os moradores, com uma estética emergente dos processos cinematográficos, inserindo, com isso,

a linguagem cinematográfica que criou um percurso narrativo dialógico ao conectar os relatos de seus personagens/atores.

Essas modificações centrais se deram por duas razões, especialmente. Primeira, não queríamos que a obra fílmica se tornasse um apêndice ilustrativo de narrativas textuais e orais da tese, e de sua metodologia etnográfica. Buscar a arte como veículo de representação e construção de narrativas (e conhecimento) por si mesma é um desafio interessante para nossa disciplina que, em seu cerne, tem gosto pela interdisciplinaridade.

Em segundo lugar, compreendemos que perdemos a simetria proposta por Ramos com o microfone aberto. No entanto, procuramos, com isso, ganhar a simetria pela recepção dos moradores ao produto final. Com o investimento estético e artístico sobre suas narrativas, esperamos que possam, ao final, tomar o filme como seu, e usá-lo como um veículo possível de representação de suas histórias de vida. Representação essa construída na parceria entre eles e nós.

A áudio-descrição foi um elemento referencial para a elaboração do vídeo. Sendo um dos atores cego, foi de suma importância criar um mecanismo que permitisse sua apreciação da obra. A áudio-descrição fez parte, como descrito no projeto, de sua diegese, estando indissociável do vídeo (não há a possibilidade de desligar a áudio-descrição). Isso torna-a, também, um meio de acessibilidade e didática da narrativa artística.

Finalmente, a opção pelo vídeo-documentário como forma de retorno social aos moradores se mostrou meritória. A atuação sedimentou a ideia de protagonismo dos moradores na narrativa da própria história. A presença da câmera, mais forte que aquela do gravador, criou um ambiente por vezes ambíguo de nervosismo e interesse. Após anos de relação com os moradores, sua desconfiança no uso, por parte da equipe de pesquisa (outros, “forasteiros”), de mecanismos de registro dos encontros se transformara de modo positivo. E, com isso, a câmera se tornou uma forma interessante de expandir a própria história e presença no mundo. Foi um interessante contraponto à participação figurativa da Chácara/Charqueada e dos filhos de alguns dos moradores na minissérie da Globo, “Incidente em Antares” (1994). Como mencionado por Seu Rocha (Cap. 3, item 3.3), a Chácara foi cenário de alguns trechos da filmagem. Ela proporcionou algumas experiências memoráveis, como conta Seu Rocha.

Seu Rocha [R] - Inclusive, teve uma época que a rede globo veio filmar aqui. [Bruno - Qual foi?] Foi filmado "Incidente em Antares". [B - Incidente Antares] Inclusive, na época... Ah, só a minha casa que não foi filmada. A casa do Victor, inclusive os atores...

naquela época era a Valéria Monteiro, que hoje ela mora no Rio De Janeiro, uma grande jornalista... Era jornalista e atriz da Rede Globo. Ela, o Alexandre Borges, que até agora, trabalhou recentemente na novela essa, "Avenida Brasil". Tá, o Ivan Candido.

B - Ele trabalhou na novela Avenida Brasil? Qual personagem ele era?

G - Era o Cadinho, da... o Cadinho, da... da Avenida Brasil. [B - Ahhh tá] Inclusive, a minha vizinha tirou uma foto com ele. [B - (risos)] Eu conheci a Valéria Monteiro, tá, o at/ naquela época o diretor era o Paulo José, que por sinal é gaúcho. É natural da cidade de Arroio Grande aqui... Na Zona Sul, inclusive ele esteve aqui na minha casa, tá. Eles filmaram da casa do Victor, para lá. Inclusive, aquela casa da esquina era a creche das crianças. Cê entende. A outra casa. A mesma da, da Maria. Onde tem os cachorros ali. Tá, e a casa do Victor, onde os atores trocavam roupa, usavam o banheiro. Então a Valéria Monteiro, esses atores todos eu conheci. Tá, teve outra atriz que nesse momento eu não me lembro o nome, né. Então eu trabalhava, na época, no condomínio, então quando eu vinha, eles tavam filmando, aí eu tinha que esperar que eles terminassem a filmagem, para depois - eles interditavam, né. Botava uma corda pras pessoas [incompreensível] mas de longe. Para, depois então que eles terminavam a filmagem, guardar. Inclusive, o Paulo José, eu tive a felicidade dele vim aqui na minha casa. Eu tava na frente... Era até um sábado. E chegou dizendo "Boa tarde", e eu "Boa tarde", "tudo bom?", "tudo bom". "Tchê, o senhor tem um banheiro que eu possa usar?" "Não tem problema, só não reparar na casa" "não, não, tem nada". E... como eu tenho centro de Umbanda, né. Eu sou... da religião Afro, né. Então... Eles, aí quando ele entrou, se deparou com as imagens, e disse "Ah... aqui é candomblé?" Porque pra... pra lá pro Rio de Janeiro, Bahia, é Candomblé, né. Aqui no Sul é Umbanda e religião Afro, né. E aí eu disse... Aqui... No sul nós chamamos Centro de Umbanda, mas lá pra onde o senhor... pra cima, Rio de Janeiro, Bahia, é candomblé. Bom, aí ele veio aqui, usou o banheiro, depois e agradeceu gentilmente. Então, essa casa tem um bocado já de... Essas casas aqui, até a Rede Globo filmou (Entrevista com Seu Rocha, 22/10/2012).

Memórias boas, mas um tanto incompletas. A casa de Seu Rocha não foi filmada, como ele mesmo disse. E o fato de ter que voltar do serviço e ficar aguardando o termino das gravações para entrar na própria casa foi um incômodo que, se não marcou Seu Rocha, marcou Dona Lisa, como ela nos contou num dos dias da gravação do documentário.

Dona Lisa (L) – Eu cheguei do trabalho cansada e morrendo de vontade de ir no banheiro. Tive que esperar mais de uma hora pra entrar em casa. Eu dizendo “mas eu moro ali, moço”, e ele não me deixando entrar, “vai ter que esperar acabar a filmagem” (Dona Lisa, 09/09/2016).

Em nosso documentário, a casa de Seu Rocha foi filmada, bem como Dona Lisa, Seu Victor, Dona Angélica e Dona Maria. E como personagens centrais de suas próprias histórias de vida, não como figurantes de uma ficção “Global”.

1.8.1. Primeira parte: Localização / contextualização do espaço

- Créditos iniciais descritos em áudio pelo produtor/pesquisador

- Epílogo do filme em título gráfico, lido/narrado por um dos moradores.

“Aprenderei a amar as casas/quando entender que as casas/são feitas de gente/que foi feita por gente/e que contém em si a possibilidade/de fazer gente.” (Matilde Campilho).

- Breve descrição do contexto de pesquisa da Chácara/Charqueada, lido pelo produtor/pesquisador.

O processo de tombamento dos prédios de Pelotas (RS) é intimamente ligado à memória da elite charqueadora local.

A Chácara/Charqueada Santa Bárbara, datada de meados do século XVIII, foi sendo marginalizada deste contexto devido à sua localização periférica.

Eis aqui centralizado os gentes dessa história – pessoas, santos, memórias, afetos, experiências e vozes –

Eis uma casa viva.

- Sobre imagens em vídeo da chácara, os entrevistados fazem uma breve introdução de si e da história que vão relatar.

Ex.: Meu nome é Hector Queiroz, sou deficiente visual, sou morador aqui da Chácara Santa Bárbara. Vou falar da vinda da minha família pra essa casa.

1.8.2. Segunda parte: Seu Hector / memórias sensoriais

- Seu Hector e Dona Laci sentados na cozinha.
- Dona Laci descreve fotos para seu Hector, que fala sobre e faz relações livres com outras memórias a partir delas (os possíveis assuntos de cada entrevistado constam na súmula do roteiro).
- Inserção das fotos descritas por Dona Laci para S. Hector.
- Essas falas se referem ao período que Seu Hector tinha visão.
- Seu Hector conta sobre o acidente na fábrica e a imagem na tela vai sumindo em fade out; convidamos seu Hector a nos apresentar a chácara e suas memórias sobre o lugar.
- Na tela preta, só a voz do S. Hector. Ele descreve determinados espaços e faz seus relatos.

1.8.3. Terceira parte – Dona Rosângela – memórias de um objeto

- Imagem da boneca de porcelana restaurada. Voz da D. Rosângela descrevendo a boneca
- D. Rosângela em casa. Ela conta sobre a história daquela boneca e a relação dela com sua família (a força simbólica de empoderamento feminino através boneca), o estranhamento da ausência da boneca (levada para restauração) e livres associações de assuntos.
- Dona Rosângela na frente da chácara. Sua voz em off descreve a imagem. Ela conta sobre a relação da sua família com a dos vizinhos - dos portugueses, primeiros moradores da chácara, e os atuais.
- Imagem de D. Rosângela recebendo a boneca após a restauração e contando sobre a experiência.
-

1.8.4. Quarta parte - Seu Gilberto e Dona Miriam – memórias dos lugares

- Vídeo narrado por Seu Gilberto, com áudio retirado das entrevistas que deu para os pesquisadores da Chácara antes de falecer. As narrações falam sobre a relação com os espaços em que habitou – Chácara, Casa de Ijexá, apartamento.

- Descrições iniciais dos espaços feitos por Dona Mirian
- Imagens de Dona Miriam contando suas relações com aqueles espaços e com o S. Gilberto.
- Paisagem sonora (áudios simulando os sons dos espaços quando ativos)

1.8.5. Quinta parte - encerramento

- O filme termina com uma sobreposição de quantos moradores possíveis em trânsito sobre a chácara.

Colar aqui o envelope com o DVD

**ANEXO I – Fichas de cadastro de bens arqueológicos móveis, adaptada da
Portaria IPHAN nº 196, 18 de maio de 2016**

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 - 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02484
2.2 Denominação: Gnomo da Saúde
2.3 Descrição: Miniatura em resina sintética. Corpo creme com vestes verde. Quartzo hialino (pedra de energia boa).
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Resina polímera
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Molde Industrial
8. Decoração: Impressão (molde), pintado, aplique
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso:
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura, comprimento): (Gnomo) 5,5x4x4 cm ; (pedra) 1,5x2 cm
18. Peso: -
19. Fotografias coloridas e com escala:

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

20. Observações Gerais: -

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 - 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02485
2.2 Denominação: Gnomo da Prosperidade
2.3 Descrição: Miniatura em resina sintética. Vestido de vermelho. Ágata verde.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Resina polímera
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Molde Industrial
8. Decoração: Impressão (molde), pintado, aplique
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso. Mão esquerda quebrada.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura, comprimento): (Gnomo) 5,5x4x4 cm ; (pedra) 1,5x1,5x2cm
18. Peso: -
19. Fotografias coloridas e com escala:

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

20. Observações Gerais: -

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 - 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02487
2.2 Denominação: Gnomo da vida
2.3 Descrição: Miniatura em resina sintética. Veste magenta. Ágata verde. Mais “sapecá”, mais próximo das crianças (seu neto se identifica bastante com ele)
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Resina polímera
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Molde Industrial
8. Decoração: Impressão (molde), pintado, aplique
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura, comprimento): (Gnomo) 5,5x4x4 cm ; (pedra) 1,2x1,2x1,5 cm
18. Peso: -
19. Fotografias coloridas e com escala:

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

20. Observações Gerais: -

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 – 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02491
2.2 Denominação: Árvore do “indivíduo por dentro”
2.3 Descrição: Árvore que representa “eu por dentro”. Base de ardósia, tronco e ramos de arame de alumínio bronzeado, cúpula com 21 pequenos cristais de variedades de quartzo (verde, negro, olho de tigre, ametista, transparente, enfumaçado, amarelo e vermelho). Cada pedra é uma parte do corpo, um órgão. Se a energia da pessoa/casa está ruim, ela se fecha. Se a energia está boa, ela se abre. O cristal de quartzo é o ponto mestre, representa a cabeça.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Metal ; Rocha
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Molde Industrial
8. Decoração: Escultura ; Moldado
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura): 7x5,5x5,5cm
18. Peso: -
19. Fotografias coloridas e com escala:

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

20. Observações Gerais: -

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 – 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02499
2.2 Denominação: Quartzo Verde
2.3 Descrição: Seixo de quartzo verde
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Seixo de quartzo verde
6. Cor: Verde
7. Técnica de Produção: Escultura e polimento
8. Decoração: -
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura): 3,2x2,5x2,8cm
18. Peso: -
19. Fotografias coloridas e com escala:

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

20. Observações Gerais: -

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo:
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 - 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02503
2.2 Denominação: Gnomo da saúde
2.3 Descrição: Resina sintética, com feltro. Veste roxo e chapéu de feltro cáqui. Pedra é quartzo azul. Faz par com <u>DSC02507</u> (compartilham a mesma pedra). Maria ganhara quando seu filho mais velho fizera 2 anos. O par de gnomos são os mais velhos da casa (28 anos), vieram antes mesmo das bruxas.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Resina sintética ; feltro
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Molde ; Colagem
8. Decoração: Impressão (molde), pintado, aplique
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso:
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura): (gnomo) 10x4x4 cm ; (pedra) 2x2x2 cm
18. Peso: -
19. Fotografias coloridas e com escala:

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

20. Observações Gerais: -

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo:
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 - 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02507
2.2 Denominação: Gnomo da saúde
2.3 Descrição: Miniatura de resina, com feltro. Vestido azul e chapéu de feltro cáqui. Pedra é o quartzo azul. Faz par com <u>DSC02503</u> (compartilham a mesma pedra). Maria ganhou quando seu filho mais velho ainda tinha 2 anos e se adoecera. O par de gnomos são os mais velhos da casa (28 anos), vieram antes mesmo das bruxas.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Resina polímera
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Molde Industrial
8. Decoração: Impressão (molde), pintado, aplique
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso:
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura): (gnomo) 10x4 cm ; (pedra) 2x2 cm
18. Peso: -
19. Fotografias coloridas e com escala:

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

20. Observações Gerais: -

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 - 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02509
2.2 Denominação: Gnomo do Carisma e Caridade
2.3 Descrição: Miniatura em resina sintética. Veste laranja. Não possui pedra. Ganhou de natal.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Resina polímera
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Molde
8. Decoração: Impressão (molde), pintado, aplique
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura): 3,5x1,9x2 cm
18. Peso: -
19. Fotografias coloridas e com escala:

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

20. Observações Gerais:

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 - 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02512
2.2 Denominação: Árvore da Energia
2.3 Descrição: Base de ardósia, tronco e hastes de arame bronzeado, pedras de quartzo branca. Energia da casa.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Metal; Rocha (ardósia, quartzo)
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Produção artesanal
8. Decoração: Escultura, Polimento, Modelagem
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura): 8,5x7x7 cm
18. Peso: -
19. Fotografias coloridas e com escala:

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

20. Observações Gerais:

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 - 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02515
2.2 Denominação: Bruxinha da Felicidade
2.3 Descrição: Feltro colorido, base de TNT, preenchido com bolinhas de isopor, olho de <i>glitter</i> azul e cabelo sintético de boneca (feltro desfiado). Quartzo rosa. Ela permite que se faça um pedido e lhe assopre o cabelo uma vez, para vê-lo realizado.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Tecido sintético; Polímero
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Produção artesanal
8. Decoração: Costura
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura): (Bruxa) 13x7x7 cm ; (Pedra) 1,5x1,5x1,5 cm
18. Peso: -
19. Fotografias coloridas e com escala:

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

20. Observações Gerais:

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 - 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02518
2.2 Denominação: Bruxinha da [Sabedoria]
2.3 Descrição: Gesso pintado. Veste vermelho, Citrino avermelhado. Dona Maria não a definiu, apenas pediu para que eu a qualificasse, com base “no que ela me passou”. Lhe disse que ela me inspirava “sabedoria”. Sem reprovação, ela disse, “então é sabedoria”. Ela permite que se faça um pedido e lhe assopre o cabelo três vezes com vontade.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Gesso
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Molde
8. Decoração: Pintura
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura): (Bruxa) 6x4x4 cm ; (Pedra) 1,5x1,5x1,5 cm
18. Peso: -
19. Fotografias coloridas e com escala:

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

20. Observações Gerais:

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 - 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02522
2.2 Denominação: Bruxinha do Olho Grande
2.3 Descrição: Resina sintética pintada e <i>glitter</i> roxo ao longo do vestido. Onix (quartzo preto). Protege contra mal olhado. Ganhou de sua irmã há cerca de 28 anos (a “primeira bruxa a entrar na casa”). Seu rosto (sorridente no momento) varia conforme humor de quem vê.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Resina sintética ; Rocha
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Molde ; Escultura e polimento
8. Decoração: Pintura
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura, comprimento): (Bruxa) 10x5x5 cm ; (Pedra) 1,5x2x2 cm
18. Peso: -
19. Fotografias coloridas e com escala:

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

20. Observações Gerais:

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 - 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02523
2.2 Denominação: Bruxinha Verbena
2.3 Descrição: Corpo, cabeça e chapéu de feltro, bolsa de tecido sintético com areia dentro. Quartzo azul. Representaria o amor, pelo perfume que exala.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Resina sintética, feltro ; Rocha
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Molde ; Escultura e polimento
8. Decoração: Pintura
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura): (Bruxa) 12x6x6 cm ; (Pedra) 1x1,5x2 cm
18. Peso: -
19. Fotografias coloridas e com escala:

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

20. Observações Gerais:

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 – 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02526
2.2 Denominação: Bruxinha da Gratidão
2.3 Descrição: Resina sintética epóxi, roupas de tecido sintético e cabelo de cordão de lã. Quartzo rosa leitoso. Ganhou de um amigo, pelos ensinamentos dela na enfermagem obstétrica, onde trabalharam juntos. “Ela tem as mãos cruzadas, como se estivesse embalando”. Sua pedra parece um coração rosa. Quando eu o tomei nas mãos, parte se desfez, deixando-o ainda mais parecido com um coração. Dona Miriam me disse isso, “não é que tu quebrou”.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Resina sintética, feltro, lã ; Rocha
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Molde, Costura ; Escultura e polimento
8. Decoração: Pintura
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura): (Bruxa) 10,5x9,5x9,5 cm ; (Pedra) 0,5x1,5x1,5 cm
18. Peso: -

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

19. Fotografias coloridas e com escala:

20. Observações Gerais: Marcação na segunda fotografia mostra o ponto onde a pedra quebrou com meu toque.

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 – 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02533
2.2 Denominação: Mafalda (Bruxinha da magia)
2.3 Descrição: Resina sintética. Veste preto, avental branco e chapéu laranja. Citrino. Ela tinha uma vassoura e um caldeirão (por isso, da magia), mas eles quebraram com o tempo.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Resina sintética, feltro, lã ; Rocha
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Molde, Costura ; Escultura e polimento
8. Decoração: Pintura
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura, comprimento): (Bruxa) 6x3,5x3,5 cm ; (Pedra) 1x2x2 cm
18. Peso: -

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

19. Fotografias coloridas e com escala:

20. Observações Gerais:

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 – 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02536
2.2 Denominação: Bruxinha do dinheiro
2.3 Descrição: Resina sintética epóxi. Veste verde (roupa e chapéu) e carrega uma moeda prateada. Onix (quartzo negro). Também “sapecta. Com o olho sempre atento”.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Resina sintética, feltro, lã ; Rocha
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Molde, Costura ; Escultura e polimento
8. Decoração: Pintura
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura, comprimento): (Bruxa) 6x3x3,5 cm ; (Pedra) 1x2x2 cm
18. Peso: -

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

19. Fotografias coloridas e com escala:

20. Observações Gerais:

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 – 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02539
2.2 Denominação: Bruxinha do amor
2.3 Descrição: Resina sintética. Veste rosa. Ametista (quartzo roxo). “Coisa mais fofa que tem. Cara bem alegre.”
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Resina sintética ; Rocha
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Molde ; Escultura e polimento
8. Decoração: Pintura
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura): (Bruxa) 5,5x3,6x3,6 cm ; (Pedra) 0,5x1,5x1,5 cm
18. Peso: -

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

19. Fotografias coloridas e com escala:

20. Observações Gerais:

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 – 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02541
2.2 Denominação: Pedra de Olho Grande
2.3 Descrição: Identificou-se com a Bruxa do Olho Grande. Secção de geodo de ágata. Presente de um amigo. Segundo Dona Maria, há caminhos vistos na pedra, visíveis em eixos diferentes.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Rocha
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Escultura, Polimento
8. Decoração: -
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura, comprimento): 7,5x4x12 cm
18. Peso: -

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

19. Fotografias coloridas e com escala:

20. Observações Gerais:

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 – 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02542
2.2 Denominação: Ametista
2.3 Descrição: Quartzo roxo. Presente do mesmo amigo que lhe deu o geodo de ágata. “É bom pra limpeza. Ficou nesse lugar porque quis ficar”.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Rocha
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Escultura
8. Decoração: -
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura, comprimento): 3,5x4x5 cm
18. Peso: -

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

19. Fotografias coloridas e com escala:

20. Observações Gerais:

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 – 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02544
2.2 Denominação: O Cristal
2.3 Descrição: Quartzo branco. Energia pura dentro da casa.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Rocha
6. Cor: Branco
7. Técnica de Produção: Escultura
8. Decoração: -
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura, comprimento): 4x6x11 cm
18. Peso: -

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

19. Fotografias coloridas e com escala:

20. Observações Gerais:

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 – 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02546
2.2 Denominação: Pirâmide
2.3 Descrição: Quartzo verde. Equilíbrio e paciência.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Rocha
6. Cor: Verde
7. Técnica de Produção: Escultura
8. Decoração: -
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura, comprimento): 2,5x3x3 cm
18. Peso: -

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

19. Fotografias coloridas e com escala:

20. Observações Gerais:

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 – 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02549
2.2 Denominação: Xapanã ou Olho de Tigre
2.3 Descrição: Quartzo roxo. Dona Maria menciona duas associações. Xapanã (Abaô, na Nação), Orixá médico, leproso, foi coberto com palhas por Iemanjá para não lhe verem as chagas. Ela mesma, no entanto, vê o Olho de Tigre, que também tem a ver com cura
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Rocha
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Escultura
8. Decoração: -
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura, comprimento): 6x4x4 cm
18. Peso: -

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

19. Fotografias coloridas e com escala:

20. Observações Gerais:

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 – 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02551
2.2 Denominação: Quartzo azul
2.3 Descrição: Quartzo azulado opaco. Energia. “Quando a gente está angustiado, pega ele e fica esfregado na mão e logo vem um calor, toda uma energia no corpo”.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Rocha
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Escultura
8. Decoração: -
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura, comprimento): 3,6x3,4x3,2 cm
18. Peso: -

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

19. Fotografias coloridas e com escala:

20. Observações Gerais:

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo: -
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 – 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : DSC02554
2.2 Denominação: Olho de Gato
2.3 Descrição: Quartzo branco leitoso. Proteção, visão, intuição para ver coisas mais longe.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Rocha
6. Cor: Branco leitoso
7. Técnica de Produção: Escultura
8. Decoração: -
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Não se aplica
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: -
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (altura, largura, comprimento): 3,9x3,7x3,7 cm
18. Peso: -

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

19. Fotografias coloridas e com escala:

20. Observações Gerais:

FICHA DE CADASTRO DE BEM ARQUEOLÓGICO MÓVEL
1- Procedência e Localização Atual
1.1 Sítio: Charqueada Santa Bárbara
1.2 N° do processo:
1.3 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 48 - 54
1.4 Instituição: Acervo Pessoal
1.5 Endereço: Rua Barão de Santa Tecla, nº 54
2 – Dados Gerais
2.1 Número (s) de registro (s) ¹ : Sem Número
2.2 Denominação: Boneca
2.3 Descrição: A boneca possui 58,5 cm de altura, tamanho médio para uma menina de três meses de idade (OMS, 2006). Sua cabeça de porcelana e o corpo de papel-machê e seu cabelo humano. Foi possível reconstituir o corpo original e verificar a marca de fabricante da parte posterior da cabeça – Made in Germany K-14 146. A sigla “K – 14” faz referência ao tamanho da circunferência do soquete de encaixe da cabeça de porcelana, no corpo de papel-machê (DOLL REFERENCE, 2017). Neste caso, o tamanho é de 12 polegadas e ½. (equivalente a 31,75 cm de circunferência). O número “146” é o modelo da boneca.
3. Categoria: Artefato
4. Subcategoria: Objetos pessoais
5. Materiais: Gesso
6. Cor: Policromático
7. Técnica de Produção: Molde Industrial
8. Decoração: Modelagem, pintura.
9. Integridade: Íntegro
10. Estado de conservação (condições físicas, grau de deterioração e a necessidade de intervenção): Bom (sem deterioração) Descrição: Artefatos ainda em pleno uso.
11. Intervenções sofridas: Restauração pela RM Conservação.
12. Recomendações de conservação: Não se aplica
13. Invólucro/acondicionamento: Não possui
14. Armazenamento: Caixa de papelão
15. Inscrições e marcas de uso: Made in Germany K-14 146
16. Filiação cultural: Não se aplica
17. Medidas (largura, comprimento, altura, diâmetro, profundidade): 58,5 cm de altura; 31,75 cm de circunferência (pescoço).
18. Peso: -

¹ No caso do preenchimento de conjuntos em uma única ficha para os bens acondicionados em conjunto, todos os números deverão estar descritos neste campo.

19. Fotografias coloridas e com escala:

20. Observações Gerais:

Referências citadas.

DOLL REFERENCE. (23 de abr. de 2017). *JDK - Kestner Dolls - 1820-1938 German*. Fonte: Doll Reference: http://www.dollreference.com/jd_kestner.html